Índice

1. Atividades do emissor

1.1 Histórico do emissor 1

1.2 Descrição das principais atividades do emissor e de suas controladas 6

1.3 Informações relacionadas aos segmentos operacionais 9

1.4 Produção/Comercialização/Mercados 12

1.5 Principais clientes 27

1.6 Efeitos relevantes da regulação estatal 28

1.7 Receitas relevantes no país sede do emissor e no exterior 32

1.8 Efeitos relevantes de regulação estrangeira 33

1.9 Informações ambientais sociais e de governança corporativa (ASG) 34

1.10 Informações de sociedade de economia mista 37

1.11 Aquisição ou alienação de ativo relevante 38

1.12 Operações societárias/Aumento ou redução de capital 39

1.13 Acordos de acionistas 40

1.14 Alterações significativas na condução dos negócios 41

1.15 Contratos relevantes celebrados pelo emissor e suas controladas 42

1.16 Outras informações relevantes 43

2. Comentário dos diretores

2.1 Condições financeiras e patrimoniais 47

2.2 Resultados operacional e financeiro 64

2.3 Mudanças nas práticas contábeis/Opiniões modificadas e ênfases 68

2.4 Efeitos relevantes nas DFs 69

2.5 Medições não contábeis 70

2.6 Eventos subsequentes as DFs 72

2.7 Destinação de resultados 73

2.8 Itens relevantes não evidenciados nas DFs 74

2.9 Comentários sobre itens não evidenciados 75

2.10 Planos de negócios 76

2.11 Outros fatores que influenciaram de maneira relevantes o desempenho operacional 79

3. Projeções

3.1 Projeções divulgadas e premissas 80

3.2 Acompanhamento das projeções 81

Índice

4. Fatores de risco

4.1 Descrição dos fatores de risco 82

4.2 Indicação dos 5 (cinco) principais fatores de risco 95

4.3 Descrição dos principais riscos de mercado 98

4.4 Processos não sigilosos relevantes 102

4.5 Valor total provisionado dos processos não sigilosos relevantes 117

4.6 Processos sigilosos relevantes 118

4.7 Outras contingências relevantes 119

5. Política de gerenciamento de riscos e controles internos

5.1 Descrição do gerenciamento de riscos e riscos de mercado 120

5.2 Descrição dos controles internos 125

5.3 Programa de integridade 127

5.4 Alterações significativas 131

5.5 Outras informações relevantes 132

6. Controle e grupo econômico

6.1/2 Posição acionária 133

6.3 Distribuição de capital 141

6.4 Participação em sociedades 142

6.5 Organograma dos acionistas e do grupo econômico 143

6.6 Outras informações relevantes 145

7. Assembleia geral e administração

7.1 Principais características dos órgãos de administração e do conselho fiscal 146

7.1D Descrição das principais características dos órgãos de administração e do conselho fiscal 149

7.2 Informações relacionadas ao conselho de administração 150

7.3 Composição e experiências profissionais da administração e do conselho fiscal 155

7.4 Composição dos comitês 164

7.5 Relações familiares 171

7.6 Relações de subordinação, prestação de serviço ou controle 179

7.7 Acordos/seguros de administradores 211

7.8 Outras informações relevantes 212

8. Remuneração dos administradores

8.1 Política ou prática de remuneração 213

Índice

8.2 Remuneração total por órgão 219
8.3 Remuneração variável 223
8.4 Plano de remuneração baseado em ações 225
8.5 Remuneração baseada em ações (Opções de compra de ações) 229
8.6 Outorga de opções de compra de ações 230
8.7 Opções em aberto 231
8.8 Opções exercidas e ações entregues 232
8.9 Diluição potencial por outorga de ações 233
8.10 Outorga de ações 234
8.11 Ações entregues 235
8.12 Precificação das ações/opções 236
8.13 Participações detidas por órgão 237
8.14 Planos de previdência 238
8.15 Remuneração mínima, média e máxima 239
8.16 Mecanismos de remuneração/indenização 241
8.17 Percentual partes relacionadas na remuneração 242
8.18 Remuneração - Outras funções 243
8.19 Remuneração reconhecida do controlador/controlada 244
8.20 Outras informações relevantes 245
9. Auditores
9.1 / 9.2 Identificação e remuneração 246
9.3 Independência e conflito de interesses dos auditores 249
9.4 Outras informações relevantes 250
10. Recursos humanos
10.1A Descrição dos recursos humanos 251
10.1 Descrição dos recursos humanos 252
10.2 Alterações relevantes 257
10.3 Políticas e práticas de remuneração dos empregados 258
10.4 Relações entre emissor e sindicatos 259
10.5 Outras informações relevantes 260
11. Transações com partes relacionadas
11.1 Regras, políticas e práticas 261

Índice

11.2 Transações com partes relacionadas 262

11.2 Itens 'n.' e 'o.' 272

11.3 Outras informações relevantes 276

12. Capital social e Valores mobiliários

12.1 Informações sobre o capital social 277

12.2 Emissores estrangeiros - Direitos e regras 278

12.3 Outros valores mobiliários emitidos no Brasil 279

12.4 Número de titulares de valores mobiliários 282

12.5 Mercados de negociação no Brasil 283

12.6 Negociação em mercados estrangeiros 284

12.7 Títulos emitidos no exterior 285

12.8 Destinação de recursos de ofertas públicas 286

12.9 Outras informações relevantes 287

13. Responsáveis pelo formulário

13.1 Identificação dos Responsáveis pelo Conteúdo do FRE 288

13.1 Declaração do diretor presidente 289

13.1 Declaração do diretor de relações com investidores 290

13.2 Identificação dos Responsáveis pelo Conteúdo do FRE, em caso de alteração dos Responsáveis após a Entrega Anual

1.1 Histórico do emissor

A M. Dias Branco S.A. Indústria e Comércio de Alimentos iniciou suas atividades em outubro de 1961, mas desde a década de 40, o idealizador da Companhia, o Sr. Manuel Dias Branco, já explorava, no Estado do Ceará, atividades ligadas à panificação e à fabricação de biscoitos, utilizando técnicas artesanais, tendo criado, em 21 de maio de 1951 a sociedade M. Dias Branco & Cia Ltda. para conduzir esses negócios.

A partir de 1953, com a entrada de seu filho, o Sr. Francisco Ivens de Sá Dias Branco na sociedade, até então conhecida como M. Dias Branco & Cia. Ltda., novas diretrizes foram adotadas nos negócios, especialmente no que se refere aos investimentos, que passaram a ser concentrados na produção industrial, em larga escala, dos biscoitos e massas então comercializados.

No início da década de 60, a Companhia começou a desenvolver seu atual modelo de distribuição pulverizado, voltado a atender principalmente o micro, pequeno e médio varejista, com um sistema de vendas porta-a-porta e de visitas pelo menos semanais a seus clientes, que permitia verificar in loco quais produtos e preços os seus clientes compravam e vendiam, viabilizando o permanente ajuste de seu posicionamento de mercado, estratégia de comercialização e relacionamento.

O desenvolvimento do modelo de distribuição, associado à produção em larga escala, possibilitou a enorme expansão das vendas da então única unidade industrial, inicialmente no Estado do Ceará, e em seguida para estados vizinhos. Esse crescimento motivou a transferência do então complexo industrial e comercial, localizado em Fortaleza, para o município do Eusébio, distante cerca de 25 km da antiga sede, processo integralmente concluído em 1980. Nesse período, a Companhia já possuía a marca Fortaleza, originária da década de 50, bastante consolidada, e trabalhava na inserção e consolidação da marca Richester, surgida em 1978, nos seus mercados de atuação.

Por ocasião da desregulamentação do setor de trigo no Brasil, ocorrida em 1990, iniciou-se um novo ciclo de crescimento dos negócios da Companhia. Em 1992, foi inaugurada, no Estado do Ceará, sua primeira unidade de moagem de trigo, iniciando o processo de verticalização da produção de biscoitos e massas, uma vez que a nova unidade lhe permitiu produzir a principal matéria-prima dos seus produtos. Na mesma época, a Companhia também ingressou no competitivo mercado de farinhas e farelo de trigo.

No ano de 2000, dando continuidade ao projeto de expansão da Companhia, foi inaugurado o segundo moinho de trigo, no Estado do Rio Grande do Norte, instalando, no mesmo complexo industrial e com atuação integrada, a sua segunda fábrica de massas alimentícias. Nesse complexo foi iniciado o modelo de eliminação de custos de transporte da farinha de trigo para a fabricação de massas.

Em meados de 2002, buscando maior verticalização de seus insumos e ingresso em novos segmentos, foi inaugurada, no Estado do Ceará, uma unidade de produção de gorduras, margarinas e cremes vegetais. Em consequência, a Companhia passou a produzir internamente parte de sua segunda principal matéria-prima para fabricação de biscoitos – a gordura vegetal, além de iniciar sua atuação na atividade de produção e comercialização de margarinas e gorduras vegetais.

No ano de 2003, foi inaugurado no Estado da Bahia o terceiro moinho de trigo, assim como a aquisição do controle total do capital da Adria, tradicional fabricante de biscoitos e massas, líder nas regiões Sudeste e Sul do País (segundo dados da AC Nielsen), o que proporcionou à Companhia, maior presença em tais regiões e a conquista da liderança no mercado nacional de massas e biscoitos, segundo dados da AC Nielsen. Com a aquisição da Adria, as marcas Adria, Basilar, Isabela e Zabet somaram-se às marcas Richester e Fortaleza, passando a atingir um leque ainda maior de consumidores em todo o País. Além disso, seu potencial produtivo tornou-se ainda maior, tendo em vista que a Adria possuía três unidades industriais no Estado de São Paulo e uma no Rio Grande do Sul, incluindo três fábricas de massas e duas de biscoitos.

1.1 Histórico do emissor

No ano de 2005, dentro do modelo de integrar, em uma mesma unidade de produção, moinhos de trigo com fábricas de massas e biscoitos, foi inaugurada no Estado da Bahia, a sua quarta fábrica de biscoitos e sexta fábrica de massas alimentícias, ambas integradas ao Moinho de trigo instalado em 2003. Nessa unidade da Bahia: (i) foi adotado o modelo de eliminação de custos de transporte da farinha de trigo para a fabricação de biscoitos e massas; (ii) foram empregados não apenas as tecnologias mais modernas no mundo em moagem e em fabricação de massas e biscoitos, mas também tecnologias que permitissem à Companhia produzir novos produtos; (iii) foram criadas as bases de produção para atender o seu projeto de expansão para o Sudeste e Sul do Brasil, considerando a posição estratégica da Bahia para tanto e a proximidade das fábricas da Adria no Estado de São Paulo; e (iv) a integração desse complexo com um moderno porto privado de uso misto, mediante o qual a Companhia passou a importar o trigo em grão com custos muito menores quando comparados com portos públicos.

No mesmo ano foi inaugurado, no Estado da Paraíba, o seu quarto moinho de trigo, e a sua sétima fábrica de massas alimentícias, seguindo o modelo de total integração com o moinho, de modo a eliminar os custos de transporte da farinha de trigo.

Em todas essas realizações, a Companhia empreendeu idêntica expansão de seu modelo de distribuição pulverizado, voltado para o micro, pequeno e médio varejo, inclusive no Sudeste e no Sul do País, áreas cobertas principalmente pelas marcas e estrutura de vendas da controlada Adria.

Em abril de 2006, a Companhia passou a ter a denominação atual e em outubro de 2006 realizou sua abertura de capital negociando suas ações no segmento Novo Mercado da BM&FBOVESPA sob o ticker “MDIA3”.

Em abril de 2008, dentro de sua estratégia de crescimento por aquisições, foi adquirida a Indústria de Alimentos Bomgosto Ltda., conhecida como Vitarella, empresa do setor de biscoitos e massas com sede no Estado de Pernambuco e forte atuação no Nordeste, especialmente em estados onde a Companhia não possuía participação majoritária. A operação contribuiu para a ampliação da liderança nacional nas vendas de biscoitos e massas, além da sua consolidação no Nordeste, região que historicamente apresentou expressivo crescimento econômico quando comparado com a média do País.

Em abril de 2011, dando continuidade à sua estratégia de crescimento por aquisições, a Companhia, através da controlada Indústria de Alimentos Bomgosto Ltda. (Vitarella), adquiriu a NPAP Alimentos S.A., empresa que industrializa e comercializa os biscoitos e massas da marca “PILAR”, sediada no Estado de Pernambuco.

Em dezembro de 2011, a Companhia adquiriu a totalidade das ações representativas do capital social da J. Brandão Comércio e Indústria Ltda. e da Pelágio Participações S.A., empresa que detém a totalidade das ações da Pelágio Oliveira S.A., ambas localizadas no Estado do Ceará. As referidas empresas, que até então eram controladas pelo mesmo grupo econômico, atuam sob o nome fantasia “Estrela”, comercializando biscoitos, massas, bolos e snacks nas regiões Norte e Nordeste do País, com as marcas “Estrela”, “Pelaggio” e “Salsito”.

Em reunião do Conselho de Administração da Companhia, realizada em janeiro de 2012, foi aprovada a 1ª emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, em série única, para distribuição pública, a qual foi emitida em fevereiro de 2012 e liquidada em 22 de novembro de 2013.

1.1 Histórico do emissor

Em maio de 2012, a Companhia adquiriu a totalidade das ações representativas do capital social do Moinho Santa Lúcia Ltda., empresa com sede no Estado do Ceará que atua na atividade de moagem de trigo e fabricação de seus derivados, além da industrialização e comercialização de biscoitos e massas alimentícias em geral, com as marcas “Predilleto” e “Bonsabor”.

Nos anos 2012 e 2013, com o intuito de simplificar a sua estrutura societária, as empresas adquiridas foram incorporadas pela Companhia e se extinguiram juridicamente, passando a M. Dias Branco S.A. Indústria e Comércio de Alimentos a absorver todos os seus direitos e obrigações.

O ano de 2014 foi marcado pela intensificação dos investimentos, tanto em expansão de linhas de produção de biscoitos e massas como entrada de novas linhas de produtos (mistura para bolos e torradas). Também foi iniciada a construção de um novo moinho de trigo no Estado do Ceará para integrar o processo produtivo. A Companhia realizou ainda a compra, por intermédio de leilão público, de uma unidade de moagem de trigo localizada no Estado do Paraná, com o intuito de acelerar o processo de verticalização de suas unidades na região Sudeste.

Em 2015, entraram em operação dois novos moinhos de trigo: um moinho localizado na cidade de Rolândia/PR e outro localizado na cidade de Eusébio/CE, sendo este último integrado com uma planta de massas, biscoitos e torradas. Isso tem contribuído para o aumento da verticalização das nossas unidades, principalmente as localizadas no Estado de São Paulo e na cidade de Jaboatão dos Guararapes/PE. A Companhia também segue com a construção de um novo moinho de trigo em Bento Gonçalves/RS integrado à planta de massas e biscoitos.

O ano de 2016 foi marcado por diversos avanços e aprendizados na Companhia. Nosso time conseguiu avançar, em meio aos desafios do cenário econômico do país, na busca constante de soluções para viabilizar o alcance dos objetivos planejados para o negócio, diante do comprometimento com a geração de resultados satisfatórios para os nossos diversos stakeholders, no curto e longo prazo. Contudo, nenhum fato em 2016 foi mais marcante que a partida do Sr. Ivens Dias Branco, idealizador desta Companhia, que construiu a partir de uma padaria, com muita dedicação e trabalho, a empresa que hoje destaca-se como um dos grandes players globais em biscoitos e massas, líder destes segmentos no Brasil em volume de vendas. Seu exemplo despertou em todos nós o desejo de honrar o seu legado, de fazer da M. Dias Branco uma empresa ainda maior e melhor.

Dentre as iniciativas importantes que tivemos em 2016, destacamos a implantação do Projeto de Gestão Multimarcas (PGM), que unificou as forças de vendas, a reestruturação das áreas de marketing e exportação, que já obteve os primeiros resultados satisfatórios e promissores para os planos de longo prazo, e a Campanha de vendas Honra ao Legado, realizada logo após o falecimento do Sr. Ivens Dias Branco, relembrando os sonhos e valores que impulsionaram sua obra e que serão fonte de inspiração para manter o time unido e focado em preservar as bases do sucesso da empresa.

Em 2017, em linha com a sua estratégia, a Companhia expandiu os seus investimentos em marketing, promovendo diversas campanhas institucionais para alavancar volumes e reforçar o posicionamento das suas marcas, atualizou as embalagens de alguns produtos, além de criar incentivos para a equipe de merchandising, com foco na conquista de pontos extras em grandes clientes e ampliação do quadro de degustadoras fixas para aumentar a experimentação dos produtos no varejo. Além disso, em 2017 ocorreu o lançamento da linha de biscoitos integrais Adria Plus Life, que engloba biscoitos doces e salgados, cookies e uma inovação criada pela Companhia: os bits de cereais. Outro destaque foi a implantação de melhorias na cadeia de suprimentos da Companhia, que já começaram a refletir em uma maior assertividade da previsão das vendas, aumento do nível de serviço e ganhos de produtividade na separação e expedição dos produtos. Também é importante mencionar a aquisição de um novo desodorizador para a unidade de margarinas e gorduras em Fortaleza (CE), que, após sua completa instalação, irá contribuir para abastecer todas as unidades da Companhia, bem como a

1.1 Histórico do emissor

constituição de um consórcio em parceria com a Bunge Alimentos S.A. para arrendamento de área e infraestrutura pública, destinada à movimentação e armazenagem de granéis sólidos de origem vegetal, especialmente trigo, localizada dentro do porto organizado do Rio de Janeiro/RJ.

No ano de 2018, a Companhia adquiriu 100% da Indústria de Produtos Alimentícios Piraquê S.A., empresa líder no mercado de biscoitos no estado do Rio de Janeiro, com produtos de alto valor agregado, em linha com a estratégia de expansão da Companhia no Sudeste.

Em adição, iniciamos os estudos para a reavaliação de nossa malha logística, realizamos a primeira rodada de conexão com startups (Projeto Germinar), aprimoramos nosso modelo de precificação, permitindo que as decisões de ajustes aconteçam a partir de informações mais granulares, ampliamos nossas exportações para 37 países, inclusive com produtos específicos para esta vertente do negócio, e lançamos itens com alto potencial de crescimento, como o biscoito Delicitá Cristal, que representou uma inovação relevante na categoria de Crackers. Destacamos também a realização do primeiro inventário de emissões de gases de efeito estufa, o mapeamento nutricional de todo nosso portfólio de produtos e o trabalho contínuo com as instituições sociais localizadas próximas às nossas indústrias.

Em 2019, houve uma reorganização na estrutura comercial. De modo a aproveitarmos as melhores oportunidades de crescimento, aperfeiçoamos nossa modelagem de precificação, foi implantado um modelo go-to-market mais amplo e com foco no aumento da base de clientes. Foi ampliada a verticalização e a presença no mercado Sul e Sudeste de farinha com o início das operações da sétima unidade de moagem de trigo, localizada na unidade Bento Gonçalves/RS. O novo moinho reforça a estratégia de alcance de 100% de verticalização em farinhas de trigo. Também em 2019, foram criados o Comitê de Governança Corporativa e a Secretaria de Governança Corporativa, este último tem por objetivo dar apoio e suporte ao Conselho de Administração, seus Comitês de assessoramento e Diretoria Estatutária.

O ano de 2020 foi marcado pelas transformações impostas pela pandemia. Em meio a um cenário repleto de incertezas, mais uma vez a Companhia mostrou seu potencial, trazendo soluções rápidas e eficazes em circunstâncias extremamente desafiadoras. O ano também foi marcado pela execução do Projeto Multiplique, que teve como objetivo ganhos estruturais de produtividade e eficiência, o lançamento da nossa política de hedge e a realização do maior investimento em Marketing da história de nossa Companhia, além do lançamento da nova política de dividendos, que aumentou a parcela do lucro distribuída aos acionistas e a frequência de pagamentos.

Em 2021, a Companhia adquiriu 100% da Latinex Importação e Exportação de Alimentos S.A (Latinex). A Latinex possui da data de sua aquisição, 4 marcas com mais de 120 itens e atuação em diversas categorias como biscoitos e snacks saudáveis, temperos, molhos e condimentos. As marcas FIT FOOD e Frontera são suas marcas focadas em snacks, com opções nutritivas e voltadas para momentos de descontração, respectivamente, já, a Smart oferece uma variedade de temperos para cozinhar com praticidade no dia a dia até preparos mais sofisticados. Além disso, a Taste&Co, oferece molhos e condimentos com o objetivo de facilitar o preparo de refeições com muito sabor.

As linhas da Latinex estão disponíveis nas gôndolas das principais redes de supermercados, empórios e casas de produtos naturais de todo Brasil. A aquisição reafirma o compromisso da Companhia com a criação de valor em longo prazo para seus acionistas, reforçando a presença em healthy food (saudabilidade) e snacks, além de marcar a entrada nos segmentos de temperos, molhos e condimentos, o que reflete a estratégia comercial de crescimento com lucratividade, incluindo no portfólio produtos com alto potencial de crescimento e valor agregado.

1.1 Histórico do emissor

Dando sequência a estratégia de crescimento em novas categorias, em 2022, a Companhia adquiriu 100% das ações da Nutrition & Sante do Brasil Ltda., titular da marca Jasmine. A Jasmine tem foco em alimentos saudáveis, com produtos orgânicos, zero açúcar, integrais, cereais, snacks e sem glúten. É líder nas categorias de granolas e pães sem glúten. Além de marcar a entrada em novos segmentos, a aquisição reforça a estratégia comercial de crescimento com lucratividade, adicionando ao seu portfólio produtos com alto potencial de crescimento e valor agregado.

Outro grande passo foi a aquisição da Darcel S.A. e Cacama S.A. empresas detentoras da marca Las Acacias. A Companhia foi fundada em Montevidéu em 1952 e figura entre as três principais marcas de massas no Uruguai, tendo também em seu portfólio itens nas categorias de Farinha de Trigo, Mistura para Bolos, Molhos, entre outras. A aquisição, primeira fora do Brasil, acelera o processo de Internacionalização, que até então se dava exclusivamente com exportações para mais de 40 países, inclusive para o Uruguai com as marcas Isabela, Piraquê, Nikito, entre outras.

Também em 2022, anunciamos outra grande conquista, a aliança com a Omega Geração S.A (Omega). A parceria tem por objetivo a geração de energia por três parques eólicos controlados pela Omega para o consumo pela Companhia em suas próprias unidades produtivas. O complexo eólico localiza-se na cidade de Paulino Neves, no Estado do Maranhão, e tem capacidade eólica instalada de 97,2 MW, dos quais 18 MW médios serão comercializados junto à Companhia sob o regime de autoprodução por equiparação. A Parceria é consistente com a estratégia da Companhia de diversificação de sua matriz de energia a partir de fontes renováveis, acesso a insumos que fazem parte de seu processo produtivo e aumento da competitividade ao poder fruir dos benefícios relacionados a autoprodução de energia por equiparação.

O ano de 2022, também foi marcado pelo triste cenário de conflitos na Ucrânia, além da lamentável tragédia humanitária que gerou incertezas no cenário macroeconômico mundial e elevou substancialmente o preço das commodities agrícolas, impactando diretamente o valor das principais matérias-primas utilizadas no processo produtivo. Contudo, mesmo nesse ambiente complexo e de limitada previsibilidade, a Companhia conseguiu manter sua resiliência através de uma gestão eficiente, disciplina austera dos custos e despesas, e constante aprimoramento do nível de serviço.

A Companhia é desde 2003 uma empresa com cobertura nacional, líder de mercado nas linhas de biscoitos e massas, e com a aquisição da Jasmine, passou a ser líder nacional em granolas e pães sem glúten, com processo produtivo verticalizado, marcas fortes, sistema de distribuição com grande penetração no micro e pequeno varejo, flexibilidade de produção, certificações que asseguram a qualidade de processos e produtos, além de uma equipe de executivos experiente e alinhada com os interesses de seus acionistas.

1.2 Descrição das principais atividades do emissor e de suas controladas

A Companhia está presente no mercado alimentício brasileiro há mais de 60 anos e atua nas linhas de produtos de: biscoitos, massas, farinha e farelo de trigo, misturas para bolos, margarinas e gorduras vegetais, bolos, snacks, torradas, granola e pães sem glúten, tendo como objeto social as seguintes atividades:

- a industrialização e comércio de biscoitos; bolachas; massas; bolos; mistura para bolos; snacks; salgadinhos; torradas; farinha de trigo e outros produtos derivados do trigo; refrescos em pó; pães industrializados; molho de tomate; achocolatado em pó; mix de castanhas e sementes, cereais matinais e chocolate, barra de cereal, batatas, biscoito de arroz c/ chocolate, chips, chocolate, molhos, pastas de amendoim, sal, temperos, xaropes;

- a fabricação de gorduras hidrogenadas, margarinas, óleos vegetais, sua importação e exportação;

- a produção, comercialização e importação de matérias primas e o fomento agrícola de produtos necessários a consecução do seu objeto social e materiais secundários, incluindo a produção e comércio de embalagens, a produção, comércio e aproveitamento industrial de matérias-primas necessárias à produção dessas embalagens;

- a importação de máquinas, equipamentos, peças sobressalentes e de outros bens, destinados a uso próprio, bem como para venda, locação ou arrendamento;

- a participação no capital de outras sociedades, no país ou no exterior, em empresas coligadas, controladas ou subsidiárias;

- atuar como operador portuário das suas unidades localizadas em portos organizados;

- a geração e comercialização de energia e equipamentos para a geração de energia, bem como qualquer outra atividade acessória a fim de viabilizar a implantação de projetos de geração, aproveitamento ou comercialização de energia relacionados, direta ou indiretamente, às atividades principais da Companhia;

- a coleta, transporte, tratamento, reciclagem, reutilização, destinação e/ou comercialização de sucata e resíduos sólidos próprios e/ou de terceiros; o reaproveitamento de tais resíduos, em seu ciclo de transformação ou em outros ciclos produtivos de terceiros, ou outra destinação final ambientalmente adequada (para logística reversa), entre outras atividades correlatas relacionados, direta ou indiretamente, às atividades principais da Companhia;

- a prestação de serviços de consultoria, treinamento, planejamento, desenvolvimento, gestão e implementação de projetos, suporte e operação necessários ao desempenho das atividades de seus clientes e fornecedores relacionados, direta ou indiretamente, às atividades principais da Companhia.

A Companhia é líder nacional em volume vendido nos mercados de biscoitos e massas, em 2022, possuía participação de 32,0% em biscoitos (32,0% em 2021 e 33,6% em 2020) e 31,0% em massas (30,5% em 2021 e 33,5 % em 2020), conforme dados divulgados pela Nielsen. Sua atuação ainda está concentrada no mercado nacional, que em 2022 representou 98,4% da receita líquida de descontos (98,0% em 2021).

A Companhia também possui extensa presença nacional, com a alta proximidade com o mercado consumidor, por meio de 17 unidades industriais que estão estrategicamente distribuídas pelo Brasil, que além de utilizarem as mais modernas tecnologias disponíveis para a produção dos produtos,

1.2 Descrição das principais atividades do emissor e de suas controladas

conferem relevante flexibilidade na definição do local e tipo de produto a ser fabricado, a depender da melhor combinação entre a distância do mercado consumidor a ser atendido, dos custos logísticos, dos custos de produção e dos ônus fiscais aplicáveis a cada unidade industrial. Como resultado, pode-se fornecer ao mercado amplo portfólio de produtos, desde os mais populares até os de maior valor agregado, em qualquer que seja a região do País. A partir de 2022, a Companhia passou a ter presença internacional com 1 unidade industrial e 1 centro de distribuição em Montevidéu no Uruguai através da aquisição da Las Acacias.

Uma característica importante da Companhia é a sua verticalização, isto é, produzir as duas principais matérias-primas utilizadas em seu processo produtivo. Em 2022, 99,6% de toda a farinha de trigo e 100% de toda a gordura vegetal foram fabricadas internamente. A cadeia produtiva integrada também proporciona condições à Companhia para um melhor planejamento de sua produção, buscando: (i) maior qualidade de seus produtos; (ii) maior eficiência de consumo dos principais insumos; (iii) preços mais competitivos para os produtos; e (iv) melhor controle dos custos de produção.

Um outro aspecto importante para a condição financeira e patrimonial da Companhia está no fato de que, ao longo de mais de 60 anos, desenvolveu e consolidou um modelo de distribuição pulverizado, o qual, sem prejuízo do atendimento personalizado aos grandes clientes, é estruturado para atender principalmente ao micro, pequeno e médio varejos, com um sistema de vendas porta-a-porta.

Em relação as empresas controladas:

M. Dias Branco International Trading LLC
Sediada nos Estados Unidos da América, é controlada direta e tem como principal atividade a intermediação de compras de matérias-primas, principalmente o trigo para moagem e o óleo vegetal que a Companhia utiliza em seu processo produtivo. A empresa encontra-se inoperante e, dessa forma, a Companhia pretende iniciar o procedimento de encerramento dessa subsidiária.

M. Dias Branco International Trading Uruguay S. A.
Sediada no Uruguai, é controlada indireta e tem como principal atividade a intermediação de compras de matérias-primas, principalmente o trigo para moagem que a Companhia utiliza em seu processo produtivo. A empresa encontra-se inoperante e, dessa maneira, a Companhia iniciou o procedimento de encerramento da entidade.

M. Dias Branco Argentina S. A.
A Companhia constituiu uma sociedade anônima com sede em Buenos Aires, com o objetivo principal de adquirir, importar e exportar trigo em grão, farinha de trigo e seus derivados. Contudo, a sociedade não chegou a operar e a Companhia decidiu por não dar continuidade ao processo, iniciando os procedimentos de fechamento da entidade.

Latinex Importação e Exportação de Alimentos Ltda.
A controlada direta, instituída em 2003, está localizada na cidade de São José dos Pinhais no estado do Paraná e tem como principal atividade a produção, comercialização e distribuição de biscoitos e snacks saudáveis, temperos, molhos e condimentos.

Jasmine Indústria e Comércio de Alimentos Ltda.
A controlada indireta, instituída em 1990, está localizada na cidade de Campina Grande do Sul no estado do Paraná e tem como principal atividade a produção, comercialização e distribuição de alimentos saudáveis com produtos orgânicos, zero açúcar, integrais, cereais, snacks, granolas e pães sem glúten.

1.2 Descrição das principais atividades do emissor e de suas controladas

Darcel S.A. e Cacama S.A. ("Las Acacias")
As controladas indiretas, instituídas em 1952, estão localizadas em Montevidéu no Uruguai e têm como principal atividade a produção, comercialização e distribuição de massas, tendo também em seu portfólio itens das categorias de farinha de trigo, mistura para bolos, molhos, entre outras.

Em relação as empresas com operação em conjunto:

Terminal de Grãos de Fortaleza Ltda ("Tergran")
A Companhia possui o controle compartilhado com as Companhias Moinho Cearense S.A e J. Macêdo S.A, as quais possuem participação equivalente de 33,33% do seu capital e que nomeiam, de comum acordo, o diretor operacional encarregado pela Administração da Tergran. A Companhia considera o investimento como joint operation, ou operação em conjunto, e seus ativos, seus passivos, suas receitas e despesas são reconhecidos, em relação à sua participação, somente nas demonstrações consolidadas, haja vista que a Tergran possui personalidade jurídica própria, e, dessa forma, o investimento é reconhecido nas informações contábeis individuais pelo método de equivalência patrimonial. A Tergran é uma empresa que possui como objeto social a exploração da atividade de operadora portuária, realizando prestação de serviços de descarga e de armazenagem de trigo no Porto de Fortaleza, com o objetivo prioritário de aumentar a produtividade e reduzir custos no descarregamento dos navios cargueiros de trigo para seus três sócios.

Terminal de Trigo do Rio de Janeiro - Logística S.A.
A Companhia possui participação societária no empreendimento controlado em conjunto com a Companhia Bunge Alimentos S.A (Bunge), as quais possuem participação equivalente de 50% do seu capital. O Terminal de Trigo do Rio de Janeiro - Logística S.A. figura como arrendatária no contrato celebrado em 21 de setembro de 2017 com a União, por intermédio do Ministério dos Transportes, Portos e Aviação Civil, que versa sobre arrendamento da área e infraestrutura pública para a movimentação e armazenagem de graneis sólidos de origem vegetal, especialmente trigo, localizada dentro do porto organizado do Rio de Janeiro/RJ. A Companhia reconhece seu investimento em relação à sua participação na operação pelo método de equivalência patrimonial, tanto nas demonstrações financeiras individuais quanto nas consolidadas. A participação da Companhia nesse negócio insere-se na sua estratégia de aprimoramento logístico para abastecimento de insumos destinados às suas unidades industriais instaladas na região Sudeste. O Terminal de Trigo do Rio de Janeiro - Logística S.A. iniciou as suas operações em 08 de janeiro de 2020.

Coligada

Omega Delta 7&8 Holding Energia S.A ("Omega")
Em 30 de agosto de 2022, a Companhia concluiu a operação subjacente ao contrato de parceria societária com a Omega, que tem por objeto a geração de energia para o consumo pela Companhia em suas unidades produtivas como estratégia de diversificação de sua matriz de energia a partir de fontes renováveis, acesso a insumos que fazem parte de seu processo produtivo e aumento da competitividade ao poder fruir dos benefícios relacionados à autoprodução de energia por equiparação. A Companhia possui 24,5% de participação societária no capital total da investida e usufrui de influência significativa, sem direito ao controle individual ou conjunto do negócio, e que está sob o controle da Omega. A Companhia reconhece seu investimento em relação à sua participação na operação pelo método de equivalência patrimonial, tanto nas demonstrações financeiras individuais quanto nas consolidadas.

1.3 Informações relacionadas aos segmentos operacionais

a. Produtos e serviços comercializados

A Companhia atua no segmento alimentício nas linhas de produtos: biscoitos, massas, farinha e farelo de trigo, margarinas e gorduras vegetais, bolos, snacks, mistura para bolo e torradas. Com a aquisição da Latinex em 2021 e da Jasmine em 2022, a Companhia reforçou a presença em *healthy foods* (saudabilidade) e *snacks*, além de entrar nos segmentos de molhos, temperos e condimentos.

Sua estrutura de produção é verticalizada. Assim, parte da produção de farinha de trigo e gordura vegetal é destinada ao processo produtivo das linhas de produtos. Ademais, a Companhia possui unidades industriais em vários estados do Brasil e uma no exterior, referente a empresa uruguaia Las Acacias adquirida em 2022, o que lhe permite ter flexibilidade na produção de suas diversas marcas, diminuindo os custos logísticos e aumentando a eficiência de distribuição.

Linhas de Produtos e Marcas

A Companhia oferece uma grande variedade de produtos, tendo como marcas: Vitarella, Adria, Finna, Piraquê, Fortaleza, Pilar, Richester, Estrela, Pelaggio, Bonsabor, Zabet, Basilar, Predilleto, Isabela, Puro Sabor, Adorita, Medalha de Ouro, Amorela, Delicitos, Salsitos e as recém adquiridas Fit Food, Frontera, Smart, Taste&Co, Jasmine e Las Acacias. A Companhia opta por manter diversas marcas para muitos produtos idênticos em virtude de sua reputação e notoriedade, que têm por alvo atender aos mais diferentes perfis de consumidores, de classes A/B/C/D/E, abrangendo, desta forma, diversas regiões do território brasileiro. Para melhor compreensão da sua área de atuação, as informações são apresentadas por linha de produtos.

A linha de produto mais representativa, em termos de receita, é a de biscoitos, seguida de massas. A tabela abaixo indica os valores, em milhões de reais, da sua receita operacional líquida decorrente das vendas de biscoitos, massas, farinha e farelo de trigo, margarinas e gorduras vegetais e outras linhas de produtos, assim como o percentual representativo de cada uma em relação ao valor total de receita líquida, nos períodos indicados:

Linhas de Produto	2021	AV%	2022	AV%
Biscoitos	3.960,4	50,7%	5.137,8	50,7%
Massas	1.713,5	21,9%	2.104,1	20,8%
Farinha e Farelo	1.425,6	18,2%	1.861,5	18,4%
Margarinas e Gorduras	545,7	7,0%	681,2	6,7%
Outras Linhas de Produtos**	168,8	2,2%	344,6	3,4%
TOTAL	**7.814,0**	**100,0%**	**10.129,2**	**100,0%**

(1) Bolos, *snacks*, mistura para bolo, refrescos, torradas, produtos saudáveis, molhos e temperos.

Contexto Operacional - Biscoitos | Massas

A produção de biscoitos engloba os tipos: água e sal/cream cracker, amanteigados, barrinhas, cobertos, doces, maria, maisena, mousse, recheados, rosquinhas, salgados, tortinhas e *wafers*. Com relação às massas, a Companhia tem participação nas famílias de massa comum, grano duro, sêmola, sêmola com ovos, lasanha, massa para micro-ondas e macarrão instantâneo.

Suas principais marcas de biscoitos e massas são Vitarella, Piraquê, Fortaleza, Richester, Adria, Isabela, Estrela, Pilar, Bonsabor, Imperador, Zabet e Basilar. Líder nacional nas linhas de produtos de biscoitos

1.3 Informações relacionadas aos segmentos operacionais

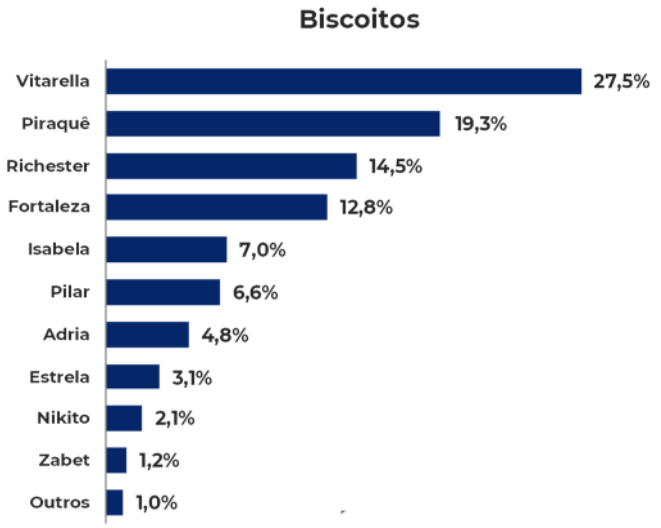
e massas, a Companhia tem 32,0% e 31,0% de participação no mercado, respectivamente, em termos de volume de vendas, e 28,7% e 29,7%, respectivamente, em termos de faturamento, segundo pesquisa da Nielsen para o ano de 2022.

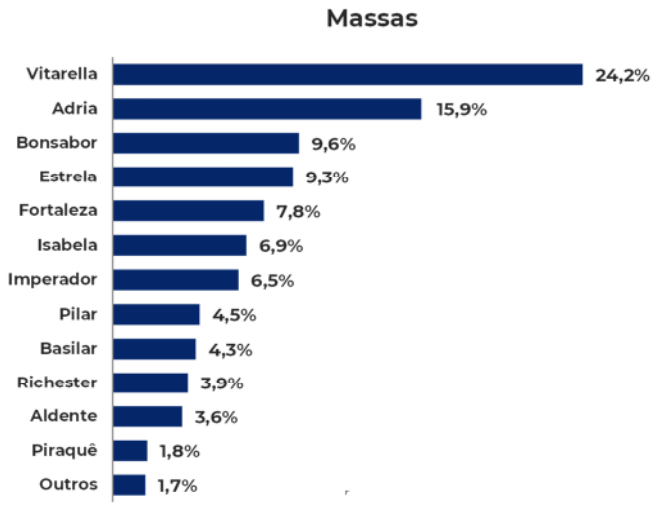
A marca Fortaleza, pioneira no portfólio da Companhia, tem como produtos mais relevantes biscoitos água e sal cream cracker e maria e maisena, além de massa sêmola. A marca Vitarella, líder de vendas na região Nordeste, tem como produtos mais relevantes os biscoitos água e sal cream cracker, recheados e maria e maisena.

A marca Richester, por sua vez, tem a percepção de marca moderna, jovem, divertida e figura no rol de marcas premium com amplo portfólio de biscoitos.

A marca Piraquê destaca-se no mercado da Região Sudeste, especialmente no Rio de Janeiro, com amplo portfólio de biscoitos de alto valor agregado, snecks e massas.

Os gráficos abaixo demonstram a representatividade das marcas de biscoitos e massas sobre a receita bruta de descontos e devoluções no ano de 2022:





Nota: Mix de marcas, considerando a receita bruta deduzida de descontos e devoluções.

Contexto Operacional - Farinha e Farelo de Trigo | Margarinas e Gorduras

A produção de farinha de trigo e farelo engloba farinha do tipo doméstica e industrial e farelo do tipo grosso, fino e remoído.

As suas principais marcas de farinha de trigo são Finna, com foco no consumidor final, voltada para os mercados das classes de A a E, e Medalha de Ouro, destinada ao segmento de panificação. O gráfico abaixo demonstra a representatividade das marcas de farinha sobre a receita bruta deduzida de descontos e devoluções no ano de 2022:

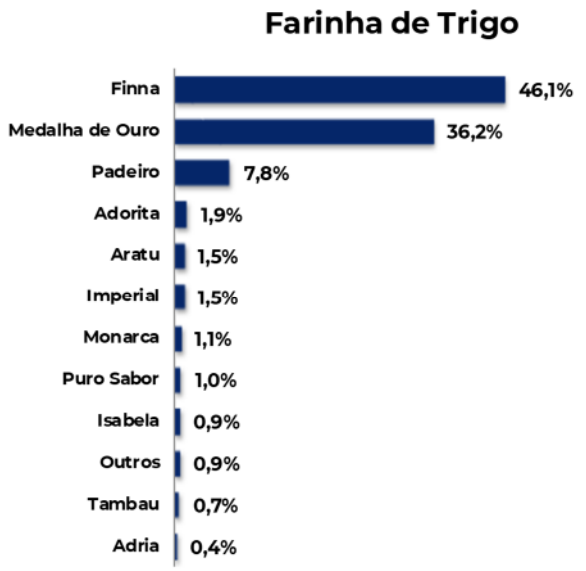
Dentre estas, a marca Finna, caracterizada como farinha doméstica, é a mais relevante, tendo atingido, no ano de 2022, 46,1% da receita bruta de descontos e devoluções na linha de produto de farinha de trigo, seguida da marca Medalha de Ouro, utilizada para o setor de panificação, que atingiu 36,2% de representatividade no mesmo período.

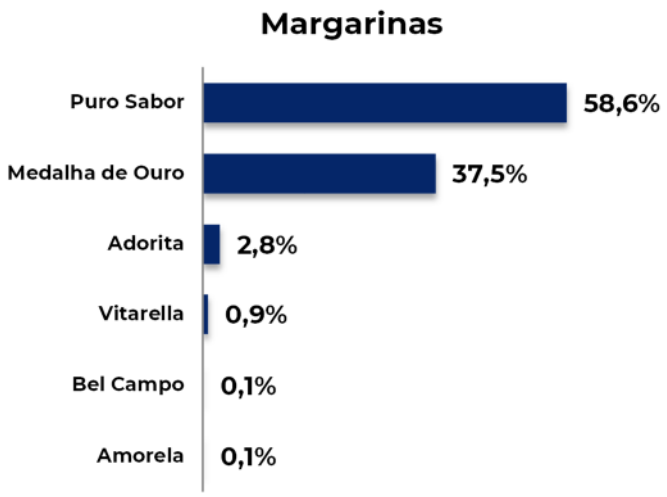
1.3 Informações relacionadas aos segmentos operacionais

Quando aos segmentos de margarinas e gorduras, a produção da Companhia engloba margarinas do tipo doméstica e industrial e gorduras para diversas aplicações, tais como frituras de imersão, sorvete, cobertura, recheio e spray.

Suas principais marcas são Puro Sabor, Vitarella e Adorita, que atendem aos mercados das classes B/C/D, e Medalha de Ouro, destinada à *food service*.

Dentre as marcas de margarina, destaca-se a Puro Sabor, que representou, no ano de 2022, 58,6% da receita bruta deduzida de descontos e devoluções, seguida da marca Medalha de Ouro, que atingiu no mesmo período 37,5% de representatividade no período.





Nota: Mix de marcas, considerando a receita bruta deduzida de descontos e devoluções.

b. Receita proveniente do segmento e sua participação na receita líquida do emissor

Toda a receita líquida da Companhia é proveniente do segmento de produtos alimentícios, que em 2022 foi de R$ 10.129,2 milhões (R$ 7.814,0 milhões em 2021).

c. Lucro ou prejuízo resultante do segmento e sua participação no lucro líquido do emissor

A totalidade do resultado da Companhia advém do segmento de produtos alimentícios, que em 2022 atingiu R$ 481,8 milhões (R$ 505,0 milhões em 2021).

1.4 Produção/Comercialização/Mercados

a. Características do processo de produção

A Companhia conta com um moderno parque industrial estrategicamente localizado nos principais mercados onde atua, com equipamentos de última geração, atendendo aos mais rigorosos padrões de qualidade.

A tabela abaixo relaciona as plantas industriais da Companhia em 31 de dezembro de 2022:

Unidade	Localização	Área do Terreno (em m²)	Área Construída (em m²)	Titularidade da Planta
Moinho de Trigo e Fábrica de Biscoitos, Massas e Torradas	Eusébio - CE	508.042,39	190.225,91	Companhia
Fábrica de Gorduras e Margarinas	Fortaleza - CE	53.332,48	24.596,00	Companhia
Moinho de trigo	Fortaleza - CE	9.655,00	33.678,35	Companhia (arrendatária)
Fábrica de Biscoitos, Massas, Bolos e Snacks	Maracanaú - CE	148.716,00	51.130,21	Companhia
Moinho de trigo e Fábrica de Massas	Natal – RN	9.923,57	23.784,56	Companhia (arrendatária)
Moinho de Trigo e Fábrica de Biscoitos, Massas e Mistura para bolos	Salvador - BA	243.884,94	123.479,00	Companhia
Moinho de Trigo e Fábrica de Massas	Cabedelo - PB	37.993,00	31.848,26	Companhia (arrendatária)
Fábrica de Massas	São Caetano do Sul - SP	12.941,39	12.941,39	Companhia
Moinho de trigo	Rolândia - PR	105.474,32	17.373,11	Companhia
Fábrica de Biscoitos	Lençóis Paulistas - SP	10.497,55	10.497,55	Companhia
Moinho de Trigo e Fábrica de Biscoitos e Massas	Bento Gonçalves - RS	123.293,00	94.265,44	Companhia
Fábrica de Biscoitos e Massas	Jaboatão dos Guararapes - PE	268.673,90	128,125,69	Companhia
Fábrica de Biscoitos e Massas	Rio de Janeiro - RJ	30.079,00	37.604,00	Companhia
Fábrica de Gorduras e Margarinas	Rio de Janeiro - RJ	6.945,00	18.583,00	Companhia
Fábrica de Biscoitos	Queimados - RJ	39.709,62	41.713,43	Companhia
Fábrica de Temperos, Biscoitos de Arroz, Massas sem Glúten e Snacks	São José dos Pinhais - PR	3.580,95	3.680,95	Companhia (arrendatária)
Fábrica de Granolas, Cookies e Biscoitos, Panificação sem Glúten e Beneficiamento de Grãos	Campina Grande do Sul - PR	32.328,66	13.689,04	Companhia
Fábrica de Macarrão de Trigo Seco e Sêmola de Grano Duro	Montevideo – UY	5.425,00	3.630,00	Companhia

1.4 Produção/Comercialização/Mercados

O processo de produção da Companhia não depende significativamente de nenhum dos seus equipamentos considerados individualmente.

No quadro abaixo, são apresentados os principais detentores da tecnologia utilizada no seu processo industrial:

Linha de Produto	Principais Fornecedores de Equipamentos
Biscoitos	Haas do Brasil, H. Tech Ind. e Com. de Máquinas Ltda, Bühler, Robert Bosch, Gonçalo Gonzag Fabricação e Montagens Industriais EIRELI, Imaforni Intl S.P.A, CAMA 1 S.P.A, Peerless – Peters – Fedc Sermotec Ltda, Varpe Brasil Tecnologia em Inspeção e Pesagem, Gotesp, Vantecis Industrial Servic Ltda, Mettler – Toledo Safeline e Ramontec Ltda – EPP, Atlass Copco Brasil Ltda, Beheng Máquinas Equipamentos Ltda, Cavanna Máquinas e Sistemas para Embalagens Ltda, Coppi Industrial Ltd Flexlink Systems Ltda, Forttress Technology Sistemas de Inspeção Ltda, GEA Imaforni S.P.A, AERZE do Brasil Ltda, LITEQ Indústria e Comércio Ltda, Rital Brasil Ltda, DANFOSS, Dematic Brasil Ltd Toledo do Brasil, FAVA S.P.A, TroCalor Indústria Mecânica ltda, Ricefer Equipamentos Inox Ltda, Oti Elevadores.
Massas	FAVA S.P.A, Gonçalo Gonzaga Fabricação e Montagens Industriais EIRELI, Landucci S.R.L, AET Engenharia e Soluções Tecnológicas Avançadas S.A, Forteserv Peças e Serviços Industriais Ltda – ME, Masipack Ind. e Com. de Máquinas Automáticas S.A, T. Freemantle Limited, Sangati Berga S.A e Robert Bosch, Forteusi Maq Alimenticias Ltda EPP, Weishaupt do Brasil Ind e Com Ltda, Baker Perkins, Bühler, AltoPack S.P.A, Dematic Brasil Ltda, Alfa Laval Ltda, Martini SRL Packaging Machines, Demag Cranes &Componentes Ltda, Pavan S.P.A, Alpina Equipmentos, Sabroe Do Brasil Ltda.
Farinha e Farelo	Sangati Berga S.A, Bühler, AET Engenharia e Soluções Teconológicas Avançadas S.A, MRP International Group LLC, Haver & Boecker Latino Americana Máquinas Limitada e Ramontec Ltda – EPP, ABB Ltda, Brabender GMBH & CO KG, Granolab do Brasil SA Tecnologia para a Ind. Alimentícia, Vazflux Sopradores, Vacuo e Dosadoras Ltda, Fawema GMBH, Aerzen do Brasil, Bmont engenharia Eireli.
Margarinas e Gorduras	FTA Serviços em Máq.Industriais Ltda, Hollbras Filtros e Equip Industriais Ltda, TCA Tubos e Conexões de Aço Ltda, Varpe Brasil Tecnologia em Inspeção e Pesagem, Hiper Centrifugation Ltda, Springer Carrier, JAV Distribuição de Materiais Elétricos e Automação Ltda, Isotermas Ltda – ME, Endress + Hauser Controle e Automação Ltda, VTR Vettor Equip. Industriais Ltda e Mettler – Toledo Safeline, DE Smet do Brasil Comércio e Indústria Ltda, Alfa Laval Ltda, HOLSTEIN KAPPERT S.A, Otis elevadores, Weg S.A, Alpina Equipamentos, Grundfos do Brasil Ltda, Siemens Brasil Ltda.

As manutenções dos equipamentos utilizados no processo de produção são realizadas de forma sistemática e preventiva, de acordo com um calendário desenhado pela área de engenharia de manutenção, considerando as especificações de cada fornecedor. Antes ou quando necessário, durante as substituições dos elementos que constituem as máquinas, os manuais de manutenção do fabricante sempre são consultados. Os intervalos de substituição dos elementos que constituem as máquinas são efetuados por técnicos de manutenção qualificados ou por técnicos do próprio fabricante. Os programas de manutenção são preparados de forma a restringir ao máximo o tempo de paradas dos equipamentos.

Ao longo de sua história, a Companhia nunca passou por grandes paralisações do seu processo produtivo, seja por problemas com equipamentos ou por greve dos seus funcionários. Para maiores informações sobre o relacionamento com os sindicatos de empregados, veja o item 10.4 - Relações entre o emissor e sindicatos deste documento.

A tabela a seguir mostra a capacidade de produção, a produção anual total, em mil toneladas, e o nível de utilização em cada uma das unidades industriais da Companhia, nos períodos indicados:

1.4 Produção/Comercialização/Mercados

Capacidade Produtiva / Produção Efetiva	Biscoitos		Massas		Farinha de Trigo e Farelo		Margarinas e Gorduras		Outras linhas de produtos		Total	
	2021	2022	2021	2022	2021	2022	2021	2022	2021	2022	2021	2022
Moinho de Trigo e Fábrica de Biscoito, Massas e Mistura para bolos (Salvador - BA)	110,2	132,1	66,2	63,9	544,2	224,7	-	-	10,8	10,8	**731,4**	**431,5**
Moinho de Trigo (Fortaleza - CE)	-	-	-	-	446,5	389,1	-	-	-	-	**446,5**	**389,1**
Moinho de Trigo e Fábrica de Massas (Cabedelo - PB)	-	-	50,3	49,1	296,4	451,0	-	-	-	-	**346,7**	**500,1**
Moinho de Trigo e Fábrica de Biscoitos, Massas e Torradas (Eusébio - CE)	180,8	194,5	73,7	70,4	224,7	303,3	-	-	12,3	12,3	**491,5**	**580,5**
Fábrica de Biscoitos e Massas (Jaboatão dos Guararapes-PE)	274,2	272,1	90,5	102,2	-	-	-	-	-	-	**364,7**	**374,3**
Moinho de Trigo e Fábrica de Massas (Natal - RN)	-	-	26,8	25,4	385,9	547,5	-	-	-	-	**412,7**	**572,9**
Fábrica de Gorduras e Margarinas (Fortaleza - CE)	-	-	-	-	-	-	360,0	360,0	-	-	**360,0**	**360,0**
Moinho de Trigo e Fábrica de Biscoitos e Massas (Bento Gonçalves - RS)	72,6	73,1	38,8	42,3	434,5	449,4	-	-	-	-	**545,9**	**564,8**
Fábrica de Massas (São Caetano do Sul - SP)	-	-	92,6	86,8	-	-	-	-	-	-	**92,6**	**86,8**
Fábrica de Biscoitos (Lençóis Paulista - SP)	40,0	35,9	-	-	-	-	-	-	-	-	**40**	**35,9**
Fábrica de Biscoitos, Massas, Bolos e *Snacks* (Maracanaú - CE)	100,7	121	49,4	33,4	-	-	-	-	12,1	14,3	**162,2**	**168,7**
Moinho de Trigo (Rolândia - PR)	-	-	-	-	138,7	138,7	-	-	-	-	**138,7**	**138,7**
Fábrica de Biscoitos e Massas (Rio de Janeiro-RJ)	87,5	84,4	74,4	78,2	-	-	-	-	-	-	**161,9**	**162,6**
Fábrica de Gorduras e Margarinas (Rio de Janeiro - RJ)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	**0,0**	**0,0**
Fábrica de Biscoitos (Queimados - RJ)	30,5	30,3	-	-	-	-	-	-	-	-	**30,5**	**30,3**
Fábrica de Biscoitos, *Snacks* e Temperos (São José dos Pinhais - PR)	-	-	-	-	-	-	-	-	1,1	4,2	**1,1**	**4,2**
Fábrica de Biscoitos, Pães, Cereais e Granolas (Campina Grande do Sul - PR)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	2,6	**0,0**	**2,6**
Fábrica de Massas (Montevidéu - UY)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	3,1	**0,0**	**3,1**
Capacidade Total de Produção	**896,5**	**943,4**	**562,7**	**551,7**	**2.470,9**	**2.503,7**	**360,0**	**360,0**	**36,3**	**47,2**	**4.326,4**	**4.406,0**
Produção Total	**531,1**	**543,9**	**380,0**	**363,7**	**1.493,1**	**1.509,0**	**176,0**	**175,8**	**16,3**	**20,1**	**2.596,5**	**2.612,5**
Nível de Utilização da Capacidade	**59,2%**	**57,7%**	**67,5%**	**65,9%**	**60,4%**	**60,3%**	**48,9%**	**48,8%**	**44,9%**	**42,6%**	**60,0%**	**59,3%**

Processo Produtivo

Para melhor compreensão do processo de produção da Companhia, as informações são detalhadas por linha de produtos.

1.4 Produção/Comercialização/Mercados

Biscoitos

A principal linha de produtos na geração de receitas para a Companhia é a de biscoitos. Dentre um universo diversificado de produtos, os biscoitos são agrupados da seguinte forma: Cracker, Maria, Maizena, Recheados, Secos e Doces, Waffer, Salgados, Cookies e Cobertos.

O processo de produção do biscoito varia quanto aos grupos acima mencionados, e estando assim divididos em: recepção e estocagem de matérias-primas, ingredientes e material de embalagem, moagem e peneiração de açúcar, inversão de açúcar, preparação de cobertura, dosagem de matérias-primas e ingredientes, mistura dos ingredientes, fermentação, adição de farofa, laminação / estampagem/corte, moldagem ,deposição, e corte por arame, forneamento, adição de recheio, adição de creme vegetal em spray, resfriamento natural, adição de recheio, resfriamento forçado, empilhamento, empacotamento, encaixotamento, palletização, estocagem e distribuição.

O início do processo se dá com a pesagem dos ingredientes e preparação das massas, de acordo com as formulações e especificações técnicas referentes a cada tipo de produto. Nesta etapa os ingredientes utilizados são divididos em três categorias, a saber:

- Microingredientes, que são aqueles utilizados em pequena quantidade, até aproximadamente 3 kg, com exceção de alguns ingredientes que compõem as soluções, estes podem chegar até 8 kg;
- Ingredientes intermediários, que são aqueles dosados em médias quantidades, acima de 3 kg até 45 kg;
- Macroingredientes, que são os ingredientes utilizados em grandes quantidades, controlados e dosados de forma automatizada.

Após o fracionamento dos ingredientes, estes são misturados e homogeneizados por mixers (masseira). A massa proveniente desta mistura é acondicionada em carros/cubas de aço inox e seguem para a etapa de fermentação ou tombamento.

Para os biscoitos fermentados, a etapa de preparação de massas é dividida em duas fases de processo: a primeira fase é denominada de esponja e a segunda fase reforço.

O processo de fermentação é biológico, realizado por microrganismos, que com a presença de açucares e farinha, transformam amidos e açúcares em álcool e ácido, na primeira fase. Na fase reforço, se dar a estruturação destas reações, tendo como pontos fundamentais o controle do pH com a adição do bicarbonato de sódio. O tempo de fermentação é um fator importante para determinação do sabor e aeração do produto final.

Após o término da mistura ou da fermentação, a massa é colocada em um carro de aço inox e levada ao tombador, que consiste em dois garfos que elevam o carrinho, tombando-o para dentro de um reservatório com saída para um sistema automático de lonas alimentadoras, seguindo daí para a etapa de laminação/ estampagem.

Na laminação, a massa é trabalhada por banco de cilindros que vão afim e esticam (formação de lâminas) para obter a espessura desejada para a formação da peça. Para cada tipo de produto, pode ser aplicada uma camada de farofa entre as camadas de massa. Para os folhados, há sobreposição de camadas de massa (até 10 camadas) e esta etapa é de suma importância para conferir a textura e aspecto de folheado (ex.: Crackers)

Ao atingir a espessura padrão final, a massa passa por um sistema com rolos cortadores e marcadores correspondentes a cada produto que conferem o formato da peça. Neste ponto tem-se rígido controle

1.4 Produção/Comercialização/Mercados

de processo para que o produto tenha suas características definidas e padronizadas. Seguindo, então, para o forno, resfriamento natural e embalagem.

A moldagem caracteriza o formato que é dado para os biscoitos rotativos, como biscoitos amanteigados e recheados. Funciona através de um conjunto de três cilindros: Rolo Estriado (rolo de força), molde (estampo formador) e extração (rolo de borracha) o conjunto utiliza uma faca para retirar o excesso de massa no estampo formador. A massa é pressionada nas cavidades do molde para formar as peças individuais. No caso do biscoito wafer, a massa de consistência bem líquida, sai do misturador e é bombeada e depositada por meio de um tubo furado, diretamente sobre as placas de cozimento do forno.

Passado o processo de laminação, corte, ou moldagem, os biscoitos, caso faça parte de sua especificação, podem receber aplicação de granulados (sal, açúcar, confeitos), posteriormente seguem para o processo de forneamento, onde é realizado o seu cozimento seguindo uma curva de cozimento padrão, obedecendo aos padrões de qualidade preestabelecidos, em conformidade com cada linha de produção e produto. Dependendo do tipo de produto, após esta etapa as peças recebem a adição de creme vegetal em spray por meio de pulverização/ aspersão em sua superfície. O biscoito já cozido passa por um processo de resfriamento.

Para produto recheado pode ser usado o resfriamento natural e/ou forçado. Isto se faz necessário pois para o processo de aplicação do recheio tem-se temperaturas indicadas para a peça (temperatura ideal para o processo). Os demais produtos possuem um sistema de resfriamento natural que é feito através de troca de calor do produto com o ar ambiente.

Os produtos do tipo recheado recebem após o forneamento e resfriamento uma quantidade de recheio entre as bases, formando um produto do tipo sanduíche. A alimentação de creme nas recheadoras é feita automaticamente através de bombas dosadoras. Após formação do sanduiche o produto segue através de lonas transportadoras por túnel de resfriamento onde ocorre a cristalização do recheio.

Os produtos cobertos de chocolate são alimentados em cobrideiras recebendo uma cobertura de chocolate previamente aquecida, passando aí por uma “cortina de chocolate” (totalmente coberto) ou por uma “superfície” de chocolate (parcialmente cobertos).

Para os wafers, após mistura, a massa é bombeada por tubulações até a aplicação sobre as placas do forno (depósito). Antes da deposição, realizada através do bico aplicador, a massa passa por uma boia que evita a formação de bolhas. Após assada, a placa (casquinha) equaliza a temperatura e umidade em torre de resfriamento natural para facilitar a aplicação de recheio. O bloco (casquinhas mais camadas de recheio) são resfriados em túnel de resfriamento (forçado) para cristalização do recheio e encaminhados para corte, onde a peça tem seu formato definido. Posteriormente segue para o processo de embalagem.

Depois do resfriamento, os biscoitos (exceto biscoitos à granel) seguem para o processo de empilhamento por meio de calhas que funcionam como guias, para em seguida serem conduzidos ao setor de embalagem. Ressaltamos que no decorrer de todo o processo de produção, os biscoitos passam por detectores de metais, com vista a garantir a segurança do produto que chega ao consumidor, como também utilizamos *checkweight* para garantir o controle de peso conforme a legislação.

O processo de empacotamento do biscoito é todo automatizado. As empacotadoras trabalham com velocidade e temperatura adequadas para atender toda a produção gerada na linha. O produto já embalado segue para o processo de encaixotamento/enfardamento manual ou automático depois são

1.4 Produção/Comercialização/Mercados

organizados em “pallets” em quantidades definidas para serem conduzidos para o setor de expedição de produtos acabados para posterior distribuição, respeitando o sistema FIFO (First In, First off).

Todo o processo produtivo ocorre em condições controladas e obedecendo as boas práticas de fabricação. Há registros de controles de processos, bem como do controle de qualidade dos insumos e produtos acabados.

Massas

A Companhia produz diversos produtos à base de 05 (cinco) tipos de massas: Massa Comum, Massa de Sêmola, Massa de Sêmola com Ovo em Pó, Massa Grano Duro e Massa Instantânea (Lámen).

O processo produtivo das referidas massas é o mesmo, diferenciando-se, somente, pelos ingredientes adicionados. É iniciado com o transporte (por sistema pneumático) da farinha de trigo dos silos de estocagem para os mini-silos, que são depósitos entre os silos e as masseiras, já localizados na área de produção.

Em outra etapa do processo, no misturador de “pré-mix” ou micro dosadoras, são dosados e misturados ingredientes como o ovo em pó e/ou os corantes naturais, farinha de trigo e micro-ingredientes. Essa mistura ou micro-ingredientes, são transportados para mini-silos onde fica até ser misturada à farinha de trigo. A quantidade de micro-ingredientes a ser misturado à farinha, é controlada por um equipamento chamado dosador ou micro dosadoras.

Posteriormente, um sistema pneumático transfere a farinha e o micro-ingrediente para o dosador das masseiras. Nesse dosador, a farinha já misturada aos micro-ingredientes e a água são dosados em quantidades pré-determinadas e proporcionais para seguirem para a próxima etapa do processo.

Na masseira, ocorre a mistura e homogeneização dos ingredientes com a água. Através da rosca de extrusão a massa segue para trafila (molde). O sistema a vácuo permite a retirada de ar, com a finalidade de se prevenir a oxidação, o aspecto áspero e a coloração não característica da massa depois de processada, além de interferir na qualidade durante o cozimento. No caso do lámen a massa é homogeneizada e depositada em uma esteira de maturação.

Ocorrendo a mistura e extrusão da massa, onde a mesma é prensada, seguindo então para a “trafila” que possui certo número de pastilhas que definem o formato do produto. Antes de passar pela trafila, a massa passa pelo salva-trafila e por uma tela (filtro) para não danificar as pastilhas e reter possíveis contaminantes físicos. No caso do lámen, a massa segue para laminação e corte.

Uma vez extrusados nas trafilas, o macarrão é recebido por canas/varas e cortado. Então segue para a etapa de pré-secagem, que é a primeira etapa de secagem do macarrão, onde a massa tomará sua forma definitiva sofrendo uma forte ventilação acompanhada de calor para que não colem entre si, ficando adequada para a secagem final que se dá na “Galeria de secagem”, que também se dá com forte ventilação e calor. No caso do lámen, a massa segue para o corte e dobra e depois para o cozimento.

A etapa seguinte é o resfriamento para ter sua temperatura equiparada com a externa, evitando choque térmico ao entrar em contato com o ambiente. As condições de secagem variam para os diferentes tipos de massa alimentícia e conforme velocidade da máquina.

Após o resfriamento, as massas longas passam por uma serra de corte para que fique no tamanho ideal para ser embalada. As sobras que são geradas no processo de corte da massa são levadas para um moinho e voltam para o processo de produção.

1.4 Produção/Comercialização/Mercados

O processo de embalagem é automático, sendo realizado em “empacotadeiras”. Neste processo, os pacotes devidamente pesados e checados automaticamente são submetidos a detectores de metais, utilizados para detectar possíveis partículas metálicas no produto, realizando a rejeição do mesmo, atendendo assim às normas de Segurança de Alimentos. Em seguida, os pacotes passam pelas “enfardadeiras”, onde serão agrupados em fardos e depois colocados em “pallets” que são conduzidos ao setor de expedição de produtos acabados para posterior distribuição, respeitando o sistema FIFO (First In, Firts off).

Todo o processo produtivo ocorre em condições controladas e obedecendo as boas práticas de fabricação e o sistema HACCP. Há registros de controles de processos, bem como de controle de qualidade dos insumos e produto acabado.

Farinha de Trigo

O processo de produção da Farinha de Trigo está divido nas seguintes fases: Recepção do Trigo, Preparação do Trigo para Moagem, Moagem do Trigo e Produto Acabado.

O trigo é recebido por via marítima e é transferido para os silos de armazenagem do moinho, sendo esta operação realizada por descarregadores mecânicos (portolino). Trata-se de um equipamento de concepção moderna, composto de uma torre que se movimenta no sentido longitudinal do cais, operacionalizado em uma cabine de comando, composto também, por um transportador de corrente móvel para movimentação nos porões do navio e sistema próprio de aspiração, filtragem e recolhimento de resíduos, possuindo ainda uma cabine acústica que abriga o compressor e o sistema hidráulico, para a minimização dos ruídos.

Após a descarga do navio, o trigo passa por uma pré-limpeza. Nesta fase, são retiradas impurezas com dimensões maiores e menores que o trigo, materiais ferrosos e impurezas mais leves que o grão, constituídas basicamente de pó e palha que são adicionadas ao Farelo (subproduto do trigo). Este então será armazenado em silos e entre silos de concreto.

Os silos possuem instalações de transporte e válvulas pneumáticas que permitem operações de transilagem entre eles, gerando uma otimização da capacidade de armazenamento e a aeração dos lotes armazenados por mais tempo.

Todos os processos de movimentação do trigo são submetidos a sistemas de aspiração, compostos de dutos de diâmetros diversos, filtros de manga, ventiladores de média e alta pressão, que recolhem e filtram partículas, o que garante retorno de ar limpo à atmosfera. Vale ressaltar ainda que, o produto aspirado é decantado no filtro e dosado por uma esclusa no silo de resíduo, para que seja adicionado ao farelo.

Antecedendo a moagem, o trigo passa por um processo de “preparação” composto por duas etapas de limpeza, intercalado por uma etapa de umidificação e descanso. A fase de preparação irá garantir a qualidade e um melhor aproveitamento do trigo no processo de moagem.

A moagem de trigo é um processo físico de redução gradual e seletiva que tem como objetivo principal separar a parte interna do grão do trigo, denominada endosperma, da sua casca, reduzindo os produtos intermediários até a obtenção da farinha, que é o produto, e do farelo que é um subproduto do trigo.

O supracitado processo consiste em submeter o trigo e seus produtos intermediários às sucessivas etapas de fragmentação, intercaladas por fases de peneiração e classificação granulométrica e dessimétrica, até a redução das sêmolas em granulometria de farinha.

1.4 Produção/Comercialização/Mercados

Nas diferentes passagens de peneiração, ocorridas no processo de moagem, são produzidas farinhas de características qualitativas distintas. Através de transportadores helicoidais, as referidas farinhas são mescladas, resultando em dois tipos de farinhas intermediárias, denominadas “F1” e “F2”. A primeira farinha é mais clara, com baixo teor de matéria mineral retirada da parte mais interna do grão. A segunda farinha, mais escura, tem maior teor de matéria mineral, sendo composta de farinhas retiradas da parte do endosperma mais próxima da casca.

Ambas são transportadas até os silos de farinha através de transportes pneumáticos à pressão, e serão matérias-primas para a mistura e produção de farinhas finais. Ressaltamos que todas as movimentações de farinha são controladas por balanças eletrônicas de fluxo, que em conjunto com as demais balanças de trigo e farelo, são integradas em um sistema on-line de controle de rendimento do processo.

Em um momento seguinte as farinhas “F1” e “F2” são misturadas em diferentes proporções, em conjunto com microingredientes corretores de farinha e complexos de vitaminas. Todas as misturas são comandadas e monitoradas via computador que, em conjunto com um moderno sistema de automação e de balanças eletrônicas, garantem alta precisão e confiabilidade na dosagem, tornando-se um dos grandes diferenciais da farinha produzida pela M. Dias Branco.

Das linhas de mistura, as farinhas seguem para os silos de produto acabado onde serão envasados em diferentes cortes de produção, seguindo então para a expedição.

O processo produtivo da farinha de trigo gera um subproduto, denominado de farelo. Os farelos produzidos no moinho são: Farelo Grosso e Farelo Fino. Os farelos produzidos possuem linhas de transporte independentes e podem ser armazenados em silos. Como no armazenamento do trigo, as instalações permitem uma transilagem contínua do farelo, garantindo assim a sua movimentação contínua, o que evita a sua estagnação no silo.

O ensacamento do farelo pode ser efetuado em linhas distintas, em sacos de 30 ou 40 kg, que podem ser expedidos diretamente aos caminhões ou estocados em área exclusiva para este fim.

Margarinas e Gorduras Vegetais

No processo de produção das gorduras, a matéria-prima básica utilizada é o óleo vegetal. Os mais comumente utilizados são os óleos de soja - obtido através do esmagamento dos grãos de soja –, o de palma – extraído da polpa da palma – e o de algodão – extraído do caroço deste. Adquirimos estes óleos no mercado nacional e internacional. A soja é normalmente adquirida no mercado nacional, podendo ser importada algumas vezes. O óleo de palma normalmente é importado da Colômbia, Venezuela e Ásia por ser pequena a oferta no mercado nacional. O óleo de algodão é adquirido no mercado nacional.

A primeira etapa do referido processo é constituída pelo refino do óleo bruto, compreendendo as operações de: neutralização, branqueamento, hidrogenação, interesterificação e desodorização. A neutralização consiste na remoção da acidez livre do óleo bruto, através de procedimentos químicos e mecânicos de centrifugação. No branqueamento, é feita a remoção de impurezas indesejáveis e de pigmentos para clarificar o produto.

Em um momento seguinte, o óleo irá para o processo de hidrogenação que consiste na injeção de gás hidrogênio num reator, em condições determinadas e na presença de um catalisador. Outro processo utilizado é a interesterificação. Neste processo são misturados gorduras totalmente ou parcialmente hidrogenadas com óleos líquidos e com a adição de um catalisador se obtém a reação. O produto final

1.4 Produção/Comercialização/Mercados

deste processo é conhecido como gordura zero trans. Obtemos assim as gorduras hidrogenadas e/ou interesterificadas (zero trans) que são as bases para a produção das gorduras vegetais.

Na fase de desodorização é feita a remoção de ácidos graxos residuais, responsáveis pelo odor e paladar próprios dos óleos e/ou gorduras, por meio de um processo de destilação com a injeção direta de vapor. Obtém-se, assim, as gorduras vegetais desodorizadas, que são a base para a fabricação das gorduras vegetais para usos industriais diversos como panificação, fabricação de biscoitos, bolos, sorvetes, chocolates e para a fabricação das margarinas.

As gorduras vegetais para uso industrial podem ter diferentes especificações, de acordo com a sua utilização final e às especificações de clientes que precisam de um produto diferenciado.

A margarina é um produto elaborado a partir de óleos e gorduras desodorizados, de origem vegetal, e outros ingredientes tais como: sal, leite, aromas, corantes naturais, estabilizantes, emulsificantes, vitaminas e água. Cada um dos ingredientes é pesado em tanques-balança, sendo adicionados na quantidade correta de acordo com a fórmula do produto, para a obtenção da emulsão.

A mencionada emulsão é composta de uma fase aquosa, com ingredientes hidrossolúveis (sal e conservantes) e uma fase oleosa, constituída de óleo vegetal e/ou gordura vegetal hidrogenada e/ou interesterificada (zero trans), com os ingredientes lipossolúveis (emulsificantes, aromas etc.). Esta emulsão é direcionada para o processo de cristalização e homogeneização, do qual surgirá a margarina. Em seguida, a margarina segue para o acondicionamento, que pode ser em potes ou baldes no caso de consumo doméstico, ou em caixas, no caso de utilização industrial ou institucional.

Após o acondicionamento, a margarina deverá ser estocada em câmaras frias à temperatura entre 8°C e 16°C, dependendo do produto e sua destinação, por no mínimo, 24 horas para sua devida estabilização.

b. Características do processo de distribuição

As vendas da Companhia são preponderantemente efetuadas no Brasil. Em 2022, 98,4% da receita operacional advieram de vendas realizadas no território nacional (98,0% em 2021).

A Companhia possui mais de 25 centros de distribuição localizados em 16 Estados do Brasil e um no Uruguai, os quais são responsáveis pela comercialização e distribuição de todos os produtos. Não existe comercialização dos produtos da Companhia por empresas de propriedade do acionista controlador.

A tabela abaixo demonstra a representatividade, em termos de receita líquida de descontos e devoluções, dos canais de vendas:

Canal de vendas	2021	2022
Varejo	21,4%	19,1%
Atacado	18,7%	18,2%
Key Account/Rede Regional	20,9%	22,5%
Cash & Carry	22,2%	22,9%
Distribuidores	9,7%	11,3%
Indústria	3,6%	3,0%
Outros	3,5%	3,0%
Total	**100,0%**	**100,0%**

A maior representatividade dos canais Key Account/Redes Regionais, ligada à estratégia de construção e fortificação de marcas, influenciou para a maior participação das vendas a intermediários em 2022. Vale ressaltar que o canal Distribuidores continua crescendo, em linha com a estratégia da Companhia de aumentar a capilaridade, sobretudo na região de Ataque (Sul, Sudeste e Centro-Oeste).

1.4 Produção/Comercialização/Mercados

c. Características dos mercados de atuação, em especial:

A Indústria de Trigo e de Moagem de Trigo no Brasil

Breve Histórico

Em 22 de novembro de 1990, entrou em vigor a Lei 8.096, que revogou o Decreto-Lei 210/1967. A Lei 8.096/90 declarou livres, em todo território nacional, a comercialização e a industrialização do trigo de qualquer procedência, liberando, como consequência, a comercialização e a industrialização do trigo no Brasil, sem os agentes econômicos estarem mais presos a limites, cotas e controles do governo, inclusive para a importação do grão. Em razão dessa mudança sensível, o setor passou por intensa transformação como resultado da abrupta desregulamentação e abertura ao comércio exterior, notadamente à Argentina, cujos custos de produção eram inferiores aos verificados no Brasil e, por consequência, produzia trigo a preços mais competitivos que o Brasil.

Aspectos mais recentes

Atualmente, o Governo adota medidas intervencionistas direcionadas ao setor, seja por meio de Empréstimos do Governo Federal (EGF), da Política de Garantia de Preços Mínimos (PGPM), do Prêmio de Escoamento da Produção (PEP). Na prática, o PEP representa um subsídio nas duas pontas. Na do produtor, onde cobre a diferença entre o preço mínimo e o preço de mercado, e na das empresas, com o subsídio no transporte do trigo da região produtora até o moinho.

A produtividade da triticultura nacional, apesar de ter apresentado considerável evolução nos últimos anos ainda é baixa em relação aos principais produtores mundiais de trigo. As desvantagens envolvem condições climáticas desfavoráveis à cultura de inverno na maior parte do território nacional o que, associado às características do solo, influencia a qualidade do trigo brasileiro e/ou os custos de produção do grão.

Apesar do esforço do Estado em garantir a renda do produtor, os fornecedores, em especial a Argentina, conseguem desembarcar o grão a custos inferiores aos custos nacionais e/ou em padrões da qualidade superiores.

A tabela a seguir apresenta o consumo brasileiro de trigo nos últimos 5 períodos:

Produção, Importação e Consumo de Trigo no Brasil

	Produção	Var (%)	Importação	Var (%)	Consumo	Var (%)
2018/19	5.428	27,30%	7.442	11,04%	12.100	0,83%
2019/20	5.200	-4,20%	7.179	-3,53%	12.100	0,00%
2020/21	6.250	20,19%	6.395	-10,92%	12.050	-0,41%
2021/22	7.700	23,20%	6.700	4,77%	12.500	3,73%
2022/23	10.400	35,06%	5.100	-23,88%	11.900	-4,80%

Fonte: United States Department of Agriculture – USDA

Como a produção doméstica é insuficiente para suprir o consumo, o Brasil ainda é dependente da importação de trigo em grão, principalmente, da Argentina, o que imputa aos moinhos uma forte vulnerabilidade quanto às oscilações dos preços internacionais da *commodity*, que absorve a influência de fatores externos, inclusive movimentos especulativos.

Aspectos gerais da concorrência da Indústria de Moagem de Trigo

O trigo continua despertando o interesse dos agricultores no Brasil, com crescente investimento em tecnologias, incluindo novas cultivares resistentes adaptadas a climas secos e mais resistentes a doenças, proporcionando recordes de produção. Além disso, a possibilidade de aumento da demanda internacional por trigo, aproveitando o espaço deixado pelos graves problemas de safra na Argentina

1.4 Produção/Comercialização/Mercados

e a guerra da Rússia na Ucrânia, e a queda nos custos de produção são fatores que aumentam o otimismo dos produtores brasileiros rumo à safra de trigo 2023/24.

De acordo com o USDA (United States Department of Agriculture), a produção mundial de trigo referente à safra 2021/22 foi estimada em 779,29 milhões de toneladas, quantidade 0,5% maior que no período de 2020/21. Destacam-se como grandes produtores de trigo, a China, a União Europeia, a Índia, a Rússia e os Estados Unidos, sendo a Rússia e a União europeia os maiores exportadores do mundo. O Brasil é classificado entre os 10 maiores importadores do mundo.

Em 2022 a Argentina, com base nos dados divulgados pela Associação Brasileira da Indústria de Trigo – Abitrigo, foi responsável em fornecer a maior parte da demanda de trigo importada pelos moinhos brasileiros. As tabelas abaixo mostram os maiores produtores, consumidores e exportadores mundiais de trigo, bem como a produção e consumo do Brasil:

Maiores Produtores Mundiais de Trigo

Ano	União Europeia	China	Índia	Rússia	Estados Unidos	Produção Mundial
			(Em Mil Toneladas)			
2018/19	123.124	131.441	99.870	71.685	51.306	730.918
2019/20	138.799	133.600	103.600	73.610	52.581	761.609
2020/21	126.694	134.250	107.860	85.352	49.751	775.718
2021/22	138.418	136.946	109.586	75.158	44.790	779.287
2022/23	134.341	137.723	104.000	92.000	44.902	788.264

Fonte: United States Department of Agriculture – USDA (Production, Spply and Distribution – PSD)

Maiores Consumidores Mundiais de Trigo

Ano	União Europeia	China	Índia	Rússia	Estados Unidos	Consumo Mundial
			(Em Mil Toneladas)			
2018/19	106.300	125.000	95.629	40.500	29.986	734.276
2019/20	107.250	126.000	95.403	40.000	30.436	746.042
2020/21	104.750	150.000	102.217	42.500	30.476	782.419
2021/22	109.000	148.000	107.911	41.750	30.643	790.789
2022/23	107.500	148.000	108.720	42.250	29.937	794.651

Fonte: United States Department of Agriculture – USDA (Production, Spply and Distribution – PSD)

Maiores Exportadores Mundiais de Trigo

Ano	Rússia	União Europeia	Austrália	Estados Unidos	Canadá	Exportação Mundial
			(Em Mil Toneladas)			
2018/19	35.863	24.686	9.835	26.202	24.475	178.131
2019/20	34.485	39.788	10.118	26.390	22.991	194.511
2020/21	39.100	29.740	19.720	26.702	27.723	199.443
2021/22	33.000	31.000	27.000	21.750	15.500	201.583
2022/23	44.500	34.500	32.500	21.500	26.000	212.944

Fonte: United States Department of Agriculture – USDA (Production, Spply and Distribution – PSD)

Conforme dados da ABITRIGO, dados atualizados até o fevereiro de 2019 (último levantamento), havia, no Brasil, 165 moinhos de trigo em atividade. Boa parte encontra-se concentrada nas regiões Sul e Sudeste do País (e, assim, próximas aos principais fornecedores da matéria-prima).

A Indústria de Massas no Brasil

Breve descrição do Setor de Massas no Brasil

O mercado de massas é um mercado maduro e com alto nível de penetração nos lares. O volume total de vendas de massas alimentícias seca no Brasil ficou em torno de 1,28 milhão de toneladas no ano de 2022, aumento de 2,7%, conforme Associação Brasileira das Indústrias de Biscoitos, Massas Alimentícias e Pães & Bolos Industrializados – ABIMAPI.

1.4 Produção/Comercialização/Mercados

O processo produtivo das massas permite ao produtor de um tipo de massa produzir qualquer outro tipo, com apenas pequenas adaptações no processo produtivo e baixos investimentos. A flexibilidade da indústria na adaptação do processo produtivo com necessidade de baixos investimentos, permite ao produtor a oferta de uma grande variedade de massas alimentícias. Assim, a indústria de massas apresenta uma baixa barreira de entrada em termos de diversidade de produto. A massa é um produto de baixo valor agregado, e o frete tem peso significativo em seu preço final, justificando, desta forma, o estabelecimento de núcleos regionais de produção, consumo e distribuição.

Desempenho Recente do Setor de Massas no Brasil

A tabela abaixo mostra a participação de mercado dos competidores no setor de massas alimentícias nacional e o das regiões Nordeste e Sudeste do País para o período indicado:

Setor de Massas
Participação de mercado - Volume vendido

	Brasil	Nordeste	Sudeste
M. Dias Branco	31,0%	57,5%	22,5%
J. Macedo	12,9%	17,8%	15,1%
Selmi	11,7%	3,9%	14,5%
Camil	7,2%	0,8%	15,0%
Vilma	3,5%	1,7%	6,5%
Tondo	3,5%	0,0%	2,9%
Outros	30,2%	18,3%	23,5%

Setor de Massas
Participação de mercado - Faturamento

	Brasil	Nordeste	Sudeste
M. Dias Branco	29,7%	58,0%	20,7%
J. Macedo	11,7%	17,0%	13,3%
Selmi	12,6%	4,6%	14,9%
Camil	7,8%	0,8%	16,1%
Barilla	4,4%	0,7%	6,7%
Vilma	4,2%	2,2%	7,6%
Outros	29,6%	16,7%	20,7%

Fonte: AC Nielsen (Varejo + Cash & Carry: 2022)

A Indústria de Biscoitos no Brasil

Breve Descrição do Setor de Biscoitos no Brasil

Os biscoitos, assim como massas, possuem um mercado maduro com alto nível de penetração nos lares. Em consumo per capita, atualmente o Brasil consome cerca de 7,21 kg por habitante ao ano. Em 2022, o volume de venda total Brasil foi de aproximadamente 1,55 milhão de toneladas (-2,3% vs. 2021), que totalizaram R$ 29,2 bilhões (+22,0% vs. 2021).

Até o início do Plano Real (implementado em meados de 1994), o setor era caracterizado como sendo predominantemente de capital nacional e dirigido por empresas familiares. O setor passou por um acentuado crescimento, levando ao início de um processo de compra das empresas menores pelas grandes marcas internacionais. Em 2003, com o controle da Adria passando para a Companhia (que a incorporou posteriormente), a liderança do mercado brasileiro voltou a pertencer a uma empresa de capital nacional.

Desempenho Recente do Setor de Biscoitos no Brasil

A tabela abaixo mostra a participação de mercado dos competidores no setor de massas alimentícias nacional e o das regiões Nordeste e Sudeste do País para o período indicado:

Setor de Biscoitos
Participação de mercado - Volume vendido

	Brasil	Nordeste	Sudeste
M. Dias Branco	32,0%	52,6%	22,8%
Marilan	8,8%	7,1%	11,0%
Bauducco	6,6%	2,9%	8,7%
Nestle	6,5%	3,6%	8,1%
Mondelez	5,5%	2,5%	7,0%
Bagley do Brasil	5,1%	0,5%	9,9%
Outros	35,5%	30,8%	32,5%

Setor de Biscoitos
Participação de mercado - Faturamento

	Brasil	Nordeste	Sudeste
M. Dias Branco	28,6%	48,4%	21,6%
Mondelez	8,9%	5,1%	10,3%
Bauducco	8,8%	5,0%	10,9%
Marilan	8,4%	6,9%	10,0%
Nestle	7,9%	4,9%	9,0%
Bagley do Brasil	5,0%	0,5%	9,3%
Outros	32,4%	29,2%	28,9%

Fonte: Nielsen (Varejo + Cash & Carry: 2022)

1.4 Produção/Comercialização/Mercados

i. Participação em cada um dos mercados

A tabela abaixo apresenta o mix de receita operacional bruta deduzida de descontos e devoluções e volume de vendas da Companhia por linha de produto e por região nos períodos indicados:

	Receita líquida de descontos e devoluções (R$ milhões)				Volume de vendas (mil ton)			
	2021	%	2022	%	2021	%	2022	%
Biscoitos	**4.911,4**	**100**	**6.330,3**	**100**	**519,5**	**100**	**520,5**	**100**
Nordeste	2.522,5	51,4	3.243,1	51,2	277,5	53,3	270,3	51,9
Sudeste	1.589,9	32,4	2.030,0	32,1	147,9	28,5	155,1	29,8
Sul	358,4	7,3	476,2	7,5	35,6	6,9	36	6,9
Norte	208	4,2	293,6	4,6	26,4	5,1	29,6	5,7
Centro-Oeste	164	3,3	209,2	3,3	22,4	4,3	19,9	3,8
Exportação	68,6	1,4	78,2	1,3	9,7	1,9	9,6	1,9
Massas	**1.841,2**	**100**	**2.251,5**	**100**	**373,4**	**100**	**357,6**	**100**
Nordeste	1.138,7	61,8	1.402,6	62,3	222,3	59,6	212,5	59,4
Sudeste	472,4	25,7	560,2	24,9	97,8	26,2	96	26,8
Sul	131,7	7,2	159,4	7,1	28,1	7,5	26,3	7,4
Norte	55,8	3	91	4	14,1	3,8	16,9	4,7
Centro-Oeste	12,3	0,7	14,2	0,6	2	0,5	1,7	0,5
Exportação	30,3	1,6	24,1	1,1	9,1	2,4	4,2	1,2
Farinha e farelo	**1.608,6**	**100**	**2.102,4**	**100**	**708,9**	**100**	**736,9**	**100**
Nordeste	1.207,3	75	1.641,4	78,1	509,2	71,8	549,3	74,5
Sudeste	156,8	9,7	222,6	10,6	73,4	10,4	80,5	10,9
Sul	133,5	8,3	126,5	6	82,9	11,7	74,4	10,1
Norte	30,3	1,9	47,7	2,3	11,5	1,6	13,5	1,8
Centro-Oeste	8,9	0,6	11,8	0,5	5	0,7	4,9	0,7
Exportação	71,8	4,5	52,4	2,5	26,9	3,8	14,3	2
Margarinas e gorduras	**621,3**	**100**	**773,6**	**100**	**85,9**	**100**	**81**	**100**
Nordeste	548,7	88,4	690	89,2	76,2	88,7	71,4	88,1
Sudeste	0,2	0	0	0	0	0	0	0
Norte	63,6	10,2	63,5	8,2	8,1	9,4	6,4	7,9
Exportação	8,8	1,4	20,1	2,6	1,6	1,9	3,2	4
Outras linhas de produtos	**213,8**	**100**	**434,9**	**100**	**15,8**	**100**	**21,7**	**100**
Nordeste	117,1	54,7	185	42,5	8,6	54,4	9,5	43,8
Sudeste	63,2	29,6	148,1	34,1	4,8	30,4	6,6	30,4
Sul	23,3	10,9	58,6	13,5	1,6	10,1	2,6	12
Norte	4	1,9	8,7	2	0,3	1,9	0,5	2,3
Centro-Oeste	3,3	1,5	19,9	4,6	0,2	1,3	1	4,6
Exportação	2,9	1,4	14,6	3,3	0,3	1,9	1,5	6,9
Consolidado	**9.196,3**	**100**	**11.892,7**	**100**	**1.703,50**	**100**	**1.717,70**	**100**
Nordeste	5.534,3	60,2	7.162,1	60,2	1.093,80	64,3	1.113,00	64,8
Sudeste	2.282,5	24,8	2.960,9	24,9	323,9	19	338,2	19,7
Sul	646,9	7	820,7	6,9	148,2	8,7	139,3	8,1
Norte	361,7	3,9	504,5	4,2	60,4	3,5	66,9	3,9
Centro-Oeste	188,5	2,1	255,1	2,2	29,6	1,7	27,5	1,6
Exportação	182,4	2	189,4	1,6	47,6	2,8	32,8	1,9

1.4 Produção/Comercialização/Mercados

ii. Condições de competição nos mercados

Concorrência

A M. Dias Branco atua no mercado em categorias bastante competitivas e com a presença de outras empresas tradicionais, nacionais e multinacionais, tais como Nestlé, J. Macedo, Mondelez, Bunge, Bauducco, Arcor, Brasil Foods e Marilan, dentre outras. A Companhia enfrenta, também, concorrência de pequenos fabricantes locais que possuem boa aceitação em certos mercados em vários segmentos. Para o melhor entendimento sobre o mercado de atuação da M. Dias Branco, apresentamos seus principais concorrentes nas categorias mais importantes:

- Biscoitos: Marilan, Nestlé, Mondelez, Bauducco e Bagley;
- Massas: Selmi, J. Macedo, Santa Amália,Vilma, Barilla e Tondo;
- Farinha de trigo: Bunge, J. Macedo, Moinhos Cruzeiro do Sul, Moinho Cearense e Grupo Motrisa;
- Margarinas e gorduras vegetais: Bunge, BRF, JBS e Unilever;
- Bolos: Bauducco e Bimbo;
- *Snacks*: Pepsico e São Braz;
- Mistura para bolo: Dona Benta, Fleishmann, Renata, Sarandir e Vitamilho; e
- Torradas: Bauducco, Wickbold, Marilan e Visconti.
- Saudáveis: Mãe Terra, Nestlé e Vitao.

d. Eventual sazonalidade

De modo geral, a demanda pelos produtos da Companhia não está sujeita à sazonalidade.

e. Principais insumos e matérias primas, informando:

As principais matérias-primas utilizadas no processo produtivo da Companhia são o trigo, a farinha de trigo, o óleo vegetal, a gordura e o açúcar, que contribuíram no ano de 2021 com 64,6% dos seus custos dos produtos vendidos. Vale destacar também a importância das embalagens no processo produtivo da Companhia, que representaram 8,3% dos custos dos produtos vendidos no ano de 2022.

i. Descrição das relações mantidas com fornecedores, inclusive se estão sujeitas a controle ou regulamentação governamental, com indicação dos órgãos e da respectiva legislação aplicável

A Companhia não mantém contratos de exclusividade com fornecedores dessas matérias primas. No entanto, muitos de seus fornecedores têm relacionamento de longo prazo com a mesma.

Os prazos de pagamentos de matérias-primas variam entre 28 e 45 dias após a entrega das mesmas, exceto no que se refere à aquisição de trigo em grão e óleos vegetais, para cuja aquisição é realizada à vista ou através de financiamento com prazo de pagamento de até 360 dias, para o açúcar temos prazos que variam de 5 a 35 dias, e poucos casos de pagamento antecipado. Já para óleo vegetal nacional, os prazos variam entre 10 e 28 dias.

As relações entre a Companhia e seus fornecedores não estão sujeitas a controles ou regulamentações governamentais.

ii. Eventual dependência de poucos fornecedores

A Companhia não é dependente de qualquer fornecedor específico.

1.4 Produção/Comercialização/Mercados

iii. Eventual volatilidade em seus preços

O trigo, o óleo vegetal e o açúcar são considerados commodities e seu valor varia de acordo com os preços internacionais de mercado, que oscilam de acordo com a oferta e demanda, condições climáticas, etc. Desta forma, a Companhia não controla os seus preços.

O preço das embalagens é relativamente volátil, uma vez que tende a acompanhar o preço do petróleo que, historicamente, sofreu grandes flutuações.
A oscilação nos preços do trigo e do óleo vegetal (de soja ou de palma), nos mercados interno e externo, afeta significativamente os custos de produtos vendidos da Companhia, uma vez que são as principais matérias-primas utilizadas no seu negócio.

Ademais, dentre as principais matérias-primas da Companhia, parte do trigo e do óleo vegetal são comprados de fornecedores no exterior, o que expõe os seus preços a variação cambial. Em 2022, 85,3% do trigo e 61,5% do óleo consumido na Companhia foram adquiridos através de importações.

As relações entre a Companhia e seus fornecedores não estão sujeitas a controles ou regulamentações governamentais. Como estratégia para prevenção e redução dos efeitos da flutuação da taxa de câmbio nos resultados, a Companhia busca evitar ou minimizar o descasamento entre ativos e passivos indexados em moeda estrangeira, mediante avaliação de contratação de operações de proteção cambial, mais usualmente operações de *swap*.

Adicionalmente, a Companhia mantém instrumentos financeiros derivativos de operações com swap para proteger suas exposições ao risco de variação de índice de preço e de moeda estrangeira. Além disso, possui operações de compra de moeda a termo (NDF - *Non Deliverable Forward*), opções cambiais e de commodities e contratos futuros, com o objetivo exclusivo de proteção ao risco de variação cambial nas operações de aquisição de insumos.

1.5 Principais clientes

A tabela abaixo indica a representatividade de seus clientes em relação à receita bruta deduzida de descontos e devoluções:

Exercício social encerrado em 31 de dezembro de		
	2021	2022
1 Maior	9,2%	8,8%
10 Maiores [1]	23,9%	24,1%
50 Maiores [2]	39,2%	39,7%
100 Maiores [3]	46,9%	47,8%
Demais	53,1%	52,2%
Total [4]	**100,0%**	**100,0%**

[1] Inclui o Maior;
[2] Inclui os 10 Maiores;
[3] Inclui os 50 Maiores;
[4] Soma dos 100 Maiores com os Demais.

A dispersão da sua base de clientes tem colaborado para minimizar a sua exposição ao risco de impacto de redução de receita em razão de eventual perda de um ou alguns dos seus maiores clientes. Em 2022, seus 10 maiores clientes representaram, aproximadamente, 24,1% do total de receita bruta deduzida de descontos e devoluções e seu maior cliente apresentou 8,8% de representatividade.

a. Montante total de receitas provenientes do cliente

Em 2022, 8,8% da receita líquida de descontos e devoluções foi originada do maior cliente da Companhia, cujo valor total foi R$ 1.051,6 milhões.

b. Segmentos operacionais afetados pelas receitas provenientes do cliente

A origem da receita do maior cliente foi decorrente da venda de todas as linhas produtos da Companhia.

1.6 Efeitos relevantes da regulação estatal

a. Necessidade de autorizações governamentais para o exercício das atividades e histórico de relação com a administração pública para obtenção de tais autorizações

As atividades da Companhia estão sujeitas à abrangente legislação ambiental brasileira nas esferas federal, estadual e municipal.

O cumprimento desta legislação é fiscalizado por órgãos e agências governamentais, que podem impor sanções administrativas contra a Companhia por eventual inobservância da legislação.

Violações à Lei de Crimes Ambientais (Lei nº 9.605/98) podem, ainda, caracterizar crime ambiental, resultando na aplicação de sanções penais, tais como: a suspensão ou interdição de atividades do respectivo empreendimento; a perda de benefícios, tais como suspensão de financiamentos e não habilitação para certificação e concorrência, e incentivos fiscais.

Os diretores, administradores e outras pessoas físicas que atuem como prepostos ou mandatários da Companhia, e que concorram para a prática de crimes ambientais atribuídos a ela, estão também sujeitos, na medida de sua culpabilidade, a penas restritivas de direitos e privativas de liberdade. Adicionalmente, a Lei de Crimes Ambientais prevê a possibilidade de desconsideração da personalidade jurídica, relativamente à pessoa jurídica causadora da infração ambiental, sempre que essa for obstáculo ao ressarcimento de prejuízos causados à qualidade do meio ambiente.

Ressalte-se que as sanções administrativas e penais serão aplicadas independentemente da obrigação de reparar a degradação causada ao meio ambiente e a terceiros afetados, haja vista que as três esferas de responsabilidade ambiental – administrativa, criminal e civil - são diversas e independentes. Na esfera civil, os danos ambientais podem implicar responsabilidade solidária e objetiva, direta e indireta. Isto significa que a obrigação de reparar a degradação causada poderá afetar a todos, direta ou indiretamente envolvidos, independentemente da comprovação de culpa dos agentes.

Como consequência, a contratação de terceiros para proceder a qualquer intervenção nas operações da Companhia, como, por exemplo, a disposição final de resíduos, não exime sua responsabilidade por eventuais danos ambientais causados pela contratada.

A legislação ambiental brasileira determina que o regular funcionamento de atividades consideradas efetiva ou potencialmente poluidoras, ou que, de qualquer forma, causem degradação do meio ambiente, está condicionado ao prévio licenciamento ambiental. Este procedimento é necessário tanto para a instalação inicial e operação do empreendimento quanto para as ampliações nele procedidas, sendo que as licenças emitidas precisam ser renovadas periodicamente e suas condicionantes atendidas.

A ausência de licença ambiental, independentemente, de a atividade estar ou não causando danos efetivos ao meio ambiente, caracteriza a prática de crime ambiental, além de sujeitar o infrator a penalidades administrativas tais como multas que, no âmbito federal, podem chegar a R$ 10 milhões (aplicáveis em dobro ou no seu triplo, em caso de reincidência) e interdição de atividades. Ademais, é importante ressaltar que a Resolução nº 237/97 do CONAMA prevê que a solicitação de renovação de uma LO deve ser realizada em até 120 (cento e vinte) dias antes do prazo de validade, para que a validade da licença seja prorrogada automaticamente até que o órgão ambiental se manifeste acerca da renovação.

As demoras ou indeferimentos, por parte dos órgãos ambientais licenciadores, na emissão ou renovação dessas licenças, assim como a eventual impossibilidade da Companhia de atender às exigências estabelecidas por tais órgãos ambientais no curso do processo de licenciamento ambiental,

1.6 Efeitos relevantes da regulação estatal

poderão prejudicar, ou mesmo impedir, conforme o caso, a instalação e a operação dos seus empreendimentos.

A Companhia executa todas as suas atividades com a observância da legislação ambiental vigente, incluindo a obtenção das licenças e autorizações ambientais exigidas pelos órgãos competentes, e mantém sistema de controle de legislação ambiental implantado em suas Unidades. Todas as suas unidades operacionais foram submetidas a processo de licenciamento ambiental e encontram-se em operação com as devidas licenças ambientais em vigor ou em processo de renovação. A tratativa das demandas relacionadas aos órgãos ambientais, ocorre de forma respeitosa e transparente.

b. principais aspectos relacionados ao cumprimento das obrigações legais e regulatórias ligadas a questões ambientais e sociais pelo emissor

No desenvolvimento e na execução de suas atividades industriais, a Companhia busca adotar as melhores práticas de gestão ambiental. A conservação do meio ambiente sempre esteve presente em sua filosofia empresarial, direcionando muitas de suas ações, especialmente na tentativa de equilibrar o crescimento socioeconômico, com vista à materialização de um efetivo desenvolvimento sustentável. Em 2022, a Companhia investiu em torno de R$ 5,0 milhões para o cumprimento da regulação ambiental e em ações voltadas para a conservação e gestão ambiental, manutenção de equipe especializada no tema, dentre outros. Vale destacar que as unidades da Companhia localizadas no Eusébio (CE) e em Jaboatão dos Guararapes (PE) possuem Sistema de Gestão Ambiental certificado conforme NBR ISO 14001:2015. A Companhia não assinou nenhum contrato de adesão a padrões internacionais de proteção ambiental. Em suas atividades, a Companhia utiliza recursos hídricos provenientes de captação superficial, subterrânea, captação pluvial ou, ainda, de abastecimento público por empresas concessionárias. A Companhia dispõe de outorga de direito de uso de recursos hídricos, quando aplicáveis, para todas as captações de água superficial e subterrânea que realiza em seus empreendimentos. Algumas unidades da Companhia dispõem de Estação de Tratamento de Efluentes em função de sua localização e tipo de efluente gerado. Outras unidades localizadas em áreas urbanas ou industriais que dispõem de rede pública coletora de esgotos, e lançam seus efluentes nestas. A Companhia busca, com isso, observar os padrões de emissão estabelecidos na legislação aplicável. As atividades industriais da Companhia geram resíduos sólidos que são gerenciados, segundo a legislação ambiental aplicável, desde seu armazenamento temporário, até sua destinação final. Tais resíduos incluem materiais recicláveis como papel e papelão, plásticos, metais ferrosos e não ferrosos, e ainda lodos de estações de tratamento de efluentes, produtos fora dos padrões de qualidade da Companhia ou com prazo de validade vencido e embalagens vazias, entre outros. Dependendo do tipo de resíduo, a Companhia os envia para o tratamento mais adequado, dentre estes, coprocessamento, incineração, reutilização, descontaminação, devolução ao fornecedor, reciclagem ou para aterros sanitários devidamente licenciados. A empresa implantou procedimento de qualificação de destinadores de resíduos, a fim de minimizar riscos relacionados a essa atividade. Ademais, apesar de remota, a Companhia não descarta a eventual possibilidade de a Companhia ser responsabilizada solidariamente por danos ocasionados pelas empresas terceirizadas para gerenciamento de seus resíduos sólidos. Ver a seção “4.1 “h” Fatores de riscos inerentes à regulação dos setores em que o emissor atue”. Em 2022, a Companhia divulgou publicamente seus objetivos e metas de cunho ambiental, através de sua Agenda ESG.

Produtos controlados

Em suas atividades industriais, a Companhia utiliza produtos controlados pela Polícia Federal, como, hidróxido de sódio, entre outros, que são empregados no processo de tratamento de seus efluentes. Para o uso de tais produtos, a Companhia mantém as licenças exigidas pela legislação aplicável e protocola mensalmente a demanda utilizada.

1.6 Efeitos relevantes da regulação estatal

Regulação de Vigilância Sanitária

A Companhia desenvolve atividades relacionadas à produção, armazenamento, distribuição e comercialização de alimentos, estando, portanto, sujeita à regulação e fiscalização do Poder Público, em especial da MS - ANVISA e do MAPA. A Companhia também está sujeita às leis trabalhistas, ambientais, comerciais, tributárias e outras leis no curso normal de seu negócio. Visando fornecer os elementos necessários à compreensão das suas atividades, apresentamos, a seguir, os principais aspectos da atual regulamentação a que se sujeitam os produtores e comercializadores, em relação aos seguintes produtos alimentícios: (i) farinha de trigo e farelo; (ii) bolachas/biscoitos; (iii) massas; (iv) margarinas; e (v) cremes, gorduras e óleos vegetais, (vi) bolos e mistura para bolos, (vii) snacks (salgadinhos de milho, salgadinhos de trigo e batatas fritas), (viii) torradas, (ix) temperos, (x) pães e wraps, (xi) granola e grão (xii)granolas e grãos, (xiii) pasta de amendoim (xiv) açúcar.

A Lei nº 9.782 de 26 de janeiro de 1999, que criou a ANVISA, define entre as suas competências a regulamentação, o controle e a fiscalização de produtos e serviços que envolvam risco à saúde pública, sendo que entre os bens e produtos submetidos ao controle e fiscalização sanitária temos os alimentos, inclusive bebidas, seus insumos, suas embalagens, aditivos alimentares e contaminantes. A Resolução ANVISA nº 23/00, posteriormente complementada pela Resolução RDC ANVISA 27/10 e Resolução RDC ANVISA nº 240/18, elenca os produtos alimentícios que devem ser registrados perante a ANVISA e aqueles que são dispensados da obrigatoriedade de registro.

De forma geral, os produtos destinados a segmentos especiais, tais como: alimentos com alegação de propriedade funcional e ou de saúde, alimentos para nutrição enteral, alimentos infantis, novos alimentos e novos ingredientes, embalagens novas tecnologias (recicladas), substâncias bioativas e probióticos isolados com alegação de propriedades funcional e ou de saúde dependem obrigatoriamente de registro perante a ANVISA para início da sua produção e comercialização. Os demais produtos alimentícios são isentos de registro sanitário sendo necessário somente realizar o Comunicado de Início de Fabricação. Independentemente da obrigatoriedade, ou não, de registro do produto perante a ANVISA ou MAPA, as empresas produtoras e comercializadoras de produtos alimentícios devem observar a regulamentação específica relacionada aos requisitos técnicos para a produção e embalagem de cada produto, adotando as práticas constantes do Manual de Boas Práticas de Fabricação e Programa de Pré Requisitos e Manual de Diretrizes de Segurança de Alimentos, bem como a manutenção de informações atualizadas referentes às fórmulas dos produtos dispensados de registro, que deverão estar disponíveis para análise da autoridade sanitária, sempre que solicitado.

Adicionalmente, as empresas produtoras e comercializadoras de alimentos devem observar a regulamentação referente à rotulagem de produtos, tanto com relação aos aspectos técnicos, definidos pelo ministério da saúde - Anvisa, MAPA, Inmetro, Ministério da Justiça, conforme estabelecido no Decreto-Lei nº 986/69, quanto com relação à defesa do consumidor, nos termos da Lei nº 8.078/90, que instituiu o Código de Defesa do Consumidor. Vale ressaltar, ainda, que as empresas que desenvolvem atividades relacionadas à produção, industrialização, distribuição, armazenagem, transporte e comercialização de alimentos, previamente ao início de suas atividades, deverão estar devidamente licenciadas pela autoridade sanitária estadual ou municipal competente, nos termos da legislação aplicável, que expedirá Alvará Sanitário ou Licença de Funcionamento ou ainda registradas perante ao MAPA com a expedição do Registro de Estabelecimento.

As fábricas e estabelecimentos da Companhia relacionados à produção, armazenamento, distribuição, manipulação e transporte de alimentos observam as regras de licenciamento impostas pelas autoridades locais competentes. Ainda, de acordo com a legislação sanitária, e sem prejuízo das sanções de natureza civil ou penal cabíveis, a não observância da legislação sanitária, em especial a operação de unidades sem o devido licenciamento sanitário e a comercialização de produtos sem os respectivos registros ou notificações poderão ser consideradas infrações puníveis, alternativa ou

1.6 Efeitos relevantes da regulação estatal

cumulativamente, com as penalidades de advertência, multa, apreensão de produto, inutilização de produto, interdição de produto, suspensão de vendas e/ou fabricação de produto, cancelamento de registro de produto, interdição parcial ou total do estabelecimento, proibição de propaganda, cancelamento de autorização para funcionamento de empresa, e/ou cancelamento do alvará de licenciamento de estabelecimento, nos termos da Lei nº 6.437/77, garantidos os direitos constitucionais da ampla defesa e do contraditório em regular processo administrativo a ser instaurado pela autoridade competente.

A Companhia busca adotar as melhores práticas de gestão de qualidade e segurança de alimentos, garantindo cumprimento dos requisitos legais, bem como a satisfação de nossos clientes e consumidores. A qualidade e segurança de alimentos é um valor e sempre esteve presente em sua filosofia empresarial, direcionando muitas de suas ações para manter e melhorar a qualidade e segurança de nossos produtos. Vale destacar que as unidades localizadas em Eusébio (CE) – Fábrica Fortaleza, Fortaleza (CE) - GME, Jaboatão dos Guararapes (PE) - JGU, Aratu (BA) - GMA e Bento Gonçalves (RS) - BG nas categorias (ii) bolachas/biscoitos; (iii) massas; (iv) margarinas; (v) cremes, gorduras e óleos vegetais e (viii) torradas, possuem Sistema de Gestão de Qualidade e Segurança de Alimentos certificado conforme NBR ISO 9001:2015 e FSSC 22000 v5.1, respectivamente.

c. Dependência de patentes, marcas, licenças, concessões, franquias, contratos de *royalties* relevantes para o desenvolvimento das atividades

A Companhia não depende de patentes, marcas, licenças, concessões, franquias e contrato de *royalties* relevantes para o desenvolvimento de suas atividades.

Em seu portfólio, a Companhia possui mais de 20 marcas, contemplando Adria, Basilar, Bonsabor, Estrela, Isabela, Finna, Fortaleza, Medalha de Ouro, Pelaggio, Pilar, Piraquê, Predilleto, Puro Sabor, Richester, Salsitos, Vitarella, Zabet, dentre outras, e as últimas aquisições Fit Food, Frontera, Smart e Taste&Co, Jasmine e a uruguaia Las Acacias.

Em adição, a Companhia possui pedidos de registro de marcas secundárias em análise perante o INPI, que garantem à Companhia o lançamento e divulgação de novos produtos ou novas marcas no mercado. A grande diversidade de marcas visa atender aos diferentes perfis de consumidor e atua de forma complementar em diferentes mercados e categorias de produtos.

Além de buscar a proteção das marcas no Brasil, a Companhia busca proteger suas principais marcas em outros países, como a Argentina, Bolívia, Chile, Costa Rica, Equador, Estados Unidos, Panamá, Peru, Uruguai, Austrália e outros.

d. contribuições financeiras, com indicação dos respectivos valores, efetuadas diretamente ou por meio de terceiros:

A Companhia não realiza contribuições financeiras em favor de ocupantes ou candidatos a cargos políticos, em favor de partidos políticos ou para custear o exercício de atividade de influência em decisões de políticas públicas, conforme Política de Anticorrupção, Política de Brindes, Presentes, Entretenimento e Política de Doações e Patrocínios, disponíveis no site de Relações com Investidores.

Nosso relacionamento com órgãos governamentais se dá, principalmente, por meio das associações às quais somos vinculados, bem como contatos de áreas específicas em função de suas atividades.

1.7 Receitas relevantes no país sede do emissor e no exterior

a. Receita proveniente dos clientes atribuídos ao país sede do emissor e sua participação na receita líquida total do emissor

	Exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de			
	2021		2022	
	R$ milhões	%	R$ milhões	%
Receita líquida de descontos dos clientes atribuídos ao país sede do emissor	9.012,4	98,0%	11.702,4	98,4%

b. Receita proveniente dos clientes atribuídos a cada país estrangeiro e sua participação na receita líquida total do emissor

Nos anos de 2021 e 2022, as vendas nos países estrangeiros representaram 2,0% e 1,6%, respectivamente, da receita operacional líquida de descontos e devoluções.

As vendas nos países estrangeiros não representam, até o momento, receitas relevantes ao negócio da Companhia. Cabe destacar o fortalecimento da presença nas regiões onde a Companhia já atua e a entrada em novas regiões, comercializando marcas próprias ou produzindo as marcas dos clientes (*private label*), além da aquisição de Las Acacias, localizada no Uruguai, fortalecendo a estratégia de internacionalização.

1.8 Efeitos relevantes de regulação estrangeira

Não aplicável, pois a Companhia não possui receitas relevantes de países estrangeiros, conforme mencionado no item 1.7.

1.9 Informações ambientais sociais e de governança corporativa (ASG)

a. Se o emissor divulga informações ASG em relatório anual ou outro documento específico para esta finalidade

As informações ASG são reportadas de forma unificada desde 2014 em relatório integrado. Adicionalmente, divulgamos os principais indicadores de desempenho e as realizações nos aspectos ASG nas divulgações de resultados (*Earnings Release*) e em nosso site na seção de Sustentabilidade.

b. A metodologia ou padrão seguidos na elaboração desse relatório ou documento

A elaboração do conteúdo está de acordo com as diretrizes da *Global Reporting Initiative* (GRI) 2021. Mantemos o esforço de disseminar pela Companhia o pensamento integrado, atendendo a todos os direcionamentos do *International Integrated Reporting Council* (IIRC). A apuração dos indicadores financeiros atende a padrões internacionais de contabilidade aprovados pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM).

c. Se esse relatório ou documento é auditado ou revisado por entidade independente, identificando essa entidade, se for o caso

As informações sobre sustentabilidade no Relatório Anual Integrado são asseguradas conforme Carta de Asseguração emitida pela KPMG Auditores Independentes.

d. A página na rede mundial de computadores onde o relatório ou documento pode ser encontrado

O relatório pode ser encontrado em versões em inglês e português no website https://mdiasbranco.com.br/relatorio-anual-integrado/. Elogios, dúvidas, reclamações ou sugestões podem ser encaminhados ao e-mail sustentabilidade@mdiasbranco.com.br.

e. se o relatório ou documento produzido considera a divulgação de uma matriz de materialidade e indicadores-chave de desempenho ASG, e quais são os indicadores materiais para o emissor

Os temas materiais reportados foram alinhados a matriz de materialidade oriunda da revisão da Agenda Estratégica de Sustentabilidade para o ciclo 2022-2030. Em 2022, o Comitê ESG e o Conselho de Administração aprovaram os temas prioritários, indicadores, metas e governança. A identificação dos impactos, positivos e negativos, reais e potenciais, deu-se a partir de entrevistas com 25 stakeholders externos e mais de 50 internos, pesquisa de tendências de mercado, benchmarking com 23 empresas de alimentos, análises de 44 mil notícias, 33 riscos potenciais e da nossa estratégia de negócios. Incluiu-se também requisitos de iniciativas ou padrões internacionais, tais como o Índice de Sustentabilidade Empresarial (ISE), Dow Jones Sustainability Index (DJSI) e Pacto Global. Como resultado, estruturamos a matriz de materialidade, considerando a importância dos impactos econômicos, ambientais e sociais da M. Dias Branco versus a influência nas avaliações e decisões dos stakeholders. A partir da matriz de materialidade, priorizamos a lista de 15 temas agrupados em três pilares que representam o ESG (Environmental, Social and Governance). No pilar ambiental, os temas são: Água, Energia, Mudanças climáticas, Resíduos, Embalagens e materiais plásticos sustentáveis e Combate à perda e ao desperdício de alimentos. No pilar social, os temas são: Relacionamento com as comunidades, Capital humano, Diversidade e inclusão, Saúde e segurança, Alimentos saudáveis e nutritivos e Segurança de alimentos. No pilar governança, os temas são: Riscos e oportunidades em sustentabilidade, Governança, ética e integridade e Cadeia de valor sustentável. O conjunto de indicadores-chave, ligados aos temas prioritários, consistem nas 18 metas públicas a serem alcançadas até 2030, disponíveis em nosso site institucional.

1.9 Informações ambientais sociais e de governança corporativa (ASG)

Metas públicas de Sustentabilidade

COMPROMISSOS PÚBLICOS 2030 GRI 2-25, 3-3

Tema	Indicador	Realizado 2022 em relação ao *baseline*	Meta 2030
Água	Redução do consumo de água (m^3/t produtos)	0,45	0,40
	% Reúso de água	17,31%	30%
Resíduos	% Resíduos enviados para aterros em todas as operações	5,97%	0%
	% Embalagens recuperáveis	25,48%*	28%
Energia	% de utilização de energia renovável do escopo 2	32%	90%
Mudança Climática	% de redução de emissões absolutas GEE - Escopo 1 e 2	12,43%	Vinculada à definição das metas SBT
	Adoção de marca de produto com selo carbono neutro	0**	2
Embalagens e materiais plásticos sustentáveis	% de embalagens plásticas de produto acabado reciclável e/ou compostável e/ou biodegradável	96,79%	100%
Combate à perda e ao desperdício de alimentos	% de redução das perdas de insumos no processo produtivo	13,8%	25%
	% de redução de desperdício de produtos acabados	65,63%	50%
Relacionamento com Comunidades	Número de pessoas impactadas pelo programa de fomento ao empreendedorismo e profissionalização no setor alimentício	4.078	150 mil acumulado de 2022-2030
Saúde e Segurança Ocupacional	Taxa de frequência (colaboradores próprios)	0,61	0,50
	Taxa de gravidade (colaboradores próprios)	47,97	8,00
Capital Humano	Índice de satisfação dos colaboradores medidos em pesquisa externa	Pesquisa prevista para 2023	80%
Diversidade e Inclusão	% de mulheres na liderança	23,24%	40%
Alimentos Saudáveis e Nutritivos	Liderança no *market share* em categorias com apelo de saudabilidade e nutrição	3	4
	Número de pessoas impactadas pelo programa de educação alimentar para a população em geral	0***	10 milhões
Cadeia de Valor Sustentável	% de compras de fornecedores locais GR1 204-1	62,8%	80%

*Dado até out/22. "Ao longo de 2022, realizamos ações de treinamento e planejamento para a definição do produto carbono neutro.

***Realizamos ações para criação do escopo do programa.

Nota: Os Capitais Humano, Social e de Relacionamento, Intelectual, Financeiro, Manufaturado e Natural estão relacionados aos temas prioritários desta tabela e discutidos ao longo do conteúdo deste relatório.

Fonte: Relatório Anual Integrado 2022 da M. Dias Branco.

A abordagem de gestão para todos os temas materiais de sustentabilidade visa prevenir e reparar os impactos negativos causados pela Companhia. Como exemplo, citamos as emissões de GEE (impacto negativo) que são mitigadas por meio da meta de redução dessas emissões.

A execução e supervisão da implementação da estratégia de sustentabilidade é apresentada no capítulo sobre sustentabilidade a partir da página 49 no Relatório Anual Integrado 2022 da M. Dias Branco.

1.9 Informações ambientais sociais e de governança corporativa (ASG)

f. se o relatório ou documento considera os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) estabelecidos pela Organização das Nações Unidas e quais são os ODS materiais para o negócio do emissor

Os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) e os Princípios do Pacto Global da Organização das Nações Unidas (ONU), dos quais a M. Dias Branco é participante, também foram referências importantes para a elaboração do conteúdo.

Ao revisar nossa Agenda Estratégica de Sustentabilidade, consideramos os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) na definição das metas até 2030. Nossas práticas possuem sinergias com os 17 ODS e, em alguns deles, temos metas que são equivalentes às dos ODS Brasil, referenciadas ao longo deste Relatório. Por exemplo, para o ODS 12, temos uma meta em mesmo nível de ambição do ODS Brasil 12.3, para redução de 50% do desperdício de alimentos. Na página 53 do Relatório Anual Integrado 2022 da M. Dias Branco é possível verificar as conexões das nossas metas de sustentabilidade em cada ODS.

g. se o relatório ou documento considera as recomendações da Força-Tarefa para Divulgações Financeiras Relacionadas às Mudanças Climáticas (TCFD) ou recomendações de divulgações financeiras de outras entidades reconhecidas e que sejam relacionadas a questões climáticas

Não.

h. se o emissor realiza inventários de emissão de gases do efeito estufa, indicando, se for o caso, o escopo das emissões inventariadas e a página na rede mundial de computadores onde informações adicionais podem ser encontradas

Sim. Divulgamos o resultado do nosso inventário de emissões, nos escopos 1, 2 e 3, nas páginas 62 a 66, dentro do Relatório Anual Integrado 2022, que pode ser encontrado em versões em inglês e português no website www.mdiasbranco.com.br, na área de Sustentabilidade ou de Relações com Investidores.

i. explicação do emissor sobre as seguintes condutas, se for o caso:

Não aplicável.

1.10 Informações de sociedade de economia mista

Não se aplica à Companhia.

1.11 Aquisição ou alienação de ativo relevante

A Companhia não adquiriu ou alienou qualquer ativo relevante que não se enquadre como operação normal em seus negócios no último exercício social.

1.12 Operações societárias/Aumento ou redução de capital

Em 31 de dezembro de 2022, o capital social da Companhia era de R$ 2.597,7 milhões, representado por 339.000.000 ações ordinárias. Em 2022, não houve operações de fusão, cisão, incorporação, incorporação de ações, aumento ou redução de capital.

1.13 Acordos de acionistas

A Companhia não possui acordos de acionistas.

1.14 Alterações significativas na condução dos negócios

Não houve alterações significativas na formação de condução dos negócios da Companhia no último exercício social.

1.15 Contratos relevantes celebrados pelo emissor e suas controladas

Não existem contratos relevantes celebrados entre a Companhia e suas controladas com terceiros que não estejam relacionados com suas atividades operacionais no último exercício social.

1.16 Outras informações relevantes

Pontos Fortes e Vantagens Competitivas

Os principais pontos fortes e vantagens competitivas da Companhia incluem:

Liderança nos mercados de biscoitos e de massas no Brasil e posição relevante no mercado nacional de farinha de trigo.
Desde 2003, a Companhia é líder nos mercados de biscoitos e de massas no Brasil, tanto em volume (medido em toneladas), como em valor de vendas, com base na pesquisa de market share realizada pela Nielsen. A Companhia apresentou um crescimento consistente nessa liderança no Brasil em termos de market share em volume de vendas, passando de 13,5% para 32,0% em biscoitos, e de 17,8% para 31,0% em massas, conforme dados divulgados pela Nielsen para os anos de 2003 e 2022, respectivamente. Importante mencionar que até o ano de 2016, os dados de *market share* da Nielsen consideravam os estabelecimentos varejistas, e a partir de 2017, passaram a considerar os estabelecimentos varejistas mais o *cash&carry*. A Companhia acredita que essa liderança e posição relevante nas linhas de produtos em que atua, estão associadas, principalmente: (i) à força de seu portfólio de marcas, reconhecido junto ao seu público consumidor, com destaque para Adria, Piraquê, Vitarella, Fortaleza, Isabela, Richester e Finna; (ii) à alta qualidade de seus produtos, juntamente com sua abrangência para atender os mais diferentes mercados (de populares a premium); (iii) ao seu modelo de distribuição – que permite uma grande abrangência especialmente no pequeno e médio varejo; e (iv) à logística de produção de âmbito nacional.

Alto nível de integração do processo produtivo.
A Companhia produz a maior parte de duas das suas principais matérias-primas: farinha de trigo e gorduras vegetais. Em 2022, 99,6% de toda a farinha de trigo e 100% de toda a gordura vegetal utilizadas no processo produtivo foram fabricadas internamente. A Companhia acredita que tal nível de verticalização não encontra paralelo entre quaisquer de seus concorrentes no Brasil. Além disso, algumas de suas plantas possuem moinho no mesmo complexo, eliminando custos de transporte da farinha de trigo utilizada na produção. Sua cadeia produtiva integrada também proporciona condições para um melhor planejamento da sua produção, da maior qualidade de seus produtos (incluindo saudabilidade), da utilização de seus principais insumos, da prática de preços mais competitivos para seus produtos e da melhor administração dos seus custos de produção.

Portfólio de marcas fortes com abrangência nacional e distribuição pulverizada.
Por meio de suas principais marcas, altamente reconhecidas junto a seus consumidores, a Companhia atua em todo país, tanto com marcas nacionais (como Vitarella, Adria e Piraquê), como com marcas regionais (como Fortaleza, Richester, Isabela, Pilar e Estrela), as quais ocupam posição de liderança de mercado. Sua distribuição permite uma grande penetração no pequeno varejo, seja por meio do seu sistema de distribuição direta, seja por meio de distribuidores e atacadistas, contribuindo substancialmente para a baixa dependência das grandes redes de supermercados.

A Companhia acredita que, desta forma, é possível chegar aos consumidores de diferentes perfis, inclusive nas mais distantes localidades do Brasil, proporcionando os mesmos diferenciais de atendimento aos seus clientes em localidades onde não possui plantas industriais.

Moderno parque de produção, com plantas estrategicamente localizadas.
A Companhia possui atualmente 18 unidades industriais, dotadas do que há de mais moderno em tecnologia de produção de produtos alimentícios no mundo. Todas as plantas estão estrategicamente localizadas e próximas de seus principais mercados de atuação (oito no Nordeste, cinco no Sudeste, quatro no Sul e uma no Uruguai). Tal estrutura de produção permite ampla flexibilidade na escolha da melhor planta de produção para atender cada mercado que a Companhia atende, além de contribuir para: (i) a redução de custos de transporte até seus clientes; (ii) a agilidade na entrega; (iii) o maior conhecimento e abastecimento regular dos mercados locais; e (iv) maior amplitude do portfólio de

1.16 Outras informações relevantes

produtos. A Companhia tem realizado expansões estratégicas ao longo dos anos, por meio da construção programada de novas unidades industriais e comerciais espalhadas por todo o País. Em 2022, os investimentos totalizaram R$ 280,2 milhões, com destaque para os investimentos com a implantação do sistema SAP (projeto Simplifique) e adequação de maquinário para redução de gramatura e *flowpack*.

Solidez financeira e forte geração de caixa para sustentar estratégia de crescimento.
O EBITDA da Companhia atingiu R$ 900,4 milhões em 2022, 3,3% de CAGR quando comparado com 2013. Ao final de 2022, a Companhia possuía uma relação dívida líquida/EBITDA igual a 1,8x. A Companhia acredita que a expansão orgânica e as aquisições lhe possibilitarão prosseguir com sua estratégia de crescimento e lhe qualifica como importante candidato para consolidação do mercado nacional de biscoitos e massas. A Companhia acredita que seus vários diferenciais competitivos têm permitido administrar sua estratégia de vendas e política de preços para adequar oscilações conjunturais em seus custos de produção, mantendo, no atual cenário de crescente acentuada dos custos das commodities agrícolas, seu histórico de geração de lucros.

Linhas de produção predominantemente localizadas em regiões de incentivo fiscal.
As unidades industriais localizadas no Nordeste do Brasil são contempladas com incentivos fiscais estaduais e incentivos fiscais federais, uma vez que tais unidades foram construídas e implantadas nos termos de Projetos de Investimento de novos empreendimentos econômicos apresentados e aprovados pelos respectivos estados ou, no caso federal, pela Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE), no âmbito das políticas públicas estaduais ou federais de fomento ao desenvolvimento. Tais incentivos, concedidos como subvenções para investimento, nos garantem recursos de capital para investimento na expansão e modernização dos negócios. Os incentivos e benefícios fiscais concedidos proporcionaram à Companhia uma geração adicional de caixa no valor aproximado de R$ 689,8 milhões em 2022 (R$ 538,5 milhões em 2021).

Equipe experiente de administradores e quadro qualificado de colaboradores.
Sua equipe de administradores possui ampla e sedimentada experiência nos setores em que atua, o que a Companhia acredita ter contribuído para o consistente crescimento de sua liderança de mercado, suas receitas e resultados, a despeito de condições econômicas instáveis e ocasionalmente adversas. A Companhia acredita que o crescimento histórico das suas receitas e a expansão bem-sucedida dos negócios é resultado direto de estratégias executadas por sua experiente equipe de administradores. Adicionalmente, a Companhia conta com um quadro de colaboradores formado por mais de 16 mil profissionais, com base em dezembro de 2022, treinados, motivados e envolvidos num plano de participação nos resultados, conforme alcancem metas específicas, alinhadas ao seu plano estratégico e orçamentário.

Estratégia

As principais estratégias da Companhia são:

Expansão do negócio atual.
A Companhia está comprometida em expandir e fortalecer sua posição de liderança nos mercados onde atua e em aumentar sua rentabilidade e lucratividade. Para isso, pretende: (i) aumentar a sua presença em regiões onde possui baixa representatividade (região de Ataque: Sul, Sudeste e Centro Oeste), e fortalecer e preservar a presença nas regiões onde já possui presença relevante (região de Defesa: Norte e Nordeste). (ii) aumentar a base de clientes e, concomitantemente, diversificá-la mediante a entrada em novos canais como o e-commerce, e a aplicação dos canais de distribuição e food service (restaurantes, hotéis, bares, hospitais, clubes, confeitarias e padarias); (iii) prosseguir com o processo de fortalecimento de suas marcas, por meio de investimento em marketing na mídia e esforço institucional em pontos de venda; (iv) fortalecer sua estrutura de vendas a pequenos comércios,

1.16 Outras informações relevantes

visando o crescimento da pulverização da base de clientes e a venda de novos produtos mediante uma identificação com os seus produtos líderes de mercado; e (v) lançamento de novos produtos e produtos complementares às linhas existentes que possuam alto valor agregado.

Ampliação das exportações.
A Companhia está comprometida em expandir as exportações, por meio de (i) lançamentos de produtos e embalagens produtos específicos para as necessidades dos consumidores dos mercados externos, combinando qualidade e características valorizadas regionalmente, assim como adequação regulatória das embalagens; (ii) fortalecimento da presença em regiões onde já atuamos e entrada em novas regiões, comercializando as nossas marcas próprias ou produzindo as marcas dos clientes (*private label*).

Entrada em novas categorias.
A estratégia de entrada em novas categorias, possibilita a Companhia diversificar o seu portfólio atual, trazendo produtos de maior valor agregado e que possuem menor dependência do trigo. A entrada em novas categorias poderá ser realizada por meio de processo orgânico com criação e produção internamente de novas categorias através do seu processo de P&D, ou entrada por intermédio de novas aquisições. Em relação às aquisições, a Companhia continua atenta às oportunidades, sejam elas nas linhas de produtos atuais ou outros correlatos, com características tais como: marcas fortes em suas regiões de atuação e ou presença em regiões onde a Companhia não atua; e que possibilitem o aproveitamento de sinergias operacionais e de distribuição.

Melhoria da eficiência operacional e controle de custos.
A Companhia está comprometida em melhorar a eficiência de seus processos a fim de agregar maiores margens. Para isso, pretende aumentar sua produtividade mediante: (i) a otimização do uso de sua infraestrutura; (ii) a otimização da flexibilização de sua cadeia produtiva; (iii) a manutenção de um parque industrial moderno com tecnologias; e (iv) o aumento da eficiência de sua rede de distribuição. Além disso, a Companhia continuará a implementar controles de custos cada vez mais rígidos e modernos, visando aumentar sua lucratividade, inclusive pelo fortalecimento de programas voltados à otimização do consumo de energia e do tempo de estocagem de insumos pelo uso ainda mais intenso das ferramentas de planejamento de compras e de produção.

Incentivos Fiscais Federais

A Companhia é beneficiária de subvenções para investimentos equivalentes a 75,0% do Imposto de Renda sobre lucros operacionais derivados de suas atividades principais (lucro da exploração) nas unidades industriais incentivadas, conforme detalhado na tabela a seguir:

Unidades industriais	Índice de redução do IRPJ (%)	Período de validade
Moinho de trigo, fábrica de biscoitos e massas (Eusébio – CE)	75	Jan de 2016 até Dez de 2025
Fábrica de torradas (Eusébio - CE)	75	Jan de 2016 até Dez de 2025
Moinho de trigo (Fortaleza - CE)	75	Jan de 2018 até Dez de 2027
Fábrica de gorduras e margarinas especiais (Fortaleza - CE)	75	Jan de 2018 até Dez de 2027
Moinho de trigo (Natal - RN)	75	Jan de 2018 até Dez de 2027
Fábrica de massas (Natal - RN)	75	Jan de 2014 até Dez de 2023
Moinho de trigo e Fábrica de massas (Cabedelo - PB)	75	Jan de 2018 até Dez de 2027
Fábrica de massas e de biscoitos (Salvador - BA)	75	Jan de 2016 até Dez de 2025
Moinho de trigo e mistura pronta para bolo (Salvador - BA)	75	Jan de 2015 até Dez de 2024
Fabricação de massas e biscoitos (Jaboatão dos Guararapes - PE)	75	Jan de 2018 até Dez de 2027
Fabricação de biscoitos, bolos e *snacks* (Maracanaú - CE)	75	Jan de 2016 até Dez de 2025
Fabricação de massas (Maracanaú - CE)	75	Jan de 2014 até Dez de 2023

1.16 Outras informações relevantes

Incentivos Fiscais Estaduais

As subvenções para investimento estaduais de que a Companhia usufrui podem ser descritos conforme tabela a seguir:

Incentivos fiscais estaduais / Unidade incentivada	Percentual de redução do ICMS	Válido até
DESENVOLVE - Bahia: desconto no pagamento de parte do ICMS devido sobre a aquisição do trigo em grão para o moinho de trigo.		
Moinho de trigo e fábrica de massas e de biscoitos (Salvador-BA)	81%	Jun/2025
PROVIN – Ceará: diferimento do pagamento de parte do ICMS devido sobre a aquisição do trigo em grão para os moinhos de trigo e sobre o ICMS devido pelas operações com margarinas e gorduras especiais, quitados com recursos do FDI – Fundo de Desenvolvimento Industrial para ambas as unidades		
Moinho de trigo (Fortaleza-CE)	74,25%	Nov/2024
Moinho de trigo integrado à fábrica de biscoitos e massas (Eusébio-CE)	74,25%	Jul/2025
Fábrica de gorduras e margarinas especiais (Fortaleza-CE)	56,25%	Nov/2024
PROEDI – Rio Grande do Norte: crédito presumido sobre o saldo devedor de ICMS mensal		
Moinho de trigo e fábrica de massas (Natal-RN)	De 75% a 79%	Jun/2032
FAIN – Paraíba: desconto de parte do ICMS sobre as aquisições do trigo em grão para o moinho de trigo		
Moinho de trigo e fábrica de massas (Cabedelo-PB)	81%	Dez/2032
PRODEPE – Pernambuco: aplicação de 75% sobre o valor do ICMS incidente sobre o trigo em grão consumido, pela indústria em equivalente de farinha de trigo, além de 5% do frete incidente sobre as vendas para fora da região Nordeste, desde que o valor total da subvenção não ultrapasse a 85% do ICMS sobre o trigo em grão contido na farinha de trigo consumida.		
Fábrica de biscoitos e de massas (Jaboatão dos Guararapes-PE)	75% ou 85%	Dez/2032
Tratamento Tributário Especial - Rio de Janeiro (Unidade Piraquê) - Redução do imposto de forma que a carga tributária resulte em percentual igual a 3% do valor das saídas de produção própria em operações internas e interestaduais, por venda e transferência.		
Fábrica de biscoitos e de massas (Queimados-RJ)	75% ou 85%	Set/2038
Regime especial de tributação - Paraíba (Unidade Bayuex) - Redução do imposto de forma que a carga tributária para os produtos sujeitos ao ICMS Substituição resulte em percentual igual a 5%, e para os demais produtos o ICMS normal resulte em percentual igual a 4% sobre a operação de saída.		
Operação com derivados de farinha de trigo (Bayuex-PB)	38% a 62%	Dez/2032
Tratamento Tributário Especial – Bento Gonçalves (Unidade Moinho Isabella) – Abatimento de ICMS devido pela sua operação industrial, quitados com recursos do FUNDOPEM - Fundo Operação Empresa do Estado do Rio Grande do Sul.		
Moinho de trigo e Fábrica de biscoitos e massas (Moinho Isabela-RS)	32,10% a 39,60%	Jul/2027

No caso do estado do Rio de Janeiro (Unidade Piraquê), que apresenta prazo de fruição até setembro de 2038, considerando o Convênio ICMS nº 190, de 15 de dezembro de 2017, que estabelece o prazo de fruição dos incentivos fiscais limitado a dezembro de 2032, o benefício somente terá validade até referida data.

Quanto aos estados de Pernambuco (Unidade Jaboatão dos Guararapes-PE) e da Paraíba (Unidade Bayeux), os benefícios fiscais foram prorrogados de março de 2024 para dezembro de 2032.

A Administração da Companhia cumpre todas as exigências para obtenção dessas subvenções, especialmente as relacionadas à comprovação dos investimentos, geração dos empregos, volume de produção, bem como não distribui na forma de dividendos os valores deles decorrentes.

Até o momento, entende-se que não foi descumprida qualquer condição cuja inobservância impeça a continuidade do direito de usufruir os benefícios das subvenções governamentais concedidas.

2.1 Condições financeiras e patrimoniais

a. Condições financeiras e patrimoniais gerais

O ano de 2022 foi marcado pelo cenário de conflitos na Ucrânia, além da lamentável tragédia humanitária que gerou incertezas no cenário macroeconômico mundial e elevou substancialmente o preço das *commodities* agrícolas, impactando diretamente o valor das principais matérias-primas utilizadas nos processos produtivos da Companhia.

Apesar do contexto complexo e de limitada previsibilidade, através de uma gestão eficiente, disciplina austera de custos e despesas e constante aprimoramento dos níveis de serviço, aliado à resiliência e crença inabalável no país e no segmento de atuação, a Companhia conseguiu atingir Ebitda de R$ 900,4 milhões, 31,7% superior ao de 2021.

A receita líquida cresceu 29,6%, alcançando a marca histórica de R$ 10 bilhões, com crescimento de dois dígitos em todas as categorias, e tendo o Brasil como principal mercado, responsável por 98,4% da receita bruta deduzida de descontos e devoluções no ano. Ademais, 29,5% das vendas foram destinadas a atacadista e distribuidores e 22,5% para grandes redes e redes regionais, enquanto 19,1% foram para o varejo. O maior cliente da Companhia representou 8,8% da receita bruta deduzida de descontos e devoluções, enquanto os cinquenta maiores representaram 39,7%.

Fiéis à estratégia na alocação de capital, a Companhia encerrou o ano com 75% da dívida no longo prazo, Rating AAA Perspectiva Estável e alavancagem de 1,8x, dentro de um intervalo que habilita a seguir com o plano de investimento para viabilizar crescimento e expansão.

Seguindo a estratégia de crescimento, destaca-se ainda as aquisições da Jasmine e da uruguaia Las Acacias, que representam, respectivamente, fortalecimento no mercado de produtos saudáveis e a ampliação do processo de internacionalização. A Companhia já vem se destacando com o crescimento das exportações, e, agora, conta com uma unidade no exterior.

Todos esses importantes resultados foram alcançados a partir do alinhamento de ações ao que prevê a estratégia de crescimento com rentabilidade e lucratividade, incluindo no portfólio produtos com alto potencial de crescimento e valor.

A M. Dias Branco manteve a posição de liderança nos mercados de biscoitos e massas no Brasil, cuja participação de mercado em volume de vendas no ano de 2022 foi de 32,0% em biscoitos (32,0% em 2021) e 31,0% em massas (30,5% em 2021), conforme dados divulgados pela Nielsen para os períodos acumulados. Ressalta-se que, com a aquisição da Jasmine, também passou a ocupar posição de liderança no mercado nacional de granolas, pães sem glúten e cookies saudáveis.

Uma característica geral importante, com reflexos relevantes na condição financeira e patrimonial da Companhia, reside no fato de ser verticalizada, isto é, produzir a maior parte das duas principais matérias-primas utilizadas na produção dos biscoitos e massas: farinha de trigo e gorduras vegetais. Em 2022, 99,6% de toda a farinha de trigo e 100% de toda a gordura vegetal utilizadas no processo produtivo foram fabricadas internamente (99,7% e 99,7% em 2021, respectivamente).

Para a operação de seus negócios, desenvolvimento e lançamento de novos produtos, bem como a expansão de suas atividades, as principais fontes de recursos financeiros utilizados pela Companhia residem no próprio volume de recursos advindos da comercialização dos seus produtos – com a característica de forte geração de caixa e baixa inadimplência, além dos valores recebidos a título de subvenções para investimento estaduais e federais (associadas à implantação/expansão de unidades industriais). Somam-se a esse montante os rendimentos de aplicações advindas das disponibilidades de caixa.

As principais necessidades de recursos financeiros da Companhia advêm de investimentos para expansão e modernização de sua estrutura de produção e logística, para aquisição de outras empresas e

2.1 Condições financeiras e patrimoniais

para a amortização do seu endividamento, pagamento de tributos, distribuição de dividendos e outros desembolsos operacionais.

A Diretoria entende que a Companhia continua apresentando sólidas condições financeiras e patrimoniais, suficientes para implementar seu plano de negócios e cumprir suas obrigações de curto, médio e longo prazo. No sentido de refletir tais condições financeiras, a Companhia destaca alguns indicadores baseados em índices de liquidez, os quais revelam capacidade satisfatória de saldar as suas obrigações.

Exercício social encerrado em 31 de dezembro de		
Índices de liquidez	**2021**	**2022**
Liquidez geral	1,43	1,15
Liquidez corrente	3,34	1,98
Liquidez seca	2,47	1,12
Liquidez imediata	1,17	0,26

b. Estrutura de capital

Em 31 de dezembro de 2022, o patrimônio líquido da Companhia era de R$ 6.708,7 milhões frente a R$ 7.032,4 milhões em 31 de dezembro de 2021, apresentando um decréscimo de 4,6%, em função principalmente da distribuição extraordinária de juros sobre o capital próprio (JCP) no valor bruto total de R$ 588,2 milhões, totalizando R$ 655,5 milhões a título de JCP à conta de reservas para planos de investimento no ano.

Na mesma data, a Companhia tinha caixa e equivalentes de caixa no valor de R$ 648,0 milhões e aplicações de curto e longo prazo no total de R$ 18,1 milhões. No final do período, a dívida líquida foi de R$ 1.580,4 milhões frente a R$ 140,4 milhões em 31 de dezembro de 2021, o incremento deu-se, principalmente, pela distribuição extraordinária de JCP, pelas aquisições da Jasmine e Las Acacias e pelos investimentos em Capex.

c. Capacidade de pagamento em relação aos compromissos financeiros assumidos

O Ebitda em 31 de dezembro de 2022 foi de R$ 900,4 milhões, 31,7% maior do que o Ebitda de 31 de dezembro de 2021. Em 2022, os juros e variações cambiais pagos foram de R$ 80,2 milhões, enquanto o pagamento de recursos por liquidação de operações com derivativos foi de R$ 261,9 milhões. Desta forma, o Ebitda apresentou índice de cobertura de 2,63 vezes dos juros, variações cambiais e derivativos pagos no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2022. A tabela abaixo apresenta a dívida líquida da Companhia e a sua relação com o Ebitda.

Exercício social encerrado em 31 de dezembro de			
Endividamento (R$ milhões)	**2021**	**2022**	**Variação**
Endividamento total [1]	(1.767,5)	(2.226,5)	26,0%
Caixa [2]	1.574,6	735,7	-53,3%
Instrumentos financeiros [3]	52,5	(89,6)	n/a
Caixa Líquido (Dívida Líquida)	**(140,4)**	**(1.580,4)**	**n/a**
Ebitda	**683,9**	**900,4**	**31,7%**
Caixa (Dívida) Líquido / Ebitda dos últimos 12 meses [4]	**(0,2)**	**(1,8)**	**n/a**

Nota: As informações apresentadas referem-se às demonstrações financeiras consolidadas da Companhia.
(1) Contempla os financiamentos e empréstimos com instituições financeiras, financiamentos de impostos, financiamentos diretos e debêntures.
(2) Contempla o caixa e equivalentes de caixa, depósitos vinculados e aplicações financeiras de curto prazo e longo prazo.
(3) Contempla os instrumentos financeiros do ativo circulante e não circulante.
(4) Conforme a Instrução CVM nº 527/12, o Lajida/Ebitda consiste no resultado líquido do período, acrescido dos tributos sobre o lucro, das despesas financeiras líquidas das receitas financeiras e das depreciações, amortizações e exaustões. O art. 4º da Instrução CVM nº 527/12 dispõe também que a companhia pode optar por divulgar os valores do Lajida e do Lajir excluindo os resultados líquidos vinculados às operações descontinuadas e ajustado por outros itens que contribuam para a informação sobre o potencial de geração bruta de caixa.

2.1 Condições financeiras e patrimoniais

Considerando o seu perfil de endividamento, com base no índice Dívida Líquida/Ebitda, o fluxo de caixa significativo gerado pelas atividades operacionais e a posição de liquidez corrente e geral, a Diretoria acredita que a Companhia possui liquidez e recursos de capital suficientes para cobrir os investimentos, despesas, dívidas e outros valores a serem pagos nos próximos anos, embora não possa garantir que tal situação permanecerá igual.

d. Fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não-circulantes utilizadas

Em regra, a Companhia não tem necessidade de capital de giro adicional, mas diante da continuidade das incertezas durante o ano de 2022 e agendas de M&A, decidiu captar empréstimos em prazos mais curtos com a finalidade de reforçar o caixa da Companhia. Assim, a administração entende que a Companhia apresenta sólidas condições financeiras e patrimoniais, suficientes para implementar seu plano de negócios e cumprir suas obrigações de curto, médio e longo prazo.

Em 2022, contratamos operações de financiamento à exportação, operação em moeda estrangeira (Lei n. 4.131, de 3 de setembro de 1962) e Crédito de Produtor Rural com lastro em LCA, com vencimentos até fevereiro de 2024, com a finalidade de reforçar o caixa da Companhia. Assim, a administração entende que a Companhia apresenta sólidas condições financeiras e patrimoniais, suficientes para implementar seu plano de negócios e cumprir suas obrigações de curto, médio e longo prazo.

e. Fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não-circulantes que pretende utilizar para cobertura de deficiências de liquidez

A Companhia tem limites aprovados em bancos de primeira linha. Entretanto, esses limites aprovados estão destinados para a cobertura de investimentos e não para a cobertura de deficiência de liquidez da Companhia, visto que não tem esta indicação. Caso a Companhia venha a ter, poderá utilizar financiamentos para capital de giro, através de Instituições Financeiras Privadas, como empréstimo em moeda estrangeira (Lei n. 4.131, de 3 de setembro de 1962), Capital de Giro, Finimp (Financiamento de Importações), captações através de emissões de títulos ou outros, por elas apresentadas.

Emissão de Debêntures para lastrear CRA

Em janeiro de 2021, foi aprovada pelo Conselho de Administração a 3ª emissão de debêntures simples da Companhia, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, em duas séries, com prazos de vencimentos em 13 de março de 2028 e 13 de março de 2031, respectivamente.

As debêntures foram emitidas em 15 de março de 2021 e serviram de lastro para emissão de CRAs (Certificados de Recebíveis do Agronegócio), no valor total de R$ 811.644. Em procedimento de bookbuilding realizado em 03 de março de 2021, foram fixadas as taxas de juros para cada série de emissão. As debêntures da primeira e segunda série fazem jus ao pagamento semestral de juros remuneratórios de 3,7992% a.a. e 4,1369% a.a., respectivamente, base 252 dias úteis, além de correção pelo IPCA (correção somente junto com a amortização).

Os recursos desta captação têm a finalidade de promover e incentivar a agricultura sustentável dos fornecedores da Companhia, garantindo a melhoria contínua da segurança alimentar e nutricional dos produtos ofertados aos consumidores. Esta iniciativa faz parte da estratégia de incentivar o fornecimento de matéria-prima no longo prazo, comprometendo os fornecedores e a Companhia com os objetivos de desenvolvimento sustentável da Organização das Nações Unidas (ONU), e reforça a posição da Companhia como referência em sustentabilidade no Brasil.

Em 31 de dezembro de 2022, o valor das debêntures estava representado por um montante bruto de R$ 942,9 milhões. Em virtude da classificação das debêntures a hedge de valor justo, o seu saldo contábil

2.1 Condições financeiras e patrimoniais

ficou em R$ 884,6 milhões, sendo R$ 848,3 milhões, já líquido do saldo a amortizar dos custos de transação no valor de R$ 36,3 milhões.

f. Níveis de endividamento e as características de tais dívidas

A tabela abaixo demonstra a composição do endividamento da Companhia nos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2021 e 2022:

	Indexador	2021	2022	
		R$	Juros (a.a.)	R$
Moeda nacional				
BNDES-FINAME	TJLP	10,2	2,17%	6,2
BNDES-PSI	R$	43,2	3,28%	13,3
BNDES-FINEM	IPCA	29,6	8,57%	20,8
BNDES-PROGEREN	IPCA	22,2	-	-
Financiamentos de Tributos Estaduais (PROVIN)	TJLP	13,5	-	20,5
Financiamentos de Tributos Estaduais (Fundopem)	IPCA/IBGE	3,5	-	6,2
Capital de Giro	100% CDI	-	0,76%	104,6
Capital de Giro	187% CDI	5,1	-	-
Capital de Giro	IPCA	-	6,93%	123,6
Capital de Giro	Real	7,9	-	-
Instrumento de Cessão de Quotas da Pilar	100% CDI	4,6	-	4,7
Instrumento de Cessão de Ações da Estrela	100% CDI	11,1	-	11,9
Instrumento de Cessão de Quotas do Moinho Santa Lúcia	100% CDI	0,7	-	0,7
Instrumento de Cessão de Quotas da Piraquê	100% CDI	146,3	-	170,1
Instrumento de Cessão de Quotas da Latinex	100% CDI	94,6	-	98,9
Instrumento de Cessão de Quotas da Jasmine	100% CDI	-	-	23,6
Instrumento de Cessão de Quotas da Las Acacias	100% CDI	-	-	25,9
Debêntures	IPCA	811,7	3,80% e 4,14%	848,3
		1.204,0		**1.470,4**
Moeda estrangeira				
Financiamentos de importação e exportação de insumos	USD	563,5	2,37%	736,2
Capital de Giro	UYU	-	12,07%	19,9
		563,5		**756,1**
		1.767,5		**2.226,5**
Parcela a amortizar classificada no passivo circulante		**(116,0)**		**(591,9)**
Passivo não circulante		**1.651,5**		**1.664,6**

Em 31 de dezembro de 2022, o endividamento da Companhia totalizava R$ 2.226,5 milhões (25,2% no curto prazo e 74,8% no longo prazo), 26,0% maior que o saldo registrado em 31 de dezembro de 2021, principalmente pelas aquisições de financiamentos a exportações, Cédula de Crédito Rural com lastro em LCA e Capital de Giro.

A tabela a seguir apresenta o cronograma de pagamento das obrigações de longo prazo contratadas nos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2021 e 2022:

Exercício social encerrado em 31 de dezembro de		
	2021	2022
Vencimento	***(Em milhões de reais)***	
2023	95,5	-
2024	195,9	201,0
2025	569,2	614,3
2026 a 2031	791,0	849,3
Total	**1.651,6**	**1.664,6**

2.1 Condições financeiras e patrimoniais

i. Contratos de empréstimo e financiamento relevantes

1. Com instituições financeiras

Em 31 de dezembro de 2022, a Companhia possuía contratos financeiros em moeda nacional e estrangeira, que totalizavam R$ 2,3 bilhões. Dentre esses, 11 contratos são considerados, no montante, relevantes, e representam o total de R$ 975,55 milhões. Esses contratos foram celebrados com diversas instituições financeiras, tais como Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), Itaú BBA, The Bank of Nova Scotia, Banco Santander do Brasil e Banco Bradesco SA. Em alguns contratos a Sra.Maria Consuelo Saraiva Leão Dias Branco, Presidente do Conselho de Administração, figura como garantidora em conjunto com alguns dos diretores estatutários.

A tabela abaixo indica detalhes dos 11 contratos financeiros, que podemos destacar com maiores saldos vigentes, em 31 de dezembro de 2022, mantidos pela Companhia:

Contrato	Instituição Financeira	Valor da Contratação (em milhões de RS)	Juros	Data da Contratação	Vencimento	Saldo Devedor em 31/12/2022 (em milhões de R$)
4131 – Capital de giro	The Bank of Nova Scotia	510,0	1,6554%a.a	15/12/2020	22/12/2025	522,02
18082022	Banco Santander SA	103,4	4,5% a.a.	18/08/2022	24/08/2023	106,01
4131 – Capital de giro	The Bank of Nova Scotia	103,5	3,6635% a.a.	17/08/2022	24/08/2023	105,97
2022/0288/001	Banco Bradesco SA	100,0	076% a.a.	23/08/2022	28/08/2023	104,65
60333852-01	Banco Santander Brasil SA	20,0	6,9278% a.a.	21/10/2022	15/02/2024	20,36
60333832-01	Banco Santander Brasil SA	20,0	6,9278% a.a.	21/10/2022	15/02/2024	20,36
60333853-01	Banco Santander Brasil SA	20,0	6,9278% a.a.	21/10/2022	15/02/2024	20,36
60333854-01	Banco Santander Brasil SA	20,0	6,9278% a.a.	21/10/2022	15/02/2024	20,36
60333855-01	Banco Santander Brasil SA	20,0	6,9278% a.a.	21/10/2022	15/02/2024	20,36
60333922-01	Banco Santander Brasil SA	20,0	6,9278% a.a.	21/10/2022	15/02/2024	20,36
14.2.1298.1 A	BNDES	54,5	8,38% a.a.	10/02/2015	17/06/2024	14,74

A seguir, encontram-se descritos os contratos celebrados pela Companhia com seus principais credores.

The Bank of Nova Scotia
Em 31 de dezembro de 2022, a Companhia tinha 2 contratos vigentes e relevantes com essa instituição com saldo de R$ 627,99 milhões, adquiridos para Capital de Giro com vencimento até dezembro de 2025 e taxa média de 1,99% a.a. mais variação cambial.

Banco Santander Brasil
Em 31 de dezembro de 2022, a Companhia tinha 12 contratos vigentes, sendo 7 contratos relevantes com essa instituição, totalizando R$ 229,1 milhões com vencimentos até fevereiro de 2024. Esses financiamentos foram adquiridos através do BNDES, nas modalidades FINAME PSI e TLP com taxa média, respectivamente de 3,04% a.a., e 6,9278% a.a. + variação do IPCA e um Financiamento à Exportação com taxa de 4,5% a.a. + Variação Cambial. No que tange à prestação de garantias, em alguns contratos financeiros vigentes da Companhia, a Sra. Maria Consuelo Saraiva Leão Dias Branco, Presidente do Conselho de Administração, figura como garantidora em conjunto com alguns dos diretores estatutários. Há também como garantia a transferência da propriedade fiduciária dos bens descritos nos respectivos contratos com repasse do BNDES.

Banco Bradesco
Em 31 de dezembro de 2022, a Companhia tinha 12 contratos vigentes, sendo 1 contrato relevante com essa instituição, totalizando R$ 106,2 milhões. Esses financiamentos foram adquiridos através do BNDES, na modalidade FINAME PSI, para a renovação e ampliação de nosso parque industrial, com taxa média de 3,95% a.a. e uma Cédula de Produto Rural com lastro em LCA, contrato com atualização

2.1 Condições financeiras e patrimoniais

de 100% CDI e taxa de 076% a.a. Como garantia, há a transferência da propriedade fiduciária dos bens descritos nos respectivos contratos com repasse do BNDES.

Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social
Em 31 de dezembro de 2022, a Companhia mantinha 2 contratos vigentes, sendo 1 contrato relevante com o BNDES, que totalizam R$ 26,99 milhões, com vencimentos até agosto de 2024. Esses financiamentos são através de linhas de repasses do BNDES, na modalidade FINEM, com indexador IPCA, taxa média de 8,57%a.a. e indexador TJLP, taxa média de 2,17%a.a. Esses financiamentos foram contraídos pela empresa Piraquê S.A. para a Implantação de Unidade Industrial e Capital de Giro. No que tange à prestação de garantias, existe hipoteca dos bens descritos nos respectivos contratos.

Banco do Brasil
Em 31 de dezembro de 2022, a Companhia mantinha 10 contratos vigentes com o Banco do Brasil, que totalizam R$ 2,09 milhões, com vencimentos até julho de 2023. Esses financiamentos são através de linhas de repasses do BNDES, na modalidade FINAME PSI, com taxa média de 3% a.a. Esses financiamentos foram contraídos para a renovação e ampliação de nosso parque industrial. No que tange à prestação de garantias em alguns contratos financeiros vigentes da Companhia, a Sra. Maria Consuelo Saraiva Leão Dias Branco, Presidente do Conselho de Administração, figura como garantidora em conjunto com alguns dos diretores estatutários. Há também como garantia a transferência da propriedade fiduciária dos bens descritos nos respectivos contratos.

Banco Itaú BBA
Em 31 de dezembro de 2022, estavam vigentes 62 contratos com o Banco Itaú BBA, totalizando R$ 10,86 milhões, com vencimentos até janeiro de 2024. Esses financiamentos foram adquiridos através de linhas de repasses do BNDES, na modalidade FINAME PSI com taxa média de 3,26% a.a, sendo contraídos para inovação e ampliação dos parques industriais e 1 contrato foi contraído pela Latinex, sendo utilizado para Capital de Giro, com vencimento em outubro de 2023, com taxa média de 5,75%a.a. Como garantia, há a transferência da propriedade fiduciária dos bens descritos nos respectivos contratos com repasse do BNDES.

2. Outros endividamentos relevantes

Financiamentos diretos - Aquisição de Quotas/Ações do capital das controladas NPAP Alimentos, Pelágio Oliveira, J. Brandão, Moinho Santa Lúcia e Industria de Produtos Alimentícios Piraquê S. A.,Latinex, Jasmine e Las Acacias.

A Companhia possui o montante de R$ 335,75 milhões referente a financiamentos diretos, com destaque em 2022 para a aquisição da Jasmine e Las Acacias.

O valor de R$ 170.071 relativo à aquisição da Piraquê é composto pela parcela retida do preço que será liquidada em 2 parcelas, com vencimentos em 05/2023 e 12/2023, descontado das contingências pagas de responsabilidades dos vendedores e pelo repasse de crédito tributário de R$ 37.495 aos antigos sócios após a sua compensação.

O valor de R$ 90.006 relativo à aquisição da Latinex é composto por parcela retida do preço no montante R$ 10.718 a ser amortizado em cinco parcelas anuais (a primeira de R$ 718 e quatro de R$ 2.500), descontado das contingências pagas de responsabilidades dos vendedores, R$ 32.500 a ser pago por ocasião da conclusão do processo de registro de titularidade da marca, além de R$ 41.752 resultante da parcela contingente de preço de aquisição, acrescido de CDI na ordem de R$ 5.036.

Em relação à aquisição da Jasmine, o valor de R$ 23.586 é composto por parcela retida do preço no montante de R$ 17.586, a ser liquidado em jan/23, e R$ 6.000, a título do valor justo de imóvel a ser reembolsado ao vendedor até jun/23.

O valor de R$ 25.947 relativo à aquisição das Las Acacias é composto pela parcela retida do preço de R$ 13.330 a ser amortizado em cinco parcelas anuais, descontado das contingências pagas de responsabilidades dos vendedores e de R$ 12.417, cuja expectativa de pagamento será até 31 de março de 2023.

2.1 Condições financeiras e patrimoniais

ii. Outras relações de longo prazo com instituições financeiras

As relações de longo prazo com instituições financeiras já foram comentadas em outras seções do documento.

iii. Grau de subordinação entre as dívidas

Nossos contratos de financiamentos, quando garantidos, utilizamos alguns instrumentos como alienação fiduciária, notas promissórias, Standby Letter of Credit, garantia hipotecária e aval prestado pela presidente do conselho de administração, Sra. Maria Consuelo Saraiva Leão Dias Branco.

Considerando a totalidade do passivo circulante e não circulante da Companhia, a composição de acordo com o grau de subordinação era a seguinte nas datas indicadas, com base em nossas demonstrações financeiras consolidadas:

Exercício social encerrado em 31 de dezembro de		
	2021	2022
	(Em milhões de reais)	
Obrigações com garantia quirografária	3.402,70	4.343,3
Obrigações com garantia real	222,1	333,4
Total do passivo circulante e não circulante	**3.624,80**	**4.676,7**

iv. Eventuais restrições impostas ao emissor, em especial, em relação a limites de endividamento e contratação de novas dívidas, à distribuição de dividendos, à alienação de ativos, à emissão de novos valores mobiliários e à alienação de controle societário.

Os contratos de financiamentos externos e financiamentos através das linhas de crédito do BNDES contêm cláusulas restritivas, habituais para esses tipos de operações, que, na hipótese de não serem atendidas, podem acarretar o vencimento antecipado das respectivas operações.

Essas cláusulas contratuais, dentre outras condições, restringem a autonomia da Companhia nos casos de alteração da estrutura societária, pois vedam expressamente qualquer alteração ou modificação da composição do seu capital social, incorporação, cisão ou fusão, transferência ou cessão, direta ou indireta, de seu controle societário sem a prévia e expressa concordância das respectivas instituições financeiras credoras; e exigem que a Companhia: (i) não possua protestos legítimos; (ii) não possua ações, demandas ou processos pendentes ou em vias de serem propostos, que, se decididos em desfavor da Companhia, teriam efeito prejudicial sobre a sua condição financeira ou prejudicariam sua capacidade de cumprir as obrigações contratuais e exigem, ainda, que a transferência ou cessão de direitos e obrigações decorrentes dos contratos sejam aprovadas pelas respectivas instituições financeiras credoras e pelo Finame, (iii) não possua vencimento antecipado, declarado por terceiros, de quaisquer obrigações pecuniárias ou de operação de financiamento envolvendo valor relevante; (iv) não possua ocorrência de condenação da Companhia ou de seus respectivos administradores, agindo na qualidade de representantes legais da Emissora, por qualquer decisão judicial ou administrativa, em razão da prática de atos que importem em discriminação de raça ou gênero, incentivo à prostituição e/ou trabalho infantil, trabalho escravo; violações contra as Leis Anticorrupção; violações contra a Legislação Socioambiental; (v) evite a não obtenção, não renovação, cancelamento, revogação, extinção ou suspensão das autorizações, concessões, alvarás, subvenções ou licenças, inclusive as ambientais e/ou aquelas exigidas pelos órgãos regulatórios competentes para o regular exercício das atividades desenvolvidas pela companhia, que causem (a) a suspensão ou interrupção total das atividades da companhia ou de suas filiais, que representem, conjunta ou individualmente, redução relevante da receita bruta da companhia (b) impactos reputacionais relevantes para a companhia, decorrentes da divulgação pública e notória de um dos fatos mencionados acima. Além das cláusulas supracitadas, deve-se (i) manter durante a vigência do contrato determinados percentuais dos índices: Dívida Líquida/Ebitda e Patrimônio Líquido/Passivo Total e (ii) manutenção do quadro de pessoal apresentado em projeto de liberação de financiamento e ainda, há o compromisso da companhia em

2.1 Condições financeiras e patrimoniais

(i) não utilizar recursos obtidos em determinadas operações financeiras em transações que envolvam, com seu conhecimento, atividades terroristas ou que resultem em violação de quaisquer leis anticorrupção ou leis antiterrorismo aplicáveis; e, (ii) fazer com que cada uma de suas Afiliadas, Subsidiárias e todas as Pessoas que atuam em nome ou sob a direção da Companhia ou de qualquer uma de suas Subsidiárias, atue de acordo com todas as Leis Anticorrupção aplicáveis nas jurisdições em quais a companhia ou qualquer uma de suas Afiliadas ou Subsidiárias faz negócios.

Atualmente, a Companhia não está incorrendo em nenhuma das hipóteses de restrição previstas em seus contratos.

Conclusivamente, a Companhia, ainda que se utilize de recursos de terceiros, não tem dependência de contratos financeiros relevantes para a realização de suas atividades operacionais.

g. Limites de utilização dos financiamentos já contratados

Em 31 de dezembro de 2022, todos os recursos das operações já contratadas com instituições financeiras através de linha de crédito do BNDES - PSI, para ampliação e renovação do seu parque industrial foram liberados.

h. Alterações significativas em itens das demonstrações de resultado e de fluxo de caixa

Os resumos das demonstrações financeiras da Companhia para os exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2021 e 2022 que serão apresentados a seguir, foram extraídos das demonstrações financeiras consolidadas. Essas demonstrações foram preparadas em conformidade com o International Financial Reporting Standards ("IFRS") emitidos pelo International Accounting Standards Board ("IASB") e práticas contábeis adotadas no Brasil (BR GAAP), que abrangem a legislação societária brasileira, os Pronunciamentos, as Orientações e as Interpretações emitidos pelo Comitê de Princípios Contábeis (CPC), homologados pelos órgãos reguladores e auditadas pelos Auditores Independentes, de acordo com as normas internacionais de auditoria e normas de auditoria aplicáveis no Brasil, e que refletem adequadamente o resultado das operações e da situação patrimonial e financeira da Companhia nos respectivos exercícios.

As tabelas abaixo apresentam um sumário do balanço patrimonial consolidado, demonstração de resultado consolidado, demonstração dos fluxos de caixa e outras informações financeiras para os períodos indicados, inclusive os percentuais de variação entre os períodos para cada item das respectivas demonstrações, bem como a representatividade de cada item, sejam em relação ao ativo total no balanço patrimonial, seja em relação à receita líquida na demonstração de resultados:

2.1 Condições financeiras e patrimoniais

Análise da demonstração do resultado, balanço patrimonial e fluxo de caixa dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021

Demonstração do resultado	2021	AV%	2022	AV%	2022/ 2021 (%)
(Em milhões de reais, exceto porcentagens)					
Receita operacional líquida	**7.814,0**	**100,0**	**10.129,2**	**100,0**	**29,6**
Custos dos produtos vendidos	(6.048,0)	(77,4)	(7.816,6)	(77,2)	29,2
Subvenções para investimentos estaduais	436,0	5,6	574,5	5,7	31,8
Lucro bruto	**2.202,0**	**28,2**	**2.887,1**	**28,5**	**31,1**
Receitas (despesas) operacionais					
Despesas de vendas	(1.463,1)	(18,7)	(1.827,7)	(18,0)	24,9
Despesas administrativas	(306,0)	(3,9)	(358,5)	(3,5)	17,2
Outras receitas (despesas) operacionais líquidas	(24,6)	(0,3)	(118,0)	(1,2)	n/a
Resultado antes das receitas (despesas) financeiras líquidas, equivalência patrimonial e impostos	**408,3**	**5,2**	**582,9**	**5,8**	**42,8**
Receitas financeiras	280,2	3,6	332,0	3,3	18,5
Despesas financeiras	(300,0)	(3,8)	(563,5)	(5,6)	87,8
Resultado operacional - após resultado financeiro	**388,5**	**5,0**	**351,4**	**3,5**	**(9,5)**
Resultado da equivalência patrimonial	(11,3)	(0,1)	0,3	-	n/a
Resultado antes do imposto de renda e da contribuição social	**377,2**	**4,8**	**351,7**	**3,5**	**(6,8)**
Imposto de renda e contribuição social	127,8	1,6	130,1	1,3	1,8
Lucro líquido do exercício	**505,0**	**6,5**	**481,8**	**4,8**	**(4,6)**
Conciliação para o EBITDA e EBITDA Ajustado					
Lucro líquido do exercício	**505,0**	**6,5**	**481,8**	**4,8**	**(4,6)**
Imposto de renda e contribuição social	(127,8)	(1,6)	(130,1)	(1,3)	1,8
Receitas financeiras	(280,2)	(3,6)	(332,0)	(3,3)	18,5
Despesas financeiras	300,0	3,8	563,5	5,6	87,8
Depreciação e amortização incluídas no CPV	184,5	2,4	183,6	1,8	(0,5)
Depreciação e amortização incluídas em despesas administrativas e comerciais	102,4	1,3	133,6	1,3	30,5
EBITDA [1]	**683,9**	**8,8**	**900,4**	**8,9**	**31,7**

Nota: A análise vertical (AV%) é a representação de cada rubrica sobre a receita líquida.

[1] Conforme a Instrução CVM nº 527/12, o LAJIDA/EBITDA consiste no resultado líquido do período, acrescido dos tributos sobre o lucro, das despesas financeiras líquidas, das receitas financeiras e das depreciações, amortizações e exaustões. O art. 4º da Instrução CVM nº 527/12 dispõe também que a companhia pode optar por divulgar os valores do LAJIDA e do LAJIR excluindo os resultados líquidos vinculados às operações descontinuadas e ajustado por outros itens que contribuam para a informação sobre o potencial de geração bruta de caixa.

2.1 Condições financeiras e patrimoniais

Balanço patrimonial	2021	AV%	2022	AV%	2022/2021 (%)
	(Em milhões de reais, exceto porcentagens)				
Ativo circulante	**4.443,1**	**41,7**	**4.877,0**	**42,6**	**9,8**
Caixa e equivalentes de caixa	1.555,9	14,6	648,0	5,7	(58,4)
Depósitos vinculados	-	-	69,6	0,6	n/a
Contas a receber de clientes	1.439,0	13,5	1.690,9	14,8	17,5
Estoques	1.154,2	10,8	2.111,5	18,5	82,9
Tributos a recuperar	127,9	1,2	234,6	2,1	83,4
Imposto de renda e contribuição social	71,2	0,7	28,5	0,2	(60,0)
Aplicações financeiras	16,6	0,2	16,6	0,1	-
Instrumentos financeiros derivativos	51,1	0,5	15,6	0,1	(69,5)
Despesas antecipadas	7,8	0,1	14,3	0,1	83,3
Outros ativos circulantes	19,4	0,2	47,4	0,4	n/a
Ativo não circulante	**6.214,0**	**58,3**	**6.562,5**	**57,4**	**5,6**
Realizável a longo prazo	**750,6**	**7,0**	**539,9**	**4,7**	**(28,1)**
Aplicações financeiras	2,1	0,0	1,5	-	(36,4)
Depósitos judiciais	233,8	2,2	263,7	2,3	12,8
Tributos a recuperar	440,1	4,1	149,6	1,3	(66,0)
Instrumentos financeiros derivativos	10,2	0,1	-	-	(100,0)
Ativos de indenização	59,8	0,6	75,3	0,7	25,9
Outros ativos não circulantes	4,6	0,0	5,0	-	8,7
Investimentos	**35,9**	**0,3**	**62,5**	**0,5**	**(24,1)**
Propriedade para investimento	**56,1**	**0,5**	**55,6**	**0,5**	**(0,9)**
Imobilizado	**3.418,0**	**32,1**	**3.547,8**	**31,0**	**3,8**
Intangível	**1.953,4**	**18,3**	**2.356,7**	**20,6**	**20,6**
Ativo total	**10.657,1**	**100,0**	**11.439,5**	**100,0**	**7,3**
Passivo circulante	**1.329,1**	**12,5**	**2.467,4**	**21,6**	**85,6**
Fornecedores	741,4	7,0	1.234,6	10,8	66,5
Financiamentos, empréstimos e debêntures	116,0	0,7	561,9	4,9	n/a
Arrendamentos	52,8	0,5	66,6	0,6	26,1
Obrigações sociais e trabalhistas	176,9	1,7	252,4	2,2	42,7
Obrigações fiscais	102,6	1,0	125,0	1,1	21,8
Imposto de renda e contribuição social	1,8	0,0	1,8	0,0	-
Subvenções governamentais	10,8	0,1	25,0	0,2	n/a
Instrumentos financeiros derivativos	0,0	0,0	54,5	0,5	n/a)
Outros passivos circulantes	126,8	1,2	145,5	1,3	14,8
Passivo não circulante	**2.295,6**	**21,5**	**2.263,5**	**19,8**	**(1,4)**
Exigível a longo prazo	2.295,6	21,5	2.263,5	19,8	(1,4)
Financiamentos, empréstimos e debêntures	1.651,5	15,5	1.664,6	14,6	0,8
Arrendamentos	193,0	1,8	265,3	2,3	37,5
Obrigações fiscais	0,8	-	0,5	-	(37,5)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	195,4	1,8	37,4	0,3	(80,9)
Instrumentos financeiros derivativos	8,8	0,1	50,7	0,4	n/a
Provisões para riscos cíveis, trabalhistas e tributários	221,2	2,1	225,3	2,0	1,9
Outros passivos não circulantes	24,9	0,2	19,7	0,2	(21,3)
Patrimônio líquido	**7.032,4**	**66,0**	**6.708,7**	**58,6**	**(4,6)**
Capital social	2.597,7	24,4	2.597,7	22,7	-
Reservas de capital	33,4	0,3	39,7	0,3	18,9
Ajustes acumulados de conversão	0,2	-	0,2	-	-
Ajustes de avaliação patrimonial	41,6	0,4	(81,5)	(0,7)	n/a
Reservas de lucros	4.408,2	41,4	4.233,7	37,0	(4,0)
(-) Ações em tesouraria	(48,7)	(0,5)	(81,1)	(0,7)	66,5
Passivo total e patrimônio líquido	**10.657,1**	**100,0**	**11.439,5**	**100,0**	**7,3**

Nota: A análise vertical (AV%) é a representação de cada rubrica sobre o ativo total.

2.1 Condições financeiras e patrimoniais

Demonstração do fluxo de caixa – Método Indireto	2021	2022	Var. (%)
Fluxo de caixa das atividades operacionais			
Lucro líquido antes do imposto de renda e da contribuição social	**377,2**	**351,7**	**(6,8)**
Ajustes para conciliar o resultado às disponibilidades geradas pelas atividades operacionais:			
Depreciação e amortização	286,9	317,3	10,6
Custo na venda de ativos permanentes	1,4	1,3	(7,1)
Equivalência patrimonial	11,3	(0,3)	n/a
Atualização de financiamentos, debêntures e variações cambiais	171,7	98,3	(45,4)
Atualização de aplicação financeira de longo prazo	-	(0,3)	n/a
Créditos tributários e atualizações	(219,8)	(62,5)	(71,6)
Atualização de depósitos judiciais	(5,5)	(14,4)	161,8
Provisão e atualização para riscos cíveis, trabalhistas e tributários/outros	36,6	40,0	9,3
Provisão (reversão) de despesas/ativo de indenização	(2,7)	(11,4)	n/a
Juros apropriados sobre arrendamentos	20,3	27,2	34,0
Ações outorgadas reconhecidas	9,6	11,0	14,6
Provisão (reversão) para perdas estimadas de clientes	(0,9)	24,3	n/a
Provisão de IR sobre financiamentos	3,6	1,8	(50,0)
Provisão do valor recuperável dos estoques	10,0	16,7	67,0
Perdas (ganhos) dos contratos de operações com derivativos	(16,8)	229,1	n/a
Provisão (reversão) para redução do valor recuperável de ativos	0,8	-	n/a
(Ganho)em aquisições de participação societária	-	(16,8)	n/a
Variações nos ativos e passivos			
(Aumento) em depósitos vinculados	-	69,6	n/a
(Aumento) em contas a receber de clientes	(468,6)	(243,7)	(48,0)
(Aumento) nos estoques	(24,8)	(949,5)	n/a
(Aumento) nas aplicações financeiras	(0,2)	-	n/a
Redução nos impostos a recuperar	421,6	407,0	(3,5)
Redução em depósitos judiciais	60,6	17,7	(70,8)
(Aumento) redução em despesas antecipadas	2,6	(6,3)	n/a
(Aumento) redução em ativos de indenização	9,1	(0,7)	n/a
(Aumento) redução em outros ativos	14,1	(27,4)	n/a
Aumento em fornecedores	339,1	416,6	22,9
(Redução) nos impostos e contribuições	(7,0)	(116,4)	n/a
Aumento (redução) em obrigações sociais e trabalhistas	(0,6)	68,1	n/a
(Redução) em provisões para riscos cíveis, trabalhistas e tributários	(59,3)	(69,6)	17,4
Aumento (redução) nas subvenções governamentais	(1,5)	14,2	n/a
(Redução) em outros passivos	(36,3)	(0,2)	(99,4)
Juros pagos	(84,2)	(80,2)	(4,8)
Variações cambiais pagas	(40,0)	-	100,0
Recebimentos de recursos por liquidação de operações com derivativos	116,5	(261,9)	n/a
Disponibilidades líquidas geradas pelas atividades operacionais	**924,8**	**106,6**	**(88,5)**
Fluxos de caixa das atividades de investimentos			
Aquisição de imobilizado e intangível	(161,7)	(177,1)	9,5
Amortização de dívida da aquisição de empresas	(69,9)	(7,0)	(90,0)
Aquisição de participação societária	(132,7)	(415,7)	n/a
Aplicação financeira a longo prazo	(2,0)	(1,5)	(28,6)
Resgate de aplicação financeira a longo prazo	3,3	2,0	33,3
Adiantamento para subscrição de capital	**-**	(2,6)	n/a
Disponibilidades líquidas (aplicadas) nas atividades de investimentos	**(363,0)**	**(601,1)**	**65,6**
Fluxos de caixa das atividades de financiamentos			
Juros sobre capital próprio pagos	(222,1)	(655,5)	n/a
Financiamentos tomados	821,6	430,1	(47,7)
Aquisição de ações de emissão da própria companhia	(12,8)	(36,6)	185,9
Pagamentos de financiamentos	(763,2)	(85,3)	(88,8)
Pagamentos de arrendamentos	(42,3)	(66,2)	56,5
Disponibilidades líquidas geradas (aplicadas) nas atividades de financiamentos	**(218,9)**	**(413,5)**	**88,9**
Efeitos das oscilações de câmbio sobre o caixa e equivalentes de caixa	**-**	**0,1**	**n/a**
Demonstrações do aumento (redução) no caixa e equivalentes de caixa	**342,9**	**(907,9)**	**n/a**
No início do período	**1.213,0**	**1.555,0**	**28,3**
No final do período	**1.555,9**	**648,0**	**(58,4)**
Aumento (redução) no caixa e equivalentes de caixa	**342,9**	**(907,9)**	**n/a**

Nota: As informações apresentadas referem-se às demonstrações financeiras consolidadas da Companhia.

2.1 Condições financeiras e patrimoniais

Principais itens de resultados auferidos no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021 comparado com o exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020

A M. Dias Branco atingiu receita líquida de R$ 10,1 bilhões, 29,6% maior que o ano anterior, fruto do aumento do preço médio e dos volumes em 28,5% e 0,9%, respectivamente.

Ao longo do ano, a Companhia concentrou esforços em iniciativas e medidas para o crescimento dos volumes e aumento sequencial do preço médio, dentre elas, estão lançamentos de novos produtos e crescimento em marcas de alto valor agregado, como a marca Piraquê, além do resultado das aquisições de Jasmine (set/22) e Latinex (nov/21), que reforçaram o portfólio de snacks e saudáveis, com itens de preço médio superiores à média da M. Dias Branco.

Com relação aos custos, a elevação dos preços de trigo e óleo, fruto da guerra entre Rússia e Ucrânia, impactou negativamente o resultado no decorrer do ano. Já nas despesas com vendas e administrativas, houve manutenção dos ganhos de produtividade e eficiência capturados nos últimos anos. Como resultado, a Companhia registrou EBITDA de R$ 900,4 milhões (+31,7% vs. 2021), com 8,9% de margem EBITDA (8,8% em 2021) e lucro líquido de R$ 481,8 milhões (-4,6% vs. 2021).

Apresenta-se a seguir os principais indicadores de resultados consolidados de 2022 em comparação com 2021, contemplando os resultados de Latinex, Jasmine e Las Acacias a partir de nov/21, set/22 e nov/22, respectivamente.

Receita líquida

No comparativo 2022 vs. 2021, a receita líquida cresceu 29,6%, fruto do aumento do preço médio de 28,5% e dos volumes de 0,9%. Destaque para o crescimento da receita de outras linhas de produtos em 104,1%, reflexo das aquisições da Latinex e Jasmine, que introduziram novas categorias com produtos de alto valor agregado.

As receitas de biscoitos, massas, farinha e farelo, margarinas e gorduras vegetais e outras linhas de produtos representaram 50,7%, 20,8%, 18,4%, 6,7% e 3,4%, respectivamente, da receita operacional líquida em 2021, comparada com 50,7%, 21,9%, 18,2%, 7,0% e 2,2%, respectivamente, da receita operacional líquida em 2021.

A contribuição de cada uma das linhas de produtos: (i) biscoitos; (ii) massas; (iii) farinha e farelo; (iv) margarinas e gorduras vegetais; e (v) outras linhas de produtos, para a formação e o crescimento da receita operacional líquida se deu conforme o quadro abaixo e comentários na sequência.

	2021			2022			Variações		
Linhas de Produto	**Rec. Líquida***	**Peso***	**Preço Méd.***	**Rec. Líquida***	**Peso***	**Preço Méd.***	**Rec. Líquida***	**Peso***	**Preço Méd.***
Biscoitos	3.960,4	519,4	7,62	5.137,8	520,5	9,87	29,7%	0,2%	29,5%
Massas	1.713,5	373,0	4,59	2.104,1	357,4	5,89	22,8%	-4,2%	28,3%
Farinha e Farelo	1.425,6	708,8	2,01	1.861,5	737,0	2,53	30,6%	4,0%	25,9%
Margarinas e Gorduras	545,7	85,8	6,36	681,2	80,8	8,43	24,8%	-5,8%	32,5%
Outras Linhas de Produtos**	168,8	15,9	10,62	344,6	21,8	15,81	104,1%	37,1%	48,9%
TOTAL	**7.814,0**	**1.702,9**	**4,59**	**10.129,2**	**1.717,5**	**5,90**	**29,6%**	**0,9%**	**28,5%**

* Receita líquida em R$ milhões, peso líquido de devoluções em mil toneladas e preço médio líquido em R$/Kg.
** Bolos, *snacks,* mistura para bolo, refrescos, torradas, produtos saudáveis, molhos e temperos.

2.1 Condições financeiras e patrimoniais

Biscoitos

A receita líquida de biscoitos cresceu 29,7% em 2022 vs. 2021, com o aumento do preço médio em 29,5% e dos volumes em 0,2%. O crescimento dos volumes ocorreu principalmente na região de Ataque, com destaque para o Sudeste. O aumento ocorreu principalmente nas categorias de wafer, salgados e água e sal cream cracker. Ressalta-se, ainda, a continuidade no aumento das vendas de cobertos, principalmente nas regiões Sudeste e Nordeste, em linha com a estratégia da Companhia de investimento em produtos de alto valor agregado.

Massas

Em massas, a receita líquida cresceu 22,8% em 2022 vs. 2021, com o aumento do preço médio em 28,3%, que compensou a retração dos volumes em 4,2%. A retração dos volumes ocorreu principalmente na região Nordeste e Exportações e nas categorias de massa comum e massa sêmola. Por outro lado, vale destacar o aumento das vendas de massas com ovos e instantâneo, principalmente nas regiões Sudeste e Nordeste.

Farinha e farelo

Em 2022, a receita líquida de farinha e farelo cresceu 30,6% em relação a 2021, com o aumento do preço médio em 25,9% e dos volumes em 4,0%. O crescimento é observado tanto para farinhas industriais quanto para farinhas domésticas, especialmente na região Nordeste.

Margarinas e gorduras

A receita líquida de margarinas e gorduras cresceu 24,8% em 2022 vs. 2021, com o aumento de 32,5% no preço médio e retração de 5,8% nos volumes. A redução dos volumes ocorreu pela queda na subcategoria industrial, a qual foi compensada parcialmente pelo aumento dos volumes da subcategoria doméstica na região Nordeste e Exportações.

Custo dos produtos vendidos

Custos dos Produtos Vendidos (R$ milhões)	2021	AV%	2022	AV%	Variação AH%
Matéria-prima	**4.171,5**	**53,4%**	**5.582,1**	**55,1%**	**33,8%**
Trigo	2.630,7	33,7%	3.568,3	35,2%	35,6%
Óleo	899,5	11,5%	1.196,8	11,8%	33,1%
Açúcar	225,2	2,9%	278,2	2,7%	23,5%
Farinha de terceiros	7,5	0,1%	8,0	0,1%	6,7%
Gordura de terceiros	1,7	0,0%	0,2	0,0%	-88,2%
Outros insumos	406,9	5,2%	530,6	5,2%	30,4%
Embalagens	**530,5**	**6,8%**	**649,7**	**6,4%**	**22,5%**
Mão de obra	**646,0**	**8,3%**	**723,7**	**7,1%**	**12,0%**
Gastos gerais de fabricação	**514,0**	**6,6%**	**617,7**	**6,1%**	**20,2%**
Depreciação e amortização	**184,5**	**2,4%**	**183,6**	**1,8%**	**-0,5%**
Custo das mercadorias vendidas	**1,5**	**0,0%**	**59,8**	**0,6%**	**n/a**
Total	**6.048,0**	**77,4%**	**7.816,6**	**77,2%**	**29,2%**

Nota: A análise vertical (AV%) é a representação dos custos dos produtos vendidos sobre a receita líquida.

Em 2022, os custos dos produtos vendidos cresceram 29,2% em valores absolutos, representando 77,2% da receita líquida (77,4% em 2021), reflexo principalmente do aumento no custo médio do trigo e do óleo, que incrementaram, respectivamente, 35,1% e 29,4%.

O aumento no custo dos principais insumos deve-se ao conflito entre Rússia e Ucrânia que impactou os resultados, principalmente no 4T22, conforme mencionado.

2.1 Condições financeiras e patrimoniais

Lucro operacional bruto

Em 2022 vs. 2021, o lucro bruto em valores nominais aumentou 31,1% e a margem bruta subiu 0,3 p.p., passando de 28,2% em 2021 para 28,5% em 2022. O crescimento reflete o aumento dos preços para compensar o maior custo das matérias-primas.

Despesas operacionais

Despesas de vendas e administrativas

No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022, as despesas com vendas e administrativas cresceram 24,9% e 13,9% em valores absolutos e diminuíram 0,7 p.p. e 0,4 p.p. em representatividade sobre a receita líquida, respectivamente, mantendo os ganhos de produtividade e eficiência capturados nos últimos anos.

O crescimento em valores absolutos reflete o aumento da inflação, sobretudo em combustíveis, maiores investimentos em marketing e primarização, além da inclusão das despesas operacionais das empresas adquiridas e das despesas não recorrentes com as aquisições.

Outras despesas (receitas) operacionais líquidas

As outras despesas (receitas) operacionais passaram de uma receita de R$ 10,3 milhões em 2021 para uma despesa de R$ 80,4 milhões em 2022, com aumento de 0,7 pontos percentuais de representatividade sobre a receita líquida. O aumento foi influenciado principalmente pela menor receita com créditos extemporâneos em relação a 2021.

Subvenções estaduais para investimentos

As subvenções para investimentos estaduais transitam pelo resultado em atendimento ao CPC 07 e IAS 20 – Subvenções Governamentais. Em sua maioria, são calculadas com base no valor do ICMS computado no custo de produção, e alocadas na Demonstração do Resultado do Exercício, abaixo do custo dos produtos vendidos. Em 2022, o montante reconhecido pela Companhia foi de R$ 574,5 milhões (R$ 436,0 milhões em 2021).

Além disso, a Companhia fez jus a R$ 111,5 milhões (R$ 94,8 milhões em 2021) a título de crédito presumido e, em outras receitas operacionais, reconheceu R$ 3,8 milhões (R$ 5,8 milhões em 2021) referente ao FUNDOPEM (Fundo Operação Empresa do Estado do Rio Grande do Sul), detalhado na Nota Explicativa nº 22 das demonstrações financeiras do exercício de 2022.

Resultado financeiro

Resultado Financeiro (R$ milhões)	2021	AV%	2022	AV%	Variação AH%
Receitas Financeiras	280,2	3,6%	332,0	3,3%	+18,5%
Despesas Financeiras	(300,0)	-3,8%	(563,5)	-5,6%	+87,8%
Total	**(19,8)**	**-0,3%**	**(231,5)**	**-2,3%**	**n/a**

Nota: A análise vertical (AV%) é a representação das receitas e despesas financeiras e o resultado da variação cambial sobre a receita líquida.

Em 2022, a Companhia registrou resultado financeiro negativo de R$ 231,5 milhões, frente ao resultado negativo de R$ 19,8 milhões em 2021. A variação foi influenciada principalmente pelo aumento do endividamento de R$ 1,8 bilhão para R$ 2,2 bilhões, da redução das disponibilidades de R$ 1,6 bilhão para R$ 0,6 bilhão em 2022, e da alta do CDI que passou de 4,4% em 2021 para 12,4% em 2022,

2.1 Condições financeiras e patrimoniais

influenciando o aumento do custo da dívida, do custo de contratação de NDFs para as operações de hedge.

Tributos sobre o resultado

Imposto de Renda e Contribuição Social (R$ milhões)	2021	AV%	2022	AV%	Variação AH%
Imposto de renda e contribuição social	(125,8)	-1,6%	(130,6)	-1,3%	3,8%
Incentivo fiscal federal	(2,0)	0,0%	0,5	0,0%	n/a
Total	**(127,8)**	**-1,6%**	**(130,1)**	**-1,3%**	**1,8%**

Nota: A análise vertical (AV%) é a representação dos impostos e incentivos fiscais sobre a receita líquida.

Em 2022, foi reconhecida reversão de R$ 130,1 milhões de imposto de renda e contribuição social (R$ 127,8 milhões em 2021). A reversão é fruto principalmente da redução do lucro antes dos impostos em 6,8%, do aumento dos incentivos fiscais estaduais e do reconhecimento de créditos presumidos.

Ebitda e Lucro Líquido

A Companhia encerrou 2022 com EBITDA de R$ 900,4 milhões (crescimento de 31,7% vs. 2021), com margem de 8,9% (8,8% em 2021) e lucro líquido de R$ 481,8 milhões (-4,6% vs. 2021), em cenário de crescimento de receita líquida, em contraponto ao aumento no preço das *commodities* em dólares americanos e menor nível de receitas não recorrentes.

Análise das principais variações nas contas patrimoniais em 31 de dezembro de 2022 comparado a 31 de dezembro de 2021

Ativo

Circulante

Caixa e equivalentes de caixa

O saldo de caixa e equivalentes de caixa, em 31 de dezembro de 2021, somava R$ 1.555,9 milhões, e passou para R$ 648,0 milhões em 31 de dezembro de 2022, redução de 58,4%, explicada pela distribuição extraordinária de juros sobre capital próprio (JCP), pelas aquisições da Jasmine e Las Acacias e pelos investimentos em Capex. Em 31 de dezembro de 2021 e 2022, o saldo de caixa e equivalentes de caixa representava 14,6% e 5,7% do ativo total, respectivamente, tendo apresentado uma redução de 8,9 pontos percentuais no período.

Contas a receber de clientes

As contas a receber de clientes, em 31 de dezembro de 2021, somavam R$ 1.439,0 milhões, e em 31 de dezembro de 2022, passaram para R$ 1.690,9 milhões, crescimento de 17,5%. Aumento influenciado pelo maior faturamento do mês de dezembro de 2022 em relação ao mesmo período do ano anterior. Em 31 de dezembro de 2021 e 2022, as contas a receber de clientes representavam 13,5% e 14,8% do ativo total, respectivamente.

Estoques

O saldo de estoques passou de R$ 1.154,2 milhões em 31 de dezembro de 2021 para R$ 2.111,5 milhões em 31 de dezembro de 2022, crescimento de 82,9%, influenciado pelos maiores níveis de estoques de matérias-primas e produtos acabados, além do aumento no preço das *commodities*. Em 31 de

2.1 Condições financeiras e patrimoniais

dezembro de 2021 e 2022, o saldo de estoques representava 10,8% e 18,5% do ativo total, respectivamente.

Não circulante

Imobilizado

Em 31 de dezembro de 2021, o imobilizado era de R$ 3.418,0 milhões, e passou para R$ 3.547,8 milhões em 31 de dezembro de 2022, apresentando um aumento de 3,8%. O crescimento foi influenciado pelos investimentos em capex, com destaque para adequação de maquinários para redução de gramatura e *flow pack*, além do incremento de imobilizado com as aquisições de Jasmine e Las Acacias. Em 31 de dezembro de 2021, o imobilizado representava 32,1% do ativo total, e em 31 de dezembro de 2022, representava 31,0% do ativo total.

Intangível

Em 31 de dezembro de 2021, o intangível era de R$ 1.953,4 milhões, e passou para R$ 2.356,7 milhões em 31 de dezembro de 2022, apresentando um aumento de 20,6% em decorrência principalmente das marcas e do ágio pago por rentabilidade futura reconhecidos com a aquisição da Jasmine e Las Acacias. Em 31 de dezembro de 2021, o intangível representava 18,3% do ativo total, e em 31 de dezembro de 2022, representava 20,6% do ativo total.

Passivo

Circulante

Fornecedores

Em 31 de dezembro de 2021, o saldo de fornecedores totalizava R$ 741,4 milhões, passando para R$ 1.234,6 milhões em 31 de dezembro de 2022, aumento de 66,5%, influenciado por ampliação dos prazos de pagamento de fornecedores. A representatividade dos fornecedores sobre o ativo total passou de 7,0% em 31 de dezembro de 2021 para 10,8% em 31 de dezembro de 2022.

Financiamentos, empréstimos e debêntures

O saldo de financiamentos, financiamento e debêntures somava R$ 116,0 milhões em 31 de dezembro de 2021 e passou para R$ 561,9 milhões em 31 de dezembro de 2022, aumento de R$ 445,9 milhões, decorrente de novas captações de empréstimos junto a instituições financeiras para capital de giro. Em 31 de dezembro de 2021, os financiamentos, empréstimos e debêntures representavam 1,1% do ativo total e, em 31 de dezembro de 2022, representavam 4,9% do ativo total.

Patrimônio Líquido

O patrimônio líquido passou de R$ 7.032,4 milhões em 31 de dezembro de 2021 para R$ 6.708,7 milhões em 31 de dezembro de 2022, apresentando uma redução de 4,6%, em função da distribuição extraordinária de juros sobre o capital próprio (JCP) no valor bruto total de R$ 588,2 milhões, totalizando R$ 655,5 milhões a título de JCP à conta de reservas para planos de investimento no ano. Em 31 de dezembro de 2021, o patrimônio líquido representava 66,0% do ativo total e, em 31 de dezembro de 2022, representava 58,6% do ativo total.

2.1 Condições financeiras e patrimoniais

Análise das variações no fluxo de caixa em 31 de dezembro de 2022 comparado a 31 de dezembro de 2021

O fluxo de caixa da Companhia é gerado, principalmente, pelas atividades operacionais, oriundas das receitas de vendas de produtos, e pelas atividades de financiamentos, quando há a tomada de financiamentos pela Companhia.

O fluxo de caixa da Companhia é utilizado, basicamente, pelas atividades de investimentos, decorrente de aquisição de outras empresas que atuam no mesmo negócio, expansões e modernizações de linhas de produção, assim como pelas atividades de financiamentos, quando amortizado o endividamento e remunerado os acionistas com o pagamento de dividendos.

A tabela abaixo demonstra o caixa líquido gerado pela Companhia nos exercícios sociais de 2022 e 2021.

R$ milhões	2021	2022	Variação
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais	924,8	106,6	-88,5%
Caixa líquido (aplicado) nas atividades de investimentos	(363,0)	(601,1)	65,6%
Caixa líquido (aplicado) nas atividades de financiamentos	(218,9)	(413,5)	88,9%
Aumento (redução) em caixa e equivalentes de caixa	**342,9**	**(907,9)**	**n/a**

Atividades operacionais

As disponibilidades líquidas geradas pelas atividades operacionais passaram de R$ 924,8 milhões em 31 de dezembro de 2021 para R$ 106,6 milhões em 31 de dezembro de 2022, redução de 88,5%, decorrente, principalmente, do aumento nos estoques de matérias-primas e de pagamento de recursos por liquidação de operações com derivativos.

Atividades de investimentos

As disponibilidades líquidas aplicadas nas atividades de investimentos passaram de R$ 363,0 milhões em 31 de dezembro de 2021 para R$ 601,1 milhões em 31 de dezembro de 2022, um aumento de 65,6%, em virtude da aquisição realizada das empresas Jasmine e Las Acacias no período.

Atividades de financiamentos

As disponibilidades líquidas aplicadas nas atividades financiamentos passaram de R$ 218,9 milhões em 31 de dezembro de 2021 para R$ 413,5 milhões em 31 de dezembro de 2022. O aumento de 88,9% foi influenciado, principalmente pelo pagamento da distribuição extraordinária de juros sobre capital próprio no período.

2.2 Resultados operacional e financeiro

a. Resultados das operações do emissor

i. Descrição de quaisquer componentes importantes da receita

As receitas advêm da fabricação e comercialização das seguintes linhas de produtos:

	Exercício social encerrado em 31 de dezembro de		
Linhas de Produto	**2021**	**2022**	**Variação**
Biscoitos	3.960,4	5.137,8	29,7%
Massas	1.713,5	2.104,1	22,8%
Farinha e Farelo	1.425,6	1.861,5	30,6%
Margarinas e Gorduras	545,7	681,2	24,8%
Outras Linhas de Produtos*	168,8	344,6	104,1%
TOTAL	**7.814,0**	**10.129,2**	**29,6%**

* Bolos, *snacks*, mistura para bolos, refrescos, torradas, produtos saudáveis, molhos e temperos.

Os principais motivos de variações nas receitas em 2021 e 2022 estão descritos e comentados na seção 2.1 item h.

ii. Fatores que afetaram materialmente os resultados operacionais

Os principais fatores que afetaram nossos resultados em 2022 estão descritos e comentados na seção 2.1 item h. Importante ressaltar o impacto do aumento dos preços das *commodities* em dólar em virtude conflito entre Rússia e Ucrânia que sensibilizou os resultados, principalmente no 4T22.

b. Variações relevantes das receitas atribuíveis a introdução de novos produtos e serviços, alterações de volumes e modificações de preços, taxas de câmbio e inflação

Em 2022, houve aumento da representatividade do portfólio de maior valor agregado (3,4% da receita líquida total em 2022 vs. 2,2% em 2021), resultado das aquisições da Jasmine (set/22) e Latinex (nov/21), que reforçaram o portfólio de *snacks* e saudáveis, com itens de preço médio 2,7 vezes acima da média da M. Dias Branco.

Adicionalmente, ao longo do ano, a Companhia também concentrou esforços em iniciativas e medidas para o crescimento dos volumes e aumento sequencial do preço médio, dentre elas, estão lançamentos de novos produtos, além de crescimento em marcas de alto valor agregado, como a marca Piraquê.

Outras variações nas receitas da Companhia que possam ser atribuídas a modificações em preços, taxas de câmbio, inflação, alterações em volumes e introdução de novos produtos, estão comentadas no item 2.1.h para cada linha de produto comercializada pela Companhia e no item 2.10.c acerca dos novos produtos e serviços.

c. Impactos relevantes da inflação, da variação de preços dos principais insumos e produtos, do câmbio e da taxa de juros no resultado operacional e no resultado financeiro do emissor

A Companhia está exposta a riscos de mercado, principalmente, em virtude das oscilações dos preços dos seus principais insumos, e flutuações nas taxas de câmbio e de juros, em função das suas obrigações de empréstimos e financiamentos.

2.2 Resultados operacional e financeiro

Preços dos insumos

O custo dos produtos vendidos e o lucro bruto são afetados diretamente pelo preço das principais matérias-primas da Companhia, que incluem commodities, tais como o trigo, o óleo vegetal e o açúcar, que representaram 45,7%, 15,3% e 3,6% do total do custo dos produtos vendidos em 2022, respectivamente (43,5%, 14,9% e 3,7% em 2021, respectivamente).

Em 2022, o custo médio do trigo apresentou um aumento de 35,1%, o custo médio do óleo vegetal um aumento de 29,4% e o custo médio do açúcar apresentou crescimento de 20,2% em relação a 2021.

Variação cambial

Os resultados operacionais e a situação financeira da Companhia têm sido e continuarão sendo afetados pela depreciação ou apreciação do Real em relação ao Dólar, pois parte relevante de seus custos – tais como o trigo em grão, o óleo vegetal de soja ou de palma, e o açúcar - é vinculada, direta ou indiretamente, ao Dólar.

Além do mais, a Companhia pode manter passivos indexados à moeda estrangeira, principalmente o dólar, decorrentes de importações das principais matérias primas, trigo em grão e óleo vegetal de soja e de palma. Contudo, como estratégia para prevenção e redução dos efeitos da flutuação da taxa de câmbio nos resultados, a Companhia tem procurado evitar ou minimizar o descasamento entre ativos e passivos indexados em moeda estrangeira, mediante avaliação de contratação de operações de proteção cambial, mais usualmente operações de swap, que consiste na troca do risco cambial por variação do CDI.

Nesse sentido, em 31 de dezembro de 2022, a Companhia possuía três contratos vigentes de operação de swap para proteção dos financiamentos de capital de giro em moeda estrangeira com vencimento até 22 de dezembro de 2025, em que na ponta ativa recebe, em média, dólar mais taxa de juros de 2,66% a.a. e na ponta passiva paga, em média, CDI mais taxa de juros de 1,25% a.a. com valor de referência (nocional) em reais de R$ 716.970 e valor justo a pagar de R$ 50.511.

Contratos de *swap*	Valor de referência		Valor da curva		Valor justo	
	2022	2021	2022	2021	2022	2021
Posição ativa						
Moeda estrangeira (USD)	**716.970**	**510.000**	**734.003**	**558.322**	**698.700**	**562.640**
Posição passiva						
CDI	**716.970**	**510.000**	**728.670**	**511.453**	**749.211**	**536.963**
Resultado	**-**	**-**	**5.333**	**46.869**	**(50.511)**	**25.677**

Dessa forma, em 31 de dezembro de 2022, a Companhia não apresentou descasamentos relevantes na posição de ativos e passivos sensíveis à variação cambial, conforme demonstrado a seguir:

Descrição	Controladora		Consolidado	
	2022	2021	2022	2021
Empréstimos/financiamentos em moeda estrangeira (a)	**734.003**	**558.322**	**734.003**	**558.322**
Contratos de *swap* (b)	**(734.003)**	**(558.322)**	**(734.003)**	**(558.322)**
Ativos em moeda estrangeira (b)	-	-	**(7)**	**(8)**
Superávit apurado (a-b)	**-**	**-**	**(7)**	**(8)**

Adicionalmente, como estratégia para prevenção e redução dos efeitos da flutuação da taxa de câmbio nos resultados, a Companhia passou a contratar operações a termo ("Non Deliverable Forward - NDF"),

2.2 Resultados operacional e financeiro

baseadas nas projeções de fluxo de caixa futuros a partir das previsões orçamentárias e de forecasts intermediários.

Em 31 de dezembro de 2022, a Companhia possuía dezoito contratos de operações a termo com vencimentos até fevereiro de 2023, com valor de referência (nocional) e valor justo, conforme segue:

Descrição	Objeto de proteção	Moeda referência (nocional)	Valor de referência (nocional)	Valor justo a receber (a pagar)
Contrato a termo	Moeda	Dólar	27.000	863

Risco de inflação

Em razão de emissão de debêntures em março de 2021 com encargos remuneratórios baseados no Índice de Preços para o Consumidor Amplo (IPCA) e com vencimento em longo prazo (7 anos e 10 anos), os resultados da Companhia estão mais suscetíveis a variações significativas da inflação.

Como estratégia para prevenção e redução dos efeitos de variações desse índice, a Companhia contratou operações de swap, trocando o risco de variação do IPCA mais taxa de juros pelo CDI mais taxa de juros, por entender que o risco de variação do CDI é baixo, além do fato de ser o indexador de suas aplicações financeiras.

Nesse sentido, em 31 de dezembro de 2021, a Companhia possuía quarenta e dois contratos negociados de operações de *swap* para proteção das emissões das debêntures, todos com vencimentos, até 17 de março de 2031, em que, na ponta ativa recebe, em média, IPCA mais 4,02% a.a. e na ponta passiva paga, em média, CDI mais 0,28% a.a. Os valores de referência (nocional) totalizaram R$ 811.644 para contratos já vigentes e o valor justo bruto a pagar de todos os instrumentos derivativos em 31 de dezembro de 2021 totalizava R$ 7.881.

Contratos de *swap*	Valor de referência		Valor da curva		Valor justo	
	2022	2021	2022	2021	2022	2021
Posição ativa						
IPCA	**931.644**	**811.644**	**1.044.135**	**868.042**	**987.195**	**832.642**
Posição passiva						
CDI	**931.644**	**811.644**	**965.821**	**828.354**	**976.008**	**840.523**
Resultado	**-**	**-**	**78.314**	**39.688**	**11.187**	**(7.881)**

Esses instrumentos financeiros foram designados como hedge de valor justo, cujos efeitos são registrados na demonstração do resultado financeiro (ver Nota Explicativa n° 19).

Taxa de juros

A Companhia está exposta, principalmente, às variações nas taxas de juros CDI nas aplicações financeiras e empréstimos e financiamentos.

Descrição	Controladora		Consolidado	
	2022	2021	2022	2021
Ativos financeiros				
Aplicações financeiras indexadas ao CDI	**559.491**	**1.558.238**	**566.774**	**1.558.265**
Passivos financeiros				
Operações em moeda estrangeira com derivativos atrelados ao CDI	**(728.670)**	**(558.322)**	**(728.670)**	**(558.322)**
Operações de debêntures com derivativos atrelados ao CDI	**(965.821)**	**(828.354)**	**(965.821)**	**(828.354)**
Financiamentos indexados ao CDI	**(382.026)**	**(257.139)**	**(431.559)**	**(262.277)**
Ativos – Passivos	**(1.517.026)**	**(85.577)**	**(1.559.276)**	**(90.688)**

2.2 Resultados operacional e financeiro

Análise de sensibilidade à variação do CDI

O quadro abaixo mostra a projeção de perda que seria reconhecida nos próximos 12 meses, caso fosse mantida a posição dos ativos indexados ao CDI líquidos dos passivos atrelados ao CDI em R$ 1.559.276.

Descrição	Posição em risco	Risco	Cenário provável	Cenário possível	Cenário remoto
Passivos líquidos	(1.559.276)	Aumento do CDI	-	(52.353)	(104.705)

O cenário provável considerou a cotação futura do DI para 360 dias, conforme informação obtida na B3 em 31 de dezembro de 2022, no patamar de 13,43% a.a. Os demais cenários, possível e remoto, consideraram um acréscimo nesta cotação em 25% (16,79% a.a.) e 50% (20,15% a.a.), respectivamente.

Mesmo diante da projeção de alta do CDI e com projeção de aumento para o ano de 2023, a Administração da Companhia, devido à sua atual situação econômico-financeira, não vê risco para esse indicador.

Despesas financeiras

As despesas financeiras passaram de R$ 300,0 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021 para R$ 563,5 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022, aumento de 87,8%. O crescimento foi influenciado pelo aumento no endividamento, além da alta do CDI que passou de 4,4% em 2021 para 12,4% em 2022, influenciando o aumento do custo da dívida, do custo de contratação de NDFs para as operações de hedge.

2.3 Mudanças nas práticas contábeis/Opiniões modificadas e ênfases

a. Mudanças nas práticas contábeis que tenham resultado em efeitos significativos sobre as informações previstas nos campos 2.1 e 2.2

As demonstrações financeiras consolidadas da Companhia foram preparadas em conformidade com as Normas Internacionais de Relatório Financeiro ("IFRS"), emitidas pelo IASB, e também de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Em 2022, não houve mudança significativa nas práticas contábeis adotadas pela Companhia que tenham resultado em efeitos significativos.

b. Opiniões modificadas e ênfases presentes no relatório do auditor

As demonstrações financeiras do ano de 2022 foram auditadas pela KPMG Auditores independentes Ltda e o relatórios dos auditores independentes não contêm opiniões modificadas ou ênfases.

2.4 Efeitos relevantes nas DFs

a. Introdução ou alienação de linha de produto operacional

A Companhia não tem, no presente momento, a intenção de realizar nenhuma alteração (alienação ou introdução) relevante nas linhas de produtos operacionais.

b. Constituição, aquisição ou alienação de participação societária

Em 31 de agosto de 2022, a Companhia adquiriu, por intermédio da Latinex, 100% das quotas representativas do capital social da Jasmine Indústria e Comércio de Alimentos Ltda., titular da marca Jasmine. A operação foi inserida na estratégia da Companhia de crescimento com lucratividade, adicionando em seu portfólio produtos de alto valor agregado e categorias adicionais às atuais.

Em 31 de outubro de 2022, a Companhia adquiriu 100% das ações representativas do capital social da Darcel S.A. e Cacama S.A, titular da marca Las Acacias. Fundada em Montevidéu, em 1952, a Las Acacias, principal marca da Darcel, figura entre as três principais marcas de massas no Uruguai, tendo também em seu portfólio itens nas categorias de farinha de trigo, mistura para bolos, molhos, entre outras.

c. Eventos ou operações não usuais

Não aplicável.

2.5 Medições não contábeis

a. Valor das medições não contábeis

i. EBITDA

Em R$ milhões	2021	2022
EBITDA	683,9	900,4

A Companhia também acompanha seu desempenho a partir do EBITDA, que nos termos da Instrução CVM nº 527/12, consiste no resultado líquido do período, acrescido dos tributos sobre o lucro, das despesas financeiras líquidas das receitas financeiras e das depreciações, amortizações e exaustões. O art. 4º da Instrução CVM nº 527/12 dispõe também que a companhia pode optar por divulgar os valores do EBITDA excluindo os resultados líquidos vinculados às operações descontinuadas e ajustado por outros itens que contribuam para a informação sobre o potencial de geração bruta de caixa.

ii. Dívida Líquida

Em R$ milhões	Exercício social encerrado em 31 de dezembro de 31/12/2021	31/12/2022
Caixa Líquido (Dívida Líquida) [1]	(140,4)	(1.580,4)

(1) Contempla o caixa, equivalentes de caixa, depósitos vinculados e aplicações financeiras de curto e longo prazo.

A Companhia calcula a dívida líquida com base na soma dos empréstimos e financiamentos com instituições financeiras, financiamentos de impostos, financiamentos diretos e debêntures, deduzindo dos valores de caixa e equivalentes de caixa, aplicações de curto prazo e longo prazo e instrumentos financeiros.

b. Conciliações entre os valores divulgados e os valores das demonstrações financeiras auditadas

i. EBITDA

Conciliação do Ebitda (Em R$ milhões)	2021	2022
Lucro Líquido	**505,0**	**481,8**
Imposto de Renda e Contribuição Social [1]	(127,8)	(130,1)
Receitas Financeiras	(280,2)	(332,0)
Despesas Financeiras	300,0	563,5
Depreciação e Amortização sobre CPV	184,5	183,6
Depreciação e Amortização sobre Despesas	102,4	133,6
EBITDA	**683,9**	**900,4**
EBITDA Ajustado	**683,9**	**900,4**

(1) Contempla imposto de renda e contribuição social e, quando utilizado, o incentivo de IRPJ.

ii. Caixa (Dívida Líquida)

Endividamento Em R$ milhões	Exercício social encerrado em 31 de dezembro de 31/12/2021	31/12/2022
Caixa [1]	1.574,6	735,7
Endividamento Total [2]	(1.767,5)	(2.226,5)
Instrumentos Financeiros a Receber (Pagar)	52,5	(89,6)
Caixa Líquido (Dívida Líquida)	**(140,4)**	**(1.580,4)**

(1) Contempla o caixa, equivalentes de caixa, depósitos vinculados e aplicações financeiras de curto e longo prazo.

(2) Contempla os financiamentos e empréstimos com instituições financeiras, financiamentos de impostos, financiamentos diretos de curto e longo prazo e debêntures.

2.5 Medições não contábeis

c. Motivo pelo qual a Companhia entende que tal medição é mais apropriada para a correta compreensão da sua condição financeira e do resultado de suas operações

Em virtude de o EBITDA ser um indicador financeiro utilizado para avaliar o resultado de empresas sem a influência de sua estrutura de capital, de efeitos tributários e outros impactos contábeis sem reflexo direto no seu fluxo de caixa, como é o caso da depreciação, a Companhia acredita que o EBITDA é uma medição importante para a compreensão da sua solidez financeira e capacidade de geração de caixa, além de contribuir para a compreensão de seu desempenho operacional. Trata-se de uma informação adicional às suas demonstrações financeiras, sendo normalmente utilizada por investidores e analistas de mercado.

No entendimento da administração, a referida importância do EBITDA advém do fato de que é uma das medidas não contábeis mais apropriadas para revelar o potencial de geração de caixa da Companhia a partir de seus ativos operacionais, uma vez que excluem do resultado operacional contábil itens sem impacto no caixa do período, como a depreciação e amortização.

2.6 Eventos subsequentes as DFs

A autorização para conclusão do relatório anual da administração e das demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2022 foi dada pela diretoria, em reunião realizada em 17 de março de 2023.

Em 08 de fevereiro de 2023, o Supremo Tribunal Federal (STF) decidiu, por unanimidade, o limite da coisa julgada em matéria tributária (Temas 881 e 885), na hipótese de o contribuinte ter em seu favor decisão transitada em julgado que afaste a cobrança do tributo recolhido de forma continuada e, em momento posterior, o Supremo declare legítima a cobrança. A Companhia, em conjunto com seus assessores jurídicos internos e externos, avaliou o tema e os possíveis impactos dessa decisão e concluiu, neste momento, dentre os processos tributários por ela conduzidos, que não há impacto relevante pelo julgamento em questão. Aguarda-se, contudo, a disponibilização do inteiro teor dos acórdãos para avaliar se há demais circunstâncias que possam ensejar eventual impacto nas suas demonstrações financeiras.

Na reunião do Conselho de Administração realizada no dia 10 de fevereiro de 2023, a Companhia aprovou as distribuições intercalares trimestrais de juros sobre capital próprio – JSCP. Os valores a serem pagos aos acionistas inscritos nos registros da Sociedade nas datas de direito abaixo mencionadas serão de R$ 0,0500 por ação, que, líquidos do imposto de renda na fonte de 15% (quinze por cento), corresponderão a R$ 0,0425 por ação, exceto para os acionistas pessoas jurídicas que estejam dispensados da referida tributação, que receberão pelo valor declarado. Os JSCP deverão ser imputados ao dividendo mínimo obrigatório relativo ao exercício social de 2023, nos termos do parágrafo 3°do artigo 24 do Estatuto Social da Companhia.

2.7 Destinação de resultados

a. Regras sobre retenção de lucros

O Estatuto Social da Companhia previa que a Assembleia Geral poderá, por proposta dos órgãos de administração, destinar para a reserva de incentivos fiscais a parcela do lucro líquido decorrente de doações ou subvenções governamentais para investimentos, que poderá ser excluída da base de cálculo do dividendo obrigatório. Após a constituição da reserva de incentivos fiscais, da reserva legal e da fixação dos dividendos, a parcela restante do lucro será aplicada, salvo deliberação diversa pela Assembleia Geral, na constituição de reserva estatutária denominada "Reserva para Plano de Investimento". A Reserva para Plano de Investimento observará o limite de 95% do capital social e poderá, por deliberação do Conselho de Administração, ser capitalizada, utilizada na absorção de prejuízos ou na distribuição de dividendos aos acionistas. O saldo das reservas de lucros, exceto as para contingências, de incentivos fiscais e de lucros a realizar, não poderá ultrapassar o capital social. Atingindo esse limite, a Assembleia Geral deliberará sobre aplicação do excesso na integralização ou no aumento do capital social ou na distribuição de dividendos.

b. Regras sobre distribuição de dividendos

Segundo o Estatuto Social da Companhia, o saldo do lucro líquido foi ajustado na forma do artigo 202 da Lei nº 6.404/76, e 25% (vinte e cinco por cento) do saldo ajustado descontado dos valores destinados à Reserva de Incentivos Fiscais foi atribuído ao pagamento do dividendo obrigatório.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2022, a Companhia não registrou base de distribuição de dividendos.

c. Periodicidade das distribuições de dividendos

Trimestral

d. eventuais restrições à distribuição de dividendos impostas por legislação ou regulamentação especial aplicável ao emissor, assim como contratos, decisões judiciais, administrativas ou arbitrais

No exercício findo em 31 de dezembro de 2022, a Companhia não registrou base de distribuição de dividendos. No entanto, distribuiu o montante de R$ 655.483.858,82 a título de juros sobre capital próprio à conta de reservas para planos de investimento.

e. se o emissor possui uma política de destinação de resultados formalmente aprovada, informar órgão responsável pela aprovação, data da aprovação e, caso o emissor divulgue a política, locais na rede mundial de computadores onde o documento pode ser consultado

Na reunião do Conselho de Administração realizada no dia 10 de fevereiro de 2023, a Companhia aprovou as distribuições intercalares trimestrais de juros sobre capital próprio – JSCP. Os valores a serem pagos aos acionistas inscritos nos registros da Sociedade nas datas de direito abaixo mencionadas serão de R$ 0,0500 por ação, que, líquidos do imposto de renda na fonte de 15% (quinze por cento), corresponderão a R$ 0,0425 por ação, exceto para os acionistas pessoas jurídicas que estejam dispensados da referida tributação, que receberão pelo valor declarado. Os JSCP deverão ser imputados ao dividendo mínimo obrigatório relativo ao exercício social de 2023, nos termos do parágrafo 3°do artigo 24 do Estatuto Social da Companhia.

2.8 Itens relevantes não evidenciados nas DFs

a. Ativos e passivos detidos pelo emissor, direta ou indiretamente, que não aparecem no balanço patrimonial (off - balance sheet items)

A Companhia não possui ativos e passivos que não estejam refletidos nas demonstrações financeiras e suas notas explicativas.

b. Outros itens não evidenciados nas demonstrações financeiras

Não aplicável.

2.9 Comentários sobre itens não evidenciados

a. Como tais itens alteram ou poderão vir a alterar as receitas, as despesas, o resultado operacional, as despesas financeiras ou outros itens das demonstrações financeiras do emissor

Conforme mencionado no tópico 2.8, não há itens que não estejam evidenciados nas demonstrações financeiras.

b. Natureza e o propósito da operação

Conforme mencionado no tópico 2.8, não há itens que não estejam evidenciados nas demonstrações financeiras.

c. Natureza e montante das obrigações assumidas e dos direitos gerados em favor do emissor em decorrência da operação

Conforme mencionado no tópico 2.8, não há itens que não estejam evidenciados nas demonstrações financeiras.

2.10 Planos de negócios

a. Investimentos, incluindo: (i) descrição quantitativa e qualitativa dos investimentos em andamento e dos investimentos previstos; (ii) fontes de financiamento dos investimentos; (iii) desinvestimentos relevantes em andamento e desinvestimentos previstos

A Companhia manteve seu orçamento em projetos de investimentos voltados para expansão, diversificação e modernização da capacidade de produção e correspondente aumento de sua eficiência. Tais investimentos se destinam, principalmente, a iniciativas de transformação digital, desenvolvimento de novos produtos, melhorias de eficiência e qualidade nos moinhos, bem como investimentos para a modernização dos equipamentos industriais, incremento de capacidade, produtividade, eficiência energética e atendimento aos requisitos legais nas unidades fabris.

Dentre os itens que compuseram os gastos com investimentos ao longo do ano de 2022, destaque para os investimentos com a implantação do sistema SAP (projeto Simplifique) e adequação de maquinário para redução de gramatura e *flow pack*.

A Diretoria estima que serão investidos cerca de R$ 366,8 milhões em 2023. Os investimentos estimados estão subdivididos em categorias e incluem toda a expansão e modernização das plantas industriais:

	2023
	(Em milhões de reais)
Máquinas e equipamentos	126,5
Licenças de uso de *software*	74,4
Obras civis	72,4
Instalações	40,7
Móveis e utensílios	1,5
Outros*	51,3
Total	**366,8**

*Outras imobilizações, ferramentas, marcas e patentes.

Os investimentos elencados acima constituem projeções da Companhia e se baseiam em nossas estimativas. A Companhia não está obrigada a investir as quantias elencadas acima, e os montantes efetivamente investidos podem ser significativamente diferentes em função de fatores variados, como a evolução do mercado e os índices inflacionários, emissão de licenças, entre outros.

A Companhia obterá os recursos necessários para realização dos investimentos através da sua geração de caixa (recursos próprios) e de crédito a ser obtido junto a bancos de desenvolvimento. Não há qualquer desinvestimento relevante em andamento e nem qualquer previsão nesse sentido.

Essas projeções de investimentos não incluem eventuais valores a serem aplicados em futuras aquisições de empresas.

b. desde que já divulgada, indicar a aquisição de plantas, equipamentos, patentes ou outros ativos que devam influenciar materialmente a capacidade produtiva do emissor

Não aplicável, visto que os investimentos se destinam, em sua maioria, para ganho de eficiência produtiva, manutenção da capacidade, inovação em produtos e avanços em transformação digital.

2.10 Planos de negócios

c. novos produtos e serviços

Ao longo do ano, foram lançados 85 novos produtos, sendo 50 para o mercado interno e 35 para exportação, e que somados aos lançamentos dos últimos 24 meses, totalizaram R$ 369 milhões em receita da Companhia.

Dentre os lançamentos, destaque para: i) recheados maltado nos sabores chocolate maltado, chocolate com avelã e doce de leite da marca Piraquê; ii) recheados *supreme* nos sabores creme de avelã, maçã com canela, cheesecake com geleia de frutas vermelhas e chocolate branco com geleia de limão siciliano da marca Piraquê; e iii) tortinhas crostatas nos sabores creme de avelã, maçã com canela, cheesecake com geleia de frutas vermelhas e chocolate branco com geleia de limão siciliano nas marcas Adria e Isabela;

No exercício social findo em 31 de dezembro de 2022, investimos R$ 15,9 milhões em pesquisa e desenvolvimento de produtos (R$ 14,2 milhões em 2021). Para 2023, a Companhia trabalhará com um portfólio de 58 projetos, alinhados com a estratégia de inovação estabelecida pela empresa. As pesquisas em andamento representam informações confidenciais não divulgadas antes do efetivo lançamento do produto.

d. oportunidades inseridas no plano de negócios do emissor relacionadas a questões ASG

Os avanços socioambientais estão integrados ao processo decisório, aos mecanismos de avaliação internos e externos e à geração de valor para a Companhia, que tem como perspectiva continuar evoluindo nos aspectos ambientais, sociais e de governança (ASG).

Ressalta-se a participação da Companhia na carteira do ISE - Índice de Sustentabilidade Empresarial da B3, pelo terceiro ano consecutivo, e evolução do rating ESG para AA na avaliação MSCI ESG Ratings. Destaque ainda para a revisão da Agenda Estratégica de Sustentabilidade, considerando os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) na definição de metas até 2030, impulsionando práticas sustentáveis em toda a cadeia de valor da empresa.

No decorrer de 2022, foram realizadas diversas ações voltas as questões de ASG, dentre elas: i) mais de 2.200 toneladas em doações de alimentos em 17 Estados, beneficiando mais de 103 instituições e contribuindo para combate à fome no Brasil; ii) I Workshop para Fornecedores com o tema Sinergias e Sustentabilidade, buscando fortalecer as práticas junto à nossa cadeia de suprimentos; e iii) realização de eventos focados na conscientização do público interno e externo sobre temáticas ESG, como o Encontro de Sustentabilidade, a Campanha sobre Mudanças Climática e Gestão do Carbono, e o Fórum de Sustentabilidade e Desenvolvimento.

Adicionalmente, os resultados dos principais indicadores de ASG acompanhados ao longo do ano encontram-se listados a seguir.

- **Consumo de água:** aumento de 7% em 2022, influenciado pelo volume de produção no período e pelo maior número de funcionários trabalhando presencialmente em comparação ao período pandêmico, com o retorno dos funcionários para as unidades em regime híbrido desde o 1T22.

- **Resíduos enviados para aterros em todas as operações:** a Companhia continuou avançando na redução do envio de resíduos para aterros sanitários. Em 2022, foram 1.068,38 toneladas de resíduos com melhor destinação (reciclagem, compostagem, coprocessamento, logística reversa, etc.). Ênfase para as iniciativas de destinação de resíduos e coleta seletiva nas unidades, elevando nosso índice de reciclagem para 94%.

2.10 Planos de negócios

- **Perdas de insumos no processo produtivo:** nível de perda de insumos no processo produtivo estável em 2022, com a manutenção dos controles de processo. Destaque para a continuidade nas iniciativas de modernização de equipamentos, treinamento das equipes e readequação de controles de processo em todas as unidades industriais para o avanço do indicador.

- **Redução de desperdício de produtos acabados:** em 2022, houve redução em 52,3% o desperdício de produtos vs. 2021, fruto das melhorias nos processos, otimização dos estoques e agilidade na doação de produtos excedentes, o que beneficiou diversas instituições do terceiro setor pelo Brasil.

- **Mulheres na liderança:** a Companhia segue com a adoção de práticas cada vez mais inclusivas nos processos seletivos, vagas afirmativas, capacitações focadas na média liderança feminina, que viabilizarão o alcance da meta de 40% de mulheres em cargos de liderança até 2030.

- **Frequência e gravidade de acidentes de trabalho:** a redução de 10,3% na frequência dos acidentes em 2022 vs. 2021 é reflexo de iniciativas preventivas em todas as unidades, tais como campanhas de conscientização, intensificação das fiscalizações internas, abertura de alertas de segurança, entre outras ações do Programa Positivo. Em relação à taxa de gravidade, o indicador continua impactado pela fatalidade no acidente de trânsito envolvendo ônibus fretado da companhia na filial de Timon no 1T22.

- **Compras de fornecedores locais:** continuamos apresentando avanço no indicador com o aumento da compra de matérias-primas, como óleos vegetais e gorduras, provenientes de fornecedores locais, fortalecendo a economia e parceiros nacionais.

2.11 Outros fatores que influenciaram de maneira relevantes o desempenho operacional

Todos os fatores que influenciaram de maneira relevante o desempenho operacional foram divulgados nos itens acima.

3.1 Projeções divulgadas e premissas

A Companhia não tem como prática divulgar projeções operacionais e financeiras.

3.2 Acompanhamento das projeções

Não aplicável, pois conforme mencionado no tópico 3.1 a Companhia não tem como prática divulgar projeções operacionais e financeiras.

4.1 Descrição dos fatores de risco

Os riscos descritos abaixo são aqueles que, atualmente, a Companhia acredita que podem lhe afetar e/ou afetar suas controladas adversamente. Riscos adicionais, desconhecidos ou considerados menos relevantes pela Companhia neste momento, também poderão causar efeito adverso relevante em seus negócios e/ou no preço de negociação das ações de sua emissão.

Para os fins desta seção e da seção 4.3 – Principais riscos de mercado, exceto se expressamente indicado ou se o contexto assim o requerer, a indicação de que um risco, incerteza ou problema pode ter ou terá um "efeito adverso para a Companhia" significa que o risco, incerteza ou problema pode ter ou terá um efeito adverso nos seus negócios atuais e futuros, condições financeiras, liquidez, resultados de operações e/ou valor das ações ordinárias de emissão da Companhia, inclusive de suas controladas. Expressões similares nesta seção devem ser lidas como tendo o mesmo significado.

a. Riscos relacionados ao emissor

Fator de risco estratégico

A suspensão, o cancelamento ou a não obtenção de novos incentivos fiscais federais e estaduais de titularidade da Companhia podem afetar os seus resultados de forma adversa.

Desde o final da década de 80, a Companhia é titular de incentivos fiscais estaduais, tendo em 31 de dezembro de 2022, (oito) de suas unidades contempladas com incentivos concedidos pelos estados do Ceará (3 unidades fabris), Pernambuco, Bahia, Paraíba, Rio Grande do Norte e Rio de Janeiro. Desde a década de 90, a Companhia possui incentivos fiscais federais, tendo hoje 8 (oito) unidades industriais, todas sediadas no Nordeste do Brasil, com incentivos concedidos pela Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE). Tais incentivos consistem na transferência de recursos a título de contrapartida dos governos para os investimentos da Companhia na construção, instalação e modernização de novas unidades industriais na região. A concessão de incentivos, especialmente federais, é realizada somente após a Companhia comprovar a realização dos investimentos previstos em projetos aprovados nos termos das leis.

Mesmo se tratando de incentivos fiscais concedidos em função do atendimento a determinadas condições e por prazo certo – os quais, segundo a legislação brasileira, não podem ser suprimidos unilateralmente pelos governos concedentes antes do transcurso do prazo de concessão – a Companhia poderá vir a sofrer a suspensão do direito ao recebimento dos incentivos, ou até seu cancelamento, caso descumpra algumas exigências que devem ser obedecidas durante seu prazo de fruição, tais como: (i) não distribuição aos seus acionistas do valor do incentivo fiscal recebido; (ii) manutenção de suas operações dentro da regularidade fiscal, especialmente pagando os tributos sem atrasos; e (iii) apresentação, anualmente, de certos documentos e relatórios às autoridades competentes, comprovando os investimentos realizados e o atendimento das demais condições. O não cumprimento de tais obrigações ou interpretação equivocada da aplicação de normas tributárias, podem resultar na suspensão ou no cancelamento de tais incentivos fiscais, podendo até obrigar a Companhia a devolver o valor dos incentivos recebidos, acrescido de encargos, o que pode vir a ter um efeito adverso para a Organização.

A Companhia, considerando o atual cenário de projetos de lei objetivando ampla reforma tributária no país, não pode assegurar que continuará a obter novas subvenções para investimento depois de expirados os prazos de fruição das atuais, e, se conseguir, não pode assegurar que tais incentivos serão concedidos nas mesmas condições das que atualmente é titular. Caso os incentivos fiscais sejam alterados ou expirem e não seja possível a renovação, ou novos incentivos fiscais não sejam criados após a expiração daqueles em vigor, a sua geração de caixa poderá sofrer efeito adverso.

4.1 Descrição dos fatores de risco

Fator de risco estratégico

A estratégia de crescimento por meio de aquisições pode ter efeito adverso para a Companhia.

Parte da estratégia de crescimento futuro da Companhia pode envolver a aquisição de empresas ou outros ativos, caso surjam oportunidades nos mercados em que a Organização atua ou em novos mercados. Qualquer aquisição de outras empresas ou ativos pode envolver riscos tais como:

- Dificuldades operacionais de integração dos novos colaboradores, dos sistemas de informação, dos produtos e da base de clientes aos seus negócios. Como resultado de qualquer aquisição, podem surgir demandas adicionais dos seus administradores seniores, dos seus sistemas de informação e de outras áreas da Companhia;
- As empresas adquiridas podem vir a apresentar obrigações e contingências não identificadas no processo de auditoria ou *due diligence* realizado quando da sua aquisição, ou para as quais a Companhia pode não obter indenização contratual do vendedor;
- Qualquer atraso no processo de integração pode causar um aumento inesperado em suas despesas operacionais;
- A diferença cultural entre as empresas pode ocasionar demissões em massa ou insatisfação dos colaboradores remanescentes, impactando o cronograma ou custo da integração;
- A emissão de ações ou de títulos de dívida como fonte de captação de recursos para novas aquisições pode diluir a participação dos seus acionistas no seu capital social ou sujeitar a Companhia a restrições ou obrigações que podem vir a impactar sua habilidade de colocar em prática outros elementos de sua estratégia;
- O processo de aquisição pode ser competitivo e pode elevar o valor da transação pretendida ou, ainda, inviabilizar a consumação da potencial aquisição;
- O resultado da aquisição de outros negócios pode, ainda, afetar adversamente a capacidade da Companhia de pagar dividendos aos seus acionistas;
- A Companhia, em virtude de condições de mercado, poderá não ter capacidade de desinvestimentos em negócios que não agreguem mais valor à agenda estratégica da organização; e
- Complexidades na formação do preço de aquisição ou dificuldades de obtenção de autorizações das autoridades públicas de defesa da concorrência, em tempo hábil, podem levar a Companhia a desistir da aquisição ou podem resultar na aquisição de empresas menos atrativas.

Fator de risco estratégico

A precificação inadequada dos produtos pode afetar de forma adversa os resultados e o market share da Companhia.

Os crescimentos em *market share* e resultado financeiro da Companhia podem ser afetados de forma adversa à medida que os preços são reajustados em decorrência da elevação do custo das commodities e insumos. A Companhia ajusta os preços dos produtos baseada em diversas variáveis incluindo demanda, ambiente competitivo, mudanças nos custos das principais commodities, variação cambial, dentre outros fatores.

Os investimentos da Companhia totalizaram R$ 280,2 milhões em 2022, crescimento de 34,6% vs 2021, distribuídos entre expansão e manutenção. Destaque para os investimentos de adequação de maquinário para redução de gramatura e flow pack.

Em 2022, a M. Dias Branco atingiu receita líquida de R$ 10,1 bilhões, 29,6% maior que o ano anterior, fruto do aumento do preço médio e dos volumes em 28,5% e 0,9%, respectivamente. Além disso, ao longo do ano, a Companhia concentrou esforços em iniciativas e medidas para o crescimento dos

4.1 Descrição dos fatores de risco

volumes e aumento sequencial do preço médio, dentre elas, estão lançamentos de novos produtos e crescimento em marcas de alto valor agregado, como a marca Piraquê, além do resultado das aquisições de Jasmine (set/22) e Latinex (nov/21), que reforçaram o portfólio de snacks e saudáveis, com itens de preço médio superiores à média da M. Dias Branco

Fator de risco cibernético

Violações, interrupções ou falhas dos sistemas de tecnologia da informação, podem prejudicar as operações da Companhia.

Os sistemas de informação da Companhia podem estar vulneráveis a interrupções em seu funcionamento devido a eventos internos, tais como: obsolescência de hardware e software, inconsistência ou ineficácia do plano de *disaster recovery* ou deficiências em segregação de funções e controles de perfis de acesso. Assim como, eventos externos ao ambiente da Companhia, como por exemplo, desastres naturais, falhas na rede de telecomunicação, vírus de computador, ataques de hackers, ou outras questões operacionais e de segurança, podem causar interrupções no funcionamento dos sistemas informatizados da Organização.

Toda infraestrutura da Companhia está respaldada por boas práticas de Cibersegurança, definidas por uma renomada consultoria e implementadas por uma nova equipe estabelecida para esse fim em 2022.

Fator de risco de proteção de dados

A Companhia está sujeita a sanções administrativas em razão do descumprimento da Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD) e pode ser negativamente afetada pela imposição de multas e outras formas de sanções.

Se a Companhia não cumprir as disposições da Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais, as empresas pertencentes ao mesmo grupo econômico poderão estar sujeitas às sanções previstas no artigo 52 da LGPD, quais sejam:

- advertência, com indicação de prazo para adoção de medidas corretivas;
- multa simples de até 2% (dois por cento) do faturamento da Companhia, grupo ou conglomerado no Brasil no seu último exercício, excluídos os tributos, limitada, no total, a R$ 50.000.000,00 (cinquenta milhões de reais) por infração;
- multa diária, limitada ao valor descrito acima;
- publicização da infração após devidamente apurada e confirmada a sua ocorrência;
- bloqueio dos dados pessoais a que se refere a infração até a sua regularização;
- eliminação dos dados pessoais a que se refere a infração;
- suspensão parcial do funcionamento do banco de dados a que se refere a infração pelo período máximo de 6 (seis) meses, prorrogável por igual período, até a regularização da atividade de tratamento;
- suspensão do exercício da atividade de tratamento dos dados pessoais a que se refere a infração pelo período máximo de 6 (seis) meses, prorrogável por igual período;
- proibição parcial ou total do exercício de atividades relacionadas a tratamento de dados.

Ademais, a Companhia, no caso de inobservância da LGPD, pode ser responsabilizada por danos patrimoniais, morais, individuais ou coletivos e responder inclusive solidariamente com outros agentes de tratamento, em decorrência de danos causados aos Titulares de Dados Pessoais.

4.1 Descrição dos fatores de risco

Portanto, a falha em proteger dados pessoais tratados pela Companhia ou por suas controladas, bem como a ausência de adequação à legislação aplicável, poderá resultar em efeitos adversos para a Organização.

Assim, na ocorrência de incidente de segurança com dados pessoais que acarretem dano relevante aos Titulares de Dados envolvidos, a Companhia bem como suas controladas podem ser obrigadas a comunicar o evento à Autoridade Nacional de Proteção de Dados e aos Titulares, tal qual divulgar o evento na imprensa, o que pode expor negativamente o grupo econômico e provocar um efeito adverso sobre a reputação, negócios, resultados operacionais e condição financeira da Companhia.

Fator de risco operacional

Decisões desfavoráveis em processos judiciais ou administrativos podem causar efeitos adversos para a Companhia.

A Companhia é parte em processos judiciais e administrativos, e poderá obter resultados desfavoráveis. As suas provisões para tais contingências podem não ser suficientes para a satisfação do valor total que a Companhia poderá vir a ser exigida a pagar, visto que são provisionados valores estimados relacionados aos processos com perda provável. Decisões desfavoráveis em relação ao conjunto de processos judiciais ou administrativos podem ter um efeito adverso para a Companhia.

Para mais informações sobre esses processos, os valores envolvidos, bem como os montantes provisionados, ver neste Formulário de Referência os itens 4.3 - Processos judiciais, administrativos ou arbitrais não sigilosos e relevantes a 4.7 – Outras contingências relevantes.

Fator de risco operacional

Perdas não cobertas pelas apólices de seguro contratadas ou que excedam os limites de indenizações contratados, podem causar efeitos adversos nos negócios da Companhia.

A Companhia contrata diversas apólices de seguro junto a grandes seguradoras líderes em seus mercados de atuação com cobertura para parte de seu patrimônio contra potenciais riscos existentes. Nesse sentido, a Organização possui apólices de seguro contratadas com cobertura para danos envolvendo as plantas industriais e demais estabelecimentos por ela ocupados, transporte internacional de insumos, dentre outros.

Não se pode assegurar que as coberturas por ela contratada sejam suficientes para garantir todas as eventuais perdas e danos decorrentes de sinistros que possam ocorrer no desenvolvimento de suas atividades cotidianas. Assim, na hipótese do não cumprimento das condicionantes do seguro ou da ocorrência de quaisquer eventos não cobertos, bem como, que excedam os limites máximos de indenização previstos nas apólices de seguro contratadas, a Companhia poderá incorrer em significativos custos adicionais não previstos para a recomposição ou reforma de seus patrimônios, o que poderá impactar adversamente os seus resultados operacionais. Adicionalmente, a Companhia não pode assegurar que será capaz de manter apólices de seguro a taxas comerciais razoáveis ou em termos aceitáveis no futuro, o que poderá gerar impactos negativos nos seus resultados. Ademais, a Companhia poderá ser responsabilizada judicialmente pelo pagamento de indenização a terceiros de sinistros ocorridos que não estejam cobertos nas apólices de seguros contratadas.

4.1 Descrição dos fatores de risco

Fator de risco estratégico

A Companhia pode vir a realizar captação de recurso no futuro, por meio da emissão de ações, títulos ou valores mobiliários conversíveis em ações, o que poderá resultar em uma diluição da participação do investidor em ações de sua emissão.

A Companhia pode precisar de recursos adicionais e poderá optar por obtê-los por meio de colocação pública ou privada de títulos de dívida, de ações ou outros valores mobiliários conversíveis em ações, principalmente na hipótese de financiamentos públicos ou privados não estarem disponíveis. Se os acionistas assim decidirem, os recursos adicionais a serem obtidos por meio de aumento do capital social poderão resultar na diluição da participação do investidor nas ações da Companhia.

Fator de risco estratégico

A Companhia pode não pagar dividendos aos titulares de ações de sua emissão.

De acordo com seu Estatuto Social, a Companhia deve pagar aos seus acionistas, no mínimo, 25,0% do seu lucro líquido anual ajustado, nos termos da Lei das Sociedades por Ações, sob a forma de dividendo obrigatório. Contudo, o lucro líquido pode ser capitalizado, utilizado para compensar prejuízo ou então retido, conforme previsto na Lei das Sociedades por Ações, podendo não ser disponibilizado para pagamento de dividendos. Assim, a Companhia pode não pagar dividendos aos seus acionistas em qualquer exercício social, caso seus administradores decidam que tal pagamento é desaconselhável diante de sua situação financeira e essa decisão venha a ser aprovada pela assembleia de acionistas. Ademais, a Companhia poderá mudar sua política de distribuição de dividendos a qualquer momento, observados os limites legais. Caso qualquer destes eventos ocorra, os proprietários de suas ações podem não receber dividendos.

b. Riscos relacionados aos seus acionistas, em especial os acionistas controladores

A Administração não vislumbra nenhum risco relevante que possa advir de seus acionistas, que sejam capazes de influenciar, de modo relevante, a decisão de investimento.

c. Riscos relacionados às suas controladas e coligadas

Os riscos relacionados às controladas e coligadas são os mesmos relacionados à Companhia. Não é possível assegurar que a Companhia terá sucesso em implementar sua estratégia e obter sinergia com as integrações de suas controladas e coligadas, o que pode causar efeito adverso nos resultados da Organização.

d. Riscos relacionados aos seus administradores

A administração, sob a influência do acionista controlador da Companhia, poderá tomar determinadas decisões em relação aos seus negócios que podem conflitar com o interesse dos acionistas minoritários e potenciais investidores da Companhia.

O acionista controlador poderá tomar medidas contrárias aos interesses dos investidores da Companhia, inclusive reorganizações societárias e política de dividendos. A decisão de seu acionista controlador quanto aos seus rumos pode divergir da decisão esperada pelos acionistas minoritários da Companhia.

Informações sobre outros riscos relacionados à Companhia, que foram informados tempestivamente, a fim de manter o mercado informado acerca da situação, foram divulgados nos fatos relevantes

4.1 Descrição dos fatores de risco

publicados e arquivados na CVM. Adicionalmente, detalhamos sobre alguns desses riscos nas sessões *4.3 Descrição dos principais riscos de mercado* e *4.7 Outras contingências relevantes*, deste formulário.

e. Riscos relacionados aos seus fornecedores

Fator de risco operacional

O preço das matérias-primas e embalagens utilizadas pela Companhia é volátil e uma oscilação brusca ou inesperada nesses preços poderá ter um efeito adverso para seus negócios.

As principais matérias-primas utilizadas no processo produtivo da Companhia são o trigo, a farinha de trigo, o óleo vegetal, a gordura e o açúcar, que contribuíram com 64,6% dos seus custos dos produtos vendidos no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022. Tais matérias-primas e/ou seus componentes são commodities e, como tal, seus preços são fixados em Dólar ou definidos em Reais em função dos preços internacionais em Dólar. Os preços desses insumos oscilam de acordo com sua cotação no mercado internacional de commodities, o qual é afetado pela variação da oferta e demanda mundial. Historicamente, a cotação de tais commodities no mercado internacional sofreu flutuações devido a uma série de fatores. O aumento no custo médio do trigo e do óleo, que incrementaram, respectivamente, 35,1% os custos dos produtos vendidos e 29,4% a receita líquida.

As embalagens também são importantes componentes do seu processo produtivo, tendo representado, no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022, aproximadamente, 8,3%, de seus custos de produtos vendidos. O preço das embalagens sofre influência, direta ou indireta, de diversos fatores, dentre eles os preços internacionais do petróleo, que são estabelecidos com base no Dólar. Historicamente, o preço das embalagens sofreu flutuações devido a uma série de fatores.

Uma variação súbita ou inesperada dos preços de tais commodities e das embalagens decorrente de alterações resultantes de variações cambiais entre o Real em relação ao Dólar, e/ou mudanças na dinâmica de oferta e demanda destes produtos, em função da concentração em poucos fornecedores ou ausência de insumos substitutos, dentre outros fatores, poderá impactar diretamente o preço de suas matérias-primas e embalagens. Em caso de aumento do preço destes insumos, poderá não ser possível repassar integralmente, de forma imediata, o reajuste nos preços dos produtos da Companhia, o que poderá vir a diminuir suas margens e afetar a Organização de forma adversa.

f. Riscos relacionados aos seus clientes

Fator de risco estratégico

Mudanças nas preferências do consumidor podem afetar a demanda por produtos da Companhia.

Caso a Companhia não consiga ter êxito em antecipar, identificar ou reagir a mudanças nas tendências, exigências e preferências dos consumidores, poderá ocorrer uma redução na procura e no preço de seus produtos, podendo ter um efeito adverso nos seus resultados operacionais e no preço de mercado de suas ações.

Um estudo realizado pela Nielsen afirma que o consumo de alimentos com apelo de saudabilidade cresceu 17,9% em 2022, com destaque para os produtos integrais e sem lactose, além de lançar 1.229 produtos no segmento. Esse crescimento ocorreu principalmente na região Nordeste (+25,4%), no mercado de granolas (+18% em valor) e no canal Cash & Carry.

Em 2022, a Companhia adquiriu a Jasmine, localizada no Paraná, empresa líder em diversos segmentos com apelo de saudabilidade, incorporando ao portfólio mais de 140 produtos como alimentos integrais,

4.1 Descrição dos fatores de risco

orgânicos, sem glúten, sem lactose e zero açúcar. A Jasmine é líder em granolas, cookies saudáveis e pães sem glúten no Brasil.

Fator de risco operacional

A Companhia está sujeita a reclamações de clientes e consumidores e a recall de produtos, o que poderá afetar negativamente sua imagem, bem como ter um impacto adverso relevante em seus custos, negócios e resultados.

Caso a Companhia venha a ser envolvida em algum processo de responsabilidade civil relacionado aos seus produtos ou venha a realizar algum recall, isto poderá impactar negativamente sua lucratividade por um período, dependendo: (i) do volume do produto no mercado; (ii) da reação dos concorrentes; e (iii) da reação dos seus consumidores acarretando, inclusive, custos de recall, de informações na mídia e com advogados, bem como possíveis pagamentos de indenizações. Mesmo que a Companhia não seja responsabilizada em uma ação judicial, a publicidade negativa que poderá vir a ser gerada em relação à qualidade de seus produtos pode afetar adversamente sua reputação, assim como sua imagem corporativa e de suas marcas, o que acarretaria um efeito adverso para seus negócios e resultados.

g. Riscos relacionados aos setores da economia nos quais o emissor atue

Fator de risco de mercado

A volatilidade do Real em relação ao Dólar pode ter um efeito adverso para a Companhia e para as ações de sua emissão.

A moeda corrente brasileira desvalorizou-se várias vezes frente ao Dólar durante as últimas décadas. Durante este período, o Governo Federal implantou diversos planos econômicos e utilizou diversas políticas cambiais, dentre as quais desvalorizações repentinas ou periódicas (durante as quais a frequência dos ajustes variou de diária para mensal), controles cambiais, mercados de câmbio paralelos e o sistema do mercado de câmbio flutuante. De tempos em tempos, houve volatilidade significativa no valor do Real frente ao Dólar e a outras moedas.

Estas desvalorizações do Real face ao Dólar podem criar pressões inflacionárias no Brasil, através do aumento dos preços dos produtos importados ou cujo preço é atrelado ao Dólar, dentre os quais o trigo, os óleos vegetais, o açúcar e embalagens, que são as principais matérias-primas e insumos da Companhia, podendo acarretar a adoção de políticas recessivas por parte do Governo Federal. Por outro lado, a valorização do Real frente ao Dólar pode levar à deterioração das contas correntes do País e da balança de pagamentos, bem como a uma desaceleração do crescimento baseado nas exportações, o que poderá, assim, afetar de maneira adversa os negócios da Companhia.

Como estratégia para prevenção e redução dos efeitos da flutuação da taxa de câmbio nos resultados, a Companhia tem procurado evitar ou minimizar o descasamento entre ativos e passivos indexados em moeda estrangeira, mediante avaliação de contratação de operações de proteção cambial, mais usualmente operações de swap.

Nesse sentido, em 31 de dezembro de 2022, a Companhia possuía três contratos vigentes de operação de swap para proteção dos financiamentos de capital de giro em moeda estrangeira com vencimento até 22 de dezembro de 2025, em que na ponta ativa recebe, em média, dólar mais taxa de juros de 2,66% a.a. e na ponta passiva paga, em média, CDI mais taxa de juros de 1,25% a.a. com valor de referência (nacional) em reais de R$ 716.970 e valor justo a pagar de R$ 50.111.

4.1 Descrição dos fatores de risco

Adicionalmente, como estratégia para prevenção e redução dos efeitos da flutuação da taxa de câmbio nos resultados, a Companhia passou a contratar operações a termo ("Non Deliverable Forward - NDF"), baseadas nas projeções de fluxo de caixa futuros a partir das previsões orçamentárias e de forecasts intermediários.

Em 31 de dezembro de 2022, a Companhia possuía dezoito contratos de operações a termo com vencimentos até fevereiro de 2023, com valor de referência (nocional) e valor justo. Esses instrumentos financeiros foram designados como hedge de fluxo de caixa.

Na mesma data, a Companhia mantinha contratos firmados de compra de trigo e óleo para pagamento e entrega futura, no montante de 120.154 toneladas (298.000 toneladas em 31 de dezembro de 2021), onde 85.650 toneladas de óleo estavam com preços a fixar. Assim, considerando o valor de mercado para esses casos e preço firmado para os contratos fixados, eles representavam um montante equivalente a US$ 11.100 de trigo e US$ 96.711 de óleo (US$ 76.187 de trigo e US$ 35.708 de óleo em 31 de dezembro de 2021).

Fator de risco estratégico

A Companhia atua num segmento de alta concorrência, tendo como competidores desde pequenas empresas a grandes multinacionais, incluindo fabricantes de produtos substitutos dos seus, o que pode ter um efeito adverso para seus negócios.

O segmento de mercado em que a Companhia atua é altamente competitivo e enfrenta, há muitos anos, concorrência de outras empresas sólidas, com presença tanto nos mercados regionais e nacional, quanto internacional, o que facilita o acesso ao capital por parte de algumas dessas companhias. A Organização enfrenta, ainda, concorrência de pequenos produtores locais que possuem boa aceitação em certos mercados, bem como, novas empresas também poderão vir a entrar nestes mercados. Ademais, devido ao alto número de marcas da Companhia, esta deve atentar-se ao posicionamento de mercado individual e em conjunto dos produtos, visto que poderá existir canibalização entre as marcas da Organização. A Companhia não tem como garantir que essa dinâmica competitiva não venha a resultar na diminuição do volume de suas vendas ou na redução de seus preços e margens.

A Companhia também está sujeita à concorrência de outras linhas de produtos do setor de alimentos, por parte de fabricantes de produtos que podem ser substitutos de alguns dos seus produtos, bem como, gerando uma ampliação do seu ambiente de concorrência.

Em níveis diferenciados, seus atuais e futuros concorrentes podem ser bem sucedidos em determinadas linhas de produtos ou regiões, bem como ter maiores recursos financeiros e melhores campanhas de marketing, de forma que a competição com tais concorrentes poderá levar a Companhia a reduzir preços, aumentar os seus gastos com marketing, perder participação de mercado, ou, ainda, não ser bem sucedida no lançamento de novos produtos, sendo que qualquer desses acontecimentos pode ter um efeito adverso para seus negócios.

Fator de risco estratégico

Um aumento na concentração do mercado varejista pode forçar uma redução nas margens praticadas pelas empresas do setor, podendo ter um efeito adverso para a Companhia.

Uma parcela representativa da produção das empresas do setor alimentício é distribuída por meio do mercado varejista. A possibilidade de concentração do mercado varejista em poucas grandes empresas, aumenta o poder de negociação dessas organizações, que podem utilizar o seu poder de mercado para forçar a redução dos preços praticados pelas empresas do setor. Essa redução de preços

4.1 Descrição dos fatores de risco

pode ter um efeito adverso para a Companhia. Ademais, o fenômeno de concentração dos setores varejistas também pode provocar a diminuição da base de clientes da Companhia, elevando sua dependência dos grandes grupos de varejo acima dos patamares históricos, o que pode ter um efeito adverso.

Fator de risco de mercado

O Governo Federal exerceu e continua a exercer influência significativa sobre a economia brasileira. Essa influência, bem como a conjuntura econômica e política brasileira, poderão vir a causar um efeito adverso para a Companhia e para o valor de mercado das ações de sua emissão.

O Governo Federal frequentemente intervém na economia do País e ocasionalmente realiza modificações significativas em suas políticas, normas monetárias, fiscais, creditícias, tarifárias e regulamentos. As medidas tomadas pelo Governo Federal para controlar a inflação, além de outras políticas, normas e regulamentos, muitas vezes envolvem, entre outras medidas, redução das taxas de juros, mudanças das políticas fiscais, valorizações cambiais, controles de capital e limitações às importações. A Companhia não tem controle sobre quais medidas ou políticas o Governo Federal poderá adotar no futuro, e não pode prevê-las. Os seus negócios, sua situação financeira e os seus resultados operacionais, bem como o preço de mercado das ações de sua emissão poderão ser adversamente afetados por modificações nas políticas ou normas que envolvam ou afetem certos fatores, tais como:

- Política monetária, cambial e taxas de juros;
- Políticas de controle cambial e restrições sobre remessas ao exterior;
- Inflação;
- Liquidez dos mercados financeiros e de capitais domésticos;
- Política fiscal e alterações na legislação tributária;
- Desapropriação de propriedades privadas;
- Leis e regulamentos aplicáveis ao setor, inclusive ambientais e sanitários;
- Interpretação de leis trabalhistas e previdenciárias;
- Racionamento de energia elétrica e água;
- Políticas públicas de combate à crise (auxílio emergencial); e
- Outros fatores políticos, diplomáticos, sociais e econômicos que venham a ocorrer no Brasil ou que o afetem.

A incerteza quanto à implementação de mudanças por parte do Governo Federal nas políticas ou normas que venham a afetar esses ou outros fatores no futuro pode contribuir para a incerteza econômica no Brasil e para aumentar a volatilidade do mercado de valores mobiliários brasileiros e dos valores mobiliários emitidos no exterior por companhias brasileiras. Sendo assim, tais incertezas e outros acontecimentos futuros na economia brasileira poderão prejudicar as atividades da Companhia e os seus resultados operacionais, podendo inclusive afetar adversamente a negociação das ações de sua emissão.

Fator de risco de mercado

Acontecimentos e a percepção de riscos em outros países, sobretudo em países de economia emergente, nos Estados Unidos, na Zona do Euro e na China, podem prejudicar o preço de mercado dos valores mobiliários brasileiros, inclusive da negociação das ações da Companhia, e causar um impacto negativo nos seus resultados operacionais e em sua condição financeira.

O valor de mercado de valores mobiliários de emissão de companhias brasileiras é influenciado, em diferentes graus, pelas condições econômicas e de mercado de outros países. A reação dos investidores aos acontecimentos nesses outros países pode causar um efeito adverso sobre o valor de mercado dos valores mobiliários de companhias brasileiras, inclusive de ações da Companhia. Crises em outros

4.1 Descrição dos fatores de risco

países de economia emergente podem reduzir o interesse dos investidores nos valores mobiliários das companhias brasileiras, inclusive os valores mobiliários da sua emissão.

No passado, o desenvolvimento de condições econômicas adversas em outros países do mercado emergente, resultou em geral, na saída de investimentos e, consequentemente, na redução de recursos externos investidos no Brasil, causando um impacto negativo no preço dos ativos negociados no país. Crises financeiras recentes resultaram em um cenário recessivo em escala global, com diversos reflexos que, direta ou indiretamente, afetaram de forma negativa o mercado financeiro e o mercado de capitais brasileiros e a economia do Brasil, tais como: flutuações no mercado financeiro e de capitais, com oscilações nos preços de ativos, indisponibilidade de crédito, redução de gastos, desaceleração da economia, instabilidade cambial e pressão inflacionária. Ademais, as instituições financeiras podem não estar dispostas a renovar, estender ou conceder novas linhas de crédito em condições economicamente favoráveis, ou até mesmo ser incapazes ou não estar dispostas a honrar seus compromissos. Qualquer dos acontecimentos acima mencionados poderá prejudicar a negociação de ações da Companhia, além de dificultar o seu acesso ao mercado de capitais e ao financiamento das suas operações no futuro, em termos aceitáveis ou absolutos.

Fator de risco estratégico

Os concorrentes da Companhia podem utilizar indevidamente as marcas, patentes e desenhos industriais de sua titularidade ou a Companhia pode ser impedida de utilizar suas marcas mais conhecidas, no mercado nacional e internacional, o que poderia lhe causar um efeito adverso.

As marcas, o design e a técnica utilizada na fabricação dos produtos da Companhia estão constantemente sujeitos à utilização indevida e/ou violação, por terceiros, de seus direitos de propriedade intelectual, tanto no mercado nacional, quanto no mercado internacional. A falsificação de produtos e a utilização indevida dos direitos de propriedade intelectual de titularidade da Companhia podem, não apenas causar efeitos adversos nas vendas, como também comprometer os resultados finais da Companhia.

Para mais informações sobre as marcas e patentes detidas pela Companhia, veja o item 9.1.b – Ativos intangíveis deste Formulário de Referência.

h. Riscos relacionados à regulação dos setores em que o emissor atue

Fator de risco de *Compliance* Regulatório

A Companhia está sujeita a um rígido controle e extensa legislação ambiental e sanitária, o que pode implicar em um aumento de seus custos, provocando um efeito adverso relevante para suas atividades.

A Companhia está sujeita à regulamentação de autoridades sanitárias internacionais, federais, estaduais e municipais, referente ao processo de fabricação de seus produtos, bem como sua higiene, conservação, embalagem, armazenagem, distribuição e transporte. Ademais, as atividades da Companhia também estão sujeitas a uma extensa legislação voltada à preservação ambiental.

A inobservância das leis e regulamentos das autoridades sanitárias e ambientais pode resultar, sem prejuízo da obrigação de reparar eventuais danos, na aplicação de sanções de natureza penal e administrativa, tais como multas, suspensão parcial ou total das atividades, perda ou restrição de incentivos fiscais e o cancelamento ou suspensão de linhas de financiamento junto a estabelecimentos oficiais de crédito, bem como a proibição de contratar com o poder público, sendo que qualquer dessas sanções pode ter um efeito adverso para sua operação.

4.1 Descrição dos fatores de risco

Mudanças ou alterações nas atuais regulamentações ambientais e sanitárias podem acarretar a necessidade de efetuar investimentos substanciais para a adequação de suas atividades à nova legislação, o que poderá ter um efeito adverso para a Companhia. Ainda, eventuais demoras ou indeferimentos, por parte dos órgãos ambientais, na emissão ou renovação de licenças ambientais, assim como a sua eventual impossibilidade de atender às exigências estabelecidas por tais órgãos no curso do processo de licenciamento ambiental, poderá prejudicar, ou mesmo impedir, conforme o caso, a instalação e a operação dos seus empreendimentos. Ademais, a imposição de eventuais sanções pecuniárias ou de outra forma em decorrência de descumprimento das regulamentações ambientais e sanitárias poderá igualmente ter um efeito adverso relevante para suas atividades.

i. Riscos relacionados aos países estrangeiros onde o emissor atue

Riscos de eventos extremos no mundo podem afetar de forma adversa os resultados da Companhia.

Eventos extremos como pandemias, guerras, desastres naturais, dentre outros, ocorridos em diversas localidades do mundo, podem paralisar atividades econômicas e provocar abalos nos mercados globais, com impactos nas cadeias de suprimentos, nos preços das commodities, na variação cambial e no valor das ações da Companhia.

Estes eventos podem ocasionar medidas como confinamento da população, restrições comerciais, fechamento de fronteiras, rupturas de distribuição, dentre outros, provocando recessões locais ou globais. Estas medidas podem reduzir o consumo e a produção industrial, gerando desabastecimento e aumento no preço dos insumos.

Risco político, sanções comerciais e intervenções militares no mundo podem causar um efeito adverso para a Companhia, causando um impacto negativo nos seus resultados operacionais.

Instabilidade política regional, decisões sobre sanções comerciais e intervenções militares em diversas partes do mundo podem gerar instabilidade de preços de commodities e volatilidade no câmbio, afetando, assim, o preço das matérias-primas utilizadas pela Companhia em seu processo produtivo e, consequentemente, pressionando os seus custos de produção. De 2012 a 2014, por exemplo, o Governo argentino limitou a exportação de trigo, limitando a oferta do grão em países na América do Sul. Desde o segundo semestre de 2013 a Ucrânia, importante país produtor de trigo no mundo, vive uma crise política que pode afetar sua produção e, por conseguinte, gerar volatilidade no preço da commodity. Em 2014, tensões entre Ucrânia e Rússia fizeram com que a comunidade internacional impusesse sanções à Rússia como forma de retaliação, gerando incertezas quanto à oferta de trigo advinda deste país. Em 2017, iniciou-se o processo de saída do Reino Unido da União Europeia, conhecido como Brexit, sendo concluído em 2020, gerando instabilidade política e dúvidas quanto ao futuro da União Europeia e de seus países membros, causando um efeito adverso sobre o mercado de capitais mundial e brasileiro.

Em 2022, O conflito entre Rússia e Ucrânia tem provocado forte alta nos preços internacionais do trigo, face ao risco de queda na oferta do grão, visto que os dois países respondem, juntos, por uma parcela importante das exportações da commodity no mundo. o conflito passou a ser considerado a pior crise de segurança global desde a Segunda Guerra Mundial, sendo assim, as prováveis sanções econômicas e os impactos diretos na volatilidade no preço das commodities, poderá causar efeito adverso ao negócio da Companhia.

4.1 Descrição dos fatores de risco

j. Riscos relacionados a questões sociais

Riscos sociais podem prejudicar as atividades da Companhia e causar um impacto negativo nos seus resultados operacionais.

Um menor índice de diversidade e inclusão na Companhia poderá impactar na pluralidade dos colaboradores, dificultando a promoção de um ambiente de trabalho diverso, bem como a ausência de troca de experiências entre diferentes perfis profissionais, poderá impedir o acesso a pontos de vista e percepções diversos, impactando o desenvolvimento de novas soluções para alcance dos resultados estratégicos da Organização. Adicionalmente, a ausência de um bom relacionamento com a comunidade do entorno pode impactar negativamente a imagem da Companhia.

Em 2022, a política de Direitos Humanos, Diversidade e Inclusão foi revisitada e aprovada no Conselho de Administração. Os princípios que norteiam a política estão alinhados ao Pacto Global e aos Princípios Orientadores sobre Empresas e Direitos Humanos da ONU.

Em consonância às questões sociais de diversidade e inclusão, a Companhia Possui uma meta pública de alcançar 40% de mulheres na liderança até 2030. Essa meta considera lideranças de nível gerencial acima. Para isso, está desenvolvendo diversas ações estruturais, como implantação de vaga afirmativas, coaching e mentoring para mulheres que ocupam cargo de média liderança, sensibilização de gestores e capacitação do RH sobre viés inconsciente em processos seletivos, entre outras ações.

Adicionalmente, no que tange às questões sociais de relacionamentos com a comunidade, no ano de 2022, a Companhia doou 2.321 toneladas de alimentos, equivalente a R$ 18,7 milhões, além de outros programas de voluntariado e desenvolvimento de relacionamento com a comunidade.

k. Riscos relacionados a questões ambientais

Riscos ambientais podem prejudicar as atividades da Companhia e causar um impacto negativo nos seus resultados operacionais.

A falta de recursos hídricos poderá afetar não apenas o abastecimento da população e das indústrias como também a geração de energia por meio das usinas hidrelétricas, bem como, a ausência de outras fontes de energia renovável, poderá impactar o negócio em eventual situação de desabastecimento. A escassez de água pode levar a um racionamento de recursos hídricos e de energia elétrica, ocasionando um impacto nos custos de aquisição destes recursos, a Companhia tem migrado a contratação de energia do mercado regulado para o mercado livre.

Além disso, a ausência de mecanismos para o reuso de água no processo produtivo pode ocasionar efeitos adversos na companhia, bem como impactar negativamente o meio ambiente.

Em 2022, a M. Dias Branco adotou em seu procedimento de gestão ambiental a premissa de que a implantação de alternativas de reuso nas unidades deve ser incentivada, sendo precedidas de avaliação do potencial, levando em consideração a qualidade da água disponível para captação, o efluente gerado e as aplicações pretendidas, deixando mais clara sua estratégia no avanço do reuso.

Adicionalmente ao pilar ambiental, geração de resíduos no processo produtivo sem o correto descarte pode gerar efeitos adversos para a companhia e para a sociedade como um todo.

Em 2022 O programa Aterro Zero tem avançado ano após ano. A Companhia possui uma unidade que já não envia nenhum resíduo para aterros sanitários e duas estão bem próximas disso. O índice de reciclagem de resíduos também vem evoluindo positivamente.

4.1 Descrição dos fatores de risco

l. Riscos relacionados a questões climáticas, incluindo riscos físicos e de transição

Riscos climáticos podem prejudicar as atividades da Companhia e causar um impacto negativo nos seus resultados operacionais.

Problemas ambientais e climáticos em regiões produtoras das matérias-primas utilizadas no processo produtivo podem gerar volatilidade no preço das mesmas de forma a impactar os custos de produção da Companhia. Além disso, as crescentes obrigações e regulações sobre emissões e precificação de carbono podem gerar custos adicionais ao negócio.

Em 2022, foram definidos indicadores da gestão de carbono, que passaram a compor o reporte trimestral dos resultados para os Comitês de Sustentabilidade e ESG que acompanham a efetividade das ações e necessidades de novas medidas.

Adicionalmente, a ocorrência de precipitações intensas e/ou enchentes podem comprometer as operações na indústria. As unidades de Maracanaú/CE, Jaboatão dos Guararapes/PE, Lençóis Paulista/SP, São Caetano do Sul/SP e Queimados/RJ estão localizadas em trechos com cursos d'água inundáveis. Há registros de inundações próximas às unidades. A unidade de São Caetano do Sul possui histórico de interrupção das operações por conta de inundação.

Os municípios onde essas unidades estão localizadas são monitorados pelo Centro Nacional de Monitoramento e Alertas de Desastres Naturais (CEMADEM) e Agência Pernambucana de Água e Clima (Apac) por conta da ocorrência de eventos climáticos extremos, tais como enxurradas e alagamentos.

m. outras questões não compreendidas nos itens anteriores

Não se aplica.

4.2 Indicação dos 5 (cinco) principais fatores de risco

Indicar os 5 (cinco) principais fatores de risco, dentre aqueles enumerados no campo 4.1, independentemente da categoria em que estejam inseridos.

Fator de risco de mercado

A volatilidade do Real em relação ao Dólar pode ter um efeito adverso para a Companhia e para as ações de sua emissão.

A moeda corrente brasileira desvalorizou-se várias vezes frente ao Dólar durante as últimas décadas. Durante este período, o Governo Federal implantou diversos planos econômicos e utilizou diversas políticas cambiais, dentre as quais desvalorizações repentinas ou periódicas (durante as quais a frequência dos ajustes variou de diária para mensal), controles cambiais, mercados de câmbio paralelos e o sistema do mercado de câmbio flutuante. De tempos em tempos, houve volatilidade significativa no valor do Real frente ao Dólar e a outras moedas.

Estas desvalorizações do Real face ao Dólar podem criar pressões inflacionárias no Brasil, através do aumento dos preços dos produtos importados ou cujo preço é atrelado ao Dólar, dentre os quais o trigo, os óleos vegetais, o açúcar e embalagens, que são as principais matérias-primas e insumos da Companhia, podendo acarretar a adoção de políticas recessivas por parte do Governo Federal. Por outro lado, a valorização do Real frente ao Dólar pode levar à deterioração das contas correntes do País e da balança de pagamentos, bem como a uma desaceleração do crescimento baseado nas exportações, o que poderá, assim, afetar de maneira adversa os negócios da Companhia.

Como estratégia para prevenção e redução dos efeitos da flutuação da taxa de câmbio nos resultados, a Companhia tem procurado evitar ou minimizar o descasamento entre ativos e passivos indexados em moeda estrangeira, mediante avaliação de contratação de operações de proteção cambial, mais usualmente operações de swap.

Nesse sentido, em 31 de dezembro de 2022, a Companhia possuía três contratos vigentes de operação de swap para proteção dos financiamentos de capital de giro em moeda estrangeira com vencimento até 22 de dezembro de 2025, em que na ponta ativa recebe, em média, dólar mais taxa de juros de 2,66% a.a. e na ponta passiva paga, em média, CDI mais taxa de juros de 1,25% a.a. com valor de referência (nacional) em reais de R$ 716.970 e valor justo a pagar de R$ 50.111.

O preço das matérias-primas e embalagens utilizadas pela Companhia é volátil e uma oscilação brusca ou inesperada nesses preços poderá ter um efeito adverso para seus negócios.

As principais matérias-primas utilizadas no processo produtivo da Companhia são o trigo, a farinha de trigo, o óleo vegetal, a gordura e o açúcar, que contribuíram com 64,6% dos seus custos dos produtos vendidos no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022. Tais matérias-primas e/ou seus componentes são commodities e, como tal, seus preços são fixados em Dólar ou definidos em Reais em função dos preços internacionais em Dólar. Os preços desses insumos oscilam de acordo com sua cotação no mercado internacional de commodities, o qual é afetado pela variação da oferta e demanda mundial. Historicamente, a cotação de tais commodities no mercado internacional sofreu flutuações devido a uma série de fatores. O aumento no custo médio do trigo e do óleo, que incrementaram, respectivamente, 35,1% os custos dos produtos vendidos e 29,4% a receita líquida.

As embalagens também são importantes componentes do seu processo produtivo, tendo representado, no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022, aproximadamente, 8,3%, de seus custos de produtos vendidos. O preço das embalagens sofre influência, direta ou indireta, de diversos fatores, dentre eles os preços internacionais do petróleo, que são estabelecidos com base no Dólar. Historicamente, o preço das embalagens sofreu flutuações devido a uma série de fatores.

4.2 Indicação dos 5 (cinco) principais fatores de risco

Uma variação súbita ou inesperada dos preços de tais commodities e das embalagens decorrente de alterações resultantes de variações cambiais entre o Real em relação ao Dólar, e/ou mudanças na dinâmica de oferta e demanda destes produtos, em função da concentração em poucos fornecedores ou ausência de insumos substitutos, dentre outros fatores, poderá impactar diretamente o preço de suas matérias-primas e embalagens. Em caso de aumento do preço destes insumos, poderá não ser possível repassar integralmente, de forma imediata, o reajuste nos preços dos produtos da Companhia, o que poderá vir a diminuir suas margens e afetar a Organização de forma adversa.

A suspensão, o cancelamento ou a não obtenção de novos incentivos fiscais federais e estaduais de titularidade da Companhia podem afetar os seus resultados de forma adversa.

Desde o final da década de 80, a Companhia é titular de incentivos fiscais estaduais, tendo em 31 de dezembro de 2022, (oito) de suas unidades contempladas com incentivos concedidos pelos estados do Ceará (3 unidades fabris), Pernambuco, Bahia, Paraíba, Rio Grande do Norte e Rio de Janeiro. Desde a década de 90, a Companhia possui incentivos fiscais federais, tendo hoje 8 (oito) unidades industriais, todas sediadas no Nordeste do Brasil, com incentivos concedidos pela Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE). Tais incentivos consistem na transferência de recursos a título de contrapartida dos governos para os investimentos da Companhia na construção, instalação e modernização de novas unidades industriais na região. A concessão de incentivos, especialmente federais, é realizada somente após a Companhia comprovar a realização dos investimentos previstos em projetos aprovados nos termos das leis.

Mesmo se tratando de incentivos fiscais concedidos em função do atendimento a determinadas condições e por prazo certo – os quais, segundo a legislação brasileira, não podem ser suprimidos unilateralmente pelos governos concedentes antes do transcurso do prazo de concessão – a Companhia poderá vir a sofrer a suspensão do direito ao recebimento dos incentivos, ou até seu cancelamento, caso descumpra algumas exigências que devem ser obedecidas durante seu prazo de fruição, tais como: (i) não distribuição aos seus acionistas do valor do incentivo fiscal recebido; (ii) manutenção de suas operações dentro da regularidade fiscal, especialmente pagando os tributos sem atrasos; e (iii) apresentação, anualmente, de certos documentos e relatórios às autoridades competentes, comprovando os investimentos realizados e o atendimento das demais condições. O não cumprimento de tais obrigações ou interpretação equivocada da aplicação de normas tributárias, podem resultar na suspensão ou no cancelamento de tais incentivos fiscais, podendo até obrigar a Companhia a devolver o valor dos incentivos recebidos, acrescido de encargos, o que pode vir a ter um efeito adverso para a Organização.

A Companhia, considerando o atual cenário de projetos de lei objetivando ampla reforma tributária no país, não pode assegurar que continuará a obter novas subvenções para investimento depois de expirados os prazos de fruição das atuais, e, se conseguir, não pode assegurar que tais incentivos serão concedidos nas mesmas condições das que atualmente é titular. Caso os incentivos fiscais sejam alterados ou expirem e não seja possível a renovação, ou novos incentivos fiscais não sejam criados após a expiração daqueles em vigor, a sua geração de caixa poderá sofrer efeito adverso.

O valor das subvenções para investimento a ser recebido da União durante o prazo certo de sua concessão consiste em montante equivalente ao resultado da aplicação de até 75% sobre uma base de cálculo legalmente denominada “lucro da exploração”, gerado por unidades industriais incentivadas. A quitação se realiza pela dedução do benefício sobre o valor devido de imposto de renda, com base na apuração do lucro real.

4.2 Indicação dos 5 (cinco) principais fatores de risco

A subvenção federal é apresentada na Demonstração do Resultado como dedução do imposto de renda da pessoa jurídica. Em 31 de dezembro de 2022, a Companhia não utilizou o respectivo incentivo, pois não houve imposto de renda devido (R$ 1.977 em 31 de dezembro 2021).

Fator de risco cibernético

Violações, interrupções ou falhas dos sistemas de tecnologia da informação, podem prejudicar as operações da Companhia.

Os sistemas de informação da Companhia podem estar vulneráveis a interrupções em seu funcionamento devido a eventos internos, tais como: obsolescência de hardware e software, inconsistência ou ineficácia do plano de *disaster recovery* ou deficiências em segregação de funções e controles de perfis de acesso. Assim como, eventos externos ao ambiente da Companhia, como por exemplo, desastres naturais, falhas na rede de telecomunicação, vírus de computador, ataques de hackers, ou outras questões operacionais e de segurança, podem causar interrupções no funcionamento dos sistemas informatizados da Organização.

Toda infraestrutura da Companhia está respaldada por boas práticas de Cibersegurança, definidas por uma renomada consultoria e implementadas por uma nova equipe estabelecida para esse fim em 2022.

Fator de risco estratégico

A precificação inadequada dos produtos pode afetar de forma adversa os resultados e o market share da Companhia.

Os crescimentos em *market share* e resultado financeiro da Companhia podem ser afetados de forma adversa à medida que os preços são reajustados em decorrência da elevação do custo das commodities e insumos. A Companhia ajusta os preços dos produtos baseada em diversas variáveis incluindo demanda, ambiente competitivo, mudanças nos custos das principais commodities, variação cambial, dentre outros fatores.

Os investimentos da Companhia totalizaram R$ 280,2 milhões em 2022, crescimento de 34,6% vs 2021, distribuídos entre expansão e manutenção. Destaque para os investimentos de adequação de maquinário para redução de gramatura e *flowpack*.

Em 2022, a M. Dias Branco atingiu receita líquida de R$ 10,1 bilhões, 29,6% maior que o ano anterior, fruto do aumento do preço médio e dos volumes em 28,5% e 0,9%, respectivamente. Além disso, ao longo do ano, a Companhia concentrou esforços em iniciativas e medidas para o crescimento dos volumes e aumento sequencial do preço médio, dentre elas, estão lançamentos de novos produtos e crescimento em marcas de alto valor agregado, como a marca Piraquê, além do resultado das aquisições de Jasmine (set/22) e Latinex (nov/21), que reforçaram o portfólio de snacks e saudáveis, com itens de preço médio superiores à média da M. Dias Branco.

4.3 Descrição dos principais riscos de mercado

Para os fins desta seção e da seção 5 – Gerenciamento de riscos e controles internos, exceto se expressamente indicado ou se o contexto assim o requerer, a indicação de que um risco, incerteza ou problema pode ter ou terá um "efeito adverso para a Companhia" significa que o risco, incerteza ou problema pode ter ou terá um efeito adverso nos seus negócios atuais e futuros, condições financeiras, liquidez, resultados de operações e/ou valor das ações ordinárias de emissão da Companhia, inclusive de suas controladas. Expressões similares nesta seção devem ser lidas como tendo o mesmo significado.

A seguir são apresentados os riscos de mercado que, atualmente, a Companhia acredita que podem lhe afetar adversamente. Riscos de mercado adicionais desconhecidos pela Companhia ou que pareçam menos relevantes neste momento também poderão causar efeito adverso em seus negócios e/ou no preço de negociação das ações de sua emissão.

Fator de risco de mercado

Risco de recessão econômica nacional.

Os negócios da Companhia podem ser adversamente afetados por mudanças nas condições políticas e econômicas brasileiras, podendo resultar em maior volatilidade nos mercados e contribuir com perdas líquidas para os resultados da Companhia.

A instabilidade política nacional, bem como a desaceleração econômica global e a volatilidade do sistema financeiro podem depreciar o crescimento econômico do país. Essa eventual recessão econômica, reduz a disponibilidade de crédito e, consequentemente, de investimentos para expansão das operações da Companhia.

A incerteza sobre a implementação, por parte do governo brasileiro, de mudanças significativas nas políticas públicas, em especial reformas tributárias e administrativas, podem contribuir para a incerteza econômica no Brasil e aumentar a volatilidade nos mercados de valores mobiliários brasileiros e nos títulos emitidos por empresas brasileiras. Como resultado, pode haver alta volatilidade nos mercados financeiros no curto prazo, e a recuperação econômica no longo prazo pode ser prejudicada. Consequentemente, as melhorias no mercado de trabalho e o crescimento da renda podem ser limitados, o que poderia ter um efeito adverso sobre as operações e resultados financeiros da Companhia.

Fator de risco de mercado

Flutuações nos preços de certos insumos e/ou matérias-primas utilizados no processo produtivo podem afetar adversamente os resultados da Companhia.

Os preços das matérias-primas e insumos utilizados no processo produtivo são voláteis. Caso ocorra uma variação relevante nos preços dos insumos e matérias-primas, a Companhia pode não ser capaz de repassar tais aumentos aos preços de seus produtos na mesma velocidade dos aumentos dos custos, o que poderá vir a impactar a margem de lucro.

Em 31 de dezembro de 2022, a Companhia mantinha contratos firmados de compra de trigo e óleo para pagamento e entrega futura, no montante de 120.154 toneladas (298.000 toneladas em 31 de dezembro de 2021), onde 85.650 toneladas de óleo estavam com preços a fixar. Assim, considerando o valor de mercado para esses casos e preço firmado para os contratos fixados, eles representavam um montante equivalente a US$ 11.100 de trigo e US$ 96.711 de óleo (US$ 76.187 de trigo e US$ 35.708 de óleo em 31 de dezembro de 2021).

4.3 Descrição dos principais riscos de mercado

Diante do risco de variação no preço de óleo, a Companhia preparou uma análise de sensibilidade para o montante de óleo (85.650 toneladas), cujo preço não estava fixado. A análise levou em consideração a possibilidade de três cenários de variação no preço da commodity, com respectivos resultados futuros que seriam gerados. O cenário provável considerou os preços do óleo em US$ 1.095,08, com projeção da taxa futura do câmbio para 90 dias, conforme cotação obtida na B3 em 29 de dezembro de 2022 e alinhada com a exposição de câmbio da Companhia, de R$5,3798. Os demais cenários, possível e remoto, consideraram um aumento no preço das commodities em 25% e 50% respectivamente.

Descrição	Posição em risco (toneladas)	Risco	Cenário provável	Cenário possível (R$)	Cenário remoto (R$)
Contratos de aquisição de óleo (preço a fixar)	85.650	Alta da commodity	-	**(126.147)**	**(252.293)**

Fator de risco de mercado

Variações cambiais podem afetar adversamente o valor dos ativos e passivos financeiros da Companhia ou seu fluxo de caixa e receita futuros.

Os resultados da Companhia são suscetíveis a variações significativas, em função dos efeitos da volatilidade da taxa de câmbio, em especial, sobre os passivos atrelados à moeda estrangeira dólar, decorrentes de importações das principais matérias-primas, trigo em grão e óleo vegetal de soja e de palma, além de capital de giro.

Como já mencionado no item "Flutuações nos preços de certos insumos e/ou matérias-primas utilizados no processo produtivo podem afetar adversamente os resultados da Companhia", a Companhia mantinha contratos firmados de compra de trigo e óleo para pagamento e entrega futura com total estimado de trigo em US$ 11.100 e de óleo em US$ 96.711, sujeitos a risco de variação cambial (US$ 76.187 e de óleo em US$ 35.708 em 31 de dezembro de 2021).

A análise de sensibilidade levou em conta a possibilidade de três cenários de variação do dólar e os respectivos resultados futuros de trigo e óleo que seriam gerados. O cenário provável considerou a cotação do dólar de R$ 5,3798, projeção da taxa futura do câmbio para 90 dias, conforme cotação obtida na B3 em 29 de dezembro de 2022. Os demais cenários, possível e remoto, consideraram um aumento na cotação do dólar em 25% (R$ 6,8405) e 50% (R$ 8,2086), respectivamente.

Descrição do contrato	Posição em risco (USD)	Risco	Cenários		
			Provável	Possível	Remoto
Aquisição de trigo	11.100	Alta do dólar	**-**	**(14.929)**	**(29.858)**
Aquisição de óleo	96.711	Alta do dólar	**-**	**(130.070)**	**(260.141)**

Fator de risco de mercado

A inflação e certas medidas do Governo Federal para combatê-la podem contribuir para a incerteza econômica do Brasil, podendo prejudicar as atividades da Companhia e a negociação das ações de sua emissão.

No passado, o Brasil registrou índices de inflação extremamente altos. A inflação e algumas medidas tomadas pelo Governo Federal com o intuito de controlá-la, combinada com a especulação sobre eventuais medidas governamentais a serem adotadas, tiveram efeito negativo sobre a economia brasileira, assim como, em virtude da incerteza econômica existente no Brasil e no exterior, houve um aumento da volatilidade no mercado de valores mobiliários brasileiro.

4.3 Descrição dos principais riscos de mercado

As medidas do Governo Federal para controle da inflação, frequentemente, têm incluído a manutenção de política monetária com altas taxas de juros, reduzindo assim a disponibilidade de crédito e visando restringir o crescimento econômico para controle inflacionário. Como consequência, as taxas de juros têm elevado de maneira significativa, contudo, ainda assim, o Brasil pode passar por aumentos relevantes da taxa de inflação no futuro.

Pressões inflacionárias poderão levar à intervenção do governo sobre a economia, incluindo a implementação de políticas governamentais que podem ter um efeito adverso para a Companhia. Ademais, se o Brasil experimentar taxas de inflação que reduzam significativamente o poder de compra do consumidor, a Companhia poderá não ser capaz de reajustar os preços de seus produtos de maneira suficiente para compensar os efeitos da inflação em sua estrutura de custos, o que poderá ter um efeito adverso para os resultados da Organização.

Em razão de emissão de debêntures em março de 2021 com encargos remuneratórios baseados no Índice de Preços para o Consumidor Amplo (IPCA) e com vencimento em longo prazo (7 anos e 10 anos), os resultados da Companhia estão mais suscetíveis a variações significativas do IPCA.

Fator de risco de mercado

Oscilações nas taxas de juros podem afetar adversamente o valor dos ativos e passivos financeiros da Companhia ou o fluxo de caixa e receita futuros.

A Companhia está exposta, principalmente, às variações nas taxas de juros CDI nas aplicações financeiras e empréstimos e financiamentos.

Descrição	Controladora		Consolidado	
	2022	2021	2022	2021
Ativos financeiros				
Aplicações financeiras indexadas ao CDI	**559.491**	1.558.238	**566.774**	1.558.265
Passivos financeiros				
Operações em moeda estrangeira com derivativos atrelados ao CDI (1)	**(728.670)**	(558.322)	**(728.670)**	(558.322)
Operações de debêntures com derivativos e capital de giro atrelados ao CDI (1)	**(965.821)**	(828.354)	**(965.821)**	(828.354)
Financiamentos indexados ao CDI	**(382.026)**	(257.139)	**(431.559)**	(262.277)
Ativos (Passivos)	**(1.517.026)**	(85.577)	**(1.559.276)**	(90.688)

O quadro abaixo mostra a projeção de perda que seria reconhecida nos próximos 12 meses, caso fosse mantida a posição dos ativos indexados ao CDI líquidos dos passivos atrelados ao CDI em R$ 1.559.276.

Descrição	Posição em risco	Risco	Cenário provável	Cenário possível	Cenário remoto
Passivos líquidos	(1.559.276)	Aumento do CDI	-	**(52.353)**	**(104.705)**

O cenário provável considerou a cotação futura do DI para 360 dias, conforme informação obtida na B3 em 31 de dezembro de 2022, no patamar de 13,43% a.a. Os demais cenários, possível e remoto, consideraram um acréscimo nesta cotação em 25% (16,79% a.a.) e 50% (20,15% a.a.), respectivamente.

4.3 Descrição dos principais riscos de mercado

Fator de risco de crédito

Risco de não receber os valores decorrentes de operações de venda ou de créditos junto a instituições.

Esse risco provém da possibilidade de a Companhia não receber valores decorrentes de operações de venda ou de créditos junto a instituições, tais como depósitos e aplicações financeiras, o que poderá causar efeito adverso relevante em seus negócios e/ou no preço de negociação das ações de sua emissão.

Fator de risco de liquidez

Incapacidade de honrar suas obrigações ou de captar recursos no mercado.

Em cenários em que o acesso a recursos é escasso e/ou torna-se muito custoso, e o acesso ao mercado de capitais não é possível ou é limitado, a Companhia poderá encontrar situação em que precise diminuir a margem financeira dos seus produtos a fim de atrair mais clientes e/ou liquidar ativos não comprometidos e/ou potencialmente desvalorizados para assim ser capaz de honrar suas obrigações. Caso a liquidez do mercado seja reduzida, a pressão da demanda poderá ter impacto negativo sobre os preços, uma vez que os compradores naturais podem não estar disponíveis imediatamente. Nesse caso, a Organização poderá registrar um deságio significativo sobre os ativos, o que impactará os resultados e a situação financeira da Companhia.

As principais fontes de recursos financeiros utilizados pela Companhia residem no próprio volume de recursos advindos da comercialização dos seus produtos – com a característica de forte geração de caixa e baixa inadimplência, além dos valores recebidos a título de subvenções para investimento estaduais e federais (associadas à implantação/expansão de unidades industriais). Somam-se a esse montante os rendimentos de aplicações advindas das disponibilidades de caixa.

As principais necessidades de recursos financeiros da Companhia advêm de investimentos para expansão e modernização de sua estrutura de produção e logística, para aquisição de outras empresas e para a amortização do seu endividamento, pagamento de tributos, distribuição de dividendos e outros desembolsos operacionais.

Fator de risco de liquidez

Ineficácia na gestão do capital da Companhia, sendo incapaz de oferecer retorno aos acionistas e benefícios às outras partes interessadas, bem como, manter uma estrutura de capital ideal para reduzir os custos.

A Companhia poderá não oferecer retorno aos acionistas compatível com o mercado e seu segmento, bem como, poderá ter uma estrutura de capital muito custosa, sendo assim, seu nível de endividamento e sua capacidade de pagamento poderão causar efeito adverso relevante em seus negócios e/ou no preço de negociação das ações de sua emissão.

4.4 Processos não sigilosos relevantes

No curso normal de suas operações, a Companhia é parte ativa ou passiva, em ações judiciais e administrativas que envolvem questões tributárias, trabalhistas, cíveis e de outras naturezas, perante tribunais e órgãos governamentais.

Em 31 de dezembro de 2022, do total dos processos de naturezas trabalhista e cível, 1,52% estão sendo discutidos em âmbito administrativo e 98,48% estão sendo discutidos em âmbito judicial, em instâncias inferiores e superiores, conforme cada caso. Já em relação aos processos de natureza tributária, 49,26% estão sendo discutidos em âmbito administrativo e 50,74% estão sendo discutidos judicialmente.

A Administração avalia os riscos contingentes, tendo como base fundamentos jurídicos, econômicos e tributários, com o objetivo de classificá-los, segundo suas chances de perda em prováveis, possíveis ou remotos. A análise é feita em conjunto com os escritórios de advocacia que patrocinam as causas da Companhia.

Desses processos somente são provisionados aqueles em que a Companhia é parte passiva e cujas chances de perda são prováveis. Os valores são suficientes para garantir as perdas estimadas. Assim, as provisões para contingências registradas representam a melhor estimativa da Administração quanto aos riscos envolvidos.

Abaixo são destacados os processos em que a Companhia é parte e que são relevantes individualmente.

Trabalhistas

Em 31 de dezembro de 2022, a Companhia figurava como ré em 3603 processos judiciais e administrativos de natureza trabalhista, perfazendo o valor total envolvido de, aproximadamente, R$ 529 milhões. Referidas ações versam basicamente sobre hora extra e seus reflexos, reconhecimento de vínculo empregatício, indenização por acidente de trabalho e doença ocupacional, responsabilidade subsidiária, indenização por danos morais e materiais, equiparação salarial, desvio ou acúmulo de funções, dentre outras matérias.

A Companhia não é parte em ação trabalhista que, individualmente, possa lhe acarretar impacto relevante.

Tributárias

Em 31 de dezembro de 2022, a M Dias Branco litigava em 607 ações tributárias. Destacamos abaixo os processos não sigilosos considerados como relevantes.

Subvenção para Investimentos

A M Dias Branco é parte em quatro processos administrativos e, em 31 de dezembro de 2022, o valor total atualizado desses processos era de R$ 191,1 milhões, cujo mérito principal refere-se à cobrança de IRPJ, CSLL, PIS e COFINS sobre as subvenções para investimentos estaduais, sendo eles: PROVIN-FDI/CE, PROADI/RN, FAIN/PB e DESENVOLVE/BA.

Os autos de infrações 10380.723251/2012-34 e 10380.009929/2004-62 referentes aos anos fiscais de 1999 a 2003, 2008 e 2009, tramitam perante o Conselho Administrativo de Recursos Fiscais (CARF), e as decisões finais proferidas por esse Órgão podem ser contestadas judicialmente, caso desfavoráveis à Companhia. Já os processos administrativos 10380.009928/2004-18 e 10380.009930/2004-97, referentes

4.4 Processos não sigilosos relevantes

aos anos fiscais de 1999 a 2003, tramitam na 33ª Vara Federal do Ceará e Tribunal Regional Federal da 5ª Região respectivamente.

Ressaltamos que, com o advento da Lei Complementar nº 160/2017, a discussão relacionada ao tema subvenção para investimento deverá ser encerrada, pois, essa introduziu os parágrafos 4º e 5º no artigo 30 da Lei 12.973/14, dispondo que os incentivos e benefícios fiscais previstos na Constituição Federal, concedidos pelos Estados e Distrito Federal, são considerados subvenções para investimentos e que tal dispositivo aplica-se aos processos administrativos e judiciais ainda em tramitação.

Na opinião dos assessores jurídicos, a probabilidade de perda dos autos é remota.

Segue o detalhamento dos respectivos processos:

	PROCESSO Nº 10380.723251/2012-34
Juízo	Delegacia da Receita Federal do Brasil em Fortaleza-CE
Instância	Conselho Administrativo de Recursos Fiscais
Data de instauração	15/03/2012
Partes no processo	Polo Ativo: União Federal
	Polo Passivo: M. Dias Branco S.A. Ind. e Com.
Valores, bens ou direitos envolvidos	Valor Atualizado R$ 1.997.307,88
Principais fatos	Trata-se de Auto de Infração lavrado, após ter sido realizado um Procedimento Fiscal, para exigências de PIS e COFINS, nos períodos de 01/2008 a 12/2008, e de IRPJ e CSLL, no período 12/2008. Foram apresentadas duas impugnações. Uma para PIS/COFINS e outra para IRPJ/CSLL, as quais foram julgadas parcialmente procedentes. Houve a manutenção da exigência do IRPJ/locação de aeronave e PIS/Cofins/Creditamento-Combustíveis. Tendo sido exonerado os lançamentos relativos ao IRPJ e CSLL relacionados ao valor das subvenções para investimento. Interpostos recursos ao CARF pela Companhia e Fazenda Nacional. Com a reedição do parcelamento previsto na Lei 11.941/99, a Companhia aderiu ao programa de parcelamento e quitou os débitos de PIS/COFINS (despesas de combustíveis). Restando em discussão o tema subvenção para investimento e glosa de despesas com aeronave. A Companhia foi intimada para demonstrar a adoção, pelos Estados da Bahia, Paraíba, Rio Grande do Norte e Ceará, das providências estabelecidas nas cláusulas do Convênio ICMS 190/17. Após cumprimento da determinação, foi proferida decisão de segunda instância administrativa que deu parcial provimento para o Recurso Voluntário interposto pela Sociedade, no sentido de (i) cancelar as exigências fiscais por entender que os valores foram corretamente tratados pela Companhia como subvenção para investimento e (ii) manter a exigência referente ao aluguel de aeronaves. No que tange à subvenção para investimento, não foi interposto nenhum recurso pela PGFN, logo os débitos dessa seara, no montante de R$ 70.198.773,20, foram cancelados, restando-se em discussão somente os débitos sobre as despesas com locação de aeronave no total de R$ 1.997.307,88. A companhia interpôs Recurso Especial, que aguarda julgamento.
A chance de perda é:	Remota
Análise do impacto em caso de perda do processo	Exclusivamente o pagamento do valor discutido, com impacto relevante na situação financeira e patrimonial da Companhia.

4.4 Processos não sigilosos relevantes

	PROCESSO Nº 10380.009929/2004-62
Juízo	Delegacia da Receita Federal do Brasil em Fortaleza-CE
Instância	Conselho Administrativo de Recursos Fiscais
Data de instauração	29/10/2004
Partes no processo	Polo Ativo: União Federal Polo Passivo: M. Dias Branco S.A. Ind. e Com.
Valores, bens ou direitos envolvidos	Valor Atualizado R$ 134.238.084,82
Principais fatos	Em 29/10/2004, a Receita Federal do Brasil lavrou auto de infração para exigência de COFINS referente aos anos de 1999 a 2003, em decorrência de: (i) divergência entre valores declarados em DCTF e os valores devidos; (ii) registro errôneo das variações monetárias passivas e lançamento dos valores como créditos em contrapartida da diminuição de obrigações em moeda estrangeira; e (iii) não ter incluído na base de cálculo valores escriturados de subvenções auferidas a título de incentivo fiscal dos Estados do Ceará e do Rio Grande do Norte. Apresentada Impugnação. O lançamento foi julgado parcialmente procedente pela Delegacia de Julgamento – DRJ, alterando os valores da Cofins, relativos aos fatos geradores de Abr/2003 e Mai/2003. Interposto Recurso Voluntário pela Companhia. Proferido Acórdão pela 4ª Câmara do 2º Conselho de Contribuintes do CARF julgando parcialmente procedente o Recurso Voluntário da Companhia afastando as receitas oriundas das variações cambiais e das subvenções para custeio e investimento da base de cálculo da COFINS. Porém, mantendo no cálculo da exação o valor do ICMS-ST. Interposto Recurso Especial pela União e opostos Embargos de Declaração pela Companhia. Embargos de Declaração acolhidos em parte para reconhecer a decadência das competências de janeiro a abril e setembro de 1999. Em 22/08/2019, a Companhia interpôs Recurso Especial. O Recurso Especial da Fazenda Nacional foi negado provimento. Já o recurso interposto pela M. Dias foi julgado parcialmente procedente, reconhecendo a decadência, afastando a exigência dos períodos de janeiro a setembro/1999. Não foi reconhecido o direito de excluir o ICMS-ST da base de cálculo da COFINS, em razão de ação judicial sobre o tema. Aguardando adequação das decisões do CARF (Conselho de Contribuintes) pela Receita Federal.
A chance de perda é:	Remota
Análise do impacto em caso de perda do processo	Exclusivamente o pagamento do valor discutido, com impacto relevante na situação financeira e patrimonial da Companhia.

	PROCESSO Nº 0800433-12.2018.4.05.8100 antigo 10380.009928/2004-18
Juízo	Justiça Federal do Ceará -JF/CE
Instância	33ª Vara da Seção Judiciária do Ceará
Data de instauração	18/01/2018
Partes no processo	Polo Ativo: União Federal Polo Passivo: M. Dias Branco S.A. Ind. e Com.
Valores, bens ou direitos envolvidos	Valor Atualizado R$ 39.320.153,01
Principais fatos	Em 17/12/2003, a Receita Federal do Brasil lavrou auto de infração para exigência de PIS, relativo aos anos-calendários de 1999 a 2003, pelas supostas irregularidades: (i) divergências entre os valores declarados em DCTF e os valores devidos; (ii) registro errôneo das variações monetárias passivas e lançamento dos valores como créditos em contrapartida da diminuição de obrigações em moeda estrangeira; e (iii) não inclusão na base de cálculo dos valores escriturados de subvenções auferidas a título de incentivo fiscal dos Estados do Ceará e do Rio Grande do Norte. O lançamento foi mantido parcialmente na esfera administrativa. A Companhia ajuizou Ação Anulatória de Débito Fiscal, em 29/11/2017, registrada sob o nº 0815072-69.2017.4.05.8100. Antes da aceitação dos bens imóveis ofertados para suspender a exigibilidade do crédito tributário, a União, através da Procuradoria da Fazenda Nacional – PGFN, ajuizou Execução Fiscal, em 18/01/2018, autuada sob o nº 0800433-12.2018.4.05.8100, sendo apresentado seguro garantia pela Companhia. A execução está sobrestada, aguardando julgamento da Ação Anulatória em comento que, em maio de 2018, foi recepcionada como embargos à execução. Foi proferida sentença parcialmente procedente nos embargos à execução excluindo a cobrança dos débitos de PIS/COFINS em razão da exclusão do ICMS da sua base de cálculo, bem como determinar

4.4 Processos não sigilosos relevantes

	que sejam excluídos da base de cálculo do PIS os incentivos fiscais do Estado do Ceará e do Estado do Rio Grande do Norte concedidos à empresa no período de 12/2002 a 12/2003. Mantida a discussão quanto as variações cambiais no regime não cumulativo. Em 10/12/2021, foi protocolado Embargos de Declaração pela Companhia, que aguarda julgamento.
A chance de perda é:	Remota
Análise do impacto em caso de perda do processo	Exclusivamente o pagamento do valor discutido, com impacto relevante na situação financeira e patrimonial da Companhia.

	PROCESSO N° 0811727-95.2017.4.05.8100 antigo 10380.009930/2004-97
Juízo	Justiça Federal do Ceará -JF/CE
Instância	8ª Vara da Seção Judiciária do Ceará
Data de instauração	04/09/2017
Partes no processo	Polo Ativo: União Federal Polo Passivo: M. Dias Branco S.A. Ind. e Com.
Valores, bens ou direitos envolvidos	Valor Atualizado R$ 15.506.622,00
Principais fatos	Em 29/10/2004, a Receita Federal do Brasil lavrou auto de Infração para exigência de multa isolada pelas seguintes irregularidades: (i) escrituração de incentivos fiscais do PROVIN (Programa de Incentivo ao Funcionamento de Empresas) com recursos originários do FDI (Fundo de Desenvolvimento Industrial do Ceará) e do PROADI (Programa de Apoio ao Desenvolvimento Industrial do Rio Grande do Norte), como subvenção para investimento, deixando de inseri-los no lucro líquido para fins de cálculo e apuração da CSLL, e (ii) escrituração do ganho proveniente do subsídio fiscal no momento da liquidação do financiamento do ICMS e não na ocasião do financiamento propriamente dito. O lançamento foi mantido parcialmente na esfera administrativa. A Companhia impetrou Mandado de Segurança, em 04/09/2017, registrado sob o nº 0811727-95.2017.4.05.8100, visando a obtenção de provimento jurisdicional que reconheça a inexigibilidade da multa isolada de CSLL, relativa ao ano calendário de 2003. Em 16/03/2018, a segurança foi concedida para anular as exigências. Sentença sujeita ao duplo grau obrigatório. Processo remetido ao Tribunal Regional Federal da 5ª Região para julgamento da apelação interposta da União Federal, a qual foi negada provimento. Interposto RESP pela Fazenda, a qual aguarda-se julgamento.
A chance de perda é:	Remota
Análise do impacto em caso de perda do processo	Exclusivamente o pagamento do valor discutido, com impacto relevante na situação financeira e patrimonial da Companhia.

Crédito Outorgado de ICMS

A Companhia é parte em cinco autos de infração lavrados para exigência de ICMS, sob a motivação de que a empresa usou crédito outorgado concedido pelo Estado cumulativamente com outros créditos na entrada dos produtos. Aduz a autoridade fazendária que a Companhia creditou-se indevidamente de ICMS a título de "Crédito Presumido de Massas e Biscoitos", quando já teria escriturado os créditos pelas entradas, tanto dos produtos para revenda como dos insumos utilizados para fabricação dos produtos, ou seja, teria se creditado duas vezes.

Em 31 de dezembro de 2022, o valor total envolvido nestes autos era de R$ 343,9 milhões.

Os autos de infrações nº 4.045.881-7 e nº 4.116.234-1, foram julgados desfavoráveis em 1ª instância administrativa. A Companhia interpôs Recurso Ordinário ao Tribunal de Impostos e Taxas (TIT). Em segunda instância, os julgamentos foram desfavoráveis para Companhia, tendo sido interpostos Recursos Especial.

Ressaltamos que o auto de infração n° 4.047.698-4 encerrou, na esfera administrativa, desfavorável à Companhia. A discussão foi levada para via judicial.

4.4 Processos não sigilosos relevantes

A Companhia recepcionou dois autos de infração de nº 4.148.700-0 e nº 4.144.845-5, lavrados em junho de 2022, nos montantes de R$ 44.983 e de R$ 130.185, contra filiais do Estado de São Paulo. Para ambos os autos de infração, a Companhia entrou com defesa administrativa.

Na opinião dos nossos advogados, o risco de perda desses processos é considerado possível na esfera administrativa. As decisões finais proferidas por esse Órgão podem ser contestadas judicialmente, quando desfavoráveis à Companhia.

Segue o detalhamento dos respectivos processos:

	PROCESSO Nº 4.045.881-7
Juízo	Sefaz/SP
Instância	Tribunal de Impostos e Taxas
Data de instauração	10/09/2014
Partes no processo	Polo ativo: Sefaz/SP
	Polo Passivo: M. Dias Branco S.A. Ind. e Com.
Valores, bens ou direitos envolvidos	Valor Atualizado R$ 31.141.516,72
Principais fatos	Auto de Infração lavrado sob o argumento de que a Companhia: I- creditou-se indevidamente de ICMS a título de "Crédito Presumido de Massas e Biscoitos", pois escriturou, também, os créditos pelas entradas, tanto das mercadorias para revenda como dos insumos utilizados para fabricação de produtos. Os créditos outorgados lançados são ilegítimos. Referente ao período de abril a dezembro de 2012. Protocolada defesa administrativa. Em 1ª Instância, a Delegacia de Julgamento julgou procedente o lançamento mantendo a multa e o imposto. Interposto Recurso Ordinário pela Companhia. O julgamento foi convertido em diligência para apuração dos estornos, ou seja, comprovação de que não houve aproveitamento em duplicidade de créditos. Proferida decisão de segunda instância negando provimento ao Recurso Ordinário da Empresa. Dessa decisão, foi interposto Recurso Especial, o qual aguarda julgamento.
A chance de perda é:	Possível
Análise do impacto em caso de perda do processo	Exclusivamente o pagamento do valor discutido, com impacto relevante na situação financeira e patrimonial da Companhia.

	PROCESSO Nº 4.047.698-4
Juízo	Sefaz/SP
Instância	Delegacia Regional Tributária de São Bernardo do Campo
Data de instauração	07/11/2014
Partes no processo	Polo ativo: Sefaz/SP
	Polo Passivo: M. Dias Branco S.A. Ind. e Com.
Valores, bens ou direitos envolvidos	Valor Atualizado R$ 9.560.746,18
Principais fatos	Auto de Infração lavrado sob o argumento de que a Companhia: I- creditou-se indevidamente de ICMS a título de "Crédito Presumido de Massas e Biscoitos", pois escriturou, também, os créditos pelas entradas, tanto das mercadorias para revenda como dos insumos utilizados para fabricação de produtos. Os créditos outorgados lançados são ilegítimos. Referente ao período de janeiro a março de 2012. Apresentada impugnação. Em 1ª instância a Delegacia de Julgamento converteu o julgamento em diligência. Em seguida, o auto foi julgado procedente. Interposto Recurso Ordinário o qual foi negado provimento. A Companhia interpôs Recurso Especial que foi negado provimento. A Companhia apresentou pedido de retificação de julgado contra a referida decisão, sendo indeferido, ocasionando o encerramento da discussão na esfera administrativa. A Companhia ajuizou Ação Cautelar registrada sob o nº 1000725-41.2022.8.26.0053, visando a suspensão da exigibilidade do débito com a apresentação do seguro garantia. Aguarda-se o julgamento.
A chance de perda é:	Possível
Análise do impacto em caso de perda do processo	Exclusivamente o pagamento do valor discutido, com impacto relevante na situação financeira e patrimonial da Companhia.

4.4 Processos não sigilosos relevantes

	PROCESSO Nº 4.116.234-1
Juízo	Sefaz/SP
Instância	Delegacia Regional Tributária de São Bernardo do Campo
Data de instauração	18/03/2019
Partes no processo	Polo ativo: Sefaz/SP
	Polo Passivo: M. Dias Branco S.A. Ind. e Com.
Valores, bens ou direitos envolvidos	Valor Atualizado R$ 115.795.389,23
Principais fatos	Auto de Infração lavrado sob o argumento de que a Companhia: (i) creditou-se indevidamente de ICMS a título de "Crédito Presumido de Massas e Biscoitos", pois escriturou, também, os créditos pelas entradas, tanto das mercadorias para revenda como dos insumos utilizados para fabricação de produtos; (ii) deixou de pagar o ICMS em virtude da diferença encontrada entre a quantidade de mercadorias remetidas para depósito em armazém geral e a quantidade de mercadorias retornadas quando comparadas com os estoques informados nos registros de inventário e (iii) deixou de escriturar, no Registro de Entrada da Escrituração Fiscal Digital – EFD notas fiscais eletrônicas. Referente ao período de janeiro a dezembro de 2015 a 2016. Apresentada impugnação administrativa relativo ao tema crédito outorgado e omissão de saídas. Efetuado o pagamento da infração falta de escrituração. A impugnação foi julgada improcedente. Dessa forma, a Companhia interpôs Recurso Ordinário, que foi negado provimento. Dessa negativa, apresentamos Pedido de Retificação e Recurso Especial. Aguarda-se julgamento de ambos os recursos.
A chance de perda é:	Possível
Análise do impacto em caso de perda do processo	Exclusivamente o pagamento do valor discutido, com impacto relevante na situação financeira e patrimonial da Companhia.

	PROCESSO Nº 4.148.700-0
Juízo	Sefaz/SP
Instância	Delegacia Regional Tributária de São Bernardo do Campo
Data de instauração	03/06/2023
Partes no processo	Polo ativo: Sefaz/SP
	Polo Passivo: M. Dias Branco S.A. Ind. e Com.
Valores, bens ou direitos envolvidos	Valor Atualizado R$ 47.629.392,54
Principais fatos	Auto de Infração lavrado sob o argumento de que a Companhia: 1) utilizou outros créditos e crédito outorgado do artigo 22 do anexo III do RICMS/SP de forma indevida; 2) não escriturou NFe'S e CTe'S e 3) utilizou crédito indevido destacados em CTE's. Impugnação julgada parcialmente procedente na matéria do crédito indevido de CTE'S. Interposto recurso ordinário pela M DIAS e recurso de ofício pela Fazenda SP. Aguarda-se julgamentos dos mencionados recursos.
A chance de perda é:	Possível
Análise do impacto em caso de perda do processo	Exclusivamente o pagamento do valor discutido, com impacto relevante na situação financeira e patrimonial da Companhia.

	PROCESSO Nº 4.144.845-5
Juízo	Sefaz/SP
Instância	Delegacia Regional Tributária de São Bernardo do Campo
Data de instauração	30/06/2023
Partes no processo	Polo ativo: Sefaz/SP
	Polo Passivo: M. Dias Branco S.A. Ind. e Com.
Valores, bens ou direitos envolvidos	Valor Atualizado R$ 139.832.998,91
Principais fatos	Auto de Infração lavrado sob o argumento de que a Companhia: 1) não escriturou notas fiscais relativas às operações não tributadas; 2) ausência de escrituração de notas fiscais em operações tributadas e 3) crédito outorgado do artigo 22 do anexo III do RICMS/SP de forma indevida. Impugnação julgada parcialmente procedente na matéria de ausência de escrituração de notas fiscais em operações tributadas. Interposto recurso ordinário pela M DIAS e recurso de ofício pela Fazenda SP. Aguarda-se julgamentos dos mencionados recursos.
A chance de perda é:	Possível
Análise do impacto em caso de perda do processo	Exclusivamente o pagamento do valor discutido, com impacto relevante na situação financeira e patrimonial da Companhia.

4.4 Processos não sigilosos relevantes

ICMS – Margem de Valor Agregado – Protocolo ICMS 46

O Estado do Piauí ajuizou execução fiscal para exigência de crédito tributário referente a ICMS, lançado por meio dos AI's n. 45601, 45602, 45603, 45604 e 45605 por suposto recolhimento a menor desse imposto no período de 05 a 12 de 2001 e exercícios de 2002, 2003, 2004 e 2005, em virtude da inobservância da Margem de Valor Agregado.

Os autos de infração foram lavrados sob o fundamento de que a Companhia teria deixado de "recolher parcela do ICMS, relativo à aquisição de mercadorias sujeitas ao regime de substituição tributária, visto que, segundo a fiscalização, o contribuinte teria apurado o imposto devido de forma incorreta, utilizando percentual de agregação de 15% (quinze por cento) uniformemente sobre o valor da nota fiscal, quando o Decreto nº 10.500/01 determina a aplicação de percentuais de agregação de 20% (vinte por cento) para massas alimentícias e de 30% (trinta por cento) para biscoitos e bolachas, deixando, ainda, de observar os valores mínimos estabelecidos em Atos Normativos expedidos pela Secretaria da Fazenda". Contudo, a fiscalização desconsiderou que nas operações realizadas pela Companhia, desde o ano de 2001, a incidência do ICMS deverá observar as regras previstas no Protocolo ICMS 46/2000, que versa sobre a sistemática de tributação no setor, especialmente por meio da instituição do regime de substituição tributária progressiva.

Por virtude desse regime, o momento da cobrança do imposto foi dissociado do momento da efetiva ocorrência do fato gerador, de sorte que o ICMS devido pelas futuras e presumidas operações com farinha de trigo e derivados passou a ser recolhido de modo antecipado, por ocasião da importação do trigo. As operações subsequentes, inclusive as realizadas por estabelecimentos filiais, ficam dispensadas de novo recolhimento do ICMS, eis que o tributo já foi integralmente pago por antecipação.

Após garantia do juízo, por meio de carta fiança, a Companhia apresentou embargos à execução fiscal pendentes de julgamento ainda em primeira instância.

Na opinião de nossos advogados, o processo judicial apresenta risco de perda possível. Em 31 de dezembro de 2022, o valor total envolvido era de R$ 37,3 milhões.

Segue o detalhamento do respectivo processo:

	PROCESSO Nº 129482010
Juízo	Tribunal de Justiça do Estado do Piauí
Instância	4ª Vara da Fazenda Pública da Comarca de Teresina
Data de instauração	03/09/2010
Partes no processo	Polo ativo: Estado do Piauí
	Polo Passivo: M. Dias Branco S.A. Ind. e Com.
Valores, bens ou direitos envolvidos	Valor Atualizado R$ 37.322.371,15
Principais fatos	Execução Fiscal ajuizada pelo Estado do Piauí para exigência dos créditos tributários lançados nos AI's n. 45601, 45602, 45603, 45604 e 45605, por suposto recolhimento a menor de ICMS do período de 05 a 12 de 2001 e exercícios de 2002, 2003, 2004 e 2005, em virtude da inobservância da margem de valor agregado. A Companhia opôs Embargos à Execução após aceitação da carta fiança de nº 2.046.674-P no valor de R$23.650.000,00. Posteriormente, a empresa requereu a substituição da garantia apresentada nos autos (fiança bancária) por seguro garantia. Intimado, o Estado do Piauí se manifestou informando que não se opõe à substituição. Processo concluso em 12/11/2019. Execução aguardando julgamento de mérito.
A chance de perda é:	Possível
Análise do impacto em caso de perda do processo	Exclusivamente o pagamento do valor discutido, com impacto relevante na situação financeira e patrimonial da Companhia

4.4 Processos não sigilosos relevantes

IPI – Alíquota Zero

A União Federal, por meio da Procuradoria da Fazenda Nacional, moveu contra a Companhia quatro execuções fiscais para cobrança de IRPJ, CSLL, PIS e COFINS, que foram compensados com crédito de IPI reconhecido por meio da ação judicial 1999.16984-0 e confirmado após ajuizamento de ação rescisória da Fazenda Nacional.

Em 1999, a Companhia impetrou mandado de segurança visando a utilização do saldo credor do Imposto sobre Produtos Industrializados - IPI, anterior a janeiro de 1999, decorrente de aquisição de insumos (matéria-prima, produto intermediário e material de embalagem), aplicados na industrialização de produtos isentos ou tributados à alíquota zero, com o IPI devido na saída de outros produtos, nos termos da Lei nº 9.779/99, sem as limitações da IN/SRF nº 33/99, por ser esse efeito do Princípio Constitucional da Não-Cumulatividade, legislação ordinária pátria (Lei nos 8.383/91, 9.430/96 e 9.779/99). Após a concessão da segurança, por permissão legal, a Companhia apurou os valores pagos a maior e compensou com os impostos devidos de IRPJ, CSLL e COFINS. Contudo, embora a sentença tenha transitado em julgado favorável à Companhia, com confirmação em sede de Ação Rescisória (AR/5059), a União Federal executou os créditos compensados, por entender que, embora tenha sido reconhecido o direito ao crédito, a Companhia não teria escriturado os créditos no livro registro de apuração do IPI.

A execução fiscal 0816616-29.2016.4.05.8100 decorrente das Certidões de Dívida Ativa nº 30.6.10.002446-50; 30.6.10.002458-93; 30.6.10.002459-74; 30.6.10.002545-31; e 30.7.10.000523-08 está tramitando na 20ª Vara Federal da Seção Judiciária do Ceará e a execução fiscal 0000833-37.2015.4.05.8109 decorrente das Certidões de Dívida Ativa nº 30.2.10.000756-89, nº 30.6.10.002413-91, nº 30.6.10.002454-60 e nº 30.6.10.002546-12 está tramitando na 34ª Vara Federal da Seção Judiciária do Ceará. Ambas as execuções foram ajuizadas contra a M Dias Branco S/A Indústria e Comércio de Alimentos.

Já a execução fiscal nº 0816408-45.2016.4.05.8100 decorrente das Certidões de Dívida Ativa nº 30.2.16.001655-57 e nº 30.6.16.005596-00 está tramitando na 33ª Vara Federal da Seção Judiciária do Ceará e a execução nº 0000162-48.2014.4.05.8109 decorrente da Certidão de Dívida nº30.7.13.000097-00 está tramitando na 34ª Vara Federal da Seção Judiciária do Ceará. As execuções foram ajuizadas contra a Pelágio Oliveira S/A, empresa incorporada pela Companhia.

Na opinião de nossos advogados, as execuções apresentam risco de perda possível. Em 31 de dezembro de 2022, o valor total envolvido era de R$ 153,0 milhões.

Segue o detalhamento dos respectivos processos:

	PROCESSO Nº 0816616-29.2016.4.05.8100
Juízo	Justiça Federal do Ceará -JF/CE
Instância	20ª Vara da Seção Judiciária do Ceará
Data de instauração	27/12/2016
Partes no processo	Polo ativo: União Federal
	Polo Passivo: M. Dias Branco S.A. Ind. e Com.
Valores, bens ou direitos envolvidos	Valor Atualizado R$ 116.371.032,02
Principais fatos	Execução Fiscal promovida pela União contra a Companhia objetivando a cobrança de crédito tributário, no valor de R$ 97.533.355,66, decorrente das certidões de dívida ativa nº 30.6.10.002446-50; 30.6.10.002458-93; 30.6.10.002459-74; 30.6.10.002545-31; e 30.7.10.000523-08, que, por sua vez, tratam de compensações realizadas e não homologadas pela Receita Federal do Brasil, com crédito tributário proveniente de decisão judicial transitada em julgado na ação mandamental nº 0016984-67.1999.4.05.8100. Protocolada petição oferecendo bem em garantia do valor exigido, que aguarda apreciação. O presente feito está com tramitação suspensa em face do recebimento do REsp pelo TRF da 5 Região com efeito suspensivo (4058100.2456032) junto ao

4.4 Processos não sigilosos relevantes

	processo n.º 0014027-41.2002.4.05.0000 (AC 591100-CE), referente ao processo originário 0016984-67.1999.4058100 da 8ª Vara, bem como em face do efeito suspensivo pelo STJ no Agravo Interno ao REsp 1670405-CE (4058100.18076807).
A chance de perda é:	Possível
Análise do impacto em caso de perda do processo	Exclusivamente o pagamento do valor discutido, com impacto relevante na situação financeira e patrimonial da Companhia

	PROCESSO Nº 0000833-37.2015.4.05.8109
Juízo	Justiça Federal do Ceará -JF/CE
Instância	34ª Vara da Seção Judiciária do Ceará
Data de instauração	17/03/2015
Partes no processo	Polo ativo: União Federal
	Polo Passivo: M. Dias Branco S.A. Ind. e Com.
Valores, bens ou direitos envolvidos	Valor Atualizado: R$ 16.708.384,13
Principais fatos	Execução Fiscal ajuizada a partir das Certidões de Dívida Ativa nº 30.2.10.000756-89, nº 30.6.10.002413-91, nº 30.6.10.002454-60 e nº 30.6.10.002546-12, tendo como objetivo a cobrança da importância de R$ 14.356.783,08, referente às compensações de débitos de IRPJ realizadas com créditos decorrentes da decisão judicial transitada em julgado na ação judicial nº 0016984-67.1999.4.05.8100 (IPI). Realizada penhora nas contas da Companhia – BACENJUD no valor executado. A Companhia requereu a substituição dos valores bloqueados por bens imóveis, porém o pedido foi indeferido. Interposto Agravo de Instrumento autuado sob o nº 2017.8423.002544-5. Em 30/08/2017 foi proferido despacho na execução determinando o sobrestamento do feito até o julgamento do agravo de instrumento interposto. Em 18/07/2019 houve uma decisão que manteve os autos sobrestados até ulterior decisão definitiva prolatada no recurso especial nº REsp 1.670.405/CE, ou, da cassação do efeito suspensivo. Aguardando a reativação do processo e análise do mérito.
A chance de perda é:	Possível
Análise do impacto em caso de perda do processo	Exclusivamente o pagamento do valor discutido, com impacto relevante na situação financeira e patrimonial da Companhia

	PROCESSO Nº 0816408-45.2016.4.05.8100
Juízo	Justiça Federal do Ceará -JF/CE
Instância	33ª Vara da Seção Judiciária do Ceará
Data de instauração	21/12/2016
Partes no processo	Polo ativo: União Federal
	Polo Passivo: M. Dias Branco S.A. Ind. e Com.
Valores, bens ou direitos envolvidos	Valor Atualizado R$ 17.910.032,20
Principais fatos	Execução Fiscal promovida pela União contra a Companhia objetivando a cobrança de crédito tributário, no valor de R$ 15.075.504,93, decorrente das certidões de dívida ativa nº 30.2.16.001655-57 e 36.6.16.005596-00, que, por sua vez, tratam de compensações realizadas e não homologadas pela Receita Federal do Brasil, com crédito tributário proveniente de decisão judicial transitada em julgado na ação mandamental nº 0016984-67.1999.4.05.8100. Execução suspensa aguardando a decisão final da ação anulatória de débito fiscal nº 0803683-74.2016.4.05.0000 ajuizada pela Companhia em 05/06/2016. Oferecido imóvel como garantia da dívida. A ação anulatória foi julgada improcedente e foi interposto recurso de apelação o qual aguarda julgamento. A Companhia foi intimada para apresentar nova apólice de seguro em agosto de 2019. Foi oferecido seguro garantia em outubro de 2019. A Fazenda Nacional concordou com o seguro. Apresentado embargos à execução fiscal, que se encontra suspenso, aguardando o julgamento da ação anulatória de débito fiscal nº 0803683-74.2016.4.05.0000.
A chance de perda é:	Possível
Análise do impacto em caso de perda do processo	Exclusivamente o pagamento do valor discutido, com impacto relevante na situação financeira e patrimonial da Companhia

4.4 Processos não sigilosos relevantes

	PROCESSO Nº 0000162-48.2014.4.05.8109
Juízo	Justiça Federal do Ceará -JF/CE
Instância	34ª Vara da Seção Judiciária do Ceará
Data de instauração	21/10/2014
Partes no processo	Polo ativo: União Federal
	Polo Passivo: M. Dias Branco S.A. Ind. e Com.
Valores, bens ou direitos envolvidos	Valor Atualizado R$ 2.045.127,62
Principais fatos	Execução Fiscal promovida pela União contra a Companhia objetivando a cobrança de crédito tributário, no valor de R$ 1.583.479,83 decorrente das certidões de dívida ativa nº 30.7.13.000097-00, que, por sua vez, tratam de compensações realizadas e não homologadas pela Receita Federal do Brasil, com crédito tributário proveniente de decisão judicial transitada em julgado na ação mandamental nº 0016984-67.1999.4.05.8100. Realizada penhora nas contas da Companhia – BACENJUD no valor executado. A Companhia requereu a substituição dos valores bloqueados por bens imóveis, porém o pedido foi indeferido. Interposto Agravo de Instrumento autuado sob o nº 2017.8423.002541-0. Em 3/10/2017 foi proferido despacho na execução determinando o sobrestamento do feito até o julgamento do agravo de instrumento interposto. Em 25/11/2019 houve um despacho, informando o inteiro teor do acórdão proferido no referido agravo de instrumento. A execução foi suspensa até que haja o julgamento do Recurso Especial de nº. 1.670.405 pelo Superior Tribunal de Justiça. Após o julgamento do Recurso Especial, a execução será reativada e haverá a análise do mérito.
A chance de perda é:	Possível
Análise do impacto em caso de perda do processo	Exclusivamente o pagamento do valor discutido, com impacto relevante na situação financeira e patrimonial da Companhia

Exclusão ICMS na Base de Cálculo do PIS/COFINS

A Companhia em 31 de dezembro de 2022 reconheceu o montante de R$ 28.328 (R$ 39.336 em 31 de dezembro de 2021), atualizado pela Selic, crédito esse devido aos antigos sócios das empresas adquiridas/incorporadas que serão repassados líquidos das despesas com honorários de êxito e encargos tributários decorrente do registro da receita. Em 31 de dezembro de 2021, registrou o montante de R$ 85.929, atualizado pela Selic.

Restam, ainda, períodos pendentes de reconhecimento em razão de não ter sido possível localizar na integralidade a documentação física que suporte o levantamento ou em decorrência da inexistência de sistemas digitais específicos, principalmente em relação ao período anterior a 2004. Entretanto, a Companhia segue em busca de mecanismos alternativos para mensuração completa dos valores envolvidos. Abaixo, segue demonstrativo dos períodos pendentes de reconhecimento:

Empresa/ Nº Processo	Período do crédito pendente de reconhecimento
M. Dias Branco S.A Ind. e Com. de Alimentos / 2000.81.00.010313-1	1990 a 1999
NPAP Alimentos S.A./ 2007.83.00.014726-1	2002, 2010 a 2012
Moinho Santa Lúcia /0004326-93.2008.4.05.8100	2003 a 2007 e 2009
Pelágio Oliveira S.A /0011868-02.2007.4.05.8100	2002, 2004, 2012
Zabet S/A Indústria e Comércio	Em análise

Ressalte-se que os créditos decorrentes das ações ajuizadas pelas empresas incorporadas relativos aos períodos anteriores à data de aquisição, serão objeto de reembolso aos antigos sócios quando da utilização, por se constituírem parcela contingente do preço de aquisição. Portanto, estima-se que o impacto no resultado da Companhia, se aplicável, não será material, considerando, ainda, a baixa expectativa de levantamento de documentação suporte para habilitação do crédito.

Por fim, a Companhia informa que seguirá com a apuração e reconhecimento na medida em que for mensurando os demais períodos envolvidos.

4.4 Processos não sigilosos relevantes

Cível

Processo Administrativo n.º 08012.009957/2008-50	
Juízo	Superintendência Geral do CADE
Instância	1ª administrativa
Data de instauração	Outubro/2008
Partes no processo	Pólo ativo: Conselho Administrativo de Defesa Econômica – CADE
	Pólo Passivo: M. Dias Branco S.A. Ind. e Com. e outros
Valores, bens ou direitos envolvidos	Processo administrativo instaurado pela Superintendência Geral do CADE para apuração de suposto cartel no "mercado de farinha de trigo nas regiões Norte e Nordeste Brasileira.
Principais fatos	Em 12 de novembro de 2008, Secretaria de Direito Econômico instaura Averiguação Preliminar, após receber denúncia realizada ao Ministério Público Federal. Em 09 de abril de 2013, CADE propôs busca e apreensão contra M. DIAS BRANCO, e outras empresas moageiras. Em 07 de janeiro de 2014, a Superintendência suspendeu o andamento da averiguação preliminar, em razão de liminar obtida pela M Dias Branco impedindo acesso do CADE aos documentos apreendidos. Em 04 de dezembro de 2015, o andamento da investigação foi retomado. Em 22 de janeiro de 2016, a Superintendência instaurou o processo administrativo. Entre dezembro de 2016 e janeiro de 2017, os Representados apresentaram sua defesa. Em 10 de fevereiro de 2017 foi editada Nota Técnica de Saneamento, que rejeitou as questões preliminares. Em 24 de fevereiro de 2017 foram protocolados pedidos de reconsideração pelos representados. Em dezembro de 2019, foi exarado parecer pelo MPF, opinando pela condenação da companhia. Atualmente, o processo encontra-se suspenso por força de decisão do Superior Tribunal de Justiça até que ocorra novo julgamento pela corte competente.
A chance de perda é:	Possível
Análise do impacto em caso de perda do processo	Nada obstante a instauração do processo administrativo pelo Superintendência-Geral do Conselho Administrativo de Defesa Econômica, (a) eventual aplicação de qualquer penalidade ainda depende de investigação e demonstração de infração; e (b) a aplicação de qualquer penalidade pode ser questionada judicialmente.

Auto de Infração n.º 9078653 (Processo Administrativo)	
Juízo	Diretor(a) de proteção ambiental do IBAMA em fortaleza/CE.
Instância	1ª administrativa
Data de instauração	24/04/2015
Partes no processo	Polo ativo: Instituto brasileiro do meio ambiente e dos recursos naturais renováveis - IBAMA
	Polo Passivo: M. Dias Branco S.A. Ind. e Com. – GME
Valores, bens ou direitos envolvidos	Aplicação de multa no valor R$ 1.005.000,00 (um milhão e cinco mil reais).
Principais fatos	A Companhia foi autuada pelo IBAMA, por, no dia 07 de abril de 2015, por ocasião de um incidente na tubulação de transferência de gordura vegetal, ter lançado este produto no mar, vindo o mesmo a alcançar a região da praia e do beach rock mais próximos ao local do acidente (Região do Mucuripe, Fortaleza/CE). O órgão fundamentou a aplicação da multa em parecer técnico, no qual afirma ser possível que o derramamento de gordura vegetal tenha interferido na biota do local, bem como tenha causado prejuízos socioeconômicos na região. A companhia apresentou defesa, tempestivamente, afirmando que o produto não era capaz de causar danos à biota, bem como demonstrando que não houve impacto socioeconômico na região. Questionamos, ainda, a composição do valor da multa, o qual desconsiderou aspectos legais. Atualmente, aguardamos a decisão da primeira instância administrativa.
A chance de perda é:	Possível
Análise do impacto em caso de perda do processo	Tendo como base os elementos decorrentes da dilação probatória, considera-se possível o risco de manutenção da multa aplicada.

4.4 Processos não sigilosos relevantes

Trabalhista

As principais matérias discutidas nos processos provisionados são: hora extra e seus reflexos, acidente de trabalho e doença ocupacional, responsabilidade subsidiária, adicional de insalubridade ou periculosidade, reconhecimento de vínculo empregatício, comissões sobre vendas, equiparação salarial, desvio ou acúmulo de função, indenização por dano material dentre outras matérias.

a. valores envolvidos

Provisão de Processos Trabalhistas Divididos por Causas Semelhantes	
Horas extras e reflexos	39.541.906,88
Adicional de insalubridade ou periculosidade	6.530.384,22
Responsabilidade subsidiária	6.477.016,22
Acidente de trabalho e doença ocupacional	5.552.721,70
Reconhecimento de vínculo empregatício	1.424.555,33
Comissões sobre vendas	1.082.380,33
Equiparação salarial, desvio ou acúmulo de função	583.444,21
Outras matérias não especificadas	52.287.792,33

A companhia provisiona a totalidade dos valores discutidos desses processos.

b. prática do emissor ou de sua controlada que causou tal contingência

Horas extras e reflexos
A Companhia figura como ré em diversos processos tendo como objeto o pleito de horas extraordinárias de trabalho supostamente pagas de forma indevida pela Companhia, em especial por ex-colaboradores que realizavam serviços fora das instalações da Companhia, tais como vendedores e promotores de vendas externos. É comum no judiciário trabalhista que ex-empregados, com o testemunho de outros ex-empregados, sustentem várias acusações contra as empresas, sem que as mesmas correspondam necessariamente à verdade. A Companhia tem por prática pagar horas extras dentro das regras legais, inclusive adotando controle de ponto eletrônico para os empregados que exercem as atividades internamente, não havendo práticas específicas da Companhia que sejam causa dessas contingências. Para este tipo de matéria, a Companhia provisiona o valor de aproximadamente R$ 39,5 milhões.

Adicional de insalubridade ou periculosidade
A Companhia figura como ré em diversos processos tendo como objeto o pleito de adicional de insalubridade ou de periculosidade, que seriam decorrentes da realização de atividades supostamente insalubres ou perigosas, respectivamente. Para a legislação trabalhista, consideram-se atividades ou operações insalubres aquelas que, por sua natureza, condições ou métodos de trabalho, exponham os empregados a agentes nocivos à saúde, acima dos limites de tolerância fixados em razão da natureza e da intensidade do agente e do tempo de exposição aos seus efeitos. Consideram-se atividades ou operações perigosas, na forma da regulamentação aprovada pelo Ministério do Trabalho, aquelas que, por sua natureza ou métodos de trabalho, impliquem o contato permanente com inflamáveis ou explosivos em condições de risco acentuado. A Companhia tem a prática de adotar todas as medidas de segurança do trabalho e para garantir um meio ambiente de trabalho sadio, não tendo sido identificado nenhum procedimento ou comportamento determinado da gestão da Companhia que possa ser associado como causa dessas contingências. Para este tipo de matéria na esfera trabalhista, a Companhia provisiona o valor de aproximadamente R$ 6,5 milhões.

4.4 Processos não sigilosos relevantes

Responsabilidade subsidiária
A Companhia figura como ré em diversos processos que tratam de questões de responsabilidade subsidiária da Companhia. A responsabilidade subsidiária trabalhista representa o estabelecimento de um traço de responsabilidade do tomador de serviços em relação ao trabalhador empregado da empresa prestadora de serviços, a efetiva empregadora. Pela responsabilidade subsidiária trabalhista atribui-se ao tomador de serviços a condição de garantidor do adimplemento dos créditos trabalhistas devidos pela empresa prestadora de serviços ao empregado, quando esta última não os honra. Tais contingências tiveram origem no fato de os controles internos adotados no passado pela Companhia não terem sido plenamente suficientes para acompanhar cuidadosamente a documentação das empresas contratadas que comprovam os pagamentos destas aos seus empregados. Para este tipo de matéria, a Companhia provisiona o valor de aproximadamente R$ 6,4 milhões.

Reconhecimento de vínculo empregatício
A Companhia figura como ré em diversos processos tendo como objeto o reconhecimento de vínculo empregatício de empregados de empresas contratadas pela Companhia, em especial representantes comerciais, bem como de trabalhadores autônomos. Tais processos tiveram origem no fato de a Companhia não ter adotado, no passado, os cuidados necessários para a não configuração do vínculo empregatício destes terceiros e autônomos para com ela (principalmente a mais clara caracterização da subordinação direta do colaborador a empresa contratada, e não à Companhia, no caso das empresas terceirizadas). Para este tipo de matéria, a Companhia provisiona o valor de aproximadamente R$ 1,4 milhões.

Comissões sobre vendas
A Companhia figura como ré em alguns processos trabalhistas em que ex-colaboradores, especialmente aqueles que exerciam funções de vendedores, alegam ter direito a diferenças de comissões sobre vendas realizadas e supostamente não pagas pela Companhia. Para este tipo de matéria, a Companhia provisiona o valor de aproximadamente R$ 1 milhão

Equiparação salarial, acúmulo ou desvio de função
A Companhia figura como ré em processos que tratam de equiparação salarial, acúmulo ou desvio de função. A equiparação salarial é requerida quando o reclamante e o colaborador cujo salário será considerado como paradigma para equiparação exercem as mesmas funções, com igual produtividade e perfeição técnica, e a diferença de tempo no exercício da função é inferior a dois anos. O acúmulo de função ocorre quando o empregado, além das atividades habituais de seu cargo, passa a assumir responsabilidades parciais ou integrais de outro cargo existente nos quadros da empresa. No acúmulo, o empregado já exerce uma função com tarefas específicas, e a partir de determinado momento, ou até mesmo pela ocorrência de evento específico, como redução de quadro, começa a receber responsabilidades extras de outro cargo específico. Por sua vez, o desvio de função caracteriza-se quando o trabalhador exerce atividades que correspondem a um outro cargo, diferente ao que foi pactuado, contratualmente, e de forma habitual, ou seja, ocorre quando ele é contratado para exercer determinada função e acaba por realizar atividades de outra. A Companhia tem a prática de observar estritamente a legislação trabalhista, não tendo sido identificado nenhum procedimento ou comportamento da gestão da Companhia que possa ser associado como causa dessas contingências. Para este tipo de matéria, a Companhia provisiona o valor de aproximadamente R$ 583 mil.

Outras matérias não especificadas
A Companhia figura como ré em processos trabalhistas que têm como objeto de discussão, além das causas acima mencionadas, diversas outras, tais como falta de pagamento de diárias para viagens a trabalho (pagamento de estadia e alimentação durante as viagens a trabalho), domingos e feriados em dobro (suposta não concessão, pela Companhia, do descanso semanal remunerado previsto na legislação trabalhista, o que geraria a obrigação de o empregador realizar o pagamento do valor correspondente em dobro), diferenças salariais, honorários advocatícios, um terço de férias, dentre

4.4 Processos não sigilosos relevantes

outras. A Companhia tem a prática de observar estritamente a legislação trabalhista, não tendo sido identificado nenhum procedimento ou prática da gestão da Companhia que possa ser associado como causa dessas contingências. Para este tipo de matéria, a Companhia provisiona o valor de aproximadamente R$ 52 milhões, sendo 5,2 milhões relativos à combinação de negócio-Piraquê.

Tributário
Em 31 de dezembro de 2019, a Companhia não possuía processos judiciais, administrativos e arbitrais repetitivos ou conexos de natureza tributária, baseados em fatos e causas jurídicas semelhantes, que não estejam sob sigilo e que em conjunto sejam relevantes, além dos processos judiciais ou administrativos já mencionados.

Cível
As principais matérias discutidas nos processos cíveis provisionados são alegações de descumprimento contratual, alegações de cobranças e inclusões em cadastro de inadimplentes realizadas de forma indevida, indenizações por danos decorrentes de acidentes de trânsito, alegações de presença de corpos estranhos em produtos, dentre outras

a. valores envolvidos

Provisão de Processos Cíveis Divididos por Causas Semelhantes	
Descumprimento contratual / indenização por rescisão de contratos de representação ou de distribuição	1.198.103,77
Acidentes de trânsito	505.417,01
Corpo estranho em produtos	294.741,31
Cobrança indevida / protesto indevido	144.814,10
Outras matérias não especificadas	11.799.597,02

A companhia provisiona a totalidade dos valores discutidos desses processos.

b. prática do emissor ou de sua controlada que causou tal contingência

Descumprimento Contratual / Indenização por Rescisão de Contratos de Representação ou de Distribuição
A Companhia figura como ré em alguns processos tendo como objeto a alegação de descumprimento contratual por parte da Companhia, em relação a obrigações contratualmente previstas, especialmente em contratos de prestação de serviços e de representação ou de distribuição comercial, tais como o descumprimento de regras de exclusividade no território de atuação, vendas diretas realizadas pela Companhia, dentre outras questões. Para este tipo de matéria, a Companhia provisiona o valor de aproximadamente R$ 1,1 milhão.

Acidentes de Trânsito
A Companhia figura como ré em alguns processos cíveis tendo como objeto requerimento de indenização por danos morais, estéticos e materiais em decorrência de acidentes de trânsito que teriam sido causados por prepostos da Companhia. Para este tipo de matéria, a Companhia provisiona o valor aproximado de R$ 505 mil.

Corpo estranho em produtos
A Companhia figura como ré em processos cíveis em que consumidores alegam ter encontrado corpos estranhos em produtos industrializados e comercializados pela Companhia, especialmente insetos e objetos metálicos, o que lhes teriam causado danos de ordem moral e material. Para este tipo de matéria, a Companhia provisiona o valor de aproximadamente R$ 294mil.

4.4 Processos não sigilosos relevantes

Cobrança Indevida / Protesto Indevido
A Companhia figura como ré em processos cíveis que discutem danos decorrentes de cobranças e protestos realizados pela Companhia de forma supostamente indevida. Grande parte destas reclamações teve origem quando da mudança do sistema operacional realizada pela Companhia. Para este tipo de matéria, a Companhia provisiona o valor de aproximadamente R$ 144mil.

Outras matérias não especificadas
A Companhia figura como ré em processos cíveis que têm como objeto de discussão, além das causas acima mencionadas, outras pontuais, tais como discussões sobre marcas e patentes, cobranças de valores supostamente não pagos, informações ao consumidor dentre outras. A Companhia tem a prática de observar estritamente a legislação pátria, não tendo sido identificado nenhum procedimento ou prática da gestão da Companhia que possa ser associado como causa dessas contingências. Para este tipo de matéria, a Companhia provisiona o valor de aproximadamente R$ 11,7 milhões.

Em relação aos processos acima, o valor total provisionado foi de R$ 113,4 milhões de processos de natureza trabalhista e R$13,9 milhões relacionados a processos de natureza cível.

4.5 Valor total provisionado dos processos não sigilosos relevantes

Em 31 de dezembro de 2022, a Companhia mantinha provisão para perdas prováveis em processos judiciais e administrativos de natureza trabalhista e cível no montante aproximado de R$ 127,4 milhões, e em virtude da combinação de negócios com a Piraquê, há provisões nos processos trabalhistas e cíveis com riscos de perdas possível e remota, no valor de R$ 5,3 milhões. Com relação aos processos tributários, a Companhia mantinha provisão para perdas prováveis em R$ 83,1 milhões mais R$ 19,7 milhões referente aos honorários advocatícios de êxito.

4.6 Processos sigilosos relevantes

Em 31 de dezembro de 2022, a Companhia não era parte em nenhum processo sigiloso. Todos os processos relevantes foram descritos na seção 4.4 acima.

4.7 Outras contingências relevantes

Todas as contingências relevantes, referentes ao exercício de 2022, que a Companhia é parte, foram descritas nos itens 4.4 a 4.6 acima.

5.1 Descrição do gerenciamento de riscos e riscos de mercado

a. se o emissor possui uma política formalizada de gerenciamento de riscos, destacando, em caso afirmativo, o órgão que a aprovou e a data de sua aprovação, e, em caso negativo, as razões pelas quais o emissor não adotou uma política

A Companhia possui política de gerenciamento de riscos formalizada, a qual foi revisada pelo Comitê de Auditoria e aprovada pelo Conselho de Administração em 08/11/2019.

Adicionalmente à Política de Gestão de Riscos, a Companhia possui Política de Hedge formalizada, a qual foi atualizada e revisada pelo Comitê de Auditoria e aprovada pelo Conselho de Administração em 08/10/2021. Tal documento, estabelece as principais diretrizes para monitoramento do risco de mercado frente a variação da taxa de câmbio e preço das *commodities*.

Contribuindo para a formalização e execução do monitoramento e gerenciamento de riscos, em 09/05/2022 foi e revisada pelo Comitê de Auditoria e aprovada pelo Conselho de Administração a política de Continuidade de Negócios, na qual formaliza as diretrizes, papeis e responsabilidades no caso de materialização dos riscos de continuidade ou crises.

b. os objetivos e estratégias da política de gerenciamento de riscos, quando houver, incluindo:

O objetivo da política de gerenciamento de riscos é estabelecer definições, diretrizes, critérios de avaliação, apetite a risco e responsabilidade sobre o processo de gerenciamento de riscos corporativos, a fim de assegurar que:

- Os riscos inerentes às atividades da Companhia sejam identificados, avaliados e minimizados em um nível aceitável face à sua perpetuação;
- A estrutura de controles internos seja continuamente revisada, considerando os riscos identificados, minimizando os custos associados a riscos não controlados e/ou atividades de controle desnecessárias;
- Sejam identificadas as operações com potenciais conflitos de interesse e os Riscos associados sejam minimizados a partir da implementação de medidas para segregação de funções e/ou monitoramento das atividades;
- Todos os colaboradores compreendam claramente os objetivos da gestão de riscos e os papéis, as funções e as responsabilidades atribuídas aos diversos níveis da Companhia;
- A Companhia atenda os critérios regulamentares vigentes; e
- Os objetivos estratégicos da Companhia sejam plenamente atendidos.

A estratégia da política de gerenciamento de riscos concentra-se basicamente na redução das incertezas que poderiam afetar o retorno aos acionistas e o valor econômico da Companhia no longo prazo.

i. os riscos para os quais se busca proteção

A Companhia possui uma estrutura de controles internos que é continuamente revisada e um sistema que auxilia nessa gestão. Nesse sentido, a partir da avaliação quantitativa e qualitativa de mensuração dos riscos, busca-se proteção para aqueles que representam maior potencial de afetar de maneira adversa os resultados do negócio. As avaliações e as respostas de todos os Riscos devem ser levadas pela Vice-Presidência Jurídica, de Governança, Riscos e Compliance, com supervisão do Comitê de Auditoria, para discussão com as alçadas hierárquicas conforme definido na política de gerenciamento de riscos. A eventual aceitação de riscos também deve respeitar a mesma governança. Os riscos extremos deverão ser reportados pelo Comitê de Auditoria ao Conselho de Administração de forma tempestiva, à medida de sua identificação. Tais riscos também deverão ser incluídos no relatório anual do Comitê de Auditoria.

5.1 Descrição do gerenciamento de riscos e riscos de mercado

A política de gerenciamento de riscos classifica os principais riscos em: estratégicos, operacionais, de reporte, de Compliance, cibernéticos, proteção de dados, de mercado e socioambientais.

Em relação aos riscos de mercado, a Companhia busca proteção quanto ao risco de variação do Índice de Preços para o Consumidor Amplo (IPCA) decorrentes da emissão de debêntures, da taxa de câmbio sobre os passivos atrelados a moedas estrangeiras, principalmente do Dólar, bem como, proteção quanto ao risco de variação dos preços das matérias-primas e insumos utilizados no processo produtivo, ambos decorrentes em grande parte da importação de trigo em grão e óleo vegetal de palma, além do açúcar.

ii. os instrumentos utilizados para proteção

Os instrumentos adotados pela Companhia consistem no aprimoramento contínuo do ambiente de controles internos devidamente monitorado, testado e atualizado, objetivando endereçar a cada risco identificado pelo menos um controle interno capaz de mitigá-lo.

Outros instrumentos consideram a transferência dos riscos por meio da contratação de seguros. A cobertura leva em consideração o cálculo do impacto, controles internos e coberturas existentes para os riscos reportados.

A Companhia utiliza *software* GRC (Governance, Risk and Compliance) para gestão eletrônica das matrizes de riscos e controles internos, rotinas de testes de auditoria interna e monitoramento dos planos de ação corretivos.

A Companhia mantém instrumentos financeiros derivativos de *swap* para proteger suas exposições ao risco de variação de moeda estrangeira, taxa de juros nos contratos de financiamento e capital de giro, e taxa de inflação (IPCA). Além disso, possui contratos a termo de moeda e contratos a termo, futuro e opções de *commodities*, com o objetivo exclusivo de proteção ao risco de variação cambial nas operações de aquisição de insumos.

O hedge de proteção quanto à variação cambial é feito em operações tradicionais de troca de indexadores (operação de *swap*) para os financiamentos de importações de insumos e capital de giro, além de operações de compra de moeda a termo (NDF – *Non Deliverable Forward*) para proteção da variação cambial na aquisição de insumos.

O hedge de proteção quanto à variação do preço das *commodities* é feito em operações de opções de *commodities* e contratos futuros.

O hedge de proteção quanto à variação da taxa de inflação (IPCA) é feito em operações de troca de indexadores (operações de *swap*) de IPCA por CDI.

iii. a estrutura organizacional de gerenciamento de riscos

A Companhia possui a Vice-Presidência Jurídica, de Governança, Riscos e Compliance, com gerências específicas para área de Riscos, Jurídica e Compliance, e com reporte direto à Presidência, bem como, possui uma Gerência de Auditoria Interna, com reporte funcional ao Comitê de Auditoria e administrativo à Vice-Presidência Jurídica, de Governança, Riscos e Compliance. O Comitê de Auditoria, por sua vez, é um órgão não estatutário de assessoramento ao Conselho de Administração (Conselho) da M. Dias Branco S.A. (Companhia) composto no período por quatro membros independentes, sendo um deles também membro independente do Conselho. A responsabilidade do Comitê está alinhada com as instruções CVM 509 e 552, abrangendo atividades de suporte ao Conselho em temas como:

5.1 Descrição do gerenciamento de riscos e riscos de mercado

- qualidade e integridade das informações financeiras reportadas ao Conselho, acionistas, mercado e partes interessadas;
- eficiência e eficácia do processo de gestão de riscos e dos sistemas de controles internos;
- contratação, direcionamento, revisão e avaliação das atividades da Vice-Presidência Jurídica, de Governança, Riscos e Compliance, e da Auditoria Independente;
- aderência a exigências legais de reporte financeiro, tributário e contábil;
- avaliação e monitoramento do cumprimento pela Administração da Companhia (Administração) das recomendações feitas em Relatórios de Auditoria e pelos órgãos regulatórios;
- monitoramento de conflitos de interesse em potencial e à observância do código de ética da Companhia;
- incentivo, desenvolvimento e sustentabilidade de boas práticas de governança corporativa.

Neste sentido, o Comitê realiza reuniões ordinárias, nas quais emite opiniões e recomendações à Administração e ao Conselho por meio da formalização e envio de atas.

A Companhia possui Política de Hedge, definindo os papéis e responsabilidades para o gerenciamento de risco de mercado, bem como destacando os agentes envolvidos. Segue abaixo resumo das principais atribuições contidas na Política:

- Comitê de Hedge:

  - Propor e revisar a Política de Hedge;
  - Aprovar os Planejamentos Estratégicos de Precificação;
  - Propor e revisar o Apetite a Riscos em relação as exposições de câmbio, commodities e dívida;
  - Definir e monitorar os indicadores de desempenho para gestão de risco de mercado; e
  - Patrocinar e disseminar a cultura de gestão de riscos de mercado na Companhia.

- Gerência de Suprimentos:

  - Através da Política de Suprimentos, determinar quais as categorias de insumos que serão objeto de análise do Comitê de Hedge;
  - Elaborar e recomendar o Planejamento Estratégico de Precificação das Commodities para cada categoria de insumo objeto de análise do Comitê;
  - Sugerir o Apetite ao risco em relação a operações de commodities;
  - Documentar o processo operacional de negociação das operações de Commodities;
  - Elaborar, executar e formalizar os Controles Internos dos PEPs, negociações com fornecedores e exposição total da Companhia em Commodities; e
  - Executar (contratar) as operações de Commodities diretamente com fornecedor, em reais ou moeda estrangeira, seguindo as diretrizes aprovadas pelo Comitê de Hedge.

- Gerência de Investimentos:

  - Executar (contratar) as operações de Hedge (Moeda Estrangeira e Commodities), seguindo as diretrizes aprovadas pelo Comitê de Hedge;
  - Apoiar na elaboração do Planejamento Estratégico de precificação de moedas estrangeiras e dívidas;
  - Sugerir o Apetite ao risco em relação às operações cambiais e de dívida; e
  - Elaborar, executar, e formalizar os Controles Internos nas operações de Câmbio, derivativos e exposição total da Companhia.

5.1 Descrição do gerenciamento de riscos e riscos de mercado

- Gerência de Riscos:

  - Supervisionar o processo de gestão de Risco de Mercado, reportando ao Comitê de Hedge os eventuais desvios e exceções à Política de Hedge;
  - Assessorar o Comitê de Hedge, exercendo a secretaria e sendo responsável pelos registros das reuniões, formalizando as decisões e monitorando seu adequado cumprimento; e
  - Apoiar a Companhia na disseminação da cultura de gestão de riscos de mercado.

Além disso, a Companhia possui também a Política de continuidade, definindo os papéis e responsabilidades para o gerenciamento de risco de continuidade e crises, bem como destacando os agentes envolvidos. Segue abaixo resumo das principais atribuições contidas na Política:

- Comitê ESG

  - Zelar e disseminar o comprometimento da Companhia por uma gestão pautada pelos pilares de governança corporativa, preservação ambiental, sustentabilidade e ética empresarial, incluindo, mas não se limitando a gestão de riscos corporativos e continuidade de negócio.
  - Promover, acompanhar e assegurar a adoção das melhores práticas de governança corporativa, preservação ambiental e sustentabilidade, bem como coordenar o processo de implementação e manutenção de tais práticas na Companhia, inclusive nos processos de continuidade de negócio, propondo alterações, atualizações e melhorias quando necessário

- Gerência de Riscos

  - Estabelecer a estrutura de gestão de continuidade de negócios da Companhia, bem como coordenar, auxiliar e monitorar sua implementação.
  - Estabelecer o Processo de Gestão de Continuidade de Negócios, bem como coordenar, auxiliar e monitorar sua implementação.

- Diretoria de Gente, Gestão e Sustentabilidade

  - Elaborar e implementar o plano periódico de comunicação.
  - Elaborar e implementar o plano periódico de treinamento.

- Comitê de Continuidade de Negócios

  - O Comitê de Continuidade de Negócios é responsável pela liderança das medidas de resposta e tomada de decisão relacionadas no Plano de Continuidade de Negócios (PCN) e nos Planos de Continuidade Operacionais (PCOs) durante um período de interrupção, bem como a análise de viabilidade operacional e financeira. Suas atribuições e seus membros serão definidos em Regimento Interno do Comitê, a ser aprovado pela Diretoria Estatutária.

- Comitê de Gestão de Imagem

  - O Comitê de Gestão de Imagem é responsável pela liderança das medidas de resposta e tomada de decisão durante uma crise. As suas responsabilidades e membros estão detalhadas no Regimento Interno do Comitê.

5.1 Descrição do gerenciamento de riscos e riscos de mercado

- Equipe de Recuperação de Desastres

  - A Equipe de Resposta à Emergência é responsável pela liderança e execução das atividades de resposta e recuperação de sistemas e equipamentos em casos de indisponibilidade de sistemas e equipamentos críticos. As suas responsabilidades e membros estão definidos no Plano de Recuperação de Desastres (PRD).

c. a adequação da estrutura operacional e de controles internos para verificação da efetividade da política adotada

A Companhia, na busca do contínuo aprimoramento de sua estrutura de governança, risco e controle, adota como referencial as orientações das principais entidades nestas áreas, como o COSO (Committee of Sponsoring Organizations of the Treadway Commission), o IIA (Institute of Internal Audit) e o IBGC (Instituto Brasileiro de Governança Corporativa), assim como as normas emanadas da CVM e B3.

Em paralelo à gestão da Companhia, anualmente o Comitê de Auditoria avalia a adequação da estrutura operacional de governança, aprovando recursos orçamentários considerados suficientes para o adequado funcionamento do próprio Comitê e da Auditoria Interna, bem como, revisar e monitorar o funcionamento e recursos necessários para Vice-Presidência Jurídica, de Governança, Riscos, Compliance.

Faz parte das atribuições do Comitê de Auditoria monitorar a devida disciplina na execução e implantação dos planos de ação corretivos originados nos trabalhos das áreas de governança da Companhia, incluindo aqueles advindos do Auditor Independente e de outros prestadores de serviços relacionados a melhorias do ambiente de controles internos. A posição destes planos de ação é também monitorada mensalmente pela Diretoria Estatutária e Comitê Executivo.

5.2 Descrição dos controles internos

a. as principais práticas de controles internos e o grau de eficiência de tais controles, indicando eventuais imperfeições e as providências adotadas para corrigi-las

Assim como para o gerenciamento de riscos, também no que tange o sistema de controles internos, a Companhia, na busca do contínuo aprimoramento de sua estrutura de governança, risco e controle, adota como referencial as orientações das principais entidades nestas áreas, como o COSO (Committee of Sponsoring Organizations of the Treadway Commission), o IIA (Institute of Internal Auditors) e o IBGC (Instituto Brasileiro de Governança Corporativa).

A Companhia utiliza software GRC (Governance, Risk and Compliance) para gestão eletrônica das matrizes de riscos e controles internos, rotinas de testes de auditoria interna, gestão dos comunicados recebidos pelo Canal Ético e monitoramento dos planos de ação corretivos. Nesta ferramenta de gestão, os controles são especificados de acordo com critérios previamente definidos pela Companhia. Tais critérios levam em consideração o tipo de controle, a forma de execução, sua relevância no contexto organizacional, a frequência de execução, se o controle possui impacto nas demonstrações financeiras e a qual classe o controle pertence.

De acordo com o planejamento anual da Vice-Presidência Jurídica, de Governança, Riscos e Compliance, e da Auditoria Interna, o ambiente de controle é avaliado em duas perspectivas: se o desenho do controle interno atende às expectativas da Companhia; e se os controles operam de acordo com os critérios previamente definidos e mitigam os riscos correspondentes.

Em relação aos controles para assegurar a elaboração das demonstrações financeiras de forma confiável, além dos aspectos já mencionados, as atividades realizadas pelos colaboradores, são dirigidas por procedimentos operacionais, macrofluxos e demais documentos normativos aprovados e divulgados em canais acessíveis aos colaboradores. O ambiente de controles internos observa os princípios de segregação de função, sendo a concessão de acessos aos usuários do sistema integrado de informações (ERP) subordinada a um processo de avaliação e aprovação. Além disso, a Companhia definiu fluxos de trabalhos que respeitam os limites de alçadas necessários para registro de informações, revisões e aprovações das atividades realizadas pelos os usuários envolvidos na elaboração das demonstrações financeiras. Por fim, foram definidas rotinas de conciliação para assegurar a integridade e o registro acurado das informações financeiras no sistema da Companhia. Assim, a Companhia acredita que o grau de eficiência dos controles internos adotados para assegurar a elaboração das demonstrações financeiras é satisfatório, mesmo considerando possíveis limitações de tais controles para prevenir ou detectar erros.

b. as estruturas organizacionais envolvidas

Cada área da Companhia possui responsabilidade pelo desenho e operação de procedimentos e controles de suas atividades, entretanto a Auditoria Interna é responsável pela avaliação do ambiente de controles internos da Companhia.

No que concerne à elaboração das demonstrações financeiras, a Gerência de Controladoria Societária é a área responsável por sua elaboração e conta com envolvimento das áreas de Planejamento e Contencioso Tributário, Jurídica e Financeira, a partir do fornecimento de informações através dos sistemas HFM – Hyperion Financial Management e CDM – Cognos Disclosure Management, ferramentas que permitem um maior acompanhamento e controle do processo de divulgação das informações.

5.2 Descrição dos controles internos

c. se e como a eficiência dos controles internos é supervisionada pela administração do emissor, indicando o cargo das pessoas responsáveis pelo referido acompanhamento

É de responsabilidade de cada Gestor e Diretor da Companhia instituir os controles internos de sua área, entretanto é de responsabilidade da Gerência de Riscos avaliar e manter atualizados na ferramenta GRC da Companhia os controles internos frente aos processos definidos no planejamento anual da Vice-Presidência, Jurídica, de Governança, Riscos e *Compliance*, e da Auditoria Interna. Periodicamente, a Auditoria Interna realiza avaliações dos controles internos da Companhia de forma independente. Os resultados destas avaliações são apresentados aos gestores e diretores de cada área, os quais possuem a responsabilidade sobre o tratamento das deficiências, e são reportados para acompanhamento pela Administração e Comitê de Auditoria.

d. deficiências e recomendações sobre os controles internos presentes no relatório circunstanciado, preparado e encaminhado ao emissor pelo auditor independente, nos termos da regulamentação emitida pela CVM que trata do registro e do exercício da atividade de auditoria independente

Um dos procedimentos adotados pelo Auditor Independente em seu exame das demonstrações financeiras é o entendimento do ambiente de controles internos da Companhia, para avaliação de riscos de distorções relevantes nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por eventual fraude ou por erro. Nesta avaliação, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e apresentação das demonstrações financeiras, classificando-os como “deficiências significativas” ou “outras deficiências”, com o objetivo de planejar os procedimentos de auditoria que sejam apropriados nas circunstâncias. Em 2022, o Auditor Independente não relatou nenhuma deficiência significativa.

e. comentários dos diretores sobre as deficiências apontadas no relatório circunstanciado preparado pelo auditor independente e sobre as medidas corretivas adotadas

Não se aplica.

5.3 Programa de integridade

a. se o emissor possui regras, políticas, procedimentos ou práticas voltadas para a prevenção, detecção e remediação de desvios, fraudes, irregularidades e atos ilícitos praticados contra a administração pública, identificando, em caso positivo:

i. os principais mecanismos e procedimentos de integridade adotados e sua adequação ao perfil e riscos identificados pelo emissor, informando com que frequência os riscos são reavaliados e as políticas, procedimentos e as práticas são adaptadas

A M. Dias Branco busca contribuir com a redução substancial da corrupção e do suborno em todas as suas formas, promovendo um mercado mais competitivo, sustentável e íntegro. Somos participantes do Pacto Global da ONU e do Pacto Empresarial pela Integridade e Contra a Corrupção, no qual, em 2022, atingimos uma nota acima da média geral das empresas signatárias, tendo uma evolução no autodiagnóstico divulgado pelo Instituto Ethos em relação ao ciclo anterior.

Em relação aos procedimentos de integridade, adotamos, dentre outros, os seguintes normativos: Política Anticorrupção; Política de Brindes, Presentes, Entretenimentos e Hospitalidades; Política de Doações e Patrocínios; Protocolo de Investigação Interna e Funcionamento do Canal Ético; Política de Consequências; Política de Transações com Partes Relacionadas e Demais Situações Envolvendo Conflito de Interesses, estes normativos tiveram a sua revisão aprovada pelo Conselho de Administração no início de 2023. As demais políticas, tais como, Código de Ética; Código de Conduta de Fornecedores; Política de Gerenciamento de Riscos; Política de Compras e Suprimentos; Política de Boas Práticas Concorrenciais poderão ser revisados pelo Conselho de Administração da Companhia, a qualquer tempo, especialmente para mantê-los constantemente atualizados com as melhores práticas de governança corporativa. Essas políticas ficam disponíveis para consulta na plataforma de comunicação interna e no site de Relações com Investidores.

Adotamos uma política de gerenciamento de riscos, cujo objetivo é apoiar a Companhia no atendimento de seus objetivos estratégicos, além de estabelecer definições, diretrizes, critérios de avaliação de forma a assegurar que os principais riscos de negócio sejam identificados, avaliados e minimizados. Dessa forma, contribuímos para a redução de perdas operacionais, ganhos de eficiência e com o gerenciamento e continuidade do negócio em cenários adversos. Também contamos com uma estrutura de controles internos, que é continuamente revisada, e com um sistema que auxilia nessa gestão. Anualmente, as matrizes de riscos, bem como a proposta do apetite e tolerância a risco da Companhia são revisadas pelo Comitê de Auditoria.

Essa política classifica os principais riscos em: estratégicos, operacionais, de reporte, de *compliance*, cibernéticos, proteção de dados, de mercado e socioambientais. Nesse sentido, a partir da avaliação quantitativa e qualitativa de mensuração dos riscos, busca-se proteção para aqueles que representam potencial de afetar de maneira adversa os resultados do negócio.

Realizamos o monitoramento de todas as unidades da Companhia, especialmente em processos mais expostos aos riscos de corrupção e lavagem de dinheiro, também efetuamos checagens reputacionais de parceiros de negócio, incluindo fornecedores, clientes, beneficiários de doações e patrocínios, baseadas em fontes públicas de dados.

Monitoramos, ainda, situações envolvendo conflito de interesses, por meio da avaliação de transações com partes relacionadas e de consulta aos gestores da Companhia, com o intuito de identificar e tratar possíveis conflitos, que quando identificados são comunicados ao mercado (disponível aos stakeholders), conforme nossa Política de Transações com Partes Relacionadas e Demais Situações Envolvendo Conflito de Interesses e regulamentação específica.

5.3 Programa de integridade

ii. as estruturas organizacionais envolvidas no monitoramento do funcionamento e da eficiência dos mecanismos e procedimentos internos de integridade, indicando suas atribuições, se sua criação foi formalmente aprovada, órgãos do emissor a que se reportam, e os mecanismos de garantia da independência de seus dirigentes, se existentes

As gerências Jurídica, de Governança, de Riscos e Controles Internos e de Compliance reportam à Vice-Presidência Jurídica, de Governança, Riscos e Compliance, a qual reporta à Presidência, reforçando o compromisso da M. Dias Branco com o mais alto nível de governança corporativa.

A Companhia possui uma Gerência de Auditoria Interna, com reporte funcional ao Comitê de Auditoria, e por consequência ao Conselho de Administração, e administrativo à Presidência, que tem como propósito oferecer serviços objetivos de avaliação e consultoria para agregar valor e melhorar as operações da Companhia. A missão da Auditoria Interna é aumentar e proteger o valor organizacional, fornecendo avaliações, assessoria e conhecimento baseados em risco.

A Companhia conta também com um Comitê de Ética, formado pelo Vice-Presidente Jurídico, de Governança, Riscos e Compliance, pela Diretora Executiva de Gente, Gestão e Sustentabilidade e pelo Gerente de Auditoria, que visa assessorar a Diretoria Estatutária na supervisão da aplicação do Código de Ética, bem como acompanhar as ocorrências relatadas no Canal Ético.

Em 2019, foi criada formalmente a Secretaria de Governança Corporativa, que atua como interface entre a Diretoria (Estatutária e Executiva), o Conselho de Administração e seus comitês de assessoramento. Além de coordenar reuniões dos órgãos da alta administração, atua para monitorar o atendimento da legislação societária e regulatória (CVM/B3) e garantir a adequação às melhores práticas de governança corporativa. Recomenda, ainda, aos órgãos competentes e seus comitês de assessoramento eventuais adaptações ou atualizações de políticas, processos e de estruturas de governança.

Em 2018, foi aprovada formalmente a criação do Comitê ESG, que tem como objetivo assessorar o Conselho de Administração no aprimoramento dos controles internos e de mecanismos de sua agenda ambiental, social e de governança, incluindo o desenvolvimento sustentável da Companhia, garantindo o cumprimento da legislação aplicável e as melhores práticas do mercado. Esse comitê conta com a participação de um membro independente do Conselho de Administração em sua formação.

Em 2007, foi formalmente criado o Comitê de Auditoria, órgão de assessoramento ao Conselho de Administração que tem como objetivo avaliar continuamente o trabalho da auditoria interna e externa, os sistemas de identificação de riscos e os controles internos da Companhia. Esse comitê é composto por três membros independentes, sendo um deles do Conselho de Administração.

5.3 Programa de integridade

iii. se o emissor possui código de ética ou de conduta formalmente aprovado, indicando:

• se ele se aplica a todos os diretores, conselheiros fiscais, conselheiros de administração e empregados e se abrange também terceiros, tais como fornecedores, prestadores de serviço, agentes intermediários e associados

Nosso Código de Ética dissemina os princípios e valores da Companhia, suas controladas e coligadas, orientando a conduta de todos os colaboradores, administradores, representantes legais e terceiros, explicitando o padrão de comportamento esperado na relação com os stakeholders.

São considerados colaboradores, todos os empregados, Diretores (estatuários ou não), membros do Conselho de Administração, membros dos comitês (estatutários ou não), membros do Conselho Fiscal, aprendizes e estagiários da Companhia, independentemente de cargo ou função exercidos. Terceiro é toda pessoa física ou jurídica que não seja colaboradora da Companhia ou que seja contratada para auxiliar no desempenho de suas atividades, tais como parceiros, consorciadas, representantes, fornecedores, prestadores de serviço em geral, consultores, terceirizados, agentes ou intermediários que atuem em nome da Companhia.

• as sanções aplicáveis na hipótese de violação ao código ou a outras normas relativas ao assunto, identificando o documento onde essas sanções estão previstas

Conforme previsto no Código de Ética e na Política de Consequências da Companhia, em casos de violações ao Código de Ética, ao Programa de Integridade e/ou às demais políticas ou procedimentos internos e leis aplicáveis, os responsáveis estarão sujeitos às seguintes medidas disciplinares: (i) advertência verbal; (ii) advertência por escrito; (iii) suspensão; (iv) demissão sem justa causa; (v) demissão por justa causa; (vi) aplicação de penalidade prevista em contrato e/ou rescisão contratual (em caso de terceiro contratado), observadas as proteções conferidas pela legislação trabalhista vigente e a proporcionalidade entre a gravidade da conduta e a graduação da sanção.

Além das medidas acima, os colaboradores (e/ou terceiros, conforme o caso) poderão estar sujeitos a responsabilização pessoal, incluindo eventual indenização pelos danos causados por sua conduta.

Caso estas violações apontem indícios de algum ilícito civil, administrativo ou penal, poderão ser levadas aos órgãos reguladores e às Autoridades Governamentais competentes para que sejam adotadas as medidas cabíveis, sem prejuízo da aplicação de sanções pela Companhia, nos termos aqui dispostos.

• órgão que aprovou o código, data da aprovação e, caso o emissor divulgue o código de conduta, locais na rede mundial de computadores onde o documento pode ser consultado

Em 2019, o Conselho de Administração aprovou o Código de Ética revisado de acordo com as demais políticas do Programa de Integridade. Em 2021, foi aprovada pelo mesmo órgão, uma revisão do referido Código, reforçando o compromisso da Companhia com o cumprimento da Lei Geral de Proteção de Dados (Lei nº 13.709/18). O Código de Ética e demais políticas ficam disponíveis para consulta na plataforma de comunicação interna e no website (https://mdiasbranco.com.br).

b. se o emissor possui canal de denúncia, indicando, em caso positivo:

i. se o canal de denúncias é interno ou se está a cargo de terceiros
ii. se o canal está aberto para o recebimento de denúncias de terceiros ou se recebe denúncias somente de empregados
iii. se há mecanismos de anonimato e de proteção a denunciantes de boa-fé

5.3 Programa de integridade

Disponibilizamos aos colaboradores e outras partes interessadas o Canal Ético, uma ferramenta de notificação de condutas contrárias ao nosso Código de Ética e às demais políticas internas. Esse canal é independente, especializado e seguro, acessível por telefone, e-mail ou internet, e garante o anonimato e a proteção aos comunicantes de boa-fé, conforme previsto no referido Código.

Os comunicados são recebidos por uma empresa independente e especializada, a ICTS, e endereçadas para investigação, reporte e monitoramento de eventuais ações para melhoria de controles internos e/ou aplicação de medidas disciplinares. Ao final do processo de investigação, o comunicante é informado por meio do Canal Ético.

Em 2022, foram recebidos 1.074 comunicados por meio do Canal Ético, representando um acréscimo de 6% quando comparado ao ano anterior. Do total, 60% foram recebidos por meio de website, 77% criados por colaboradores e 72% realizados de forma anônima. Estão distribuídos nas categorias "relacionamento interpessoal" (44,32%), "dúvidas, críticas e sugestões" (18,25%), "descumprimento de normativos internos" (9,78%), "assédios moral e sexual" (7,17%), "insatisfação com as políticas de recursos humanos" (4,47%), "fraudes" (4,47%), "descumprimento da legislação" (4,10%), "conflito de interesses" (2,33%) e "demais naturezas" (5,12%). Foram apurados 1.031 relatos (96%), sendo que 36% destes foram considerados procedentes ou parcialmente procedentes. Em 42% dos casos apurados foram adotadas ações administrativas, em 12% aplicadas medidas disciplinares e em 46% não foram necessárias adoção de quaisquer providências.

iv. órgão do emissor responsável pela apuração de denúncias

O Protocolo de Investigação Interna e Funcionamento do Canal Ético tem como propósito estabelecer as regras, diretrizes e procedimentos a serem observados pela Companhia na (i) condução de investigações internas de comunicados realizados no âmbito de suas operações; e (ii) gestão e funcionamento do Canal Ético da Companhia.

A definição do órgão de governança responsável por coordenar a investigação ocorre a partir da identificação do objeto da denúncia, conforme previsto na seção Procedimentos de Investigação do referido Protocolo. O Órgão Coordenador da Investigação deve sempre atuar com objetividade e independência, garantindo suficiente competência técnica e conhecimento das operações em questão. Após a conclusão da investigação, o Órgão Coordenador da Investigação deverá prestar contas e submeter o relatório final de investigação ao destinatário mais adequado (órgão ou ente integrante da estrutura de governança da Companhia). Vale destacar que em 2022, a maioria dos comunicados (99%) foi apurada pela área de Compliance e submetida ao Comitê de Ética da Companhia.

c. número de casos confirmados nos últimos 3 (três) exercícios sociais de desvios, fraudes, irregularidades e atos ilícitos praticados contra a administração pública e medidas corretivas adotadas

Não houve registro de denúncia de corrupção envolvendo agentes públicos e autoridades governamentais, bem como nenhum caso de corrupção confirmado nos últimos 03 exercícios. Também não recebemos sanções administrativas ou judiciais por atos praticados contra a administração pública nacional ou estrangeira, nos termos da Lei Anticorrupção.

d. caso o emissor não possua regras, políticas, procedimentos ou práticas voltadas para a prevenção, detecção e remediação de fraudes e ilícitos praticados contra a administração pública, identificar as razões pelas quais o emissor não adotou controles nesse sentido"

Não aplicável.

5.4 Alterações significativas

Não houve alterações significativas nos principais riscos a que o emissor está exposto ou na política de gerenciamento de riscos adotada no último exercício social.

5.5 Outras informações relevantes

Continuidade do Negócio

Iniciamos em 2021 a construção do nosso plano de continuidade de negócio. O primeiro passo foi criar um processo de análise do impacto do negócio – BIA (Business Impact Analysis), que consiste em mapear as dependências e os riscos mais críticos para a M. Dias Branco que podem interromper a operação (pessoas, insumos, sistemas, entre outros).

Esse trabalho teve por objetivo avaliar a maturidade de governança, considerando os elementos-chaves para o Programa de Gestão de Continuidade de Negócios (GCN), conforme as melhores práticas de mercado. Também foi feita a avaliação dos riscos e cenários de crises para os processos críticos das unidades do escopo, além da avaliação da capacidade atual de resposta e proposição de recomendações. O trabalho seguirá evoluindo nos próximos anos.

Evoluímos em 2022 com a definição dos Planos de Continuidade Operacional (PCO), onde estão previstos possíveis cenários de interrupções da operação, bem como as ações de contorno que deverão ser executadas de acordo com a realidade de cada unidade. O intuito é auxiliar a unidade a seguir uma diretriz aprovada pela Companhia em casos de interrupções da operação.

A Companhia possui um plano de continuidade de negócio que formaliza os documentos e diretrizes internas para lidar com problemas de continuidade e crises. Além disso, foram criados e aprovados os comitês de crises e continuidade, formados por diretores e líderes de diversas áreas da Companhia, que têm por objetivo atuar de forma célere e eficaz para controle e mitigação dos efeitos do cenário de crise ou de riscos de continuidade, conforme o caso.

Índice de Governança Corporativa (iMDB)

Um indicador importante é o iMDB (Índice de Governança Corporativa da M. Dias Branco), criado em 2017. O iMDB é composto pelos principais índices de referência do mercado, tais como: Instituto Brasileiro de Governança Corporativa (IBGC), Índice Dow Jones de Sustentabilidade (IDJS) e Índice de Sustentabilidade Empresarial (ISE) e Carbon Disclosure Project (CDP). A área de Riscos é responsável pela consolidação desse indicador, auxiliando a Companhia a direcionar seus esforços para diminuir sua exposição aos riscos ESG. Seguimos evoluindo com os indicadores e metas relacionadas ao índice, com destaque para a evolução de B- para B na nossa nota do CDP Clima.

Esse trabalho foi utilizado como insumo para a evolução da nota da Companhia nos índices CDP (Carbon Disclosure Project ou Índice de Resiliência Climática) e ISE (Índice de Sustentabilidade Empresarial), além de corroborar com o atingimento das metas da agenda estratégica, firmadas até 2030.

Atualização da Política de Hedge e Governança

Temos avançado a cada ano na governança de hedge. Desde 2020, várias ações foram realizadas com vistas a proteger a Companhia e suas operações financeiras. Como exemplo, podemos citar a publicação da Política de Hedge, bem como a governança com os comitês, que promovem reuniões mensais e extraordinárias, e deliberam sobre as operações de câmbio, commodities e suas proteções ao longo do período, dando mais segurança e assertividade ao cumprimento das métricas definidas na Política. O seguimento das diretrizes traçadas pela Política de Hedge é acompanhado pelo Comitê de Hedge e Diretorias Estatutária e Executiva, sendo, inclusive, um indicador da área de Riscos

6.1/2 Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA					
ACIONISTA					
CPF/CNPJ acionista	**Nacionalidade-UF**	**Participa de acordo de acionistas**	**Acionista controlador**	**Última alteração**	
Acionista Residente no Exterior	**Nome do Representante Legal ou Mandatório**		**Tipo de pessoa**	**CPF/CNPJ**	
Detalhamento de ações Unidade					
Qtde. ações ordinárias Unidade	**Ações ordinárias %**	**Qtde. ações preferenciais Unidade**	**Ações preferenciais %**	**Qtde. total de ações Unidade**	**Total ações %**
CONTROLADORA / INVESTIDORA				**CPF/CNPJ acionista**	**Composição capital social**
AVEIRO FUNDO DE INVESTIMENTOS EM AÇÕES					
12.877.241/0001-00	Brasil	Não	Sim	20/04/2023	
Não					
13.190.941	3,891	0	0,000	13.190.941	3,891
Classe Ação	**Qtde. de ações Unidade**	**Ações %**	**Ações (%) da espécie**	**Ações (%) do capital social**	
TOTAL	0	0.000			
DIBRA FUNDO DE INVESTIMENTO EM AÇÕES.					
07.973.152/0001-10	Brasil	Não	Sim	17/03/2011	
Não					
214.650.000	63,319	0	0,000	214.650.000	63,319
Classe Ação	**Qtde. de ações Unidade**	**Ações %**	**Ações (%) da espécie**	**Ações (%) do capital social**	
TOTAL	0	0.000			
AÇÕES EM TESOURARIA					
2.819.146	0,832	0	0,000	2.819.146	0,832
OUTROS					
108.339.913	31,959	0	0,000	108.339.913	31,959
TOTAL					

6.1/2 Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA					
ACIONISTA					
CPF/CNPJ acionista	**Nacionalidade-UF**	**Participa de acordo de acionistas**	**Acionista controlador**	**Última alteração**	
Acionista Residente no Exterior	**Nome do Representante Legal ou Mandatório**		**Tipo de pessoa**	**CPF/CNPJ**	
Detalhamento de ações Unidade					
Qtde. ações ordinárias Unidade	**Ações ordinárias %**	**Qtde. ações preferenciais Unidade**	**Ações preferenciais %**	**Qtde. total de ações Unidade**	**Total ações %**
CONTROLADORA / INVESTIDORA				CPF/CNPJ acionista	Composição capital social
339.000.000	100,000	0	0,000	339.000.000	100,000

6.1/2 Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA					
ACIONISTA					
CPF/CNPJ acionista	**Nacionalidade-UF**	**Participa de acordo de acionistas**	**Acionista controlador**	**Última alteração**	
Acionista Residente no Exterior	**Nome do Representante Legal ou Mandatório**		**Tipo de pessoa**	**CPF/CNPJ**	
Detalhamento de ações Unidade					
Qtde. ações ordinárias Unidade	**Ações ordinárias %**	**Qtde. ações preferenciais Unidade**	**Ações preferenciais %**	**Qtde. total de ações Unidade**	**Total ações %**
CONTROLADORA / INVESTIDORA				**CPF/CNPJ acionista**	**Composição capital social**
AVEIRO FUNDO DE INVESTIMENTOS EM AÇÕES				**12.877.241/0001-00**	
FRANCISCO CLAUDIO SARAIVA LEAO DIAS BRANCO					
262.329.013-04	Brasil	Não	Não	29/04/2022	
Não					
146.861.219	10,058	0	0,000	146.861.219	10,058
Classe Ação	**Qtde. de ações Unidade**	**Ações %**	**Ações (%) da espécie**	**Ações (%) do capital social**	
TOTAL	0	0.000			
Francisco Ivens de Sá Dias Branco Júnior					
155.400.143-91	Brasil	Não	Não	29/04/2022	
Não					
147.102.162	10,075	0	0,000	147.102.162	10,075
Classe Ação	**Qtde. de ações Unidade**	**Ações %**	**Ações (%) da espécie**	**Ações (%) do capital social**	
TOTAL	0	0.000			
FRANCISCO MARCOS SARAIVA LEAO DIAS BRANCO					
220.794.163-91	Brasil	Não	Não	29/04/2022	
Não					
146.861.362	10,058	0	0,000	146.861.362	10,058
Classe Ação	**Qtde. de ações Unidade**	**Ações %**	**Ações (%) da espécie**	**Ações (%) do capital social**	
TOTAL	0	0.000			

6.1/2 Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA					
ACIONISTA					
CPF/CNPJ acionista	**Nacionalidade-UF**	**Participa de acordo de acionistas**	**Acionista controlador**	**Última alteração**	
Acionista Residente no Exterior	**Nome do Representante Legal ou Mandatório**		**Tipo de pessoa**	**CPF/CNPJ**	
Detalhamento de ações Unidade					
Qtde. ações ordinárias Unidade	**Ações ordinárias %**	**Qtde. ações preferenciais Unidade**	**Ações preferenciais %**	**Qtde. total de ações Unidade**	**Total ações %**

CONTROLADORA / INVESTIDORA	CPF/CNPJ acionista	Composição capital social
AVEIRO FUNDO DE INVESTIMENTOS EM AÇÕES	**12.877.241/0001-00**	

MARIA CONSUELO SARAIVA LEAO DIAS BRANCO					
272.898.853-68	Brasil	Não	Não	29/04/2022	
Não					
725.571.244	49,693	0	0,000	725.571.244	49,693
Classe Ação	**Qtde. de ações Unidade**	**Ações %**	**Ações (%) da espécie**	**Ações (%) do capital social**	
TOTAL	0	0.000			
Maria das Graças Dias Branco da Escóssia					
273.184.433-72	Brasil	Não	Não	29/04/2022	
Não					
146.861.296	10,058	0	0,000	146.861.296	10,058
Classe Ação	**Qtde. de ações Unidade**	**Ações %**	**Ações (%) da espécie**	**Ações (%) do capital social**	
TOTAL	0	0.000			
Maria Regina Saraiva Leão Dias Branco					
235.899.653-04	Brasil	Não	Não	29/04/2022	
Não					
146.861.263	10,058	0	0,000	146.861.263	10,058
Classe Ação	**Qtde. de ações Unidade**	**Ações %**	**Ações (%) da espécie**	**Ações (%) do capital social**	
TOTAL	0	0.000			
AÇÕES EM TESOURARIA					

6.1/2 Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA					
ACIONISTA					
CPF/CNPJ acionista	**Nacionalidade-UF**	**Participa de acordo de acionistas**	**Acionista controlador**	**Última alteração**	
Acionista Residente no Exterior	**Nome do Representante Legal ou Mandatório**		**Tipo de pessoa**	**CPF/CNPJ**	
Detalhamento de ações Unidade					
Qtde. ações ordinárias Unidade	**Ações ordinárias %**	**Qtde. ações preferenciais Unidade**	**Ações preferenciais %**	**Qtde. total de ações Unidade**	**Total ações %**
CONTROLADORA / INVESTIDORA				**CPF/CNPJ acionista**	**Composição capital social**
AVEIRO FUNDO DE INVESTIMENTOS EM AÇÕES				**12.877.241/0001-00**	
0	0,000	0	0,000	0	0,000
OUTROS					
0	0,000	0	0,000	0	0,000
TOTAL					
1.460.118.546	100,000	0	0,000	1.460.118.546	100,000

6.1/2 Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA					
ACIONISTA					
CPF/CNPJ acionista	**Nacionalidade-UF**	**Participa de acordo de acionistas**	**Acionista controlador**	**Última alteração**	
Acionista Residente no Exterior	**Nome do Representante Legal ou Mandatório**		**Tipo de pessoa**	**CPF/CNPJ**	
Detalhamento de ações Unidade					
Qtde. ações ordinárias Unidade	**Ações ordinárias %**	**Qtde. ações preferenciais Unidade**	**Ações preferenciais %**	**Qtde. total de ações Unidade**	**Total ações %**
CONTROLADORA / INVESTIDORA				**CPF/CNPJ acionista**	**Composição capital social**
DIBRA FUNDO DE INVESTIMENTO EM AÇÕES.				**07.973.152/0001-10**	
FRANCISCO CLAUDIO SARAIVA LEAO DIAS BRANCO					
262.329.013-04	Brasil	Não	Não	19/03/2018	
Não					
54	9,982	0	0,000	54	9,982
Classe Ação	**Qtde. de ações Unidade**	**Ações %**	**Ações (%) da espécie**	**Ações (%) do capital social**	
TOTAL	0	0.000			
Francisco Ivens de Sá Dias Branco Júnior					
155.400.143-91	Brasil	Não	Não	19/03/2018	
Não					
54	9,982	0	0,000	54	9,982
Classe Ação	**Qtde. de ações Unidade**	**Ações %**	**Ações (%) da espécie**	**Ações (%) do capital social**	
TOTAL	0	0.000			
FRANCISCO MARCOS SARAIVA LEAO DIAS BRANCO					
220.794.163-91	Brasil	Não	Não	19/03/2018	
Não					
54	9,982	0	0,000	54	9,982
Classe Ação	**Qtde. de ações Unidade**	**Ações %**	**Ações (%) da espécie**	**Ações (%) do capital social**	
TOTAL	0	0.000			

6.1/2 Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA					
ACIONISTA					
CPF/CNPJ acionista	**Nacionalidade-UF**	**Participa de acordo de acionistas**	**Acionista controlador**	**Última alteração**	
Acionista Residente no Exterior	**Nome do Representante Legal ou Mandatório**		**Tipo de pessoa**	**CPF/CNPJ**	
Detalhamento de ações Unidade					
Qtde. ações ordinárias Unidade	**Ações ordinárias %**	**Qtde. ações preferenciais Unidade**	**Ações preferenciais %**	**Qtde. total de ações Unidade**	**Total ações %**
CONTROLADORA / INVESTIDORA				**CPF/CNPJ acionista**	**Composição capital social**
DIBRA FUNDO DE INVESTIMENTO EM AÇÕES.				**07.973.152/0001-10**	
MARIA CONSUELO SARAIVA LEAO DIAS BRANCO					
272.898.853-68	Brasil	Não	Não	19/03/2018	
Não					
271	50,092	0	0,000	271	50,092
Classe Ação	**Qtde. de ações Unidade**	**Ações %**	**Ações (%) da espécie**	**Ações (%) do capital social**	
TOTAL	0	0.000			
Maria das Graças Dias Branco da Escóssia					
273.184.433-72	Brasil	Não	Não	19/03/2018	
Não					
54	9,982	0	0,000	54	9,982
Classe Ação	**Qtde. de ações Unidade**	**Ações %**	**Ações (%) da espécie**	**Ações (%) do capital social**	
TOTAL	0	0.000			
Maria Regina Saraiva Leão Dias Branco					
235.899.653-04	Brasil	Não	Não	19/03/2018	
Não					
54	9,982	0	0,000	54	9,982
Classe Ação	**Qtde. de ações Unidade**	**Ações %**	**Ações (%) da espécie**	**Ações (%) do capital social**	
TOTAL	0	0.000			
AÇÕES EM TESOURARIA					

6.1/2 Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA					
ACIONISTA					
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração	
Acionista Residente no Exterior	Nome do Representante Legal ou Mandatório		Tipo de pessoa	CPF/CNPJ	
Detalhamento de ações Unidade					
Qtde. ações ordinárias Unidade	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais Unidade	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações Unidade	Total ações %
CONTROLADORA / INVESTIDORA				CPF/CNPJ acionista	Composição capital social
DIBRA FUNDO DE INVESTIMENTO EM AÇÕES.				07.973.152/0001-10	
0	0,000	0	0,000	0	0,000
OUTROS					
0	0,000	0	0,000	0	0,000
TOTAL					
541	100,000	0	0,000	541	100,000

6.3 Distribuição de capital

Data da última assembleia / Data da última alteração	20/04/2023
Quantidade acionistas pessoa física	57.878
Quantidade acionistas pessoa jurídica	90
Quantidade investidores institucionais	479

Ações em Circulação

Ações em circulação correspondente a todas ações do emissor com exceção das de titularidade do controlador, das pessoas a ele vinculadas, dos administradores do emissor e das ações mantidas em tesouraria

Quantidade ordinárias	66.033.716	19,479%
Quantidade preferenciais	0	0,000%
Total	66.033.716	19,479%

Classe de Ação

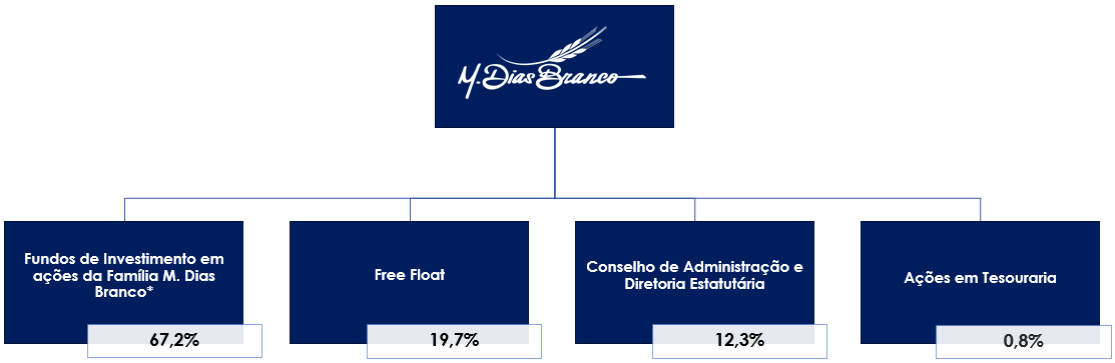
Preferencial Classe A	0	0,000000%

6.4 Participação em sociedades

Razão social	CNPJ	Participação do emisor (%)
CACAMA S.A. (PARTICIPAÇÃO INDIRETA)	00.000.000/0000-00	100
DARCEL S.A. (PARTICIPAÇÃO INDIRETA)	00.000.000/0000-00	100
JASMINE INDUSTRIA E COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA. (PARTICIPAÇÃO INDIRETA)	81.727.414/0001-19	100
LATINEX IMPORTACAO E EXPORTACAO DE ALIMENTOS LTDA (PARTICIPAÇÃO DIRETA)	05.540.409/0001-14	100
M. DIAS BRANCO INTERNATIONAL TRADING URUGUAY S.A (PARTICIPAÇÃO INDIRETA)	00.000.000/0000-00	100
M.DIAS BRANCO ARGENTINA S.A (PARTICIPAÇÃO DIRETA)	00.000.000/0000-00	100
M.DIAS BRANCO INTERNATIONAL TRADING LLC (PARTICIPAÇÃO DIRETA)	00.000.000/0000-00	100
OMEGA DELTA 7 E 8 HOLDING ENERGIA S.A. (PARTICIPAÇÃO DIRETA)	09.149.503/0001-06	24,5
Tergran - Terminal de Grãos de Fortaleza Ltda.	01.591.524/0001-67	33,33
Terminal de Trigo do Rio de Janeiro - Logística S. A	18.245.532/0001-54	50

6.5 Organograma dos acionistas e do grupo econômico

a. todos os controladores diretos e indiretos e, caso o emissor deseje, os acionistas com participação igual ou superior a 5% de uma classe ou espécie de ações



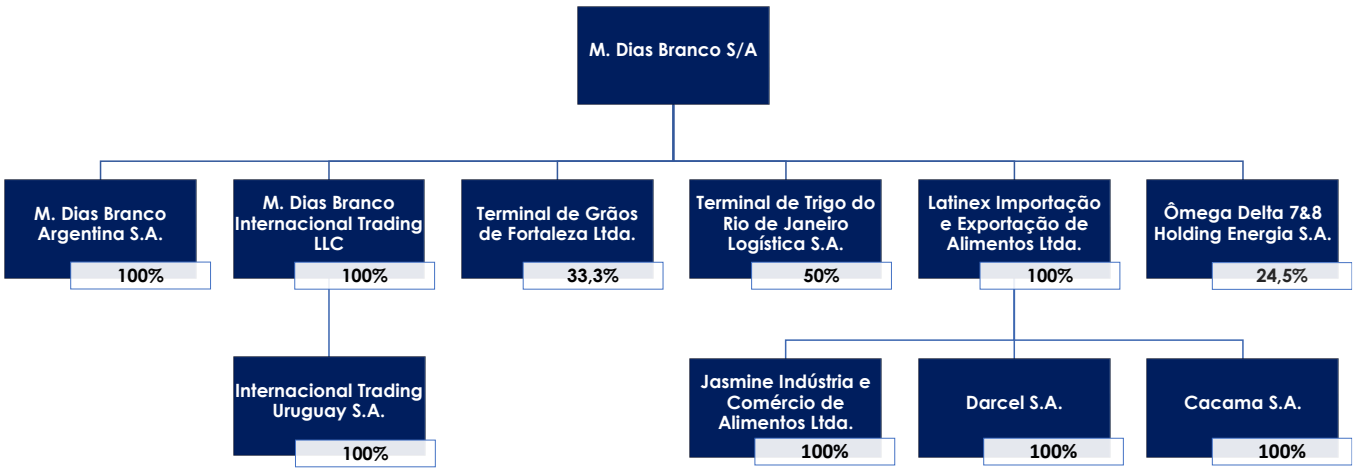
Data Base: 31/12/2022

*Composição acionária do Dibra Fundo de Investimentos em Ações: Sra. Maria Consuelo Saraiva Leão Dias Branco; Maria das Graças Dias Branco da Escóssia; Maria Regina Saraiva Leão Dias Branco; Francisco Cláudio Saraiva Leão Dias Branco; Francisco Ivens de Sá Dias Branco Júnior e Francisco Marcos Saraiva Leão Dias Branco).

*Composição acionária do Aveiro Fundo de Investimentos em Ações: Sra. Maria Consuelo Saraiva Leão Dias Branco; Maria das Graças Dias Branco da Escóssia; Maria Regina Saraiva Leão Dias Branco; Francisco Cláudio Saraiva Leão Dias Branco; Francisco Ivens de Sá Dias Branco Júnior e Francisco Marcos Saraiva Leão Dias Branco).

Os detalhes da composição acionária dos fundos estão listados no tópico 6.1/6.2 Posição Acionária.

b. principais controladas e coligadas do emissor



As principais controladas, coligadas e operações controladas em conjunto da Companhia estão descritas no organograma acima, considerando as participações societárias detidas pela Companhia em 31 de dezembro de 2022.

As participações societárias da Companhia estão apresentadas na nota explicativa 4 das demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2022.

6.5 Organograma dos acionistas e do grupo econômico

c. participações do emissor em sociedades do grupo

As principais participações societárias detidas pela Companhia em 31 de dezembro de 2022 estão descritas acima.

d. participações de sociedades do grupo no emissor

As principais participações societárias detidas pela Companhia em 31 de dezembro de 2022 estão descritas acima.

e. principais sociedades sob controle comum

As principais participações societárias detidas pela Companhia em 31 de dezembro de 2022 estão descritas acima.

6.6 Outras informações relevantes

Não há outras considerações ou fatos relevantes a serem informados.

7.1 Principais características dos órgãos de administração e do conselho fiscal

a. principais características das políticas de indicação e preenchimento de cargos, se houver, e, caso o emissor a divulgue, locais na rede mundial de computadores em que o documento pode ser consultado

A Política de Indicação de Membros do Conselho de Administração, seus Comitês e Diretoria Estatutária da M. Dias Branco S/A Indústria e Comércio de Alimentos ("Política") tem como propósito estabelecer as regras, diretrizes e métodos a serem observados para a indicação dos membros do Conselho de Administração, de seus Comitês e da Diretoria Estatutária da Companhia, prezando pelas melhores práticas de governança corporativa,pela transparência e pela diversidade.

A Política traz o procedimento para indicação dos cargos, a seguir descritos:

- Conselho de Administração:
A composição do Conselho de Administração deverá ser avaliada para assegurar a complementaridadedas competências dos seus membros. A eleição dos membros do Conselho de Administração será realizada pela Assembleia Geral, conforme previsto no Estatuto Social da Companhia e na legislação aplicável. O Conselho de Administração deverá ser composto por, no mínimo, 20% (vinte por cento) de membros independentes, conforme definição aplicável do Regulamento do Novo Mercado da B3.

Processo de Indicação: A indicação de membros para composição do Conselho de Administração poderá ser realizada pelos administradores ou por quaisquer acionistas da Companhia, nos termos da Lei das Sociedades por Ações, da Resolução CVM nº 81 e da legislação aplicável.

- Comitês de Assessoramento:
A composição dos Comitês deverá ser avaliada para assegurar a complementaridade das competências dos seus membros. O Conselho de Administração deverá indicar para a composição dos Comitês profissionais qualificados de acordo com as áreas de competência dos seus respectivos Comitês, com potencial de atender ao melhor interesse da Companhia e dos acionistas, pautados pela ética e pelas melhores práticas de governança.

Processo de Indicação: A indicação e eleição dos membros dos Comitês será realizada pelo Conselho de Administração da Companhia, nos termos dos respectivos regimentos internos, da Lei das Sociedades por Ações, do Estatuto Social da Companhia e da legislação aplicável. O cumprimento dos princípios e requisitos estabelecidos na Política de Indicação será verificado pelo Comitê de Gente e Gestão, que enviará ao Conselho de Administração da Companhia um parecer contendo as recomendações acerca do enquadramento dos candidatos a eleição ou reeleição.

- Diretoria Estatutária:
O Conselho de Administração deverá indicar para a composição da Diretoria Estatuária profissionais que saibam combinar, de modo harmônico, o interesse da Companhia, dos acionistas, gestores e colaboradores, bem como comprometidos com a sustentabilidade do negócio, com a responsabilidade social e ambiental, alinhados com as demandas estratégicas da Companhia, pautados pela legalidade e pela ética.

Processo de Indicação: A indicação e eleição dos membros da Diretoria Estatutária será realizada pelo Conselho de Administração da Companhia, nos termos da Lei das Sociedades por Ações, do Estatuto Social da Companhia e da legislação aplicável. O cumprimento dos princípios e requisitos estabelecidos na Política de Indicação será verificado pelo Comitê de Gente e Gestão, que enviará ao Conselho de Administração da Companhia um parecer contendo as recomendações acerca do enquadramento dos candidatos a eleição ou reeleição.

7.1 Principais características dos órgãos de administração e do conselho fiscal

A Política de Indicação de membros do Conselho de Administração, seus Comitês e Diretoria Estatutária está disponível na íntegra no site de RI, no tópico Governança Corporativa\ Outras Políticas\ Política de Indicação de membros do Conselho de Administração, seus Comitês e Diretoria Estatutária.

b. mecanismos de avaliação de desempenho

Foi aprovado pelo Conselho de Administração em 26 de março de 2021 o modelo de avaliação de performance dos membros do Conselho de Administração, Comitês de Assessoramento do Conselho de Administração e Diretoria Estatutária que passou a vigorar a partir de abril de 2021. Esses membros se autoavaliam e se avaliam como colegiado em cada um dos órgãos/comitês anualmente.

Existem critérios diferentes de avaliação para cada fórum, tendo em vista que assumem papéis diferentes na governança da M. Dias Branco. Os critérios de avaliação foram propostos com base nas recomendações do IBGC (Instituto Brasileiro de Governança corporativa) e atribuições de cada fórum definidas nos estatutos e/ou regimentos internos da M. Dias Branco por meio de uma assessoria independente. Essas atribuições foram transformadas em afirmativas no qual o membro deverá responder uma das seguintes alternativas de respostas: 1- Há necessidade significativa de melhoria; 2 - Em algumas vezes há espaço para melhoria; 3 - Na maioria das vezes está adequado; 4 -Sempre está adequado; N/A - Desconheço ou não se aplica.

c. regras de identificação e administração de conflitos de interesses

Em conformidade com a Lei das Sociedades por Ações, qualquer membro do seu Conselho de Administração está proibido de votar em qualquer assembleia ou reunião do Conselho, ou de atuar em qualquer operação ou negócios nos quais tenha interesses conflitantes com os da Companhia.

A Companhia dispõe de Política de Transações com Partes Relacionadas e Demais Situações Envolvendo Conflito de Interesse, disponível no site de Relações com Investidores:
https://ri.mdiasbranco.com.br/governanca-corporativa/outras-politicas/

e. se houver, objetivos específicos que o emissor possua com relação à diversidade de gênero, cor ou raça ou outros atributos entre os membros de seus órgãos de administração e de seu conselho fiscal

A M. Dias Branco possui uma Política de Indicação de membros do Conselho de Administração, seus Comitês e Diretoria Estatutária que tem como propósito estabelecer as regras, diretrizes e métodos a serem observados para a indicação dos membros do Conselho de Administração, de seus Comitês e da Diretoria Estatutária da Companhia, prezando pelas melhores práticas de governança corporativa, pela transparência e pela diversidade. As indicações para os Cargos Elegíveis deverão considerar também, sempre que possível, a diversidade de gênero, idade, formação acadêmica e experiência profissional, bem como a complementaridade de competências e disponibilidade de tempo para o exercício da função.

f. papel dos órgãos de administração na avaliação, gerenciamento e supervisão dos riscos e oportunidades relacionados ao clima

A Companhia tem como uma das suas prioridades a gestão das mudanças climáticas, que é tratada na Política de Sustentabilidade, especificamente no Pilar "Cuidar do Planeta", "Cuidar do planeta (Ambiental)", e, também, na Política de Eficiência Energética. Para gerenciar a estratégia climática e monitorar as agendas climáticas globais e nacionais, a empresa possui uma área corporativa específica para tratar este tema, o setor de Sustentabilidade Ambiental.

7.1 Principais características dos órgãos de administração e do conselho fiscal

A companhia realiza a prestação de contas dos resultados alcançados em relação às metas e a evolução das ações referentes a cada tema importante, incluindo o tema de Mudanças Climáticas. Há uma monitoração constante dos resultados das metas e ações estabelecidas na Agenda de Sustentabilidade. Adicionalmente, em maio de 2022, a Política de Eficiência Energética foi aprovada pelo Conselho de Administração.

A M. Dias Branco também conta com um Grupo de Trabalho ("GT") multidisciplinar que se reúne mensalmente para discutir um plano de ação para as mudanças climáticas. Esse grupo é responsável por definir as diretrizes de gestão e de estratégias de mitigação das emissões que se relacionam com o desenvolvimento sustentável, além do mapeamento e monitoramento dos riscos e oportunidades climáticas.

As questões relacionadas às mudanças climáticas fazem parte dos índices ambientais das principais unidades e de índices corporativos, como o iMDB, que são monitorados e analisados mensalmente. O Comitê de Sustentabilidade é responsável por apreciar trimestralmente o resultado das ações e o avanço das metas, e as questões climáticas são debatidas tanto nos grupos de trabalho quanto nos comitês.

Para obter resultados significativos na luta contra as mudanças climáticas, a adoção de uma matriz energética limpa e sustentável é fundamental. Nesse sentido, a M. Dias Branco elaborou diagnósticos sobre a matriz energética da empresa e a utilização de energias limpas, e definiu indicadores prioritários para a empresa. Ademais, fora concluída a implantação do Sistema de Gestão de Emissões (GEE) da M. Dias Branco. Com isso, a Companhia pretende avançar em relação a definição de metas baseadas em ciência (Science Based Targets Initiative).

As questões climáticas são transversais a algumas áreas de negócio na M. Dias Branco e são tratadas nas instâncias do Comitê de Sustentabilidade, Comitê ESG e Conselho de Administração. A Vice-presidência de Administração, Desenvolvimento e Sustentabilidade é responsável por diretorias que possuem atribuições ligadas à estratégia climática nos processos de gestão, logísticos e da cadeia de suprimentos.

7.1D Descrição das principais características dos órgãos de administração e do conselho fiscal

Quantidade de membros por declaração de gênero

	Feminino	Masculino	Não binário	Outros	Prefere não responder
Diretoria	1	5	0	0	0
Conselho de Administração - Efetivos	3	4	0	0	0
Conselho de Administração - Suplentes	1	1	0	0	0
Conselho Fiscal - Efetivos	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica
Conselho Fiscal - Suplentes	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica
TOTAL = 15	**5**	**10**	**0**	**0**	**0**

Quantidade de membros por declaração de cor e raça

	Amarelo	Branco	Preto	Pardo	Indígena	Outros	Prefere não responder
Diretoria	0	6	0	0	0	0	0
Conselho de Administração - Efetivos	0	7	0	0	0	0	0
Conselho de Administração - Suplentes	0	2	0	0	0	0	0
Conselho Fiscal - Efetivos	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica
Conselho Fiscal - Suplentes	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica
TOTAL = 15	**0**	**15**	**0**	**0**	**0**	**0**	**0**

7.2 Informações relacionadas ao conselho de administração

a. órgãos e comitês permanentes que se reportem ao conselho de administração

Conselho de Administração

O Conselho de Administração é um órgão de deliberação colegiada, responsável pela orientação geral dos negócios da Companhia, incluindo a sua estratégia de longo prazo. É responsável, também, dentre outras atribuições, pela eleição de seus diretores e fiscalização da respectiva gestão. As decisões do Conselho de Administração são tomadas pelo voto favorável da maioria dos seus membros presentes nas respectivas reuniões, devendo prevalecer, no caso de empate, o voto do Presidente ou de seu substituto, na forma prevista no Regimento do Conselho.

Além das atribuições previstas em lei, segundo o Estatuto Social da Companhia compete ao seu Conselho de Administração:

- Fixar a orientação geral dos negócios da Companhia;
- Fiscalizar a gestão da Diretoria e examinar, a qualquer tempo, os livros e documentos da Companhia;
- Convocar as Assembleias Gerais;
- Manifestar-se previamente sobre o Relatório da Administração, as contas da Diretoria, as Demonstrações Financeiras do exercício e examinar os balancetes mensais;
- Distribuir a remuneração fixada pela Assembleia Geral entre os administradores da Companhia;
- Eleger e destituir os diretores, bem como fixar as suas atribuições e remunerações;
- Fixar critérios pelos quais a alienação de bens só possa ser praticada após aprovação prévia do próprio Conselho de Administração ou da Diretoria Colegiada, bem como autorizar a prestação de garantias de qualquer natureza a obrigações de terceiros;
- Escolher e destituir os auditores independentes da Companhia;
- Autorizar a aquisição pela Companhia de ações de sua própria emissão, para efeito de cancelamento ou permanência em tesouraria, e a alienação posterior das mesmas.
- Manifestar-se favorável ou contrariamente a respeito de qualquer oferta pública de aquisição de ações que tenha por objeto as ações de emissão da Companhia, por meio de parecer prévio fundamentado, divulgado em até 15 (quinze) dias da publicação do edital da oferta pública de aquisição de ações, que deverá abordar, no mínimo (i) a conveniência e oportunidade da oferta pública de aquisição de ações quanto ao interesse do conjunto dos acionistas e em relação à liquidez dos valores mobiliários de sua titularidade; (ii) as repercussões da oferta pública de aquisição de ações sobre os interesses da Companhia; (iii) os planos estratégicos divulgados pelo ofertante em relação à Companhia; (iv) outros pontos que o Conselho de Administração considerar pertinentes, bem como as informações exigidas pelas regras aplicáveis estabelecidas pela CVM;
- Definir lista tríplice de empresas especializadas em avaliação econômica de empresas para a elaboração de laudo de avaliação das ações da Companhia, nos casos de OPA para cancelamento de registro de companhia aberta ou para saída do Novo Mercado;
- Aprovar o plano estratégico da Companhia, bem como o respectivo plano para sua execução;
- Aprovar o orçamento anual e plurianual da Companhia;
- Aprovar programas ou planos de participação de gestores e empregados nos resultados;
- Fixar critérios de valor, tempo de duração, extensão de efeitos, natureza da operação e outros, pelos quais determinados atos, inclusive aquisição de bens e direitos e a contratação de empréstimos ou financiamentos ativos ou passivos, só possam ser praticados após aprovação prévia do próprio Conselho de Administração ou da Diretoria Colegiada, conforme seja estabelecido pelo próprio Conselho de Administração;
- Fixar critérios de valor, tempo de duração, extensão de efeitos, natureza da operação e outros, pelos quais a prática de atos que impliquem em alienar, mesmo fiduciariamente, ou onerar bens sociais do ativo permanente, inclusive hipotecar, empenhar, caucionar, dar em anticrese, dar aval ou fiança, confessar, renunciar a direito, transigir ou acordar só possam ser praticados após aprovação prévia do

7.2 Informações relacionadas ao conselho de administração

próprio Conselho de Administração ou da Diretoria Colegiada, conforme seja estabelecido pelo próprio Conselho de Administração;

- Fixar limites máximos para a realização de doações ou para a prática de qualquer ato gracioso, inclusive os relacionados com benefícios ou deduções fiscais, bem como aprovar a realização destes mesmos atos quando superarem os limites fixados;
- Autorizar a aquisição de empresas, a participação em outras sociedades, bem assim, a formação de consórcios, "joint ventures" e/ou alianças estratégicas, respeitada a competência da Assembleia Geral;
- Fixar diretrizes, posicionamentos e votos a serem observados e exercidos pelos representantes da Companhia em quaisquer reuniões de grupo de controle e ou de acionistas/quotistas ou Assembleias Gerais de empresas coligadas ou controladas, ou outras que envolvam consórcios, "joint ventures" ou alianças estratégicas de que a Companhia participe; e
- Deliberar a criação de comitês específicos, a ele vinculados, com ou sem a participação de Conselheiros, Diretores, empregados da Companhia, ou terceiros contratados, com o fim de acompanhar e ou orientar determinados processos ou operações sociais.

Para maiores informações sobre o Conselho de Administração da Companhia veja o item 7 – Assembleia geral e administração.

Diretoria Estatutária

Os diretores da Companhia são os seus representantes legais, responsáveis, principalmente, pela administração cotidiana e pela implementação das políticas e diretrizes gerais estabelecidas pela Assembleia Geral dos seus acionistas e pelo seu Conselho de Administração.

De acordo com a Lei das Sociedades por Ações, - LSA cada membro da sua Diretoria pode ou não ser residente e domiciliado no País, podendo ser acionista ou não. A posse de Diretor residente ou domiciliado no exterior fica condicionada à constituição de representante no País, conforme §2° do art. 146 da LSA. Além disso, no máximo um terço dos membros do Conselho de Administração poderá ser eleito para a Diretoria da Companhia.

Os diretores são eleitos pelo Conselho de Administração da Companhia, para mandato de três anos, permitida a reeleição, podendo, a qualquer tempo, ser por ele destituídos. De acordo com o seu Estatuto Social, a Diretoria é composta por no mínimo sete e no máximo onze membros, sendo um diretor presidente, um diretor vice-presidente industrial – moinhos, um diretor vice-presidente comercial, um diretor vice-presidente de administração e desenvolvimento, um diretor vice-presidente financeiro, um diretor vice-presidente de investimentos e controladoria, um diretor vice-presidente jurídico, de governança, riscos e *compliance* e um diretor vice-presidente de *supply chain*, podendo haver acúmulo de funções.

O Regulamento do Novo Mercado também prevê que todos os diretores devem subscrever um termo de anuência dos administradores, condicionando a posse nos respectivos cargos à assinatura de tal documento. Por meio da assinatura deste termo, os seus diretores assumiram expressamente responsabilidade pessoal pelo cumprimento das regras constantes do Contrato de Participação no Novo Mercado, do Regulamento do Novo Mercado e do Regulamento da Câmara de Arbitragem do Mercado.

De acordo com o Estatuto Social da Companhia compete à Diretoria exercer as atribuições que a lei, a Assembleia Geral, o Conselho de Administração e este Estatuto Social lhe conferirem para a prática dos atos necessários ao funcionamento regular da Companhia, incumbindo-lhe a administração da companhia e a prática de todo e qualquer ato que não seja de competência privativa da Assembleia

7.2 Informações relacionadas ao conselho de administração

Geral, na forma do artigo 122 da Lei das Sociedades por Ações. Segundo o artigo 17 do seu Estatuto, compete ainda a Diretoria da Companhia:

- Zelar pela observância da lei e deste estatuto social;
- Administrar, gerir e supervisionar os negócios sociais;
- Elaborar o relatório e as demonstrações financeiras de cada exercício; e
- Praticar os atos de sua competência, conforme estabelecido neste estatuto social e no Regimento Interno da Diretoria.

Conselho Fiscal

O Estatuto Social da Companhia prevê a possibilidade de, por decisão da Assembleia de Acionistas, vir a ser instalado um Conselho Fiscal de caráter não-permanente, podendo ter seus membros eleitos pela Assembleia Geral a qualquer momento, desde que requerida a sua instalação na forma da legislação aplicável. O seu Conselho Fiscal, quando instalado, será composto de três a cinco membros efetivos e igual número de suplentes, acionistas ou não. Somente poderão ser eleitas para o Conselho Fiscal pessoas residentes no Brasil, diplomadas em curso universitário, ou que tenham exercido, pelo prazo mínimo de três anos, cargo de administrador de empresa ou de membro de conselho fiscal. De acordo com as regras do Novo Mercado, os membros do Conselho Fiscal deverão subscrever, previamente à sua investidura no cargo, termo de anuência dos membros do Conselho Fiscal previsto no Regulamento do Novo Mercado.

Não podem ser eleitos para o Conselho Fiscal da Companhia as pessoas inelegíveis para cargo de administrador, e, ainda, aquelas que façam parte do Conselho de Administração, da Diretoria ou do quadro de empregados da Companhia, de empresa controlada ou de empresa do mesmo grupo, tampouco um cônjuge ou parente, até o terceiro grau, de administrador da Companhia.

Comitês

A estrutura de governança corporativa da Companhia é composta por um Conselho de Administração, eleito pela Assembleia Geral e que, atualmente, conta com três comitês de assessoramento (Comitê ESG, Comitê de Gente e Gestão e Comitê de Auditoria).

Comitê de Auditoria

O Comitê de Auditoria foi criado em 16 de março de 2007 e é um órgão de assessoramento ao Conselho de Administração da Companhia. Nesse sentido, o Comitê deverá avaliar continuamente o trabalho da auditoria interna e externa, os sistemas de identificação de riscos e os controles internos da Companhia e de suas controladas, bem como assegurar as condições de controle de gerenciamentos dos riscos que a Companhia e suas controladas estão sujeitas e deverá avaliar a qualidade e efetividade das decisões tomadas para mitigar tais riscos.

Atualmente, o órgão é composto por 3 (três) membros eleitos pelo Conselho de Administração no dia 12 de maio de 2023, com mandato de 01 (um) ano, sendo todos eles membros efetivos e independentes.

Comitê de ESG

O Comitê de ESG é órgão de assessoramento ao Conselho de Administração, de caráter permanente, regido pela legislação e regulação aplicáveis, pelas disposições do Estatuto Social da M. Dias Branco S/A Indústria e Comércio de Alimentos e pelo seu Regimento Interno. Tem por objetivo assessorar o Conselho de Administração no constante aprimoramento dos controles internos e mecanismos de sua agenda ambiental, social e de governança (em uma tradução livre de "ESG - *Environmental, Social and*

7.2 Informações relacionadas ao conselho de administração

Governance"), incluindo o desenvolvimento sustentável da Companhia, mantendo-os compassados com a legislação aplicável e as melhores práticas do mercado.

O Comitê reportar-se diretamente ao Conselho de Administração, atuando com independência em relação à Diretoria da Companhia. As decisões tomadas pelo Comitê, bem como as diretrizes, políticas e medidas propostas, consistem em recomendações a serem encaminhadas ao Conselho de Administração. O Comitê não constitui órgão deliberativo da Companhia, de modo que as recomendações por ele proferidas não vinculam o Conselho de Administração ou a Companhia.

Atualmente, o órgão é composto por 6 (seis) membros, eleitos pelo Conselho de Administração no dia 12 de maio de 2023, com mandato de 01 (um) ano, sendo um deles escolhido dentre os membros independentes do Conselho de Administração da Companhia.

Para maiores informações sobre os membros dos comitês, consultar o tópico 7.4 Composição dos Comitês deste Formulário.

Comitê de Gente e Gestão

O Comitê de Gente e Gestão é órgão de assessoramento ao Conselho de Administração, de caráter permanente, regido pela legislação e regulação aplicáveis, pelas disposições do Estatuto Social da M. Dias Branco S/A Indústria e Comércio de Alimentos, por todas as políticas da M. Dias Branco, incluindo, mas não se limitando à Política de Indicação de Membros do Conselho de Administração, de seus comitês de assessoramento e da Diretoria Estatutária, por sua Política de Remuneração de Administradores e pelo seu Regimento Interno. O Comitê tem por objetivo assessorar o Conselho de Administração em temas atinentes a gente e gestão, incluindo, mas não se limitando a: a) gestão de pessoas; b)indicação e sucessão dos membros do Conselho de Administração, de seus Comitês e da Diretoria Estatutária da Companhia; c) remuneração dos membros do Conselho de Administração e da Diretoria Estatutária da Companhia; prezando pela criação de valor sustentável e de longo prazo, bem como pelas melhores práticas de mercado e de governança corporativa, pela transparência e pela diversidade; d) benefícios, metas, desenvolvimento e retenção de talentos; e, e) práticas de gestão que favoreçam a meritocracia e a execução da estratégia da Companhia.

O Comitê reportar-se diretamente ao Conselho de Administração, atuando com independência em relação à Diretoria da Companhia. As decisões tomadas pelo Comitê, bem como as diretrizes, políticas e medidas propostas, consistem em recomendações a serem encaminhadas ao Conselho de Administração. O Comitê não constitui órgão deliberativo da Companhia, de modo que as recomendações por ele proferidas não vinculam o Conselho de Administração ou a Companhia.

Atualmente, o órgão é composto por 5 (cinco) membros, eleitos pelo Conselho de Administração no dia 12 de maio de 2023, com mandato de 01 (um) ano, sendo um deles escolhido dentre os membros independentes do Conselho de Administração da Companhia.

Para maiores informações sobre os membros dos comitês, consultar o tópico 7.4 Composição dos Comitês deste Formulário.

b. de que forma o conselho de administração avalia o trabalho da auditoria independente, indicando se o emissor possui uma política de contratação de serviços de extra-auditoria com o auditor independente e, caso o emissor divulgue a política, locais na rede mundial de computadores onde o documento pode ser consultado

O Conselho de Administração avalia o trabalho da auditoria independente a partir da análise dos seus relatórios e das recomendações do Comitê de Auditoria. E, sempre que entender necessário, conforme

7.2 Informações relacionadas ao conselho de administração

atribuição conferida na Lei, Estatuto Social e no seu Regimento Interno, o Conselho de Administração pode convocar os auditores independentes para prestar os esclarecimentos que entender necessários.

A Companhia possui Política de Contratação de Serviços Extra Auditoria que tem como propósito estabelecer regras e diretrizes para a contratação desse tipo de serviço pela Companhia e/ou suas controladas, observada a legislação vigente aplicável, visando garantir que não sejam contratados serviços que possam comprometer a independência da Auditoria Independente da Companhia. Todas as contratações envolvendo a Auditoria Independente deverão ser submetidas à apreciação do Comitê de Auditoria da Companhia para análise e recomendação a respeito da contratação. A opinião do Comitê de Auditoria será encaminhada, juntamente com a proposta de contratação, para deliberação pelo Conselho de Administração.

A Política de Contratação de Serviços Extra Auditoria está disponível na íntegra no site de RI, no tópico Governança Corporativa\ Outras Políticas\ Política de Contratação de Serviços Extra Auditoria.

c. se houver, canais instituídos para que questões críticas relacionadas a temas e práticas ASG e de conformidade cheguem ao conhecimento do conselho de administração

A Companhia considera questões críticas aquelas recebidas por meio do Canal Ético da Companhia e ligadas aos temas prioritários da Agenda Estratégica Sustentabilidade, pois estes passaram por análise de impactos reais e potenciais (conforme descrito na página 50 do nosso Relatório Anual Integrado 2022). A Companhia dispõe de um Canal Ético, disponível a todos os stakeholders, que é gerenciado por uma empresa independente especializada, acessível por meios amplamente divulgados, garantindo o anonimato, a confidencialidade e a proteção ao comunicante de boa-fé. As denuncias recebidas no Canal Ético são analisadas por reporte periódico ao Comitê de Auditoria, e esse último presta contas, no mínimo anualmente, ao Conselho de Administração, sendo esse fluxo descrito no Protocolo de Investigação Interna e Funcionamento do Canal Ético, disponível no site da Companhia.

7.3 Composição e experiências profissionais da administração e do conselho fiscal

Funcionamento do conselho fiscal: Não permanente e não instalado

Nome: Daniel Mota Gutierrez **CPF:** 468.231.903-53 **Profissão:** Advogado **Data de Nascimento:** 07/04/1973

Experiência Profissional: O Sr. Daniel Gutiérrez, nascido em 07/04/1973, é Vice-presidente Jurídico, de Governança, Riscos e Compliance. Ingressou na M. Dias Branco em julho de 2006, no cargo de Assessor Jurídico Corporativo. É Diretor nas seguintes controladas da M. Dias Branco: Latinex Importação e Exportação de Alimentos Ltda., Jasmine Indústria e Comércio de Alimentos Ltda., Darcel S.A e Cacama S.A e é Diretor na coligada da M. Dias Branco Terminal de Trigo do Rio de Janeiro – Logística S.A. É Advogado inscrito na Ordem dos Advogados do Brasil, Secção Ceará-OAB/CE, desde 1995 e na Secção São Paulo-OAB/SP, desde 2004. É especialista em Direito Processual Civil pela Universidade de Fortaleza-UNIFOR. É Mestre e Doutor também em Direito Processual Civil pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo- PUC/SP. Ex-Gestor da Assessoria Jurídica Corporativa da Cia. de Seguros Aliança do Brasil, tendo exercido suas funções em São Paulo. Ex-Professor do Curso de Mestrado em Direito do Unichristus - Centro Universitário Christus. Ex-Professor da Pós- Graduação em Direito da Universidade de Fortaleza. Ex-Bolsista da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior-CAPES. Foi Vice-Presidente da Comissão de Seguridade Social da OAB/CE. Atuando como Advogado-Sócio de escritório de advocacia, prestou serviços a diversas empresas e entidades regionais e nacionais, no campo do Direito Empresarial, notadamente nas áreas cível, consumerista, administrativa e trabalhista.

Órgãos da Administração:

Órgão da Administração	Data da Eleição	Prazo do mandato	Cargo eletivo ocupado	Descrição de outro cargo/função	Data de posse	Foi eleito pelo controlador	Data de início do primeiro mandato
Diretoria e Conselho de Administração	28/03/2024	1 ano	Conselheiro(Suplente) e Dir. Vice Pres.		05/04/2024	Sim	12/05/2011

Nome: Daniel Perecim Funis **CPF:** 252.096.468-58 **Profissão:** Engenheiro **Data de Nascimento:** 26/03/1976

Experiência Profissional: O Sr. Daniel Funis, nascido em 26/03/1976, é graduado em engenharia mecatrônica pela Escola Politécnica- USP, tem mestrado em administração de empresas pela Universidade de Cambridge, Inglaterra. Com larga experiência em varejo, bens de consumo e ecommerce, fez parte da equipe que introduziu o Groupon no Brasil, liderando a área de marketing. Foi o responsável por 10 anos pelas operações da Farfetch na América Latina e nos últimos 2 anos trabalhou em projetos de fusões e aquisições dentro do grupo. Antes destas experiências, ocupou diferentes cargos nas áreas de engenharia, produção, vendas e marketing em empresas como Fiat e Unilever, desempenhando estas funções na Argentina, Brasil, França, Inglaterra e Itália.

Órgãos da Administração:

Órgão da Administração	Data da Eleição	Prazo do mandato	Cargo eletivo ocupado	Descrição de outro cargo/função	Data de posse	Foi eleito pelo controlador	Data de início do primeiro mandato
Conselho de Administração	28/03/2024	1 ano	Conselho de Adm. Independente (Efetivo)		05/04/2024	Sim	12/05/2019

Nome: FRANCISCO CLAUDIO SARAIVA LEAO DIAS BRANCO **CPF:** 262.329.013-04 **Profissão:** Empresário **Data de Nascimento:** 14/01/1967

Experiência Profissional: O Sr. Cláudio, nascido em 14/01/1967, é Vice-Presidente Industrial-Moinhos da Companhia e iniciou suas atividades empresariais na própria Companhia, assumindo, em 1992, a função de Diretor Industrial do Moinho Dias Branco, a primeira unidade de moagem de trigo da Companhia. Em 2003, assumiu o cargo de Diretor Industrial Corporativo - Divisão Moinhos da Companhia e em 2013 tornou-se membro do comitê de auditoria da Companhia. À frente da implantação de todas as unidades moageiras da Companhia, o Sr. Cláudio graduou-se em Engenharia Mecânica pela Universidade de Fortaleza, em 1990, e iniciou longa trajetória de especialização em moagem de trigo, participando de inúmeros cursos em diversos países, podendo-se destacar o Curso em Tecnologia de Moagem, promovido pela Swiss Milling School, St. Gallen, em 1991. O Sr. Cláudio obteve, em 1992, junto ao Centro de Treinamento da Buhler, em Uzwil, Suiça, o certificado de Tecnologia de Moagem de Trigo. O Sr. Cláudio é Diretor das seguintes controladas da M. Dias Branco: Latinex Importação e Exportação de Alimentos Ltda., Jasmine Indústria e Comércio de Alimentos Ltda., Darcel S.A e Cacama S.A e também é Presidente na coligada da M. Dias Branco: Terminal Portuário Cotegipe S.A e membro do Conselho de Administração da coligada da M. Dias Branco: Terminal de Trigo do Rio de Janeiro – Logística S.A. Possui participação societária nas seguintes empresas: 1. Idibra Participações S.A.; 2. Terminal Portuário Cotegipe S.A; 3. Praia Centro Hotéis, Viagens e Turismo Ltda.; 4. Apodi Transportes e Locação Ltda.; 5. Águas Claras Participações Ltda.; 6. Praia do Futuro Empreendimentos Imobiliários Ltda.; 7. Equatorial Participação e Negócios S/A.; 8. Dias Branco Incorporadora Spe 001 Ltda.; 9. Dias Branco Incorporadora Spe 002 Ltda.; 10. Dias Branco Incorporadora Spe 003 Ltda.; 11. Dias Branco Incorporadora Spe 004 Ltda.; 12. Dias Branco Incorporadora Spe 005 Ltda.; 13. Dias Branco Incorporadora Spe 006 Ltda.; 14. Dias Branco Incorporadora Spe 007 Ltda.; 15. Dias Branco Incorporadora Spe 008 Ltda.; 16. Ponta da Praia Empreendimentos Imobiliários Spe 001 Ltda.; 17. Hotel Praia Mar Ltda.; 18. Idb Condominium Incorporações Spe Ltda.; 19. Cdb Participações Ltda.; 20. Aet Engenharia e Soluções Tecnológicas Avançadas Ltda.; 21. Bühler amp; scherler S.A.; 22. Wef Engenharia e Automação Ltda.; 23. Afbr Investimentos e Participações S.A.; 24. Fertsan Soluções Inteligentes em Agronegócio S.A.; 25. Aveiro Multimercado Fundo de Investimento Credito Privado Investimento no Exterior; 26. Dibra Fundo de investimento em Ações.

Órgãos da Administração:

Órgão da Administração	Data da Eleição	Prazo do mandato	Cargo eletivo ocupado	Descrição de outro cargo/função	Data de posse	Foi eleito pelo controlador	Data de início do primeiro mandato
Diretoria e Conselho de Administração	28/03/2024	1 ano	Vice Pres. C.A. e Vice Dir. Presidente		05/04/2024	Sim	12/05/2014

Nome: Francisco Ivens de Sá Dias Branco Júnior **CPF:** 155.400.143-91 **Profissão:** Empresário **Data de Nascimento:** 08/09/1960

Experiência Profissional: O Sr. Ivens Jr., nascido em 08/09/1960, atualmente é Diretor Presidente da Companhia. Iniciou suas atividades profissionais na própria Companhia, em 1976, percorrendo vários de seus setores. Em 1981, por destacar-se na área industrial, tornou-se acionista da Companhia e assumiu sua Diretoria Industrial. Em 2002, contribuiu fundamentalmente para a implantação da G.M.E. (CE), unidade industrial produtora de margarinas e gorduras vegetais da Companhia. Em 2003, o Sr. Ivens Jr. tornou-se Diretor Superintendente da Companhia, cargo que ocupou até a nomeação para seu atual cargo. Ao longo de sua carreira, o Sr. Ivens Jr. foi agraciado com diversos prêmios e títulos, destacando-se a Medalha Edson Queiroz, conferido em 2005 pela Assembleia Legislativa do Ceará. De 2006 até 2021, ocupou a Vice-presidência Industrial da Companhia. O Sr. Ivens Jr. é Diretor-Presidente nas seguintes controladas da M. Dias Branco: Latinex Importação e Exportação de Alimentos Ltda., Jasmine Indústria e Comércio de Alimentos Ltda., Darcel S.A e Cacama S.A. Também é Diretor na coligada da M. Dias Branco: Terminal Portuário Cotegipe S.A e membro do Conselho de Administração da coligada da M. Dias Branco: Terminal de Trigo do Rio de Janeiro – Logística S.A e possui participação societária nas seguintes empresas: 1. 3l Administração e Participações Ltda.; 2. Águas Claras Participações Ltda.; 3. Apodi Transportes e Locação Ltda.; 4. Dias Branco Administração e Participações Ltda.; 5. Dias Branco Incorporadora Spe 001 Ltda.; 6. Dias Branco Incorporadora Spe 002 Ltda.; 7 Dias Branco Incorporadora Spe 003 Ltda.; 8. Dias Branco Incorporadora Spe 004 Ltda.; 9. Dias Branco Incorporadora Spe 005 Ltda.; 10. Dias Branco Incorporadora Spe 006 Ltda.; 11. Dias Branco Incorporadora Spe 007 Ltda.; 12. Dias Branco Incorporadora Spe 008 Ltda.; 13. Equatorial Participação e Negócios S/A.; 14. Idb Condominium Incorporações Spe Ltda.; 15. Idibra participações S.A.; 16. Ldb Logística e Transportes Ltda.; 17. Ldb Transporte de Cargas Ltda.; 18. Ponta da Praia Empreendimentos Imobiliários Spe 001 Ltda.; 19. Praia Centro Hotéis, Viagens e Turismo Ltda.; 20. Praia do Futuro Empreendimentos Imobiliários Ltda.; 21. Terminal Portuário Cotegipe S.A.

Órgãos da Administração:

Órgão da Administração	Data da Eleição	Prazo do mandato	Cargo eletivo ocupado	Descrição de outro cargo/função	Data de posse	Foi eleito pelo controlador	Data de início do primeiro mandato
Diretoria e Conselho de Administração	28/03/2024	1 ano	Conselheiro(Suplente) e Dir. Presidente		05/04/2024	Sim	12/05/2011

Nome: FRANCISCO MARCOS SARAIVA LEAO DIAS BRANCO **CPF:** 220.794.163-91 **Profissão:** Empresário **Data de Nascimento:** 23/06/1964

Experiência Profissional: O Sr. Marcos, nascido em 23/06/1964, iniciou sua carreira empresarial na própria Companhia, em 1980. Destacando-se na área comercial da Companhia, o Sr. Marcos foi nomeado Diretor Comercial em 1989, sendo posteriormente empossado no cargo de Diretor Comercial Corporativo, em 2003. Seu primeiro mandato na Companhia iniciou-se em abril de 2006. Em 2006, foi eleito Vice-Presidente Comercial da Companhia, cargo que ocupou até 25 de fevereiro de 2019. O Sr. Marcos não trabalhou em outras companhias abertas, porém, possui participação societária nas seguintes empresas: 1. Idibra Participações S.A.; 2. Terminal Portuário Cotegipe S.A; 3. Praia Centro Hotéis, Viagens e Turismo Ltda.; 4. Apodi Transportes e Locação Ltda.; 5. Águas Claras Participações Ltda.; 6. Praia do Futuro Empreendimentos Imobiliários Ltda.; 7. Equatorial Participação e Negócios S/A.; 8. Dias Branco Incorporadora Spe 001 Ltda.; 9. Dias Branco Incorporadora Spe 002 Ltda.; 10. Dias Branco Incorporadora Spe 003 Ltda.; 11. Dias Branco Incorporadora Spe 004 Ltda.; 12. Dias Branco Incorporadora Spe 005 Ltda.; 13. Dias Branco Incorporadora Spe 006 Ltda.; 14. Dias Branco Incorporadora Spe 007 Ltda.; 15. Dias Branco Incorporadora Spe 008 Ltda.; 16. Ponta da Praia Empreendimentos Imobiliários Spe 001 Ltda.; 17. Hotel Praia Mar Ltda.; 18. Idb Condominium Incorporações Spe Ltda.; 19. Aveiro Multimercado Fundo de Investimento Credito Privado Investimento no Exterior; 20. Dibra Fundo de Investimento em Ações.

Órgãos da Administração:

Órgão da Administração	Data da Eleição	Prazo do mandato	Cargo eletivo ocupado	Descrição de outro cargo/função	Data de posse	Foi eleito pelo controlador	Data de início do primeiro mandato
Conselho de Administração	28/03/2024	1 ano	Conselho de Administração (Suplente)		05/04/2024	Sim	12/05/2019

Nome: Guilherme Affonso Ferreira **CPF:** 762.604.298-00 **Profissão:** Engenheiro **Data de Nascimento:** 09/05/1951

Experiência Profissional: O Sr. Guilherme, nascido em 09/05/1951, é graduado em engenharia de produção pela Escola Politécnica da Universidade de São Paulo - USP. Cursou, também, economia no Macalester College, em St. Paul, Minnesota. Desde 2020, sócio e Senior Advisor da MOS Capital. De 2007 a 2020, foi sócio e chairman da Teorema Capital. Além disso, é Conselheiro de Administração da Arezzo, B3, M Dias Branco, Mitre, 3R Petroleum e Valid, todas listadas na B3. Foi CEO da Bahema no período em que a companhia foi acionista relevante do Unibanco (1986 a 2008) - e obteve um retorno de cerca de 50% ao ano, em dólares, com o investimento. Também foi Conselheiro da Petrobras de 2015 a 2018, participando do programa de reestruturação da companhia.

Órgãos da Administração:

Órgão da Administração	Data da Eleição	Prazo do mandato	Cargo eletivo ocupado	Descrição de outro cargo/função	Data de posse	Foi eleito pelo controlador	Data de início do primeiro mandato
Conselho de Administração	28/03/2024	1 ano	Conselho de Adm. Independente (Efetivo)		05/04/2024	Sim	12/05/2019

Nome: Gustavo Lopes Theodozio **CPF:** 620.569.564-20 **Profissão:** Administrador de empresas **Data de Nascimento:** 04/07/1975

Experiência Profissional: O Sr. Gustavo Theodozio, nascido em 04/07/1975, é graduado em Administração de Empresas, com MBA em Gestão Empresarial e Pós-graduação em Ciências Contábeis e Controladoria. Em mais de 25 anos de carreira, ocupou posições de liderança nas áreas Financeira e de Relações com Investidores em empresas como Biosev (Louis Dreyfus Company), Unipar Carbocloro (Solvay Indupa), JBS (JBS Couros, Vigor e Itambé) e Grupo JCPM (Bompreço Supermercados do NE e Sistema Jornal do Comércio de Comunicação). Exerceu, ainda, a função de Conselheiro na Solvay Indupa, Solalban Energy e Tecsis. É Diretor nas seguintes controladas da M. Dias Branco: Latinex Importação e Exportação de Alimentos Ltda., Jasmine Indústria e Comércio de Alimentos Ltda., Darcel S.A e Cacama S.A.

Órgãos da Administração:

Órgão da Administração	Data da Eleição	Prazo do mandato	Cargo eletivo ocupado	Descrição de outro cargo/função	Data de posse	Foi eleito pelo controlador	Data de início do primeiro mandato
Diretoria e Conselho de Administração	28/03/2024	1 ano	Conselheiro(Suplente) e Dir. Vice Pres.		05/04/2024	Sim	12/05/2022

Nome: Luciane Nunes de Carvalho Sallas **CPF:** 995.411.224-34 **Profissão:** Administradora de Empresa **Data de Nascimento:** 19/01/1975

Experiência Profissional: A Sra. Luciane, nascida em 19/01/1975, é formada em Administração de Empresas pela Universidade de Pernambuco, pós-graduada pelo IBMEC em Mercado de Capitais e com MBA em Finanças e Risco pela USP. Experiência na gestão de Finanças, Compras, TI, RH e Administrativo. Iniciou sua carreira no Grupo Pilar em Recife, depois trabalhou por 10 anos na AmBev/Ab-Inbev no headquarter em SP e na Bélgica, nesta fase liderando um projeto global de produtividades, com foco principalmente na Europa e Ásia. Retornou a Recife como CFO da Areva-Koblitz, uma empresa de atuação na América Latina no segmento de energia renovável. Em seguida, atuou por 5 anos no Sistema Jornal do Commercio de Comunicação, do grupo João Carlos Paes Mendonça à frente de toda a operação administrativo-financeira e tecnologia, também conduzindo os negócios digitais, como executiva do Portal NE10. Também trabalhou como Diretoria de planejamento financeiro da Solar Coca-Cola. Atualmente, é Diretora Executiva de Investimentos e Planejamento Financeiro da Companhia.

Órgãos da Administração:

Órgão da Administração	Data da Eleição	Prazo do mandato	Cargo eletivo ocupado	Descrição de outro cargo/função	Data de posse	Foi eleito pelo controlador	Data de início do primeiro mandato
Conselho de Administração	28/03/2024	1 ano	Conselho de Administração (Suplente)		05/04/2024	Sim	12/05/2021

Nome: Luiza Andréa Farias Nogueira **CPF:** 231.470.753-20 **Profissão:** Administradora de Empresa **Data de Nascimento:** 30/11/1964

Experiência Profissional: A Sra. Andréa, nascida em 30/11/1964, é Mestre em Administração de Empresas e Graduada em Administração de Empresas, com formação complementar em liderança e gestão. Possui ampla experiência como executiva e consultora de empresas nas áreas de Recursos Humanos, Gestão Estratégica e Gestão de Processos. Assumiu a Diretoria Executiva de Desenvolvimento Organizacional da M Dias Branco em 2006, cargo que ocupa até hoje, tendo sob sua responsabilidade as áreas de gestão e pessoas, administração de pessoal, comunicação, saúde ocupacional e sustentabilidade.

Órgãos da Administração:

Órgão da Administração	Data da Eleição	Prazo do mandato	Cargo eletivo ocupado	Descrição de outro cargo/função	Data de posse	Foi eleito pelo controlador	Data de início do primeiro mandato
Conselho de Administração	28/03/2024	1 ano	Conselho de Administração (Efetivo)		05/04/2024	Sim	12/05/2017

Nome: MARIA CONSUELO SARAIVA LEAO DIAS BRANCO **CPF:** 272.898.853-68 **Profissão:** Empresária **Data de Nascimento:** 23/10/1934

Experiência Profissional: A Sra. Consuelo, nascida em 23/10/1934, é Presidente do Conselho de Administração da Companhia. Idealizou o Centro Histórico M. Dias Branco e coordena ações ligadas a questões sociais em comunidades afetadas à zona de influência da Companhia. Seu primeiro mandato na Companhia iniciou-se em abril de 2006. A Sra. Consuelo não trabalhou em outras companhias abertas, porém, possui participação societária nas seguintes empresas: 1. Aveiro Multimercado Fundo de Investimento Credito Privado Investimento no Exterior; 2. Equatorial Participacao e Negocios S.A.; 3. Apodi Transporte e Locacao Ltda.

Órgãos da Administração:

Órgão da Administração	Data da Eleição	Prazo do mandato	Cargo eletivo ocupado	Descrição de outro cargo/função	Data de posse	Foi eleito pelo controlador	Data de início do primeiro mandato
Conselho de Administração	28/03/2024	1 ano	Presidente do Conselho de Administração		05/04/2024	Sim	12/05/2006

Nome: Maria das Graças Dias Branco da Escóssia **CPF:** 273.184.433-72 **Profissão:** Empresária **Data de Nascimento:** 17/07/1959

Experiência Profissional: A Sra. Graça, nascida em 17/07/1959, iniciou suas atividades no meio empresarial em 1985, na administração de empresa do ramo de hotelaria, da qual tornou-se Diretora Vice-Presidente anos depois, em 1987. Em 2001, a Sra. Graça assumiu a Diretoria de Relações Institucionais da Companhia, tornando-se, mais tarde, Diretora Corporativa de Relações Institucionais, em 2003, função que exerceu até abril de 2006, quando foi nomeada para seu atual cargo na Companhia, Vice-Presidente Financeira. A Sra. Graça graduou-se em Direito pela Universidade Federal do Ceará, no ano de 1985 e MBA em Gestão Empresarial no ano de 2008. Foi membro do Comitê de Auditoria da Companhia de maio de 2010 a maio de 2013. A Sra. Graça não trabalhou em outras companhias abertas, porém é Diretora nas seguintes controladas da M. Dias Branco: Latinex Importação e Exportação de Alimentos Ltda., Jasmine Indústria e Comércio de Alimentos Ltda., Darcel S.A e Cacama S.A. e possui participação societária nas seguintes empresas: 1. Idibra Participações S.A.; 2. Terminal Portuário Cotegipe S.A; 3. Praia Centro Hotéis, Viagens e Turismo Ltda.; 4. Apodi Transportes e Locação Ltda.; 5. Águas Claras Participações Ltda.; 6. Praia do Futuro Empreendimentos Imobiliários Ltda.; 7. Equatorial Participação e Negócios S/A.; 8. Dias Branco Incorporadora Spe 001 Ltda.; 9. Dias Branco Incorporadora Spe 002 Ltda.; 10. Dias Branco Incorporadora Spe 003 Ltda.; 11. Dias Branco Incorporadora Spe 004 Ltda.; 12. Dias Branco Incorporadora Spe 005 Ltda.; 13. Dias Branco Incorporadora Spe 006 Ltda.; 14. Dias Branco Incorporadora Spe 007 Ltda.; 15. Dias Branco Incorporadora Spe 008 Ltda.; 16. Ponta da Praia Empreendimentos Imobiliários Spe 001 Ltda.; 17. Hotel Praia Mar Ltda.; 18. Idb Condominium Incorporações Spe Ltda.; 19. Apodi Concretos Ltda.; 20. Apodi Distribuição e Logística Ltda.; 21. Aveiro Multimercado Fundo de Investimento Credito Privado Investimento no Exterior; 22. Dibra Fundo de Investimento em Ações.

Órgãos da Administração:

Órgão da Administração	Data da Eleição	Prazo do mandato	Cargo eletivo ocupado	Descrição de outro cargo/função	Data de posse	Foi eleito pelo controlador	Data de início do primeiro mandato
Diretoria e Conselho de Administração	28/03/2024	1 ano	Conselheiro(Efetivo) e Dir. Vice Pres.		05/04/2024	Sim	12/05/2006

Nome: Maria Regina Saraiva Leão Dias Branco **CPF:** 235.899.653-04 **Profissão:** Empresária **Data de Nascimento:** 15/12/1961

Experiência Profissional: A Sra. Regina, nascida em 15/12/1961, atualmente é Vice-Presidente de Administração e Desenvolvimento da Companhia. Iniciou suas atividades empresariais na própria Companhia, em 1980. Em 1989, assumiu a Diretoria Administrativa da Companhia, onde permaneceu até 2003, ano em que foi nomeada Diretora Administrativa Corporativa. Graduou-se em Administração de Empresas em 1987, pela Universidade de Fortaleza - UNIFOR. Em 2008, conclui MBA em Gestão Empresarial pela Fundação Getúlio Vargas. Participa anualmente de evento direcionado para dirigentes de grandes organizações sobre liderança, estratégia e gestão. É, também, Diretora Presidente da Idibra Participações S.A., atuante no mercado de incorporação imobiliária e construção civil. Seu primeiro mandato na Companhia iniciou-se em abril de 2006. A Sra. Regina não trabalhou em outras companhias abertas, porém, é Diretora nas nas seguintes controladas da M. Dias Branco: Latinex Importação e Exportação de Alimentos Ltda., Jasmine Indústria e Comércio de Alimentos Ltda., Darcel S.A e Cacama S.A e possui participação societária nas seguintes empresas: 1. Idibra Participações S.A.; 2. Terminal Portuário Cotegipe S.A; 3. Praia Centro Hotéis, Viagens e Turismo Ltda.; 4. Apodi Transportes e Locação Ltda.; 5. Águas Claras Participações Ltda.; 6. Praia do Futuro Empreendimentos Imobiliários Ltda.; 7. Equatorial Participação e Negócios S/A.; 8. Dias Branco Incorporadora Spe 001 Ltda.; 9. Dias Branco Incorporadora Spe 002 Ltda.; 10. Dias Branco Incorporadora Spe 003 Ltda.; 11. Dias Branco Incorporadora Spe 004 Ltda.; 12. Dias Branco Incorporadora Spe 005 Ltda.; 13. Dias Branco Incorporadora Spe 006 Ltda.; 14. Dias Branco Incorporadora Spe 007 Ltda.; 15. Dias Branco Incorporadora Spe 008 Ltda.; 16. Ponta da Praia Empreendimentos Imobiliários Spe 001 Ltda.; 17. Hotel Praia Mar Ltda.; 18. Idb Condominium Incorporações Spe Ltda.; 19. Universo Pet Ii Scp.; 20. Lavanda Brasil Indústria e Comércio de Cosméticos Ltda.; 21. Aveiro Multimercado Fundo de Investimento Credito Privado Investimento no Exterior.; 22. Dibra Fundo de Investimento em Ações.

Órgãos da Administração:

Órgão da Administração	Data da Eleição	Prazo do mandato	Cargo eletivo ocupado	Descrição de outro cargo/função	Data de posse	Foi eleito pelo controlador	Data de início do primeiro mandato
Diretoria e Conselho de Administração	28/03/2024	1 ano	Conselheiro(Suplente) e Dir. Vice Pres.		05/04/2024	Sim	12/05/2014

Nome: Ricardo Luiz de Souza Ramos **CPF:** 804.112.237-04 **Profissão:** Engenheiro **Data de Nascimento:** 07/12/1964

Experiência Profissional: O Sr. Ricardo, nascido em 07/12/1964, é graduado em engenharia mecânica pela Universidade Gama Filho. Cursou também mestrado em Administração pela COPPEAD na Universidade Federal do Rio de Janeiro e Mestrado Internacional em Gestão pela Universidade de Lancaster. De abril de 2021 a junho de 2022, foi sócio-diretor responsável por M&A e captação de recursos de financiamento de longo prazo na BF Capital Assessoria Financeira. De 1997 a 2016, exerceu diversos cargos de gestão no Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), tendo sido diretor estatutário da mesma instituição de 2016 a 2019. Além disso, foi Conselheiro de Administração da ENEVA S.A de 2012 a 2014, do SEBRAE - Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (2016 a 2019), da ABDE - Associação Brasileira de Instituições Financeiras de Desenvolvimento (2016 a 2017) e da FAPES - Fundação de Assistência e Previdência Social do BNDES (2013 a 2016/ 2016 a 2017), tendo voltado a ocupar o cargo de Conselheiro de Administração nesta última instituição desde junho de 2023.

Órgãos da Administração:

Órgão da Administração	Data da Eleição	Prazo do mandato	Cargo eletivo ocupado	Descrição de outro cargo/função	Data de posse	Foi eleito pelo controlador	Data de início do primeiro mandato
Conselho de Administração	28/03/2024	1 ano	Conselho de Adm. Independente (Efetivo)		05/04/2024	Sim	12/05/2022

Nome: Rômulo Ruberti Calmon Dantas **CPF:** 742.287.497-04 **Profissão:** Administrador **Data de Nascimento:** 21/07/1963

Experiência Profissional: O Sr. Rômulo, nascido em 21/07/1963, é Administrador de Empresas com Pós-Graduação em Marketing pela ESPM e MBA em Administração pela FGV, certificado no Programa de Gestão para Dirigentes Empresariais no Insead (França), no Instituto de Certificação dos Profissionais de Seguridade Social e no Instituto Brasileiro de Governança Corporativa como Conselheiro de Administração. Rômulo tem larga experiência como executivo de empresas de grande porte, tais como Kibon, Souza Cruz, PepsiCo Alimentos, Hypermarcas e Ontex Brasil. Atuou como Vice-Presidente Comercial da PepsiCo Alimentos e Vice-Presidente Comercial e de Logística da Ontex Brasil. É Diretor nas seguintes controladas da M. Dias Branco: Latinex Importação e Exportação de Alimentos Ltda., Jasmine Indústria e Comércio de Alimentos Ltda., Darcel S.A e Cacama S.A.

Órgãos da Administração:

Órgão da Administração	Data da Eleição	Prazo do mandato	Cargo eletivo ocupado	Descrição de outro cargo/função	Data de posse	Foi eleito pelo controlador	Data de início do primeiro mandato
Diretoria e Conselho de Administração	28/03/2024	1 ano	Conselheiro(Suplente) e Dir. Vice Pres.		05/04/2024	Sim	12/05/2022

7.4 Composição dos comitês

Nome: Adil Dallago Filho **CPF:** 368.449.503-49 **Profissão:** Engenheiro **Data de Nascimento:** 18/02/1970

Experiência Profissional: O Sr. Adil Filho é graduado em Engenharia pela Universidade Federal do Ceará – UFC e possui MBA em Administração de Empresas pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Foi gerente da suprimentos da Souza Cruz, Allied Domecq, Del Monte Fresh Produce e Nufarm. Foi Diretor de Supply Point na Danone e Diretor Executivo da Cadeia de Abastecimento da Solar Coca-Cola. Possui expertise em manufatura, cadeia de suprimentos, compras, logística e comércio internacional, incluindo integração de empresas frutos de M&A, revisão estratégica (avaliação greenfield), abastecimento internacional e abastecimento regional para outros países latino-americanos. Nos últimos 5 anos, não houve qualquer condenação criminal, em processo administrativo da CVM, transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que tenha suspendido ou inabilitado a prática de atividade profissional ou comercial desse membro da administração da Companhia. Não é pessoa politicamente exposta. Não é membro independente.

Comitês:

Tipo comitê	Tipo auditoria	Cargo ocupado	Data posse	Prazo mandato	Descrição de outros comitês	Descrição de outro cargo/função	Data da eleição	Foi eleito pelo controlador	Data de início do primeiro mandato
Outros Comitês		Membro do Comitê (Efetivo)	05/04/2024	1 ano	Comitê de ESG		05/04/2024	Sim	23/06/2023

Nome: Adrian Lima da Hora **CPF:** 372.365.394-49 **Profissão:** Administrador de Empresas **Data de Nascimento:** 02/02/1964

Experiência Profissional: O Sr. Adrian, nascido em 02/02/1964, é graduado em Administração de Empresas e Ciências Contábeis pela Universidade Católica de Pernambuco, possui MBA intensivo na Ahold Retail Academy, Cornell, na Provar - USP e na StarSe/Nova SBE. Forte vivência na indústria de proteína animal, com background relevante no varejo e em auditoria externa (Ernst amp; Young). Atuou como CFO, CAO e controller em grandes organizações multi-localizadas e como membro do Conselho de Administração de empresas na Itália e em Mônaco. Foi CFO da Seara (2015 a 2016) e CAO da Rodopa (2011 a 2015). Atualmente é membro efetivo do Conselho Fiscal da JBS, da Eldorado Brasil Celulose S.A. e da Excelsior Alimentos S.A, do Comitê de Auditoria da M Dias Branco e do Conselho de Administração da International School, Serviços de Ensino, Treinamento, Editoração Franqueadora S.A.

Comitês:

Tipo comitê	Tipo auditoria	Cargo ocupado	Data posse	Prazo mandato	Descrição de outros comitês	Descrição de outro cargo/função	Data da eleição	Foi eleito pelo controlador	Data de início do primeiro mandato
Comitê de Auditoria	Comitê de Auditoria não Estatuário	Membro do Comitê (Efetivo)	05/04/2024	1 ano			05/04/2024	Sim	23/06/2021

Nome: Daniel Mota Gutierrez **CPF:** 468.231.903-53 **Profissão:** Advogado **Data de Nascimento:** 07/04/1973

Experiência Profissional: O Sr. Daniel Gutiérrez, nascido em 07/04/1973, é Vice-presidente Jurídico, de Governança, Riscos e Compliance. Ingressou na M. Dias Branco em julho de 2006, no cargo de Assessor Jurídico Corporativo. É Diretor nas seguintes controladas da M. Dias Branco: Latinex Importação e Exportação de Alimentos Ltda., Jasmine Indústria e Comércio de Alimentos Ltda., Darcel S.A e Cacama S.A e é Diretor na coligada da M. Dias Branco Terminal de Trigo do Rio de Janeiro – Logística S.A. É Advogado inscrito na Ordem dos Advogados do Brasil, Secção Ceará-OAB/CE, desde 1995 e na Secção São Paulo-OAB/SP, desde 2004. É especialista em Direito Processual Civil pela Universidade de Fortaleza-UNIFOR. É Mestre e Doutor também em Direito Processual Civil pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo- PUC/SP. Ex-Gestor da Assessoria Jurídica Corporativa da Cia. de Seguros Aliança do Brasil, tendo exercido suas funções em São Paulo. Ex-Professor do Curso de Mestrado em Direito do Unichristus - Centro Universitário Christus. Ex-Professor da Pós- Graduação em Direito da Universidade de Fortaleza. Ex-Bolsista da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior-CAPES. Foi Vice-Presidente da Comissão de Seguridade Social da OAB/CE. Atuando como Advogado-Sócio de escritório de advocacia, prestou serviços a diversas empresas e entidades regionais e nacionais, no campo do Direito Empresarial, notadamente nas áreas cível, consumerista, administrativa e trabalhista.

Comitês:

Tipo comitê	Tipo auditoria	Cargo ocupado	Data posse	Prazo mandato	Descrição de outros comitês	Descrição de outro cargo/função	Data da eleição	Foi eleito pelo controlador	Data de início do primeiro mandato
Outros Comitês		Membro do Comitê (Efetivo)	05/04/2024	1 ano	Comitê de ESG		05/04/2024	Sim	23/06/2019

Outros Comitês	Membro do Comitê (Efetivo)	05/04/2024	1 ano	Comitê de Gente e Gestão	05/04/2024	Sim	23/06/2019

Nome: Daniel Perecim Funis **CPF:** 252.096.468-58 **Profissão:** Engenheiro **Data de Nascimento:** 26/03/1976

Experiência Profissional: O Sr. Daniel Funis, nascido em 26/03/1976, é graduado em engenharia mecatrônica pela Escola Politécnica- USP, tem mestrado em administração de empresas pela Universidade de Cambridge, Inglaterra. Com larga experiência em varejo, bens de consumo e ecommerce, fez parte da equipe que introduziu o Groupon no Brasil, liderando a área de marketing. Foi o responsável por 10 anos pelas operações da Farfetch na América Latina e nos últimos 2 anos trabalhou em projetos de fusões e aquisições dentro do grupo. Antes destas experiências, ocupou diferentes cargos nas áreas de engenharia, produção, vendas e marketing em empresas como Fiat e Unilever, desempenhando estas funções na Argentina, Brasil, França, Inglaterra e Itália.

Comitês:

Tipo comitê	Tipo auditoria	Cargo ocupado	Data posse	Prazo mandato	Descrição de outros comitês	Descrição de outro cargo/função	Data da eleição	Foi eleito pelo controlador	Data de início do primeiro mandato
Comitê de Auditoria	Comitê de Auditoria não Estatuário	Membro do Comitê (Efetivo)	05/04/2024	1 ano			05/04/2024	Sim	23/06/2019

Nome: Elionor Jreige Weffort **CPF:** 147.735.128-06 **Profissão:** Advogada e Contadora **Data de Nascimento:** 30/07/1969

Experiência Profissional: A Sra. Elionor, nascida em 30/07/1969, é graduada em Contabilidade pela Fundação Escola de Comércio Álvares Penteado – FECAP e em Direito pela Universidade de São Paulo e possui doutorado em Controladoria e Contabilidade pela Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade da Universidade de São Paulo. Atuou como membro independente do Comitê de Auditoria da Vibra Energia, empresa de capital aberto, listada na B3, foi consultora das Nações Unidas (ONU/UNCTAD/ISAR), com destaque para o Projeto Capacity-building framework for high quality corporate reporting e consultora de empresas com atuação principalmente em contratos e preventivo, compliance e governança corporativa. Atualmente, atua como membro independente do Conselho de Administração e Coordenadora do Comitê de Auditoria Estatutário da CPTM – Companhia Paulista de Trens Metropolitanos e como membro independente e Coordenadora do Comitê de Auditoria da M. Dias Branco S.A Indústria e Comércio de Alimentos e é professora e pesquisadora do Programa de Mestrado em Ciências Contábeis e graduação da FECAP.

Comitês:

Tipo comitê	Tipo auditoria	Cargo ocupado	Data posse	Prazo mandato	Descrição de outros comitês	Descrição de outro cargo/função	Data da eleição	Foi eleito pelo controlador	Data de início do primeiro mandato
Comitê de Auditoria	Comitê de Auditoria não Estatuário	Outros	05/04/2024	1 ano		Coordenadora e especialista em Contabilidade Societária	05/04/2024	Sim	23/06/2018

Nome: Francisco Ivens de Sá Dias Branco Júnior **CPF:** 155.400.143-91 **Profissão:** Empresário **Data de Nascimento:** 08/09/1960

Experiência Profissional:

O Sr. Ivens Jr., nascido em 08/09/1960, atualmente é Diretor Presidente da Companhia. Iniciou suas atividades profissionais na própria Companhia, em 1976, percorrendo vários de seus setores. Em 1981, por destacar-se na área industrial, tornou-se acionista da Companhia e assumiu sua Diretoria Industrial. Em 2002, contribuiu fundamentalmente para a implantação da G.M.E. (CE), unidade industrial produtora de margarinas e gorduras vegetais da Companhia. Em 2003, o Sr. Ivens Jr. tornou-se Diretor Superintendente da Companhia, cargo que ocupou até a nomeação para seu atual cargo. Ao longo de sua carreira, o Sr. Ivens Jr. foi agraciado com diversos prêmios e títulos, destacando-se a Medalha Edson Queiroz, conferido em 2005 pela Assembleia Legislativa do Ceará. De 2006 até 2021, ocupou a Vice-presidência Industrial da Companhia. O Sr. Ivens Jr. é Diretor-Presidente nas seguintes controladas da M. Dias Branco: Latinex Importação e Exportação de Alimentos Ltda., Jasmine Indústria e Comércio de Alimentos Ltda., Darcel S.A e Cacama S.A. Também é Diretor na coligada da M. Dias Branco: Terminal Portuário Cotegipe S.A e membro do Conselho de Administração da coligada da M. Dias Branco: Terminal de Trigo do Rio de Janeiro – Logística S.A e possui participação societária nas seguintes empresas: 1. 3l Administração e Participações Ltda.; 2. Águas Claras Participações Ltda.; 3. Apodi Transportes e Locação Ltda.; 4. Dias Branco Administração e Participações Ltda.; 5. Dias Branco Incorporadora Spe 001 Ltda.; 6. Dias Branco Incorporadora Spe 002 Ltda.; 7 Dias Branco Incorporadora Spe 003 Ltda.; 8. Dias Branco Incorporadora Spe 004 Ltda.; 9. Dias Branco Incorporadora Spe 005 Ltda.; 10. Dias Branco Incorporadora Spe 006 Ltda.; 11. Dias Branco Incorporadora Spe 007 Ltda.; 12. Dias Branco Incorporadora Spe 008 Ltda.; 13. Equatorial Participação e Negócios S/A.; 14. Idb Condominium Incorporações Spe Ltda.; 15. Idibra participações S.A.; 16. Ldb Logística e Transportes Ltda.; 17. Ldb Transporte de Cargas Ltda.; 18. Ponta da Praia Empreendimentos Imobiliários Spe 001 Ltda.; 19. Praia Centro Hotéis, Viagens e Turismo Ltda.; 20. Praia do Futuro Empreendimentos Imobiliários Ltda.; 21. Terminal Portuário Cotegipe S.A.

Comitês:

Tipo comitê	Tipo auditoria	Cargo ocupado	Data posse	Prazo mandato	Descrição de outros comitês	Descrição de outro cargo/função	Data da eleição	Foi eleito pelo controlador	Data de início do primeiro mandato
Outros Comitês		Membro do Comitê (Efetivo)	05/04/2024	1 ano	Comitê de ESG		05/04/2024	Sim	23/06/2023
Outros Comitês		Membro do Comitê (Efetivo)	05/04/2024	1 ano	Comitê de Gente e Gestão		05/04/2024	Sim	23/06/2019

Nome: Guilherme Affonso Ferreira **CPF:** 762.604.298-00 **Profissão:** Engenheiro **Data de Nascimento:** 09/05/1951

Experiência Profissional: O Sr. Guilherme, nascido em 09/05/1951, é graduado em engenharia de produção pela Escola Politécnica da Universidade de São Paulo - USP. Cursou, também, economia no Macalester College, em St. Paul, Minnesota. Desde 2020, sócio e Senior Advisor da MOS Capital. De 2007 a 2020, foi sócio e chairman da Teorema Capital. Além disso, é Conselheiro de Administração da Arezzo, B3, M Dias Branco, Mitre, 3R Petroleum e Valid, todas listadas na B3. Foi CEO da Bahema no período em que a companhia foi acionista relevante do Unibanco (1986 a 2008) - e obteve um retorno de cerca de 50% ao ano, em dólares, com o investimento. Também foi Conselheiro da Petrobras de 2015 a 2018, participando do programa de reestruturação da companhia.

Comitês:

Tipo comitê	Tipo auditoria	Cargo ocupado	Data posse	Prazo mandato	Descrição de outros comitês	Descrição de outro cargo/função	Data da eleição	Foi eleito pelo controlador	Data de início do primeiro mandato
Outros Comitês		Membro do Comitê (Efetivo)	05/04/2024	1 ano	Comitê de ESG		05/04/2024	Sim	23/06/2019

Nome: Luiza Andréa Farias Nogueira **CPF:** 231.470.753-20 **Profissão:** Administradora de Empresa **Data de Nascimento:** 30/11/1964

Experiência Profissional: A Sra. Andréa, nascida em 30/11/1964, é Mestre em Administração de Empresas e Graduada em Administração de Empresas, com formação complementar em liderança e gestão. Possui ampla experiência como executiva e consultora de empresas nas áreas de Recursos Humanos, Gestão Estratégica e Gestão de Processos. Assumiu a Diretoria Executiva de Desenvolvimento Organizacional da M Dias Branco em 2006, cargo que ocupa até hoje, tendo sob sua responsabilidade as áreas de gestão e pessoas, administração de pessoal, comunicação, saúde ocupacional e sustentabilidade.

Comitês:

Tipo comitê	Tipo auditoria	Cargo ocupado	Data posse	Prazo mandato	Descrição de outros comitês	Descrição de outro cargo/função	Data da eleição	Foi eleito pelo controlador	Data de início do primeiro mandato
Outros Comitês		Membro do Comitê (Efetivo)	05/04/2024	1 ano	Comitê de ESG		05/04/2024	Sim	23/06/2020
Outros Comitês		Membro do Comitê (Efetivo)	05/04/2024	1 ano	Comitê de Gente e Gestão		05/04/2024	Sim	23/06/2019

Nome: Maria Regina Saraiva Leão Dias Branco **CPF:** 235.899.653-04 **Profissão:** Empresária **Data de Nascimento:** 15/12/1961

Experiência Profissional:

A Sra. Regina, nascida em 15/12/1961, atualmente é Vice-Presidente de Administração e Desenvolvimento da Companhia. Iniciou suas atividades empresariais na própria Companhia, em 1980. Em 1989, assumiu a Diretoria Administrativa da Companhia, onde permaneceu até 2003, ano em que foi nomeada Diretora Administrativa Corporativa. Graduou-se em Administração de Empresas em 1987, pela Universidade de Fortaleza - UNIFOR. Em 2008, conclui MBA em Gestão Empresarial pela Fundação Getúlio Vargas. Participa anualmente de evento direcionado para dirigentes de grandes organizações sobre liderança, estratégia e gestão. É, também, Diretora Presidente da Idibra Participações S.A., atuante no mercado de incorporação imobiliária e construção civil. Seu primeiro mandato na Companhia iniciou-se em abril de 2006. A Sra. Regina não trabalhou em outras companhias abertas, porém, é Diretora nas nas seguintes controladas da M. Dias Branco: Latinex Importação e Exportação de Alimentos Ltda., Jasmine Indústria e Comércio de Alimentos Ltda., Darcel S.A e Cacama S.A e possui participação societária nas seguintes empresas: 1. Idibra Participações S.A.; 2. Terminal Portuário Cotegipe S.A; 3. Praia Centro Hotéis, Viagens e Turismo Ltda.; 4. Apodi Transportes e Locação Ltda.; 5. Águas Claras Participações Ltda.; 6. Praia do Futuro Empreendimentos Imobiliários Ltda.; 7. Equatorial Participação e Negócios S/A.; 8. Dias Branco Incorporadora Spe 001 Ltda.; 9. Dias Branco Incorporadora Spe 002 Ltda.; 10. Dias Branco Incorporadora Spe 003 Ltda.; 11. Dias Branco Incorporadora Spe 004 Ltda.; 12. Dias Branco Incorporadora Spe 005 Ltda.; 13. Dias Branco Incorporadora Spe 006 Ltda.; 14. Dias Branco Incorporadora Spe 007 Ltda.; 15. Dias Branco Incorporadora Spe 008 Ltda.; 16. Ponta da Praia Empreendimentos Imobiliários Spe 001 Ltda.; 17. Hotel Praia Mar Ltda.; 18. Idb Condominium Incorporações Spe Ltda.; 19. Universo Pet Ii Scp.; 20. Lavanda Brasil Indústria e Comércio de Cosméticos Ltda.; 21. Aveiro Multimercado Fundo de Investimento Credito Privado Investimento no Exterior.; 22. Dibra Fundo de Investimento em Ações.

Comitês:

Tipo comitê	Tipo auditoria	Cargo ocupado	Data posse	Prazo mandato	Descrição de outros comitês	Descrição de outro cargo/função	Data da eleição	Foi eleito pelo controlador	Data de início do primeiro mandato
Outros Comitês		Membro do Comitê (Efetivo)	05/04/2024	1 ano	Comitê de ESG		05/04/2024	Sim	23/06/2020
Outros Comitês		Membro do Comitê (Efetivo)	05/04/2024	1 ano	Comitê de Gente e Gestão		05/04/2024	Sim	23/06/2019

Nome: Ricardo Luiz de Souza Ramos **CPF:** 804.112.237-04 **Profissão:** Engenheiro **Data de Nascimento:** 07/12/1964

Experiência Profissional: O Sr. Ricardo, nascido em 07/12/1964, é graduado em engenharia mecânica pela Universidade Gama Filho. Cursou também mestrado em Administração pela COPPEAD na Universidade Federal do Rio de Janeiro e Mestrado Internacional em Gestão pela Universidade de Lancaster. De abril de 2021 a junho de 2022, foi sócio-diretor responsável por M&A e captação de recursos de financiamento de longo prazo na BF Capital Assessoria Financeira. De 1997 a 2016, exerceu diversos cargos de gestão no Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), tendo sido diretor estatutário da mesma instituição de 2016 a 2019. Além disso, foi Conselheiro de Administração da ENEVA S.A de 2012 a 2014, do SEBRAE - Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (2016 a 2019), da ABDE - Associação Brasileira de Instituições Financeiras de Desenvolvimento (2016 a 2017) e da FAPES - Fundação de Assistência e Previdência Social do BNDES (2013 a 2016/ 2016 a 2017), tendo voltado a ocupar o cargo de Conselheiro de Administração nesta última instituição desde junho de 2023.

Comitês:

Tipo comitê	Tipo auditoria	Cargo ocupado	Data posse	Prazo mandato	Descrição de outros comitês	Descrição de outro cargo/função	Data da eleição	Foi eleito pelo controlador	Data de início do primeiro mandato
Outros Comitês		Membro do Comitê (Efetivo)	05/04/2024	1 ano	Comitê de Gente e Gestão		05/04/2024	Sim	23/06/2022

7.5 Relações familiares

Nome	CPF	Nome empresarial do emissor ou controlada	CNPJ	Tipo de parentesco com o administrador do emissor ou controlada
Cargo	**Passaporte**		**Nacionalidade**	
Administrador do emissor ou controlada				
MARIA CONSUELO SARAIVA LEAO DIAS BRANCO	272.898.853-68	M DIAS BRANCO S.A. INDUSTRIA E COMERCIO DE ALIMENTOS	07.206.816/0001-15	
Presidente do Conselho de Administração	N/A		Brasileiro(a)	
Pessoa relacionada				
Maria das Graças Dias Branco da Escóssia	273.184.433-72	M DIAS BRANCO S.A. INDUSTRIA E COMERCIO DE ALIMENTOS	07.206.816/0001-15	Filho ou Filha (1º grau por consanguinidade)
Vice-Presidente Financeira e Membro Titular do Conselho de Administração	N/A		Brasileiro(a)	

Observação

Os Srs. Francisco Ivens de Sá Dias Branco Júnior, Francisco Marcos Saraiva Leão Dias Branco, Francisco Cláudio Saraiva Leão Dias Branco, Maria das Graças Dias Branco da Escóssia e Maria Regina Saraiva Leão Dias Branco, são filhos da Sra.Maria Consuelo Saraiva Leão Dias Branco.

Administrador do emissor ou controlada				
MARIA CONSUELO SARAIVA LEAO DIAS BRANCO	272.898.853-68	M DIAS BRANCO S.A. INDUSTRIA E COMERCIO DE ALIMENTOS	07.206.816/0001-15	
Presidente do Conselho de Administração	N/A		Brasileiro(a)	
Pessoa relacionada				
FRANCISCO MARCOS SARAIVA LEAO DIAS BRANCO	220.794.163-91	M DIAS BRANCO S.A. INDUSTRIA E COMERCIO DE ALIMENTOS	07.206.816/0001-15	Filho ou Filha (1º grau por consanguinidade)
Membro suplente do Conselho de Administração	N/A		Brasileiro(a)	

Observação

Os Srs. Francisco Ivens de Sá Dias Branco Júnior, Francisco Marcos Saraiva Leão Dias Branco, Francisco Cláudio Saraiva Leão Dias Branco, Maria das Graças Dias Branco da Escóssia e Maria Regina Saraiva Leão Dias Branco, são filhos do Sra. Maria Consuelo Saraiva Leão Dias Branco.

Administrador do emissor ou controlada				
MARIA CONSUELO SARAIVA LEAO DIAS BRANCO	272.898.853-68	M DIAS BRANCO S.A. INDUSTRIA E COMERCIO DE ALIMENTOS	07.206.816/0001-15	
Presidente do Conselho de Administração	N/A		Brasileiro(a)	
Pessoa relacionada				

7.5 Relações familiares

Nome	CPF	Nome empresarial do emissor ou controlada	CNPJ	Tipo de parentesco com o administrador do emissor ou controlada
Cargo	**Passaporte**		**Nacionalidade**	
FRANCISCO CLAUDIO SARAIVA LEAO DIAS BRANCO	262.329.013-04	M DIAS BRANCO S.A. INDUSTRIA E COMERCIO DE ALIMENTOS	07.206.816/0001-15	Filho ou Filha (1º grau por consanguinidade)
Vice-Presidente do Conselho de Administração (titular) e Vice-Presidente Industrial de Moinhos	N/A		Brasileiro(a)	

Observação

Os Srs. Francisco Ivens de Sá Dias Branco Júnior, Francisco Marcos Saraiva Leão Dias Branco, Francisco Cláudio Saraiva Leão Dias Branco, Maria das Graças Dias Branco da Escóssia e Maria Regina Saraiva Leão Dias Branco, são filhos da Sra. Maria Consuelo Saraiva Leão Dias Branco.

Administrador do emissor ou controlada

MARIA CONSUELO SARAIVA LEAO DIAS BRANCO	272.898.853-68	M DIAS BRANCO S.A. INDUSTRIA E COMERCIO DE ALIMENTOS	07.206.816/0001-15	
Presidente do Conselho de Administração	N/A		Brasileiro(a)	
Pessoa relacionada				
Maria Regina Saraiva Leão Dias Branco	235.899.653-04	M DIAS BRANCO S.A. INDUSTRIA E COMERCIO DE ALIMENTOS	07.206.816/0001-15	Filho ou Filha (1º grau por consanguinidade)
Vice-Presidente de Administração, Desenvolvimento e Sustentabilidade; Membro Suplente do Conselho de Administração e Membro do Comitê de ESG e do Comitê de Gente e Gestão	N/A		Brasileiro(a)	

Observação

Os Srs. Francisco Ivens de Sá Dias Branco Júnior, Francisco Marcos Saraiva Leão Dias Branco, Francisco Cláudio Saraiva Leão Dias Branco, Maria das Graças Dias Branco da Escóssia e Maria Regina Saraiva Leão Dias Branco, são filhos da Sra. Maria Consuelo Saraiva Leão Dias Branco.

Administrador do emissor ou controlada

MARIA CONSUELO SARAIVA LEAO DIAS BRANCO	272.898.853-68	M DIAS BRANCO S.A. INDUSTRIA E COMERCIO DE ALIMENTOS	07.206.816/0001-15	
Presidente do Conselho de Administração	N/A		Brasileiro(a)	
Pessoa relacionada				
Francisco Ivens de Sá Dias Branco Júnior	155.400.143-91	M DIAS BRANCO S.A. INDUSTRIA E COMERCIO DE ALIMENTOS	07.206.816/0001-15	Filho ou Filha (1º grau por consanguinidade)

7.5 Relações familiares

Nome	CPF	Nome empresarial do emissor ou controlada	CNPJ	Tipo de parentesco com o administrador do emissor ou controlada
Cargo	**Passaporte**		**Nacionalidade**	
Presidente da Companhia e Membro suplente do Conselho de Administração e Membro do Comitê de Gente e Gestão	N/A		Brasileiro(a)	

Observação

Os Srs. Francisco Ivens de Sá Dias Branco Júnior, Francisco Marcos Saraiva Leão Dias Branco, Francisco Cláudio Saraiva Leão Dias Branco, Maria das Graças Dias Branco da Escóssia e Maria Regina Saraiva Leão Dias Branco, são filhos da Sra. Maria Consuelo Saraiva Leão Dias Branco.

Administrador do emissor ou controlada

MARIA CONSUELO SARAIVA LEAO DIAS BRANCO	272.898.853-68	M DIAS BRANCO S.A. INDUSTRIA E COMERCIO DE ALIMENTOS	07.206.816/0001-15	
Presidente do Conselho de Administração	N/A		Brasileiro(a)	
Pessoa relacionada				
Francisco Ivens de Sá Dias Branco Júnior	155.400.143-91	JASMINE INDUSTRIA E COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA.	81.727.414/0008-95	Filho ou Filha (1º grau por consanguinidade)
Diretor Presidente	N/A		Brasileiro(a)	

Observação

Administrador do emissor ou controlada

MARIA CONSUELO SARAIVA LEAO DIAS BRANCO	272.898.853-68	M DIAS BRANCO S.A. INDUSTRIA E COMERCIO DE ALIMENTOS	07.206.816/0001-15	
Presidente do Conselho de Administração	N/A		Brasileiro(a)	
Pessoa relacionada				
FRANCISCO CLAUDIO SARAIVA LEAO DIAS BRANCO	262.329.013-04	JASMINE INDUSTRIA E COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA.	81.727.414/0008-95	Filho ou Filha (1º grau por consanguinidade)
Diretor Industrial	N/A		Brasileiro(a)	

Observação

Administrador do emissor ou controlada

MARIA CONSUELO SARAIVA LEAO DIAS BRANCO	272.898.853-68	M DIAS BRANCO S.A. INDUSTRIA E COMERCIO DE ALIMENTOS	07.206.816/0001-15	

7.5 Relações familiares

Nome	CPF	Nome empresarial do emissor ou controlada	CNPJ	Tipo de parentesco com o administrador do emissor ou controlada
Cargo	**Passaporte**		**Nacionalidade**	
Presidente do Conselho de Administração	N/A		Brasileiro(a)	
Pessoa relacionada				
Maria das Graças Dias Branco da Escóssia	273.184.433-72	JASMINE INDUSTRIA E COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA.	81.727.414/0008-95	Filho ou Filha (1º grau por consanguinidade)
Diretora Financeira	N/A		Brasileiro(a)	
Observação				
Administrador do emissor ou controlada				
MARIA CONSUELO SARAIVA LEAO DIAS BRANCO	272.898.853-68	M DIAS BRANCO S.A. INDUSTRIA E COMERCIO DE ALIMENTOS	07.206.816/0001-15	
Presidente do Conselho de Administração	N/A		Brasileiro(a)	
Pessoa relacionada				
Maria Regina Saraiva Leão Dias Branco	235.899.653-04	JASMINE INDUSTRIA E COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA.	81.727.414/0008-95	Filho ou Filha (1º grau por consanguinidade)
Diretora Administração, Desenvolvimento e Sustentabilidade	N/A		Brasileiro(a)	
Observação				
Administrador do emissor ou controlada				
MARIA CONSUELO SARAIVA LEAO DIAS BRANCO	272.898.853-68	M DIAS BRANCO S.A. INDUSTRIA E COMERCIO DE ALIMENTOS	07.206.816/0001-15	
Presidente do Conselho de Administração	N/A		Brasileiro(a)	
Pessoa relacionada				
Francisco Ivens de Sá Dias Branco Júnior	155.400.143-91	LATINEX IMPORTACAO E EXPORTACAO DE ALIMENTOS LTDA (PARTICIPAÇÃO DIRETA)	05.540.409/0001-14	Filho ou Filha (1º grau por consanguinidade)
Diretor Presidente	N/A		Brasileiro(a)	
Observação				
Administrador do emissor ou controlada				

7.5 Relações familiares

Nome	CPF	Nome empresarial do emissor ou controlada	CNPJ	Tipo de parentesco com o administrador do emissor ou controlada
Cargo	**Passaporte**		**Nacionalidade**	
MARIA CONSUELO SARAIVA LEAO DIAS BRANCO	272.898.853-68	M DIAS BRANCO S.A. INDUSTRIA E COMERCIO DE ALIMENTOS	07.206.816/0001-15	
Presidente do Conselho de Administração	N/A		Brasileiro(a)	
Pessoa relacionada				
FRANCISCO CLAUDIO SARAIVA LEAO DIAS BRANCO	262.329.013-04	LATINEX IMPORTACAO E EXPORTACAO DE ALIMENTOS LTDA (PARTICIPAÇÃO DIRETA)	05.540.409/0001-14	Filho ou Filha (1º grau por consanguinidade)
Diretor Industrial	N/A		Brasileiro(a)	
Observação				
Administrador do emissor ou controlada				
MARIA CONSUELO SARAIVA LEAO DIAS BRANCO	272.898.853-68	M DIAS BRANCO S.A. INDUSTRIA E COMERCIO DE ALIMENTOS	07.206.816/0001-15	
Presidente do Conselho de Administração	N/A		Brasileiro(a)	
Pessoa relacionada				
Maria das Graças Dias Branco da Escóssia	273.184.433-72	LATINEX IMPORTACAO E EXPORTACAO DE ALIMENTOS LTDA (PARTICIPAÇÃO DIRETA)	05.540.409/0001-14	Filho ou Filha (1º grau por consanguinidade)
Diretora Financeira	N/A		Brasileiro(a)	
Observação				
Administrador do emissor ou controlada				
MARIA CONSUELO SARAIVA LEAO DIAS BRANCO	272.898.853-68	M DIAS BRANCO S.A. INDUSTRIA E COMERCIO DE ALIMENTOS	07.206.816/0001-15	
Presidente do Conselho de Administração	N/A		Brasileiro(a)	
Pessoa relacionada				
Maria Regina Saraiva Leão Dias Branco	235.899.653-04	LATINEX IMPORTACAO E EXPORTACAO DE ALIMENTOS LTDA (PARTICIPAÇÃO DIRETA)	05.540.409/0001-14	Filho ou Filha (1º grau por consanguinidade)
Diretora Administração, Desenvolvimento e Sustentabilidade	N/A		Brasileiro(a)	
Observação				

7.5 Relações familiares

Nome	CPF	Nome empresarial do emissor ou controlada	CNPJ	Tipo de parentesco com o administrador do emissor ou controlada
Cargo	**Passaporte**		**Nacionalidade**	
Administrador do emissor ou controlada				
MARIA CONSUELO SARAIVA LEAO DIAS BRANCO	272.898.853-68	M DIAS BRANCO S.A. INDUSTRIA E COMERCIO DE ALIMENTOS	07.206.816/0001-15	
Presidente do Conselho de Administração	N/A		Brasileiro(a)	
Pessoa relacionada				
FRANCISCO CLAUDIO SARAIVA LEAO DIAS BRANCO	262.329.013-04	Terminal de Trigo do Rio de Janeiro - Logística S. A	18.245.532/0001-54	Filho ou Filha (1º grau por consanguinidade)
Presidente do Conselho de Administração	N/A		Brasileiro(a)	
Observação				
Administrador do emissor ou controlada				
MARIA CONSUELO SARAIVA LEAO DIAS BRANCO	272.898.853-68	M DIAS BRANCO S.A. INDUSTRIA E COMERCIO DE ALIMENTOS	07.206.816/0001-15	
Presidente do Conselho de Administração	N/A		Brasileiro(a)	
Pessoa relacionada				
Francisco Ivens de Sá Dias Branco Júnior	155.400.143-91	DARCEL S.A.		Filho ou Filha (1º grau por consanguinidade)
Diretor	N/A		Brasileiro(a)	
Observação				
Administrador do emissor ou controlada				
MARIA CONSUELO SARAIVA LEAO DIAS BRANCO	272.898.853-68	M DIAS BRANCO S.A. INDUSTRIA E COMERCIO DE ALIMENTOS	07.206.816/0001-15	
Presidente do Conselho de Administração	N/A		Brasileiro(a)	
Pessoa relacionada				
FRANCISCO CLAUDIO SARAIVA LEAO DIAS BRANCO	262.329.013-04	DARCEL S.A.		Filho ou Filha (1º grau por consanguinidade)
Diretor	N/A		Brasileiro(a)	
Observação				

7.5 Relações familiares

Nome	CPF	Nome empresarial do emissor ou controlada	CNPJ	Tipo de parentesco com o administrador do emissor ou controlada
Cargo	**Passaporte**		**Nacionalidade**	
Administrador do emissor ou controlada				
MARIA CONSUELO SARAIVA LEAO DIAS BRANCO	272.898.853-68	M DIAS BRANCO S.A. INDUSTRIA E COMERCIO DE ALIMENTOS	07.206.816/0001-15	
Presidente do Conselho de Administração	N/A		Brasileiro(a)	
Pessoa relacionada				
Maria das Graças Dias Branco da Escóssia	273.184.433-72	DARCEL S.A.		Filho ou Filha (1º grau por consanguinidade)
Diretora	N/A		Brasileiro(a)	
Observação				
Administrador do emissor ou controlada				
MARIA CONSUELO SARAIVA LEAO DIAS BRANCO	272.898.853-68	M DIAS BRANCO S.A. INDUSTRIA E COMERCIO DE ALIMENTOS	07.206.816/0001-15	
Presidente do Conselho de Administração	N/A		Brasileiro(a)	
Pessoa relacionada				
Maria Regina Saraiva Leão Dias Branco	235.899.653-04	DARCEL S.A.		Filho ou Filha (1º grau por consanguinidade)
Diretora	N/A		Brasileiro(a)	
Observação				
Administrador do emissor ou controlada				
MARIA CONSUELO SARAIVA LEAO DIAS BRANCO	272.898.853-68	M DIAS BRANCO S.A. INDUSTRIA E COMERCIO DE ALIMENTOS	07.206.816/0001-15	
Presidente do Conselho de Administração	N/A		Brasileiro(a)	
Pessoa relacionada				
Maria Regina Saraiva Leão Dias Branco	235.899.653-04	CACAMA S.A.		Filho ou Filha (1º grau por consanguinidade)
Diretora	N/A		Brasileiro(a)	
Observação				

7.5 Relações familiares

Nome	CPF	Nome empresarial do emissor ou controlada	CNPJ	Tipo de parentesco com o administrador do emissor ou controlada
Cargo	**Passaporte**		**Nacionalidade**	
Administrador do emissor ou controlada				
MARIA CONSUELO SARAIVA LEAO DIAS BRANCO	272.898.853-68	M DIAS BRANCO S.A. INDUSTRIA E COMERCIO DE ALIMENTOS	07.206.816/0001-15	
Presidente do Conselho de Administração	N/A		Brasileiro(a)	
Pessoa relacionada				
Francisco Ivens de Sá Dias Branco Júnior	155.400.143-91	CACAMA S.A.		Filho ou Filha (1º grau por consanguinidade)
Diretor	N/A		Brasileiro(a)	
Observação				
Administrador do emissor ou controlada				
MARIA CONSUELO SARAIVA LEAO DIAS BRANCO	272.898.853-68	M DIAS BRANCO S.A. INDUSTRIA E COMERCIO DE ALIMENTOS	07.206.816/0001-15	
Presidente do Conselho de Administração	N/A		Brasileiro(a)	
Pessoa relacionada				
FRANCISCO CLAUDIO SARAIVA LEAO DIAS BRANCO	262.329.013-04	CACAMA S.A.		Filho ou Filha (1º grau por consanguinidade)
Diretor	N/A		Brasileiro(a)	
Observação				
Administrador do emissor ou controlada				
MARIA CONSUELO SARAIVA LEAO DIAS BRANCO	272.898.853-68	M DIAS BRANCO S.A. INDUSTRIA E COMERCIO DE ALIMENTOS	07.206.816/0001-15	
Presidente do Conselho de Administração	N/A		Brasileiro(a)	
Pessoa relacionada				
Maria das Graças Dias Branco da Escóssia	273.184.433-72	CACAMA S.A.		Filho ou Filha (1º grau por consanguinidade)
Diretora	N/A		Brasileiro(a)	
Observação				

7.6 Relações de subordinação, prestação de serviço ou controle

Identificação	CPF/CNPJ	Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada	Tipo de pessoa relacionada
Cargo/Função	**Passaporte**	**Nacionalidade**	

Exercício Social 31/12/2022

Administrador do Emissor

Maria Regina Saraiva Leão Dias Branco	235.899.653-04	Controle	Controlador Direto
Vice-Presidente de Administração, Desenvolvimento e Sustentabilidade Membro Suplente do Conselho de Administração e Membro do Comitê de ESG e do Comitê de Gente e Gestão.	N/A	Brasileiro(a) - Brasil	

Pessoa Relacionada

Dias Branco Adm. e Participações Ltda.	07.886.385/0001-85		
Participação Societária	N/A	Brasileiro(a) - Brasil	

Observação

Administrador do Emissor

Maria Regina Saraiva Leão Dias Branco	235.899.653-04	Controle	Fornecedor
Vice-Presidente de Administração, Desenvolvimento e Sustentabilidade Membro Suplente do Conselho de Administração e Membro do Comitê de ESG e do Comitê de Gente e Gestão.	N/A	Brasileiro(a) - Brasil	

Pessoa Relacionada

Praia Centro Hotéis, Viagens e Turismo Ltda.	07.415.391/0001-54		
Participação Societária	N/A	Brasileiro(a) - Brasil	

Observação

Serviços de Hotelaria

Administrador do Emissor

Maria Regina Saraiva Leão Dias Branco	235.899.653-04	Controle	Devedor
Vice-Presidente de Administração, Desenvolvimento e Sustentabilidade Membro Suplente do Conselho de Administração e Membro do Comitê de ESG e do Comitê de Gente e Gestão.	N/A	Brasileiro(a) - Brasil	

7.6 Relações de subordinação, prestação de serviço ou controle

Identificação	CPF/CNPJ	Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada	Tipo de pessoa relacionada
Cargo/Função	**Passaporte**	**Nacionalidade**	
Pessoa Relacionada			
Terminal Portuário Cotegipe S.A.	40.561.649/0001-04		
Participação Societária	N/A	Brasileiro(a) - Brasil	
Observação			
Prestação de serviços na descarga de trigo e outros serviços			
Administrador do Emissor			
Maria Regina Saraiva Leão Dias Branco	235.899.653-04	Controle	Fornecedor
Vice-Presidente de Administração, Desenvolvimento e Sustentabilidade Membro Suplente do Conselho de Administração e Membro do Comitê de ESG e do Comitê de Gente e Gestão.	N/A	Brasileiro(a) - Brasil	
Pessoa Relacionada			
Companhia Industrial de Cimento Apodi	10.260.249/0004-32		
Participação Societária	N/A	Brasileiro(a) - Brasil	
Observação			
Materiais aplicados em construção Civil			
Administrador do Emissor			
Maria Regina Saraiva Leão Dias Branco	235.899.653-04	Controle	Fornecedor
Vice-Presidente de Administração, Desenvolvimento e Sustentabilidade Membro Suplente do Conselho de Administração e Membro do Comitê de ESG e do Comitê de Gente e Gestão.	N/A	Brasileiro(a) - Brasil	
Pessoa Relacionada			
IDIBRA Participações S.A	06.258.768/0001-46		
Participação Societária	N/A	Brasileiro(a) - Brasil	
Observação			
Prestador de serviços em construção civil			
Administrador do Emissor			

7.6 Relações de subordinação, prestação de serviço ou controle

Identificação	CPF/CNPJ	Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada	Tipo de pessoa relacionada
Cargo/Função	**Passaporte**	**Nacionalidade**	
Maria das Graças Dias Branco da Escóssia	273.184.433-72	Controle	Controlador Direto
Membro efetivo do Conselho de Administração e Vice-Presidente Financeira	N/A	Brasileiro(a) - Brasil	
Pessoa Relacionada			
Dias Branco Adm. e Participações Ltda.	07.886.385/0001-85		
Participação Societária	N/A	Brasileiro(a) - Brasil	
Observação			
Administrador do Emissor			
Maria das Graças Dias Branco da Escóssia	273.184.433-72	Controle	Fornecedor
Membro efetivo do Conselho de Administração e Vice-Presidente Financeira	N/A	Brasileiro(a) - Brasil	
Pessoa Relacionada			
Praia Centro Hotéis, Viagens e Turismo Ltda.	07.415.391/0001-54		
Participação Societária	N/A	Brasileiro(a) - Brasil	
Observação			
Serviços de Hotelaria			
Administrador do Emissor			
Maria das Graças Dias Branco da Escóssia	273.184.433-72	Controle	Devedor
Membro efetivo do Conselho de Administração e Vice-Presidente Financeira	N/A	Brasileiro(a) - Brasil	
Pessoa Relacionada			
Terminal Portuário Cotegipe S.A.	40.561.649/0001-04		
Participação Societária	N/A	Brasileiro(a) - Brasil	
Observação			
Prestação de serviços na descarga de trigo e outros serviços			

7.6 Relações de subordinação, prestação de serviço ou controle

Identificação	CPF/CNPJ	Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada	Tipo de pessoa relacionada
Cargo/Função	**Passaporte**	**Nacionalidade**	
Administrador do Emissor			
Maria das Graças Dias Branco da Escóssia	273.184.433-72	Controle	Fornecedor
Membro efetivo do Conselho de Administração e Vice-Presidente Financeira	N/A	Brasileiro(a) - Brasil	
Pessoa Relacionada			
Companhia Industrial de Cimento Apodi	10.260.249/0004-32		
Participação Societária	N/A	Brasileiro(a) - Brasil	
Observação			
Materiais aplicados em construção Civil			
Administrador do Emissor			
Maria das Graças Dias Branco da Escóssia	273.184.433-72	Controle	Fornecedor
Membro efetivo do Conselho de Administração e Vice-Presidente Financeira	N/A	Brasileiro(a) - Brasil	
Pessoa Relacionada			
IDIBRA Participações S.A	06.258.768/0001-46		
Participação Societária	N/A	Brasileiro(a) - Brasil	
Observação			
Prestador de serviços em construção civil			
Administrador do Emissor			
MARIA CONSUELO SARAIVA LEAO DIAS BRANCO	272.898.853-68	Controle	Controlador Direto
Presidente do Conselho de Administração	N/A	Brasileiro(a) - Brasil	
Pessoa Relacionada			
Dias Branco Adm. e Participações Ltda.	07.886.385/0001-85		
Participação Societária	N/A	Brasileiro(a) - Brasil	
Observação			

7.6 Relações de subordinação, prestação de serviço ou controle

Identificação	CPF/CNPJ	Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada	Tipo de pessoa relacionada
Cargo/Função	**Passaporte**	**Nacionalidade**	
Administrador do Emissor			
MARIA CONSUELO SARAIVA LEAO DIAS BRANCO	272.898.853-68	Controle	Fornecedor
Presidente do Conselho de Administração	N/A	Brasileiro(a) - Brasil	
Pessoa Relacionada			
Praia Centro Hotéis, Viagens e Turismo Ltda.	07.415.391/0001-54		
Participação Societária	N/A	Brasileiro(a) - Brasil	
Observação			
Serviços de Hotelaria			
Administrador do Emissor			
MARIA CONSUELO SARAIVA LEAO DIAS BRANCO	272.898.853-68	Controle	Devedor
Presidente do Conselho de Administração	N/A	Brasileiro(a) - Brasil	
Pessoa Relacionada			
Terminal Portuário Cotegipe S.A.	40.561.649/0001-04		
Participação Societária	N/A	Brasileiro(a) - Brasil	
Observação			
Prestação de serviços na descarga de trigo e outros serviços			
Administrador do Emissor			
MARIA CONSUELO SARAIVA LEAO DIAS BRANCO	272.898.853-68	Controle	Fornecedor
Presidente do Conselho de Administração	N/A	Brasileiro(a) - Brasil	
Pessoa Relacionada			
Companhia Industrial de Cimento Apodi	10.260.249/0004-32		
Participação Societária	N/A	Brasileiro(a) - Brasil	
Observação			
Materiais aplicado em obras civis			
Administrador do Emissor			
MARIA CONSUELO SARAIVA LEAO DIAS BRANCO	272.898.853-68	Controle	Fornecedor

7.6 Relações de subordinação, prestação de serviço ou controle

Identificação	CPF/CNPJ	Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada	Tipo de pessoa relacionada
Cargo/Função	**Passaporte**	**Nacionalidade**	
Presidente do Conselho de Administração	N/A	Brasileiro(a) - Brasil	
Pessoa Relacionada			
IDIBRA Participações S.A	06.258.768/0001-46		
Participação Societária	N/A	Brasileiro(a) - Brasil	
Observação			
Prestação de serviços em construção civil			
Administrador do Emissor			
FRANCISCO CLAUDIO SARAIVA LEAO DIAS BRANCO	262.329.013-04	Controle	Controlador Direto
Membro efetivo (Vice-Presidente) do Conselho de Administração e Vice-Presidente Industrial - Moinhos	N/A	Brasileiro(a) - Brasil	
Pessoa Relacionada			
Dias Branco Adm. e Participações Ltda.	07.886.385/0001-85		
Participação Societária	N/A	Brasileiro(a) - Brasil	
Observação			
Administrador do Emissor			
FRANCISCO CLAUDIO SARAIVA LEAO DIAS BRANCO	262.329.013-04	Controle	Fornecedor
Membro efetivo (Vice-Presidente) do Conselho de Administração e Vice-Presidente Industrial - Moinhos	N/A	Brasileiro(a) - Brasil	
Pessoa Relacionada			
Praia Centro Hotéis, Viagens e Turismo Ltda.	07.415.391/0001-54		
Participação Societária	N/A	Brasileiro(a) - Brasil	
Observação			
Serviços de Hotelaria			
Administrador do Emissor			
FRANCISCO CLAUDIO SARAIVA LEAO DIAS BRANCO	262.329.013-04	Controle	Devedor
Membro efetivo (Vice-Presidente) do Conselho de Administração e Vice-Presidente Industrial - Moinhos	N/A	Brasileiro(a) - Brasil	

7.6 Relações de subordinação, prestação de serviço ou controle

Identificação	CPF/CNPJ	Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada	Tipo de pessoa relacionada
Cargo/Função	**Passaporte**	**Nacionalidade**	
Pessoa Relacionada			
Terminal Portuário Cotegipe S.A.	40.561.649/0001-04		
Participação Societária	N/A	Brasileiro(a) - Brasil	
Observação			
Prestação de serviços na descarga de trigo e outros serviços			
Administrador do Emissor			
FRANCISCO CLAUDIO SARAIVA LEAO DIAS BRANCO	262.329.013-04	Controle	Fornecedor
Membro efetivo (Vice-Presidente) do Conselho de Administração e Vice-Presidente Industrial - Moinhos	N/A	Brasileiro(a) - Brasil	
Pessoa Relacionada			
Companhia Industrial de Cimento Apodi	10.260.249/0004-32		
Participação Societária	N/A	Brasileiro(a) - Brasil	
Observação			
Materiais Aplicados em construção civil			
Administrador do Emissor			
FRANCISCO CLAUDIO SARAIVA LEAO DIAS BRANCO	262.329.013-04	Controle	Fornecedor
Membro efetivo (Vice-Presidente) do Conselho de Administração e Vice-Presidente Industrial - Moinhos	N/A	Brasileiro(a) - Brasil	
Pessoa Relacionada			
AET - Engenharia e Soluções Tecnológicas Avançadas Ltda.	12.304.942/0001-42		
Participação Societária	N/A	Brasileiro(a) - Brasil	
Observação			
Prestação de serviços de manutenção e instalação de equipamentos			
Administrador do Emissor			
FRANCISCO CLAUDIO SARAIVA LEAO DIAS BRANCO	262.329.013-04	Controle	Fornecedor
Membro efetivo (Vice-Presidente) do Conselho de Administração e Vice-Presidente Industrial - Moinhos	N/A	Brasileiro(a) - Brasil	

7.6 Relações de subordinação, prestação de serviço ou controle

Identificação	CPF/CNPJ	Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada	Tipo de pessoa relacionada
Cargo/Função	**Passaporte**	**Nacionalidade**	
Pessoa Relacionada			
IDIBRA Participações S.A	06.258.768/0001-46		
Participação Societária	N/A	Brasileiro(a) - Brasil	
Observação			
Prestação de serviços em construção civil			
Administrador do Emissor			
FRANCISCO CLAUDIO SARAIVA LEAO DIAS BRANCO	262.329.013-04	Controle	Fornecedor
Membro efetivo (Vice-Presidente) do Conselho de Administração e Vice-Presidente Industrial - Moinhos	N/A	Brasileiro(a) - Brasil	
Pessoa Relacionada			
WEF ENGENHARIA E AUTOMACAO LTDA	37.986.200/0001-75		
Participação societária	N/A	Brasileiro(a) - Brasil	
Observação			
Administrador do Emissor			
FRANCISCO MARCOS SARAIVA LEAO DIAS BRANCO	220.794.163-91	Controle	Controlador Direto
Membro suplente do Conselho de Administração	N/A	Brasileiro(a) - Brasil	
Pessoa Relacionada			
Dias Branco Adm. e Participações Ltda.	07.886.385/0001-85		
Participação Societária	N/A	Brasileiro(a) - Brasil	
Observação			
Administrador do Emissor			
FRANCISCO MARCOS SARAIVA LEAO DIAS BRANCO	220.794.163-91	Controle	Fornecedor
Membro suplente do Conselho de Administração	N/A	Brasileiro(a) - Brasil	
Pessoa Relacionada			
Praia Centro Hotéis, Viagens e Turismo Ltda.	07.415.391/0001-54		

7.6 Relações de subordinação, prestação de serviço ou controle

Identificação	CPF/CNPJ	Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada	Tipo de pessoa relacionada
Cargo/Função	**Passaporte**	**Nacionalidade**	
Participação Societária	N/A	Brasileiro(a) - Brasil	
Observação			
Serviços de Hotelaria			
Administrador do Emissor			
FRANCISCO MARCOS SARAIVA LEAO DIAS BRANCO	220.794.163-91	Controle	Devedor
Membro suplente do Conselho de Administração	N/A	Brasileiro(a) - Brasil	
Pessoa Relacionada			
Terminal Portuário Cotegipe S.A.	40.561.649/0001-04		
Participação Societária	N/A	Brasileiro(a) - Brasil	
Observação			
Prestação de serviços na descarga de trigo e outros serviços			
Administrador do Emissor			
FRANCISCO MARCOS SARAIVA LEAO DIAS BRANCO	220.794.163-91	Controle	Fornecedor
Membro suplente do Conselho de Administração	N/A	Brasileiro(a) - Brasil	
Pessoa Relacionada			
Companhia Industrial de Cimento Apodi	10.260.249/0004-32		
Participação Societária	N/A	Brasileiro(a) - Brasil	
Observação			
Materiais aplicados em obras civis			
Administrador do Emissor			
FRANCISCO MARCOS SARAIVA LEAO DIAS BRANCO	220.794.163-91	Controle	Fornecedor
Membro suplente do Conselho de Administração	N/A	Brasileiro(a) - Brasil	
Pessoa Relacionada			
IDIBRA Participações S.A	06.258.768/0001-46		
Participação Societária	N/A	Brasileiro(a) - Brasil	
Observação			

7.6 Relações de subordinação, prestação de serviço ou controle

Identificação	CPF/CNPJ	Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada	Tipo de pessoa relacionada
Cargo/Função	**Passaporte**	**Nacionalidade**	
Materiais aplicados em obras civis			
Administrador do Emissor			
Francisco Ivens de Sá Dias Branco Júnior	155.400.143-91	Controle	Controlador Direto
Membro suplente do Conselho de Administração; membro efetivo do Comitê de Gente e Gestão e Diretor Presidente	N/A	Brasileiro(a) - Brasil	
Pessoa Relacionada			
Dias Branco Adm. e Participações Ltda.	07.886.385/0001-85		
Participação Societária	N/A	Brasileiro(a) - Brasil	
Observação			
Administrador do Emissor			
Francisco Ivens de Sá Dias Branco Júnior	155.400.143-91	Controle	Fornecedor
Membro suplente do Conselho de Administração; membro efetivo do Comitê de Gente e Gestão e Diretor Presidente	N/A	Brasileiro(a) - Brasil	
Pessoa Relacionada			
Praia Centro Hotéis, Viagens e Turismo Ltda.	07.415.391/0001-54		
Participação Societária	N/A	Brasileiro(a) - Brasil	
Observação			
Serviços de Hotelaria			
Administrador do Emissor			
Francisco Ivens de Sá Dias Branco Júnior	155.400.143-91	Controle	Devedor
Membro suplente do Conselho de Administração; membro efetivo do Comitê de Gente e Gestão e Diretor Presidente	N/A	Brasileiro(a) - Brasil	
Pessoa Relacionada			
Terminal Portuário Cotegipe S.A.	40.561.649/0001-04		
Participação Societária	N/A	Brasileiro(a) - Brasil	
Observação			

7.6 Relações de subordinação, prestação de serviço ou controle

Identificação	CPF/CNPJ	Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada	Tipo de pessoa relacionada
Cargo/Função	**Passaporte**	**Nacionalidade**	
Prestação de Serviço na descarga de trigo e outros serviços			
Administrador do Emissor			
Francisco Ivens de Sá Dias Branco Júnior	155.400.143-91	Controle	Fornecedor
Membro suplente do Conselho de Administração; membro efetivo do Comitê de Gente e Gestão e Diretor Presidente	N/A	Brasileiro(a) - Brasil	
Pessoa Relacionada			
Companhia Industrial de Cimento Apodi	10.260.249/0004-32		
Participação Societária	N/A	Brasileiro(a) - Brasil	
Observação			
Materiais Aplicados em obras civis			
Administrador do Emissor			
Francisco Ivens de Sá Dias Branco Júnior	155.400.143-91	Controle	Fornecedor
Membro suplente do Conselho de Administração; membro efetivo do Comitê de Gente e Gestão e Diretor Presidente	N/A	Brasileiro(a) - Brasil	
Pessoa Relacionada			
IDIBRA Participações S.A	06.258.768/0001-46		
Participação Societária	N/A	Brasileiro(a) - Brasil	
Observação			
Prestação de serviços em construção civil			
Administrador do Emissor			
Francisco Ivens de Sá Dias Branco Júnior	155.400.143-91	Controle	Fornecedor
Membro suplente do Conselho de Administração; membro efetivo do Comitê de Gente e Gestão e Diretor Presidente	N/A	Brasileiro(a) - Brasil	
Pessoa Relacionada			
LDB Transportes de Cargas Ltda	09.411.448/0001-72		
Participação Societária	N/A	Brasileiro(a) - Brasil	
Observação			

7.6 Relações de subordinação, prestação de serviço ou controle

Identificação	CPF/CNPJ	Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada	Tipo de pessoa relacionada
Cargo/Função	**Passaporte**	**Nacionalidade**	
Serviços de transporte de cargas			
Administrador do Emissor			
Francisco Ivens de Sá Dias Branco Júnior	155.400.143-91	Controle	Fornecedor
Membro suplente do Conselho de Administração; membro efetivo do Comitê de Gente e Gestão e Diretor Presidente	N/A	Brasileiro(a) - Brasil	
Pessoa Relacionada			
LDB Logistica e Transporte Ltda	16.906.199/0001-51		
Participação Societária	N/A	Brasileiro(a) - Brasil	
Observação			
Serviços de transporte de cargas			

Exercício Social 31/12/2021

Administrador do Emissor			
Francisco Ivens de Sá Dias Branco Júnior	155.400.143-91	Controle	Controlador Direto
Diretor Presidente	N/A	Brasileiro(a) - Brasil	
Pessoa Relacionada			
Dias Branco Adm. e Participações Ltda.	07.886.385/0001-85		
Participação Societária	N/A	Brasileiro(a) - Brasil	
Observação			
Administrador do Emissor			
Francisco Ivens de Sá Dias Branco Júnior	155.400.143-91	Controle	Fornecedor
Diretor Presidente	N/A	Brasileiro(a) - Brasil	
Pessoa Relacionada			
Praia Centro Hotéis, Viagens e Turismo Ltda.	07.415.391/0001-54		
Participação Societária	N/A	Brasileiro(a) - Brasil	
Observação			

7.6 Relações de subordinação, prestação de serviço ou controle

Identificação	CPF/CNPJ	Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada	Tipo de pessoa relacionada
Cargo/Função	**Passaporte**	**Nacionalidade**	
Serviços de Hotelaria			
Administrador do Emissor			
Francisco Ivens de Sá Dias Branco Júnior	155.400.143-91	Controle	Devedor
Diretor Presidente	N/A	Brasileiro(a) - Brasil	
Pessoa Relacionada			
Terminal Portuário Cotegipe S.A.	40.561.649/0001-04		
Participação Societária	N/A	Brasileiro(a) - Brasil	
Observação			
Prestação de Serviço na descarga de trigo e outros serviços			
Administrador do Emissor			
Francisco Ivens de Sá Dias Branco Júnior	155.400.143-91	Controle	Fornecedor
Diretor Presidente	N/A	Brasileiro(a) - Brasil	
Pessoa Relacionada			
Companhia Industrial de Cimento Apodi	10.260.249/0004-32		
Participação Societária	N/A	Brasileiro(a) - Brasil	
Observação			
Materiais Aplicados em obras civis			
Administrador do Emissor			
Francisco Ivens de Sá Dias Branco Júnior	155.400.143-91	Controle	Fornecedor
Diretor Presidente	N/A	Brasileiro(a) - Brasil	
Pessoa Relacionada			
IDIBRA Participações S.A	06.258.768/0001-46		
Participação Societária	N/A	Brasileiro(a) - Brasil	
Observação			
Prestação de serviços em construção civil			
Administrador do Emissor			

7.6 Relações de subordinação, prestação de serviço ou controle

Identificação	CPF/CNPJ	Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada	Tipo de pessoa relacionada
Cargo/Função	**Passaporte**	**Nacionalidade**	
Francisco Ivens de Sá Dias Branco Júnior	155.400.143-91	Controle	Fornecedor
Diretor Presidente	N/A	Brasileiro(a) - Brasil	
Pessoa Relacionada			
LDB Transportes de Cargas Ltda	09.411.448/0001-72		
Participação Societária	N/A	Brasileiro(a) - Brasil	
Observação			
Serviços de transporte de cargas			
Administrador do Emissor			
Francisco Ivens de Sá Dias Branco Júnior	155.400.143-91	Controle	Fornecedor
Diretor Presidente	N/A	Brasileiro(a) - Brasil	
Pessoa Relacionada			
LDB Logistica e Transporte Ltda	16.906.199/0001-51		
Participação Societária	N/A	Brasileiro(a) - Brasil	
Observação			
Serviços de transporte de cargas			
Administrador do Emissor			
FRANCISCO MARCOS SARAIVA LEAO DIAS BRANCO	220.794.163-91	Controle	Controlador Direto
Membro efetivo do conselho de administração	N/A	Brasileiro(a) - Brasil	
Pessoa Relacionada			
Dias Branco Adm. e Participações Ltda.	07.886.385/0001-85		
Participação Societária	N/A	Brasileiro(a) - Brasil	
Observação			
Administrador do Emissor			
FRANCISCO MARCOS SARAIVA LEAO DIAS BRANCO	220.794.163-91	Controle	Fornecedor
Membro efetivo do conselho de administração	N/A	Brasileiro(a) - Brasil	
Pessoa Relacionada			

7.6 Relações de subordinação, prestação de serviço ou controle

Identificação	CPF/CNPJ	Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada	Tipo de pessoa relacionada
Cargo/Função	**Passaporte**	**Nacionalidade**	
Praia Centro Hotéis, Viagens e Turismo Ltda.	07.415.391/0001-54		
Participação Societária	N/A	Brasileiro(a) - Brasil	
Observação			
Serviços de Hotelaria			
Administrador do Emissor			
FRANCISCO MARCOS SARAIVA LEAO DIAS BRANCO	220.794.163-91	Controle	Fornecedor
Membro efetivo do conselho de administração	N/A	Brasileiro(a) - Brasil	
Pessoa Relacionada			
Terminal Portuário Cotegipe S.A.	40.561.649/0001-04		
Participação Societária	N/A	Brasileiro(a) - Brasil	
Observação			
Prestação de serviços na descarga de trigo e outros serviços			
Administrador do Emissor			
FRANCISCO MARCOS SARAIVA LEAO DIAS BRANCO	220.794.163-91	Controle	Fornecedor
Membro efetivo do conselho de administração	N/A	Brasileiro(a) - Brasil	
Pessoa Relacionada			
Companhia Industrial de Cimento Apodi	10.260.249/0004-32		
Materiais aplicados em obras civis	N/A	Brasileiro(a) - Brasil	
Observação			
Administrador do Emissor			
FRANCISCO MARCOS SARAIVA LEAO DIAS BRANCO	220.794.163-91	Controle	Fornecedor
Membro efetivo do conselho de administração	N/A	Brasileiro(a) - Brasil	
Pessoa Relacionada			
IDIBRA Participações S.A	06.258.768/0001-46		
Participação Societária	N/A	Brasileiro(a) - Brasil	
Observação			

7.6 Relações de subordinação, prestação de serviço ou controle

Identificação	CPF/CNPJ	Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada	Tipo de pessoa relacionada
Cargo/Função	**Passaporte**	**Nacionalidade**	
Materiais aplicados em obras civis			
Administrador do Emissor			
Maria Regina Saraiva Leão Dias Branco	235.899.653-04	Controle	Controlador Direto
Vice-Presidente de Administração e Desenvolvimento	N/A	Brasileiro(a) - Brasil	
Pessoa Relacionada			
Dias Branco Adm. e Participações Ltda.	07.886.385/0001-85		
Participação Societária	N/A	Brasileiro(a) - Brasil	
Observação			
Administrador do Emissor			
Maria Regina Saraiva Leão Dias Branco	235.899.653-04	Controle	Fornecedor
Vice-Presidente de Administração e Desenvolvimento	N/A	Brasileiro(a) - Brasil	
Pessoa Relacionada			
Praia Centro Hotéis, Viagens e Turismo Ltda.	07.415.391/0001-54		
Participação Societária	N/A	Brasileiro(a) - Brasil	
Observação			
Serviços de Hotelaria			
Administrador do Emissor			
Maria Regina Saraiva Leão Dias Branco	235.899.653-04	Controle	Devedor
Vice-Presidente de Administração e Desenvolvimento	N/A	Brasileiro(a) - Brasil	
Pessoa Relacionada			
Terminal Portuário Cotegipe S.A.	40.561.649/0001-04		
Participação Societária	N/A	Brasileiro(a) - Brasil	
Observação			
Prestação de serviços na descarga de trigo e outros serviços			
Administrador do Emissor			

7.6 Relações de subordinação, prestação de serviço ou controle

Identificação	CPF/CNPJ	Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada	Tipo de pessoa relacionada
Cargo/Função	**Passaporte**	**Nacionalidade**	
Maria Regina Saraiva Leão Dias Branco	235.899.653-04	Controle	Fornecedor
Vice-Presidente de Administração e Desenvolvimento	N/A	Brasileiro(a) - Brasil	
Pessoa Relacionada			
Companhia Industrial de Cimento Apodi	10.260.249/0004-32		
Participação Societária	N/A	Brasileiro(a) - Brasil	
Observação			
Materiais aplicados em construção Civil			
Administrador do Emissor			
Maria Regina Saraiva Leão Dias Branco	235.899.653-04	Controle	Fornecedor
Vice-Presidente de Administração e Desenvolvimento	N/A	Brasileiro(a) - Brasil	
Pessoa Relacionada			
IDIBRA Participações S.A	06.258.768/0001-46		
Participação Societária	N/A	Brasileiro(a) - Brasil	
Observação			
Prestador de serviços em construção civil			
Administrador do Emissor			
FRANCISCO CLAUDIO SARAIVA LEAO DIAS BRANCO	262.329.013-04	Controle	Controlada Indireta
Vice-Presidente Industrial - Moinhos	N/A	Brasileiro(a) - Brasil	
Pessoa Relacionada			
Dias Branco Adm. e Participações Ltda.	07.886.385/0001-85		
Participação Societária	N/A	Brasileiro(a) - Brasil	
Observação			
Administrador do Emissor			
FRANCISCO CLAUDIO SARAIVA LEAO DIAS BRANCO	262.329.013-04	Controle	Fornecedor
Vice-Presidente Industrial - Moinhos	N/A	Brasileiro(a) - Brasil	
Pessoa Relacionada			

7.6 Relações de subordinação, prestação de serviço ou controle

Identificação	CPF/CNPJ	Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada	Tipo de pessoa relacionada
Cargo/Função	**Passaporte**	**Nacionalidade**	
Praia Centro Hotéis, Viagens e Turismo Ltda.	07.415.391/0001-54		
Participação Societária	N/A	Brasileiro(a) - Brasil	
Observação			
Serviços de Hotelaria			
Administrador do Emissor			
FRANCISCO CLAUDIO SARAIVA LEAO DIAS BRANCO	262.329.013-04	Controle	Devedor
Vice-Presidente Industrial - Moinhos	N/A	Brasileiro(a) - Brasil	
Pessoa Relacionada			
Terminal Portuário Cotegipe S.A.	40.561.649/0001-04		
Participação Societária	N/A	Brasileiro(a) - Brasil	
Observação			
Prestação de serviços na descarga de trigo e outros serviços			
Administrador do Emissor			
FRANCISCO CLAUDIO SARAIVA LEAO DIAS BRANCO	262.329.013-04	Controle	Fornecedor
Vice-Presidente Industrial - Moinhos	N/A	Brasileiro(a) - Brasil	
Pessoa Relacionada			
Companhia Industrial de Cimento Apodi	10.260.249/0004-32		
Participação Societária	N/A	Brasileiro(a) - Brasil	
Observação			
Materiais Aplicados em construção civil			
Administrador do Emissor			
FRANCISCO CLAUDIO SARAIVA LEAO DIAS BRANCO	262.329.013-04	Controle	Fornecedor
Vice-Presidente Industrial - Moinhos	N/A	Brasileiro(a) - Brasil	
Pessoa Relacionada			
AET - Engenharia e Soluções Tecnológicas Avançadas Ltda.	12.304.942/0001-42		
Participação Societária	N/A	Brasileiro(a) - Brasil	

7.6 Relações de subordinação, prestação de serviço ou controle

Identificação	CPF/CNPJ	Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada	Tipo de pessoa relacionada
Cargo/Função	**Passaporte**	**Nacionalidade**	
Observação			
Prestação de serviços de manutenção e instalação de equipamentos			
Administrador do Emissor			
FRANCISCO CLAUDIO SARAIVA LEAO DIAS BRANCO	262.329.013-04	Controle	Fornecedor
Vice-Presidente Industrial - Moinhos	N/A	Brasileiro(a) - Brasil	
Pessoa Relacionada			
IDIBRA Participações S.A	06.258.768/0001-46		
Participação Societária	N/A	Brasileiro(a) - Brasil	
Observação			
Prestação de serviços em construção civil			
Administrador do Emissor			
MARIA CONSUELO SARAIVA LEAO DIAS BRANCO	272.898.853-68	Controle	Controlador Direto
Presidente do Conselho de Administração	N/A	Brasileiro(a) - Brasil	
Pessoa Relacionada			
Dias Branco Adm. e Participações Ltda.	07.886.385/0001-85		
Participação Societária	N/A	Brasileiro(a) - Brasil	
Observação			
Administrador do Emissor			
MARIA CONSUELO SARAIVA LEAO DIAS BRANCO	272.898.853-68	Controle	Fornecedor
Presidente do Conselho de Administração	N/A	Brasileiro(a) - Brasil	
Pessoa Relacionada			
Praia Centro Hotéis, Viagens e Turismo Ltda.	07.415.391/0001-54		
Participação Societária	N/A	Brasileiro(a) - Brasil	
Observação			
Serviços de Hotelaria			

7.6 Relações de subordinação, prestação de serviço ou controle

Identificação	CPF/CNPJ	Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada	Tipo de pessoa relacionada
Cargo/Função	**Passaporte**	**Nacionalidade**	
Administrador do Emissor			
MARIA CONSUELO SARAIVA LEAO DIAS BRANCO	272.898.853-68	Controle	Devedor
Presidente do Conselho de Administração	N/A	Brasileiro(a) - Brasil	
Pessoa Relacionada			
Terminal Portuário Cotegipe S.A.	40.561.649/0001-04		
Participação Societária	N/A	Brasileiro(a) - Brasil	
Observação			
Prestação de serviços na descarga de trigo e outros serviços			
Administrador do Emissor			
MARIA CONSUELO SARAIVA LEAO DIAS BRANCO	272.898.853-68	Controle	Fornecedor
Presidente do Conselho de Administração	N/A	Brasileiro(a) - Brasil	
Pessoa Relacionada			
Companhia Industrial de Cimento Apodi	10.260.249/0004-32		
Participação Societária	N/A	Brasileiro(a) - Brasil	
Observação			
Materiais aplicado em obras civis			
Administrador do Emissor			
MARIA CONSUELO SARAIVA LEAO DIAS BRANCO	272.898.853-68	Controle	Fornecedor
Presidente do Conselho de Administração	N/A	Brasileiro(a) - Brasil	
Pessoa Relacionada			
IDIBRA Participações S.A	06.258.768/0001-46		
Participação Societária	N/A	Brasileiro(a) - Brasil	
Observação			
Prestação de serviços em construção civil			
Administrador do Emissor			
Maria das Graças Dias Branco da Escóssia	273.184.433-72	Controle	Controlador Direto

7.6 Relações de subordinação, prestação de serviço ou controle

Identificação	CPF/CNPJ	Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada	Tipo de pessoa relacionada
Cargo/Função	**Passaporte**	**Nacionalidade**	
Vice-Presidente Financeira	N/A	Brasileiro(a) - Brasil	
Pessoa Relacionada			
Dias Branco Adm. e Participações Ltda.	07.886.385/0001-85		
Participação Societária	N/A	Brasileiro(a) - Brasil	
Observação			
Administrador do Emissor			
Maria das Graças Dias Branco da Escóssia	273.184.433-72	Controle	Fornecedor
Vice-Presidente Financeira	N/A	Brasileiro(a) - Brasil	
Pessoa Relacionada			
Praia Centro Hotéis, Viagens e Turismo Ltda.	07.415.391/0001-54		
Participação Societária	N/A	Brasileiro(a) - Brasil	
Observação			
Serviços de Hotelaria			
Administrador do Emissor			
Maria das Graças Dias Branco da Escóssia	273.184.433-72	Controle	Devedor
Vice-Presidente Financeira	N/A	Brasileiro(a) - Brasil	
Pessoa Relacionada			
Terminal Portuário Cotegipe S.A.	40.561.649/0001-04		
Participação Societária	N/A	Brasileiro(a) - Brasil	
Observação			
Prestação de serviços na descarga de trigo e outros serviços			
Administrador do Emissor			
Maria das Graças Dias Branco da Escóssia	273.184.433-72	Controle	Fornecedor
Vice-Presidente Financeira	N/A	Brasileiro(a) - Brasil	
Pessoa Relacionada			
Companhia Industrial de Cimento Apodi	10.260.249/0004-32		

7.6 Relações de subordinação, prestação de serviço ou controle

Identificação	CPF/CNPJ	Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada	Tipo de pessoa relacionada
Cargo/Função	**Passaporte**	**Nacionalidade**	
Participação Societária	N/A	Brasileiro(a) - Brasil	
Observação			
Materiais aplicados em construção civil			
Administrador do Emissor			
Maria das Graças Dias Branco da Escóssia	273.184.433-72	Controle	Fornecedor
Vice-Presidente Financeira	N/A	Brasileiro(a) - Brasil	
Pessoa Relacionada			
IDIBRA Participações S.A	06.258.768/0001-46		
Participação Societária	N/A	Brasileiro(a) - Brasil	
Observação			
Materiais aplicados em construção civil			

Exercício Social 31/12/2020

Administrador do Emissor			
Francisco Ivens de Sá Dias Branco Júnior	155.400.143-91	Controle	Controlador Direto
Diretor Presidente	N/A	Brasileiro(a) - Brasil	
Pessoa Relacionada			
Dias Branco Adm. e Participações Ltda.	07.886.385/0001-85		
Participação Societária	N/A	Brasileiro(a) - Brasil	
Observação			
Administrador do Emissor			
Francisco Ivens de Sá Dias Branco Júnior	155.400.143-91	Controle	Fornecedor
Diretor Presidente	N/A	Brasileiro(a) - Brasil	
Pessoa Relacionada			
Praia Centro Hotéis, Viagens e Turismo Ltda.	07.415.391/0001-54		
Participação Societária	N/A	Brasileiro(a) - Brasil	

7.6 Relações de subordinação, prestação de serviço ou controle

Identificação	CPF/CNPJ	Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada	Tipo de pessoa relacionada
Cargo/Função	**Passaporte**	**Nacionalidade**	
Observação			
Serviços de Hotelaria			
Administrador do Emissor			
Francisco Ivens de Sá Dias Branco Júnior	155.400.143-91	Controle	Devedor
Diretor Presidente	N/A	Brasileiro(a) - Brasil	
Pessoa Relacionada			
Terminal Portuário Cotegipe S.A.	40.561.649/0001-04		
Participação Societária	N/A	Brasileiro(a) - Brasil	
Observação			
Prestação de Serviço na descarga de trigo e outros serviços			
Administrador do Emissor			
Francisco Ivens de Sá Dias Branco Júnior	155.400.143-91	Controle	Fornecedor
Diretor Presidente	N/A	Brasileiro(a) - Brasil	
Pessoa Relacionada			
Companhia Industrial de Cimento Apodi	10.260.249/0004-32		
Participação Societária	N/A	Brasileiro(a) - Brasil	
Observação			
Materiais Aplicados em obras civis			
Administrador do Emissor			
Francisco Ivens de Sá Dias Branco Júnior	155.400.143-91	Controle	Fornecedor
Diretor Presidente	N/A	Brasileiro(a) - Brasil	
Pessoa Relacionada			
IDIBRA Participações S.A	06.258.768/0001-46		
Participação Societária	N/A	Brasileiro(a) - Brasil	
Observação			
Prestação de serviços em construção civil			

7.6 Relações de subordinação, prestação de serviço ou controle

Identificação	CPF/CNPJ	Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada	Tipo de pessoa relacionada
Cargo/Função	**Passaporte**	**Nacionalidade**	
Administrador do Emissor			
Francisco Ivens de Sá Dias Branco Júnior	155.400.143-91	Controle	Fornecedor
Diretor Presidente	N/A	Brasileiro(a) - Brasil	
Pessoa Relacionada			
LDB Transportes de Cargas Ltda	09.411.448/0001-72		
Participação Societária	N/A	Brasileiro(a) - Brasil	
Observação			
Serviços de transporte de cargas			
Administrador do Emissor			
Francisco Ivens de Sá Dias Branco Júnior	155.400.143-91	Controle	Fornecedor
Diretor Presidente	N/A	Brasileiro(a) - Brasil	
Pessoa Relacionada			
LDB Logistica e Transporte Ltda	16.906.199/0001-51		
Participação Societária	N/A	Brasileiro(a) - Brasil	
Observação			
Serviços de transporte de cargas			
Administrador do Emissor			
FRANCISCO MARCOS SARAIVA LEAO DIAS BRANCO	220.794.163-91	Controle	Controlador Direto
Membro efetivo do conselho de administração	N/A	Brasileiro(a) - Brasil	
Pessoa Relacionada			
Dias Branco Adm. e Participações Ltda.	07.886.385/0001-85		
Participação Societária	N/A	Brasileiro(a) - Brasil	
Observação			
Administrador do Emissor			
FRANCISCO MARCOS SARAIVA LEAO DIAS BRANCO	220.794.163-91	Controle	Fornecedor
Membro efetivo do conselho de administração	N/A	Brasileiro(a) - Brasil	

7.6 Relações de subordinação, prestação de serviço ou controle

Identificação	CPF/CNPJ	Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada	Tipo de pessoa relacionada
Cargo/Função	**Passaporte**	**Nacionalidade**	
Pessoa Relacionada			
Praia Centro Hotéis, Viagens e Turismo Ltda.	07.415.391/0001-54		
Participação Societária	N/A	Brasileiro(a) - Brasil	
Observação			
Serviços de Hotelaria			
Administrador do Emissor			
FRANCISCO MARCOS SARAIVA LEAO DIAS BRANCO	220.794.163-91	Controle	Devedor
Membro efetivo do conselho de administração	N/A	Brasileiro(a) - Brasil	
Pessoa Relacionada			
Terminal Portuário Cotegipe S.A.	40.561.649/0001-04		
Participação Societária	N/A	Brasileiro(a) - Brasil	
Observação			
Prestação de serviços na descarga de trigo e outros serviços			
Administrador do Emissor			
FRANCISCO MARCOS SARAIVA LEAO DIAS BRANCO	220.794.163-91	Controle	Fornecedor
Membro efetivo do conselho de administração	N/A	Brasileiro(a) - Brasil	
Pessoa Relacionada			
Companhia Industrial de Cimento Apodi	10.260.249/0004-32		
Participação Societária	N/A	Brasileiro(a) - Brasil	
Observação			
Materiais aplicados em obras civis			
Administrador do Emissor			
FRANCISCO MARCOS SARAIVA LEAO DIAS BRANCO	220.794.163-91	Controle	Fornecedor
Membro efetivo do conselho de administração	N/A	Brasileiro(a) - Brasil	
Pessoa Relacionada			
IDIBRA Participações S.A	06.258.768/0001-46		

7.6 Relações de subordinação, prestação de serviço ou controle

Identificação	CPF/CNPJ	Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada	Tipo de pessoa relacionada
Cargo/Função	**Passaporte**	**Nacionalidade**	
Participação Societária	N/A	Brasileiro(a) - Brasil	
Observação			
Materiais aplicados em obras civis			
Administrador do Emissor			
Maria Regina Saraiva Leão Dias Branco	235.899.653-04	Controle	Controlador Direto
Vice-Presidente de Administração e Desenvolvimento	N/A	Brasileiro(a) - Brasil	
Pessoa Relacionada			
Dias Branco Adm. e Participações Ltda.	07.886.385/0001-85		
Participação Societária	N/A	Brasileiro(a) - Brasil	
Observação			
Administrador do Emissor			
Maria Regina Saraiva Leão Dias Branco	235.899.653-04	Controle	Fornecedor
Vice-Presidente de Administração e Desenvolvimento	N/A	Brasileiro(a) - Brasil	
Pessoa Relacionada			
Praia Centro Hotéis, Viagens e Turismo Ltda.	07.415.391/0001-54		
Participação Societária	N/A	Brasileiro(a) - Brasil	
Observação			
Serviços de Hotelaria			
Administrador do Emissor			
Maria Regina Saraiva Leão Dias Branco	235.899.653-04	Controle	Devedor
Vice-Presidente de Administração e Desenvolvimento	N/A	Brasileiro(a) - Brasil	
Pessoa Relacionada			
Terminal Portuário Cotegipe S.A.	40.561.649/0001-04		
Participação Societária	N/A	Brasileiro(a) - Brasil	
Observação			

7.6 Relações de subordinação, prestação de serviço ou controle

Identificação	CPF/CNPJ	Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada	Tipo de pessoa relacionada
Cargo/Função	**Passaporte**	**Nacionalidade**	
Prestação de serviços na descarga de trigo e outros serviços			
Administrador do Emissor			
Maria Regina Saraiva Leão Dias Branco	235.899.653-04	Controle	Fornecedor
Vice-Presidente de Administração e Desenvolvimento	N/A	Brasileiro(a) - Brasil	
Pessoa Relacionada			
Companhia Industrial de Cimento Apodi	10.260.249/0004-32		
Participação Societária	N/A	Brasileiro(a) - Brasil	
Observação			
Materiais aplicados em construção Civil			
Administrador do Emissor			
Maria Regina Saraiva Leão Dias Branco	235.899.653-04	Controle	Fornecedor
Vice-Presidente de Administração e Desenvolvimento	N/A	Brasileiro(a) - Brasil	
Pessoa Relacionada			
IDIBRA Participações S.A	06.258.768/0001-46		
Participação Societária	N/A	Brasileiro(a) - Brasil	
Observação			
Prestador de serviços em construção civil			
Administrador do Emissor			
FRANCISCO CLAUDIO SARAIVA LEAO DIAS BRANCO	262.329.013-04	Controle	Controlador Direto
Vice-Presidente Industrial - Moinhos	N/A	Brasileiro(a) - Brasil	
Pessoa Relacionada			
Dias Branco Adm. e Participações Ltda.	07.886.385/0001-85		
Participação Societária	N/A	Brasileiro(a) - Brasil	
Observação			
Administrador do Emissor			

7.6 Relações de subordinação, prestação de serviço ou controle

Identificação	CPF/CNPJ	Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada	Tipo de pessoa relacionada
Cargo/Função	**Passaporte**	**Nacionalidade**	
FRANCISCO CLAUDIO SARAIVA LEAO DIAS BRANCO	262.329.013-04	Controle	Fornecedor
Vice-Presidente Industrial - Moinhos	N/A	Brasileiro(a) - Brasil	
Pessoa Relacionada			
Praia Centro Hotéis, Viagens e Turismo Ltda.	07.415.391/0001-54		
Participação Societária	N/A	Brasileiro(a) - Brasil	
Observação			
Serviços de Hotelaria			
Administrador do Emissor			
FRANCISCO CLAUDIO SARAIVA LEAO DIAS BRANCO	262.329.013-04	Controle	Devedor
Vice-Presidente Industrial - Moinhos	N/A	Brasileiro(a) - Brasil	
Pessoa Relacionada			
Terminal Portuário Cotegipe S.A.	40.561.649/0001-04		
Participação Societária	N/A	Brasileiro(a) - Brasil	
Observação			
Prestação de serviços na descarga de trigo e outros serviços			
Administrador do Emissor			
FRANCISCO CLAUDIO SARAIVA LEAO DIAS BRANCO	262.329.013-04	Controle	Fornecedor
Vice-Presidente Industrial - Moinhos	N/A	Brasileiro(a) - Brasil	
Pessoa Relacionada			
Companhia Industrial de Cimento Apodi	10.260.249/0004-32		
Participação Societária	N/A	Brasileiro(a) - Brasil	
Observação			
Materiais Aplicados em construção civil			
Administrador do Emissor			
FRANCISCO CLAUDIO SARAIVA LEAO DIAS BRANCO	262.329.013-04	Controle	Fornecedor
Vice-Presidente Industrial - Moinhos	N/A	Brasileiro(a) - Brasil	

7.6 Relações de subordinação, prestação de serviço ou controle

Identificação	CPF/CNPJ	Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada	Tipo de pessoa relacionada
Cargo/Função	**Passaporte**	**Nacionalidade**	
Pessoa Relacionada			
AET - Engenharia e Soluções Tecnológicas Avançadas Ltda.	12.304.942/0001-42		
Participação Societária	N/A	Brasileiro(a) - Brasil	
Observação			
Prestação de serviços de manutenção e instalação de equipamentos			
Administrador do Emissor			
FRANCISCO CLAUDIO SARAIVA LEAO DIAS BRANCO	262.329.013-04	Controle	Fornecedor
Vice-Presidente Industrial - Moinhos	N/A	Brasileiro(a) - Brasil	
Pessoa Relacionada			
IDIBRA Participações S.A	06.258.768/0001-46		
Participação Societária	N/A	Brasileiro(a) - Brasil	
Observação			
Prestação de serviços em construção civil			
Administrador do Emissor			
FRANCISCO CLAUDIO SARAIVA LEAO DIAS BRANCO	262.329.013-04	Controle	Fornecedor
Vice-Presidente Industrial - Moinhos	N/A	Brasileiro(a) - Brasil	
Pessoa Relacionada			
WEF ENGENHARIA E AUTOMACAO LTDA	37.986.200/0001-75		
Participação societária	N/A	Brasileiro(a) - Brasil	
Observação			
Administrador do Emissor			
MARIA CONSUELO SARAIVA LEAO DIAS BRANCO	272.898.853-68	Controle	Controlador Direto
Presidente do Conselho de Administração	N/A	Brasileiro(a) - Brasil	
Pessoa Relacionada			
Dias Branco Adm. e Participações Ltda.	07.886.385/0001-85		
Participação Societária	N/A	Brasileiro(a) - Brasil	

7.6 Relações de subordinação, prestação de serviço ou controle

Identificação	CPF/CNPJ	Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada	Tipo de pessoa relacionada
Cargo/Função	**Passaporte**	**Nacionalidade**	
Observação			
Administrador do Emissor			
MARIA CONSUELO SARAIVA LEAO DIAS BRANCO	272.898.853-68	Controle	Fornecedor
Presidente do Conselho de Administração	N/A	Brasileiro(a) - Brasil	
Pessoa Relacionada			
Praia Centro Hotéis, Viagens e Turismo Ltda.	07.415.391/0001-54		
Participação Societária	N/A	Brasileiro(a) - Brasil	
Observação			
Serviços de Hotelaria			
Administrador do Emissor			
MARIA CONSUELO SARAIVA LEAO DIAS BRANCO	272.898.853-68	Controle	Devedor
Presidente do Conselho de Administração	N/A	Brasileiro(a) - Brasil	
Pessoa Relacionada			
Terminal Portuário Cotegipe S.A.	40.561.649/0001-04		
Participação Societária	N/A	Brasileiro(a) - Brasil	
Observação			
Prestação de serviços na descarga de trigo e outros serviços			
Administrador do Emissor			
MARIA CONSUELO SARAIVA LEAO DIAS BRANCO	272.898.853-68	Controle	Fornecedor
Presidente do Conselho de Administração	N/A	Brasileiro(a) - Brasil	
Pessoa Relacionada			
Companhia Industrial de Cimento Apodi	10.260.249/0004-32		
Participação Societária	N/A	Brasileiro(a) - Brasil	
Observação			
Materiais aplicado em obras civis			

7.6 Relações de subordinação, prestação de serviço ou controle

Identificação	CPF/CNPJ	Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada	Tipo de pessoa relacionada
Cargo/Função	**Passaporte**	**Nacionalidade**	
Administrador do Emissor			
MARIA CONSUELO SARAIVA LEAO DIAS BRANCO	272.898.853-68	Controle	Fornecedor
Presidente do Conselho de Administração	N/A	Brasileiro(a) - Brasil	
Pessoa Relacionada			
IDIBRA Participações S.A	06.258.768/0001-46		
Participação Societária	N/A	Brasileiro(a) - Brasil	
Observação			
Prestação de serviços em construção civil			
Administrador do Emissor			
Maria das Graças Dias Branco da Escóssia	273.184.433-72	Controle	Controlador Direto
Vice-Presidente Financeira	N/A	Brasileiro(a) - Brasil	
Pessoa Relacionada			
Dias Branco Adm. e Participações Ltda.	07.886.385/0001-85		
Participação Societária	N/A	Brasileiro(a) - Brasil	
Observação			
Administrador do Emissor			
Maria das Graças Dias Branco da Escóssia	273.184.433-72	Controle	Fornecedor
Vice-Presidente Financeira	N/A	Brasileiro(a) - Brasil	
Pessoa Relacionada			
Praia Centro Hotéis, Viagens e Turismo Ltda.	07.415.391/0001-54		
Participação Societária	N/A	Brasileiro(a) - Brasil	
Observação			
Serviços de Hotelaria			
Administrador do Emissor			
Maria das Graças Dias Branco da Escóssia	273.184.433-72	Controle	Devedor
Vice-Presidente Financeira	N/A	Brasileiro(a) - Brasil	

7.6 Relações de subordinação, prestação de serviço ou controle

Identificação	CPF/CNPJ	Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada	Tipo de pessoa relacionada
Cargo/Função	**Passaporte**	**Nacionalidade**	
Pessoa Relacionada			
Terminal Portuário Cotegipe S.A.	40.561.649/0001-04		
Participação Societária	N/A	Brasileiro(a) - Brasil	
Observação			
Prestação de serviços na descarga de trigo e outros serviços			
Administrador do Emissor			
Maria das Graças Dias Branco da Escóssia	273.184.433-72	Controle	Fornecedor
Vice-Presidente Financeira	N/A	Brasileiro(a) - Brasil	
Pessoa Relacionada			
Companhia Industrial de Cimento Apodi	10.260.249/0004-32		
Participação Societária	N/A	Brasileiro(a) - Brasil	
Observação			
Materiais aplicados em construção Civil			
Administrador do Emissor			
Maria das Graças Dias Branco da Escóssia	273.184.433-72	Controle	Fornecedor
Vice-Presidente Financeira	N/A	Brasileiro(a) - Brasil	
Pessoa Relacionada			
IDIBRA Participações S.A	06.258.768/0001-46		
Participação Societária	N/A	Brasileiro(a) - Brasil	
Observação			
Prestador de serviços em construção civil			

7.7 Acordos/seguros de administradores

Conforme o parágrafo 4 do artigo 9 do Estatuto Social, a Companhia poderá contratar seguro para proteção do patrimônio da Companhia e dos Conselheiros e Diretores contra eventuais perdas motivadas por conflitos ou demandas derivadas de atos de gestão no âmbito do mercado de capitais ou fora dele. A Companhia poderá, ainda, contratar, também às suas expensas, advogados e outros profissionais que sejam necessários à defesa dos Conselheiros e Diretores em demandas motivadas por atos praticados na gestão da Companhia, ainda que tais conflitos surjam após o término de mandato dos administradores.

7.8 Outras informações relevantes

Nossa Companhia, que está listada no Novo Mercado da B3 desde 2006, adotou um indicador denominado iMDB – Índice M. Dias Branco de Governança Corporativa, que auxilia a empresa a direcionar esforços para melhorar e mensurar avanços na área. O índice inclui quatro indicadores: Regulamento do Novo Mercado, Código Brasileiro de Governança Corporativa, Índice Dow Jones de Sustentabilidade e Índice de Sustentabilidade Empresarial (ISE).

A estrutura de Governança Corporativa da M. Dias Branco é composta por um Conselho de Administração, eleito pela Assembleia Geral; três comitês de assessoramento ao Conselho de Administração – Comitê de ESG, de Gente e Gestão e de Auditoria; uma Diretoria Estatutária, eleita pelo Conselho de Administração para mandato de três anos; e a Secretaria de Governança.

O Conselho de Administração é responsável pela orientação dos negócios, inclusive da estratégia de longo prazo. Atualmente, é composto por seis conselheiros, sendo 50% deles independentes. Desde 2014, os cargos de Diretor Presidente e Presidente do Conselho de Administração são ocupados por pessoas distintas.

Como parte do processo de reestruturação realizado em 2021, com apoio de uma consultoria externa, foram criadas duas vice-presidências na Companhia: Supply Chain e Jurídica, Governança, Riscos e Compliance.

Fóruns de Governança

A Companhia possui uma Secretaria de Governança Corporativa, que atua como interface entre a Diretoria (Estatutária e Executiva), o Conselho de Administração e seus comitês de assessoramento.

Atualmente possuímos oito comitês (Ética, Saúde e Segurança do Trabalho, Sustentabilidade, Gestão de Imagem, Auditoria, Gente e Gestão e ESG), sendo que três deles (Auditoria, Gente e Gestão e ESG) são de assessoramento direto ao Conselho de Administração.

O **Comitê de Auditoria**, composto integralmente por membros independentes, avalia continuamente o trabalho da auditoria interna e externa, os sistemas de identificação de riscos e os controles internos da Companhia.

O **Comitê de Gente e Gestão** atua em temas pertinentes à gestão de pessoas; indicação, sucessão e remuneração dos membros do Conselho de Administração e da Diretoria Estatutária; definição de benefícios e metas e de programas de desenvolvimento e retenção de talentos; e estabelecimento de práticas de gestão que favoreçam a meritocracia.

O **Comitê ESG** atua no aprimoramento dos controles internos e de mecanismos de sua agenda ambiental, social e de governança, incluindo o desenvolvimento sustentável da Companhia, garantindo o cumprimento da legislação aplicável e as melhores práticas do mercado.

8.1 Política ou prática de remuneração

a. Objetivos da política ou prática de remuneração, informando se a política de remuneração foi formalmente aprovada, órgão responsável por sua aprovação, data de aprovação e, caso o emissor divulgue a política, locais na rede mundial de computadores onde o documento pode ser consultado

A Política de Remuneração de Administradores da Companhia foi aprovada em 09.08.2019 e se encontra disponível no website de Relação com os Investidores da Companhia.

Conselho de Administração:

Os membros do Conselho de Administração da Companhia farão jus a uma remuneração mensal fixa, a título de pró-labore, cujo valor será determinado considerando, entre outros fatores, as responsabilidades, o tempo dedicado às funções exercidas, sua competência e sua reputação profissional. Observado o limite fixado pela Assembleia Geral de Acionistas, caberá ao Conselho de Administração, a seu critério, estabelecer a remuneração individual de seus membros após recomendação do Comitê de Gente e Gestão. Membros do Conselho de Administração que já integrarem a Diretoria Estatuária da Companhia poderão não fazer jus à remuneração adicional pelo exercício de conselheiro. Atualmente, os membros do Conselho de Administração não fazem jus ao recebimento de remuneração variável.

Diretoria Estatutária:

Os membros da Diretoria Estatutária da Companhia farão jus a uma remuneração mensal fixa, a título de pró-labore ou salário, cujo valor será determinado de acordo com a posição ocupada pelo profissional, sua representatividade e os valores condizentes com o que o mercado pratica, referenciado no segmento em que a Companhia atua, sempre considerando as habilidades, conhecimento e competências de cada profissional. A título de remuneração variável, a Companhia oferece um plano de participação nos resultados, segundo indicadores de desempenho e resultados, alinhada com os interesses da Companhia e de seus integrantes e, para os diretores que não fazem parte do bloco de controle, um programa de incentivo de longo prazo com outorga de ações restritas, baseado em critérios de performance, não havendo qualquer remuneração ou benefício vinculado a ocorrência de determinado evento societário.

Diretoria Não Estatutária:

A remuneração concedida pela Companhia, no que tange aos membros da sua Diretoria não estatutária, é baseada nas práticas de mercado, identificadas mediante pesquisas e sondagens que consideram empresas de porte ou características similares, existindo um alinhamento entre os resultados obtidos e uma remuneração adequada aos Diretores. A prática de remuneração visa contratar e garantir a permanência dos profissionais de grande qualificação na administração da Companhia. A política de remuneração dos seus membros é baseada de acordo com a legislação vigente, pois todos são contratados em regime CLT. Aos Diretores, a Companhia oferece um programa de participação nos lucros e resultados (PLR), segundo indicadores de desempenho corporativo, setorial e individual, e um programa de incentivo de longo prazo (ILP), com a outorga de ações restritas, também baseado em critérios de performance. A política de remuneração não permite qualquer remuneração ou benefício vinculado à ocorrência de determinado evento societário.

Conselho Fiscal:

A Companhia não tem atualmente Conselho Fiscal instalado. Quando o mesmo existiu, até abril de 2009, não existia qualquer remuneração para os seus membros.

8.1 Política ou prática de remuneração

Comitês:

Comitê de Auditoria, Comitê de ESG e Comitê de Gente e Gestão

Os membros dos Comitês da Companhia farão jus a uma remuneração mensal fixa, a título de pró-labore, cujo valor deverá ser fixado pelo Conselho de Administração da Companhia de acordo com o que o mercado pratica, referenciado no segmento em que a Companhia atua, sempre considerando as habilidades, conhecimento e competências de cada profissional. Membros dos Comitês que já sejam empregados ou administradores da Companhia poderão não fazer jus à remuneração adicional pelo exercício das atividades dos Comitês. Os membros dos Comitês não farão jus a qualquer tipo de remuneração variável ou benefício

Comitê Executivo, Comitê de Ética, Comitê de Sustentabilidade, Comitê de Saúde e Segurança do Trabalho e Comitê de Gestão de Imagem

Não existe qualquer remuneração adicional para os membros do Comitê Executivo, Comitê de Ética, Comitê de Sustentabilidade, Comitê de Saúde e Segurança do Trabalho e Comitê de Gestão de Imagem da Companhia.

b. práticas e procedimentos adotados pelo conselho de administração para definir a remuneração individual do conselho de administração e da diretoria, indicando:

i. os órgãos e comitês do emissor que participam do processo decisório, identificando de que forma participam

Área de remuneração e benefícios: Anualmente a Companhia contrata uma pesquisa de banco de dados de uma conceituada consultoria de remuneração de mercado, e, a partir dos resultados obtidos nessa pesquisa, são analisadas as oportunidades de ajustes.

Comitê de Gente e Gestão: formula recomendações acerca de níveis, valores e reajustes da remuneração individual dos membros do Conselho de Administração e da Diretoria Estatutária da Companhia.

Conselho de Administração: analisa e delibera acerca da proposta recomendada pelo Comitê de Gente e Gestão.

ii. critérios e metodologia utilizada para a fixação da remuneração individual, indicando se há a utilização de estudos para a verificação das práticas de mercado, e, em caso positivo, os critérios de comparação e a abrangência desses estudos

A remuneração é fixada a partir de uma tabela salarial, onde avaliamos o posicionamento do salário frente ao mercado, a equidade salarial interna e o nível de complexidade do cargo/função.

iii. com que frequência e de que forma o conselho de administração avalia a adequação da política de remuneração do emissor

Anualmente as adequações da política de remuneração são reportadas a Vice-presidência de Gente, Gestão e Sustentabilidade e baseadas nas pesquisas salariais e análises a respeito das práticas de mercado aderentes ao nosso negócio. A última atualização ocorreu em Maio/2022.

8.1 Política ou prática de remuneração

c. composição da remuneração, indicando:

i. descrição dos diversos elementos que compõem a remuneração, incluindo, em relação a cada um deles:

- Seus objetivos e alinhamento aos interesses de curto, médio e longo prazo do emissor

Conselho de Administração

- Pró-labore – corresponde à remuneração mensal e tem por objetivo oferecer a contraprestação fixa pelo desempenho das responsabilidades do cargo.

Diretoria Estatutária

- Salários ou pró-labore – correspondem à remuneração mensal e tem por objetivo oferecer a contraprestação fixa pelo desempenho das responsabilidades de cada cargo.

- Benefícios – correspondem a benefícios diversos tais como, seguro de vida em grupo, assistência médica, assistência odontológica e etc., e tem como objetivo promover melhores condições de qualidade de vida aos seus profissionais, trazendo como consequência o engajamento na busca pelos resultados da organização.

- Remuneração variável – i) participação nos lucros e resultados (PLR): tem por objetivo alinhar mais estritamente o desempenho de cada gestor com os resultados corporativos e setoriais pretendidos pela Companhia; e, ii) um programa de incentivo de longo prazo (ILP), com a outorga de ações restritas, baseado em critérios de performance, para os Diretores contratados a partir de 2019: objetivo de criar senso de "dono", estimular patamares elevados e sustentáveis de performance, assegurar a competitividade do pacote de remuneração total e a retenção dos principais líderes.

Diretoria não Estatutária

- Salários – correspondem à remuneração mensal e tem por objetivo oferecer a contraprestação fixa pelo desempenho das responsabilidades de cada cargo.

- Benefícios – correspondem a benefícios diversos tais como, seguro de vida em grupo, assistência médica, assistência odontológica e etc., e tem como objetivo promover melhores condições de qualidade de vida aos seus profissionais, trazendo como consequência o engajamento na busca pelos resultados da organização.

- Remuneração variável – i) participação nos resultados (PLR): tem por objetivo alinhar mais estritamente o desempenho de cada gestor com os resultados corporativos e setoriais pretendidos pela Companhia; e, ii) programa de incentivo de longo prazo (ILP), com a outorga de ações restritas: objetivo de criar senso de "dono", estimular patamares elevados e sustentáveis de performance, assegurar a competitividade do pacote de remuneração total e a retenção dos principais líderes.

Comitê de Auditoria, Comitê de ESG e Comitê de Gente e Gestão

- Pró-labore - corresponde à remuneração mensal e tem por objetivo oferecer a contraprestação fixa pelo desempenho das responsabilidades dos membros independentes do Comitê.

- Outros – correspondem a valores relativos à previdência social.

8.1 Política ou prática de remuneração

Comitê Executivo, Comitê de Ética, Comitê de Sustentabilidade, Comitê de Saúde e Segurança do Trabalho e Comitê de Gestão de Imagem

- Esse comitê é formado por profissionais da empresa que não recebem qualquer remuneração adicional por participação no Comitê.

Ressalta-se que o alinhamento aos interesses da Companhia de curto, médio e longo prazo se dá na medida em que a remuneração, seguindo os parâmetros de mercado, estimula a manutenção dos melhores talentos, mantém-se compatível com as responsabilidades atribuídas a cada gestor, e estimula a produção de resultados e o alcance de objetivos empresariais conforme o plano estratégico da Companhia.

- Sua proporção na remuneração total nos 3 últimos exercícios sociais

Exercício Social – 2022

	Salário e Pró-labore	Benefícios	Outros	Remuneração Variável	Total Remuneração
Conselho de Administração	82,95%	0,64%	16,41%	-	100,00%
Comitê de Auditoria	84,14%	-	15,86%	-	100,00%
Diretoria Estatutária	42,35%	2,78%	9,23%	45,64%	100,00%
Diretoria não Estatutária	61,70%	8,80%	14,88%	14,62%	100,00%

Exercício Social – 2021

	Salário e Pró-labore	Benefícios	Outros	Remuneração Variável	Total Remuneração
Conselho de Administração	82,84%	0,59%	16,57%	-	100,00%
Comitê de Auditoria	90,70%	-	9,30%	-	100,00%
Diretoria Estatutária	53,19%	3,20%	11,84%	31,77%	100,00%
Diretoria não Estatutária	57,36%	9,84%	11,39%	21,41%	100,00%

Exercício Social – 2020

	Salário e Pró-labore	Benefícios	Outros	Remuneração Variável	Total Remuneração
Conselho de Administração	82,60%	0,88%	16,52%	-	100,00%
Comitê de Auditoria	91,52%	-	8,48%	-	100,00%
Diretoria Estatutária	53,38%	3,53%	11,06%	32,03%	100,00%
Diretoria não Estatutária	58,13%	9,14%	5,03%	27,70%	100,00%

- Sua metodologia de cálculo e de reajuste

O reajuste da remuneração fixa do Conselho de Administração e dos membros dos seus comitês de assessoramento, a Diretoria Estatutária e da Diretoria não Estatutária é feito anualmente, seguindo o mesmo parâmetro de reajuste definido nos acordos coletivos celebrados com os sindicatos dos trabalhadores da sede Companhia. Já a remuneração variável das Diretorias Estatutária e não

8.1 Política ou prática de remuneração

Estatutária é definida com base em metas e performances a serem atingidas.

- Principais indicadores de desempenho nele levados em consideração, inclusive, se for o caso, indicadores ligados a questões ASG

Conselho de Administração: a Companhia não possui indicadores de desempenho para a determinação dos elementos de remuneração do Conselho de Administração.

Diretoria Estatutária: no caso do salário ou pró-labore, e dos benefícios diretos e indiretos, a Companhia não possui mecanismos de indicadores de desempenho. Quanto à participação nos lucros e resultados (PLR), anualmente a Companhia, em seu planejamento estratégico, fixa objetivos a serem alcançados, determinando, a partir deles, as metas corporativas, bem como os critérios de remuneração variável aplicáveis quando do alcance de tais metas, respeitando o limite de múltiplos salariais aprovado pelo Conselho de Administração. Na composição do pagamento da PLR são avaliados indicadores setoriais dos Estatutários que possuem relação direta com a Agenda Estratégica de Sustentabilidade, com metas públicas distribuídas nos pilares do ESG, podendo ser consultadas no website da Companhia. Sobre o programa de incentivo de longo prazo (ILP) com outorga de ações restritas (para os diretores contratados a partir de 2019), a quantidade de ações a ser efetivamente convertida para posse plena do participante do plano dependerá do desempenho da Companhia em termos da valorização das ações TSR (retorno total ao acionista)

Diretoria não Estatutária: no caso do salário e dos benefícios diretos e indiretos, a Companhia não possui mecanismos de indicadores de desempenho. Quanto à participação nos resultados, anualmente a Companhia, em seu planejamento estratégico, fixa objetivos a serem alcançados, determinando, a partir deles, as metas corporativas, bem como os critérios de remuneração variável aplicável quando do alcance de tais metas, nos termos negociados e definidos periodicamente junto aos sindicatos de cada categoria/estado. Na composição do pagamento da PLR são avaliados indicadores setoriais dos não estatutários que possuem relação direta com a Agenda Estratégica de Sustentabilidade, com metas públicas distribuídas nos pilares do ESG, podendo ser consultadas no website da Companhia. Além disso, no Programa Gestão de Desempenho, a avaliação da Competência: Resultados Sustentáveis, revela o grau de comprometimento de cada executivo com decisões e práticas responsáveis referentes à preservação do meio-ambiente, agenda social e governança (ESG).Sobre o programa de incentivo de longo prazo (ILP) com outorga de ações restritas, a quantidade de ações a ser efetivamente convertida para posse plena do participante do plano dependerá do desempenho da Companhia em termos da valorização das ações TSR (retorno total ao acionista)

Comitês de assessoramento ao Conselho de Administração: a Companhia não possui mecanismos de indicadores de desempenho para a determinação dos elementos de remuneração do Comitê de Auditoria.

Comitê Estratégico e de Desempenho Empresarial: não existe qualquer remuneração para os membros do comitê estratégico da Companhia.

ii. razões que justificam a composição da remuneração

Remunerar os profissionais de acordo com as responsabilidades do cargo, práticas de mercado e nível de competitividade da Companhia.

iii. existência de membros não remunerados pelo emissor e a razão para esse fato

Conselhos de Administração: os Diretores Estatutários que compõem o Conselho de Administração não recebem remuneração específica para tanto, conforme possibilidade prevista na Política de Remuneração dos Administradores da Companhia.

Comitês de assessoramento: os Diretores Estatutários e não Estatutários que compõem os comitês não recebem remuneração específica para tanto, conforme possibilidade prevista na Política de

8.1 Política ou prática de remuneração

Remuneração dos Administradores da Companhia.

d. existência de remuneração suportada por subsidiárias, controladas ou controladores diretos ou indiretos

Não existem remunerações suportadas por subsidiárias, controladas ou controladores diretos ou indiretos da Companhia.

e. existência de qualquer remuneração ou benefício vinculado à ocorrência de determinado evento societário, tal como a alienação do controle societário do emissor

Não há qualquer remuneração ou benefício vinculado à ocorrência de determinado evento societário.

8.2 Remuneração total por órgão

Remuneração total prevista para o Exercício Social corrente 31/12/2023 - Valores Anuais				
	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº total de membros	7,00	8,00	0,00	15,00
Nº de membros remunerados	5,00	8,00	0,00	13,00
Esclarecimento			A Companhia não tem Conselho Fiscal instalado.	
Remuneração fixa anual				
Salário ou pró-labore	2.286.052,21	18.173.704,32	0,00	20.459.756,53
Benefícios direto e indireto	19.665,77	1.194.044,98	0,00	1.213.710,75
Participações em comitês	274.462,48	0,00	0,00	274.462,48
Outros	506.629,59	3.962.433,70	0,00	4.469.063,29
Descrição de outras remunerações fixas	A renumeração fixa classificada em “Outros” é referente à previdência social.	A renumeração fixa classificada em “Outros” é referente à previdência social.		
Remuneração variável				
Bônus	0,00	0,00	0,00	0,00
Participação de resultados	0,00	11.925.107,40	0,00	11.925.107,40
Participação em reuniões	0,00	0,00	0,00	0,00
Comissões	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros	0,00	1.655.384,53	0,00	1.655.384,53
Descrição de outras remunerações variáveis		A remuneração variável classificada em “Outros” é referente aos encargos sociais incidentes sobre incentivo de longo prazo.		
Pós-emprego	0,00	0,00	0,00	0,00
Cessação do cargo	0,00	0,00	0,00	0,00
Baseada em ações (incluindo opções)	0,00	5.002.515,02	0,00	5.002.515,02
Observação			Não há previsão para instalação do Conselho Fiscal em 2023.	
Total da remuneração	3.086.810,05	41.913.189,95	0,00	45.000.000,00

Remuneração total do Exercício Social em 31/12/2022 - Valores Anuais

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº total de membros	7,00	8,00	0,00	15,00
Nº de membros remunerados	5,00	8,00	0,00	13,00
Esclarecimento			A Companhia não tem Conselho Fiscal instalado.	
Remuneração fixa anual				
Salário ou pró-labore	2.130.523,96	16.646.646,34	0,00	18.777.170,30
Benefícios direto e indireto	18.327,84	1.093.714,53	0,00	1.112.042,37
Participações em comitês	255.789,82	0,00	0,00	255.789,82
Outros	472.161,78	3.629.487,49	0,00	4.101.649,27
Descrição de outras remunerações fixas	A renumeração fixa classificada em “Outros” é referente à previdência social.	A renumeração fixa classificada em “Outros” é referente à previdência social.		
Remuneração variável				
Bônus	0,00	0,00	0,00	0,00
Participação de resultados	0,00	14.024.789,23	0,00	14.024.789,23
Participação em reuniões	0,00	0,00	0,00	0,00
Comissões	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros	0,00	788.674,64	0,00	788.674,64
Descrição de outras remunerações variáveis		A remuneração variável classificada em “Outros” é referente aos encargos sociais incidentes sobre incentivo de longo prazo.		
Pós-emprego	0,00	0,00	0,00	0,00
Cessação do cargo	0,00	0,00	0,00	0,00
Baseada em ações (incluindo opções)	0,00	3.120.553,60	0,00	3.120.553,60
Observação			O Conselho Fiscal não foi instalado no exercício de 2022.	
Total da remuneração	2.876.803,40	39.303.865,83	0,00	42.180.669,23

Remuneração total do Exercício Social em 31/12/2021 - Valores Anuais

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº total de membros	6,00	6,00	0,00	12,00
Nº de membros remunerados	4,00	6,00	0,00	10,00
Esclarecimento			A Companhia não tem Conselho Fiscal instalado.	
Remuneração fixa anual				
Salário ou pró-labore	1.856.948,00	11.163.512,51	0,00	13.020.460,51
Benefícios direto e indireto	15.013,66	672.103,30	0,00	687.116,96
Participações em comitês	242.480,00	0,00	0,00	242.480,00
Outros	419.885,60	2.485.637,72	0,00	2.905.523,32
Descrição de outras remunerações fixas	A remuneração variável classificada em “Outros” é referente aos encargos sociais incidentes sobre incentivo de longo prazo.	A renumeração fixa classificada em “Outros” é referente à previdência social.		
Remuneração variável				
Bônus	0,00	0,00	0,00	0,00
Participação de resultados	0,00	4.328.794,24	0,00	4.328.794,24
Participação em reuniões	0,00	0,00	0,00	0,00
Comissões	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros	0,00	265.635,68	0,00	265.635,68
Descrição de outras remunerações variáveis		A remuneração variável classificada em “Outros” é referente aos encargos sociais incidentes sobre incentivo de longo prazo.		
Pós-emprego	0,00	0,00	0,00	0,00
Cessação do cargo	0,00	0,00	0,00	0,00
Baseada em ações (incluindo opções)	0,00	2.071.679,28	0,00	2.071.679,28
Observação			O Conselho Fiscal não foi instalado no exercício de 2021.	
Total da remuneração	2.534.327,26	20.987.362,73	0,00	23.521.689,99

Remuneração total do Exercício Social em 31/12/2020 - Valores Anuais

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº total de membros	6,00	6,00	0,00	12,00
Nº de membros remunerados	4,00	6,00	0,00	10,00
Esclarecimento			A Companhia não tem Conselho Fiscal instalado.	
Remuneração fixa anual				
Salário ou pró-labore	1.771.480,18	12.796.349,03	0,00	14.567.829,21
Benefícios direto e indireto	20.112,38	846.040,79	0,00	866.153,17
Participações em comitês	112.022,91	0,00	0,00	112.022,91
Outros	376.700,59	2.651.848,97	0,00	3.028.549,56
Descrição de outras remunerações fixas	A renumeração fixa classificada em “Outros” é referente à previdência social.	A renumeração fixa classificada em “Outros” é referente à previdência social.		
Remuneração variável				
Bônus	0,00	0,00	0,00	0,00
Participação de resultados	0,00	6.698.215,31	0,00	6.698.215,31
Participação em reuniões	0,00	0,00	0,00	0,00
Comissões	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros	0,00	0,00	0,00	0,00
Descrição de outras remunerações variáveis				
Pós-emprego	0,00	0,00	0,00	0,00
Cessação do cargo	0,00	0,00	0,00	0,00
Baseada em ações (incluindo opções)	0,00	978.854,52	0,00	978.854,52
Observação			O Conselho Fiscal não foi instalado no exercício de 2020.	
Total da remuneração	2.280.316,06	23.971.308,62	0,00	26.251.624,68

8.3 Remuneração Variável

Exercício Social: 31/12/2023

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº total de membros	7,00	8,00	0,00	**15,00**
Nº de membros remunerados	0,00	8,00	0,00	**8,00**
Esclarecimento	Não há remuneração variável para o conselho de administração.		A Companhia não tem Conselho Fiscal instalado.	
EM RELAÇÃO AO BÔNUS				
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	0,00	0,00	0,00	**0,00**
Valor máximo previsto no plano de remuneração	0,00	0,00	0,00	**0,00**
Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas estabelecidas fossem atingidas	0,00	0,00	0,00	**0,00**
Valor efetivamente reconhecido no exercício social	0,00	0,00	0,00	**0,00**
EM RELAÇÃO À PARTICIPAÇÃO NO RESULTADO				
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	0,00	9540085,92	0,00	**9.540.085,92**
Valor máximo previsto no plano de remuneração	0,00	11925107,40	0,00	**11.925.107,40**
Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas estabelecidas fossem atingidas	0,00	11925107,40	0,00	**11.925.107,40**
Valor efetivamente reconhecido no exercício social	0,00	0,00	0,00	**0,00**

Exercício Social: 31/12/2022

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº total de membros	7,00	8,00	0,00	**15,00**
Nº de membros remunerados	0,00	8,00	0,00	**8,00**
Esclarecimento	Não há remuneração variável para o conselho de administração.		A Companhia não tem Conselho Fiscal instalado.	
EM RELAÇÃO AO BÔNUS				
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	0,00	0,00	0,00	**0,00**
Valor máximo previsto no plano de remuneração	0,00	0,00	0,00	**0,00**
Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas estabelecidas fossem atingidas	0,00	0,00	0,00	**0,00**
Valor efetivamente reconhecido no exercício social	0,00	0,00	0,00	**0,00**
EM RELAÇÃO À PARTICIPAÇÃO NO RESULTADO				
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	0,00	8603574,78	0,00	**8.603.574,78**
Valor máximo previsto no plano de remuneração	0,00	10754468,48	0,00	**10.754.468,48**
Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas estabelecidas fossem atingidas	0,00	10754468,48	0,00	**10.754.468,48**
Valor efetivamente reconhecido no exercício social	0,00	14024789,23	0,00	**14.024.789,23**

Exercício Social: 31/12/2021

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº total de membros	6,00	6,00	0,00	**12,00**
Nº de membros remunerados	0,00	6,00	0,00	**6,00**
Esclarecimento	Não há remuneração variável para o conselho de administração.		A Companhia não tem Conselho Fiscal instalado.	
EM RELAÇÃO AO BÔNUS				
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	0,00	0,00	0,00	**0,00**
Valor máximo previsto no plano de remuneração	0,00	0,00	0,00	**0,00**
Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas estabelecidas fossem atingidas	0,00	0,00	0,00	**0,00**
Valor efetivamente reconhecido no exercício social	0,00	0,00	0,00	**0,00**

EM RELAÇÃO À PARTICIPAÇÃO NO RESULTADO				
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	0,00	5570039,10	0,00	**5.570.039,10**
Valor máximo previsto no plano de remuneração	0,00	6962548,88	0,00	**6.962.548,88**
Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas estabelecidas fossem atingidas	0,00	6962548,88	0,00	**6.962.548,88**
Valor efetivamente reconhecido no exercício social	0,00	4328794,24	0,00	**4.328.794,24**

Exercício Social: 31/12/2020

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº total de membros	6,00	6,00	0,00	**12,00**
Nº de membros remunerados	0,00	6,00	0,00	**6,00**
Esclarecimento	Não há remuneração variável para o conselho de administração.		A Companhia não tem Conselho Fiscal instalado.	
EM RELAÇÃO AO BÔNUS				
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	0,00	0,00	0,00	**0,00**
Valor máximo previsto no plano de remuneração	0,00	0,00	0,00	**0,00**
Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas estabelecidas fossem atingidas	0,00	0,00	0,00	**0,00**
Valor efetivamente reconhecido no exercício social	0,00	0,00	0,00	**0,00**
EM RELAÇÃO À PARTICIPAÇÃO NO RESULTADO				
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	0,00	6241251,02	0,00	**6.241.251,02**
Valor máximo previsto no plano de remuneração	0,00	7801563,78	0,00	**7.801.563,78**
Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas estabelecidas fossem atingidas	0,00	7801563,78	0,00	**7.801.563,78**
Valor efetivamente reconhecido no exercício social	0,00	6698215,31	0,00	**6.698.215,31**

8.4 Plano de remuneração baseado em ações

Em relação ao plano de remuneração baseado em ações do conselho de administração e da diretoria estatutária, em vigor no último exercício social e previsto para o exercício social corrente, descrever:

a. termos e condições gerais

Serão considerados participantes elegíveis: (a) todos os diretores estatutários celetistas (empregados); (b) todos os executivos em níveis de diretor não estatutário; e (c) até 20% dos executivos no nível gerencial considerados como talentos-chave, nos termos do Programa de Gestão de Desempenho da Companhia, desde que tenham firmado o termo de adesão para participação no programa.

b. data de aprovação e órgão responsável

Aprovado em 30.04.2021 pela Assembleia Geral Ordinária Extraordinária.

c. número máximo de ações abrangidas

As ações concedidas nos termos deste Plano não poderão exceder a 1,0% (um por cento) da quantidade total de ações da Companhia, ao longo de todo o período de vigência.

d. número máximo de opções a serem outorgadas

Não se aplica.

e. condições de aquisição de ações

A cada concessão anual, o beneficiário terá direito à quantidade de ações correspondente a determinado múltiplo de seus salários mensais vigentes no momento de cada concessão, sujeito aos termos e condições estabelecidos no respectivo Termo de Adesão (instrumento particular celebrado entre a Companhia e o Beneficiário, por meio do qual o beneficiário irá aderir aos termos e condições do Plano). Para o nível gerencial, o múltiplo de referência será de 3 (três) salários; para o nível de diretor não-estatutário, o múltiplo será de 7 (sete) salários; enquanto que, para o nível de diretor estatutário celetista, será de 12 (doze) salários.

Como pré-requisito para participação no plano, requer-se dos potenciais beneficiários o investimento de 10% (dez por cento) da PLR líquida (descontada a parcela relativa ao imposto de renda) referente ao exercício anterior ao de concessão, a ser convertido em ações em posse imediata do beneficiário, bloqueadas para venda durante 02 (dois) anos ("Ações Adquiridas").

Quanto às ações concedidas pela empresa ("Ações Restritas"), haverá carência de 03 (três) anos, a partir da data de cada concessão anual, ao final dos quais haverá a transferência da posse das ações para o executivo, se atendidos os critérios de performance a seguir indicados.

Após o cumprimento da carência, a quantidade de unidades a ser efetivamente convertida em ações em posse do participante será apurada em função do TSR ("Total *Shareholder Return*" ou Retorno Total ao Investidor, em português) incremental versus a variação do Índice Nacional de Preços do Consumidor Amplo - IPCA do período. Será, também, considerado um fator de conversão final que possuirá um piso de 50% (desempenho inicial) e um teto de 150% (desempenho excepcional). Após a aplicação do fator de conversão, o executivo passará a ter a posse plena da quantidade conquistada de ações, com o consequente direito ao recebimento de proventos a partir deste momento.

Adicionalmente, para que exista pleno alinhamento de interesses entre executivos e acionistas quanto à distribuição de proventos durante todo o calendário do plano, após o período de carência de 03 (três anos), também será feito um cálculo retroativo dos proventos relativos ao período de carência, considerando-se a quantidade de ações efetivamente conquistada pelo executivo, e será pago um

8.4 Plano de remuneração baseado em ações

montante adicional em ações correspondente ao valor apurado (com o arredondamento da quantidade apurada de ações para a quantidade inteira imediatamente inferior).

Metade das Ações Restritas totais concedidas não poderá ser vendida pelo executivo por um período de 01 (um) ano após o fim da carência. Para fins de esclarecimento, a outra metade das Ações Restritas podem ser negociadas pelo executivo logo após o fim do período de carência e consequente recebimento efetivo das ações.

A critério da Companhia, para os potenciais beneficiários contratados a partir de 2021, o primeiro ano de concessão poderá ser o da sua contratação e não será exigido o pré- requisito de investimento para esse primeiro período, não havendo, portanto, Ações Adquiridas no primeiro ano de concessão. Quanto às Ações Restritas, estas serão concedidas de forma proporcional aos meses de sua contratação e o valor para fixação do preço das ações será o mesmo considerado para os demais beneficiário no ano de referência.

f. critérios para fixação do preço de aquisição ou exercício

Valor médio da ação dos últimos 40 (quarenta) pregões anteriores à data de concessão.

g. critérios para fixação do prazo de aquisição ou exercício

As concessões sejam realizadas anualmente por um período de 4 (quatro) anos de vigência do plano, sempre no mês de maio, após o pagamento do PLR referente ao exercício anterior. Para os potenciais beneficiários contratados a partir de 2021, a primeira concessão de Ações Restritas será no mês da sua contratação.

h. forma de liquidação

Com o propósito de satisfazer a outorga nos termos do Plano, a Companhia poderá, a critério do Conselho de Administração, emitir novas ações dentro do limite do capital autorizado ou alienar ações mantidas em tesouraria.

i. restrições à transferência das ações

Quanto às Ações Adquiridas pelo beneficiário, serão bloqueadas para venda durante 02 (dois) anos.
Quanto às ações concedidas pela empresa ("Ações Restritas"), haverá carência de 03 (três) anos, a partir da data de cada concessão anual, ao final dos quais haverá a transferência da posse das ações para o executivo, se atendidos os critérios de performance a seguir indicados.

Após o cumprimento da carência, a quantidade de unidades a ser efetivamente convertida em ações em posse do participante será apurada em função do TSR ("Total *Shareholder Return*" ou Retorno Total ao Investidor, em português) incremental versus a variação do Índice Nacional de Preços do Consumidor Amplo - IPCA do período. Será, também, considerado um fator de conversão final que possuirá um piso de 50% (desempenho inicial) e um teto de 150% (desempenho excepcional). Após a aplicação do fator de conversão, o executivo passará a ter a posse plena da quantidade conquistada de ações, com o consequente direito ao recebimento de proventos a partir deste momento.

Adicionalmente, para que exista pleno alinhamento de interesses entre executivos e acionistas quanto à distribuição de proventos durante todo o calendário do plano, após o período de carência de 03 (três anos), também será feito um cálculo retroativo dos proventos relativos ao período de carência, considerando-se a quantidade de ações efetivamente conquistada pelo executivo, e será pago um montante adicional em ações correspondente ao valor apurado (com o arredondamento da quantidade apurada de ações para a quantidade inteira imediatamente inferior).

8.4 Plano de remuneração baseado em ações

Metade das Ações Restritas totais concedidas não poderá ser vendida pelo executivo por um período de 01 (um) ano após o fim da carência. Para fins de esclarecimento, a outra metade das Ações Restritas podem ser negociadas pelo executivo logo após o fim do período de carência e consequente recebimento efetivo das ações.

A critério da Companhia, para os potenciais beneficiários contratados a partir de 2021, o primeiro ano de concessão poderá ser o da sua contratação e não será exigido o pré- requisito de investimento para esse primeiro período, não havendo, portanto, Ações Adquiridas no primeiro ano de concessão. Quanto às Ações Restritas, estas serão concedidas de forma proporcional aos meses de sua contratação e o valor para fixação do preço das ações será o mesmo considerado para os demais beneficiário no ano de referência.

j. critérios e eventos que, quando verificados, ocasionarão a suspensão, alteração ou extinção do plano

Alteração do Plano: caberá exclusivamente à Assembleia Geral da Companhia modificar o Plano, bem como criar novos planos de desempenho ou incentivos lastreados na outorga de opções. Ainda, qualquer alteração legal significativa no tocante à regulamentação das sociedades por ações, às companhias abertas, na legislação trabalhista e/ou aos efeitos fiscais de um plano de opções de compra, poderá levar à revisão integral do Plano, revisão que será submetida à Assembleia.

Extinção do Plano: o Plano poderá ser extinto, a qualquer tempo, por decisão da Assembleia Geral da Companhia ou na ocorrência dos seguintes eventos: (i) reorganização societária da Companhia, tais como incorporação, fusão ou cisão, na qual a companhia remanescente não seja a M. Dias Branco (ii) dissolução ou liquidação da Companhia; (iii) cancelamento de seu registro de companhia aberta; (iv) término do seu prazo de vigência; ou (v) deliberação dos acionistas no sentido de extinguir o Plano.
Não há previsão para a suspensão do Plano.

k. efeitos da saída do administrador dos órgãos do emissor sobre seus direitos previstos no plano de remuneração baseado em ações

DESLIGAMENTOS

Se o executivo for desligado ou pedir desligamento durante a vigência do plano:

Parcela do executivo (originada pelo PLR investido):

As ações estarão disponíveis para venda independentemente do tipo de desligamento.

Parcela da empresa (originada pela concessão da empresa):

Ações restritas em carência:

Em caso de desligamento por iniciativa da empresa, uma parcela das ações, a ser calculada de forma proporcional ao período de carência já cumprido em número de meses (pró- rata), terá a sua posse transferida para o ex-executivo.

Em caso de desligamento por iniciativa do executivo ou por justa causa, a parcela da empresa será perdida.

8.4 Plano de remuneração baseado em ações

APOSENTADORIA

Se o executivo se aposentar ou for desligado já aposentado durante a vigência do plano:
Se o executivo aposentado possuir ao menos 10 anos ininterruptos de serviço na empresa e comunicar formalmente sua intenção de desligamento ao conselho de administração com pelo menos 6 meses de antecedência, haverá a aceleração plena das ações em carência.

Se o executivo aposentado não cumprir simultaneamente os dois requisitos acima (10 anos de empresa e comunicação com antecedência de ao menos Desenho Proposto) e se desligar da empresa por iniciativa própria, haverá a redução pró-rata das ações em carência (isto é, uma parcela, a ser calculada de forma proporcional ao período de carência já cumprido em número de meses).

Se o executivo aposentado for desligado por iniciativa do M. Dias Branco sem justa causa: Haverá a aceleração plena das carências apenas caso o executivo tenha mais de 10 anos completos e ininterruptos de serviço na empresa.

Não atendida esta condição, haverá a redução pró-rata das ações em carência (isto é, uma parcela, a ser calculada de forma proporcional ao período de carência já cumprido em número de meses).

FALECIMENTO

Se o executivo falecer durante a vigência do plano:

Em caso de falecimento do participante, eventuais parcelas de ações em carência originadas pela concessão da empresa, serão reduzidas de forma proporcional ao período de carência já cumprido em número de meses completos, tendo a sua posse transferida para os herdeiros legais.

AÇÕES EM CARÊNCIAS NO CASO DE SAÍDA

Em todos os casos de saída do participante em que não haja perda integral das ações em carência da parcela da empresa, exceto no caso de falecimento, o fator multiplicador final será apurado considerando-se o maior número inteiro de anos possível, sem a realização de cálculos fracionados dentro do ano vigente. Para eventuais lotes no primeiro ano de carência, será assumido um fator multiplicador final igual a 100%.

8.5 Remuneração Baseada em Ações (Opções de Compra de Ações)

Exercício Social: 31/12/2023

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
N° total de membros	7,00	8,00	0,00	**15,00**
N° de membros remunerados	0,00	0,00	0,00	**0,00**
Diluição potencial em caso de exercício de todas as opções em aberto	0,000000	0,000000	0,000000	**0,00**
Esclarecimento	Não há remuneração baseada em ações sob a forma de opções de compra de ações do conselho de administração.	Não há remuneração baseada em ações sob a forma de opções de compra de ações da diretoria estatutária.	A Companhia não tem Conselho Fiscal instalado.	**----**
PREÇO MÉDIO PONDERADO DE EXERCÍCIO DE CADA UM DOS SEGUINTES GRUPOS DE OPÇÕES				
Em aberto no início do exercício social	0,00	0,00	0,00	**0,00**
Perdidas e expiradas durante o exercício social	0,00	0,00	0,00	**0,00**
Exercidas durante o exercício social	0,00	0,00	0,00	**0,00**

Exercício Social: 31/12/2022

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
N° total de membros	7,00	8,00	0,00	**15,00**
N° de membros remunerados	0,00	0,00	0,00	**0,00**
Diluição potencial em caso de exercício de todas as opções em aberto	0,000000	0,000000	0,000000	**0,00**
Esclarecimento	Não há remuneração baseada em ações sob a forma de opções de compra de ações do conselho de administração.	Não há remuneração baseada em ações sob a forma de opções de compra de ações da diretoria estatutária.	A Companhia não tem Conselho Fiscal instalado.	**----**
PREÇO MÉDIO PONDERADO DE EXERCÍCIO DE CADA UM DOS SEGUINTES GRUPOS DE OPÇÕES				
Em aberto no início do exercício social	0,00	0,00	0,00	**0,00**
Perdidas e expiradas durante o exercício social	0,00	0,00	0,00	**0,00**
Exercidas durante o exercício social	0,00	0,00	0,00	**0,00**

Exercício Social: 31/12/2021

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
N° total de membros	6,00	6,00	0,00	**12,00**
N° de membros remunerados	0,00	0,00	0,00	**0,00**
Diluição potencial em caso de exercício de todas as opções em aberto	0,000000	0,000000	0,000000	**0,00**
Esclarecimento	Não há remuneração baseada em ações sob a forma de opções de compra de ações do conselho de administração.	Não há remuneração baseada em ações sob a forma de opções de compra de ações da diretoria estatutária.	A Companhia não tem Conselho Fiscal instalado.	**----**
PREÇO MÉDIO PONDERADO DE EXERCÍCIO DE CADA UM DOS SEGUINTES GRUPOS DE OPÇÕES				
Em aberto no início do exercício social	0,00	0,00	0,00	**0,00**
Perdidas e expiradas durante o exercício social	0,00	0,00	0,00	**0,00**
Exercidas durante o exercício social	0,00	0,00	0,00	**0,00**

Exercício Social: 31/12/2020

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
N° total de membros	6,00	6,00	0,00	**12,00**
N° de membros remunerados	0,00	0,00	0,00	**0,00**
Diluição potencial em caso de exercício de todas as opções em aberto	0,000000	0,000000	0,000000	**0,00**
Esclarecimento	Não há remuneração baseada em ações sob a forma de opções de compra de ações do conselho de administração.	Não há remuneração baseada em ações sob a forma de opções de compra de ações da diretoria estatutária.	A Companhia não tem Conselho Fiscal instalado.	**----**
PREÇO MÉDIO PONDERADO DE EXERCÍCIO DE CADA UM DOS SEGUINTES GRUPOS DE OPÇÕES				
Em aberto no início do exercício social	0,00	0,00	0,00	**0,00**
Perdidas e expiradas durante o exercício social	0,00	0,00	0,00	**0,00**
Exercidas durante o exercício social	0,00	0,00	0,00	**0,00**

8.6 Outorga de opções de compra de ações

Não se aplica.

8.7 Opções em aberto

Em 31 de dezembro de 2022, não havia nenhuma opção em aberto de membro do Conselho da Administração e da Diretoria Estatutária.

8.8 Opções exercidas e ações entregues

Não se aplica.

8.9 Diluição potencial por outorga de ações

**Para evitar a duplicidade, os valores computados como remuneração dos membros do conselho de administração devem ser descontados da remuneração dos diretores que também façam parte daquele órgão.

Exercício de 2023	**Conselho de Administração**	**Diretoria Estatutária**
Nº total dos membros	NA	**8**
Nº de membros remunerados	**NA**	**4**
Diluição potencial em caso de outorga de todas as ações aos beneficiários	NA	1.435.617,40

Exercício de 2022	**Conselho de Administração**	**Diretoria Estatutária**
Nº total dos membros	NA	**8**
Nº de membros remunerados	**NA**	**3**
Diluição potencial em caso de outorga de todas as ações aos beneficiários	NA	1.331.812,79

Exercício de 2021	**Conselho de Administração**	**Diretoria Estatutária**
Nº total dos membros	NA	**6**
Nº de membros remunerados	**NA**	**2**
Diluição potencial em caso de outorga de todas as ações aos beneficiários	NA	906.390,54

Exercício de 2020	**Conselho de Administração**	**Diretoria Estatutária**
Nº total dos membros	NA	**6**
Nº de membros remunerados	**NA**	**2**
Diluição potencial em caso de outorga de todas as ações aos beneficiários	NA	263.745,08

8.10 Outorga de ações

Exercício de 2022	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária
Nº total dos membros	-	**8**
Nº de membros remunerados	**-**	**4**
Data Outorga	NA	31/05/22
Quantidade de ações Outorgada	NA	239.791
Prazo máximo para entrega de ações	NA	36 meses
Prazo de retrição a transferência de ações	NA	-
Valor justo das ações na data da outorga	NA	R$ 21,81
multiplicação da quantidade de ações outorgadas pelo valor justo das ações na data da outorga	NA	5.229.554,79

Exercício de 2021	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária
Nº total dos membros	-	**6**
Nº de membros remunerados	**-**	**2**
Data Outorga	NA	31/05/21
Quantidade de ações Outorgada	NA	98.307
Prazo máximo para entrega de ações	NA	36 meses
Prazo de retrição a transferência de ações	NA	-
Valor justo das ações na data da outorga	NA	R$ 27,66
multiplicação da quantidade de ações outorgadas pelo valor justo das ações na data da outorga	NA	2.719.171,62

Exercício de 2020	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária
Nº total dos membros	-	**6**
Nº de membros remunerados	**-**	**2**
Data Outorga	NA	31/05/20
Quantidade de ações Outorgada	NA	66.214
Prazo máximo para entrega de ações	NA	36 meses
Prazo de retrição a transferência de ações	NA	-
Valor justo das ações na data da outorga	NA	R$ 30,80
multiplicação da quantidade de ações outorgadas pelo valor justo das ações na data da outorga	NA	2.039.391,20

8.11 Ações Entregues

Exercício Social: 31/12/2022

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal
N° total de membros	7,00	8,00	0,00
N° de membros remunerados	0,00	3,00	0,00
N° de ações	0	36.124	0
Preço médio ponderado de aquisição	0,00	0,00	0,00
Preço médio ponderado de mercado das ações adquiridas	0,00	24,49	0,00
Multiplicação do total das ações adquiridas pela da diferença entre o preço médio ponderado de aquisição e o preço médio ponderado de mercado das ações adquiridas	0,00	-884.676,76	0,00
Esclarecimento	Não há ações entregues relativas à remuneração baseada em ações do conselho de administração.		A Companhia não tem Conselho Fiscal instalado.

Exercício Social: 31/12/2021

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal
N° total de membros	6,00	6,00	0,00
N° de membros remunerados	0,00	0,00	0,00
N° de ações	0	0	0
Preço médio ponderado de aquisição	0,00	0,00	0,00
Preço médio ponderado de mercado das ações adquiridas	0,00	0,00	0,00
Multiplicação do total das ações adquiridas pela da diferença entre o preço médio ponderado de aquisição e o preço médio ponderado de mercado das ações adquiridas	0,00	0,00	0,00
Esclarecimento	Não há ações entregues relativas à remuneração baseada em ações do conselho de administração.	Não há ações entregues relativas à remuneração baseada em ações da diretoria estatutária no exercício.	A Companhia não tem Conselho Fiscal instalado.

Exercício Social: 31/12/2020

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal
N° total de membros	6,00	6,00	0,00
N° de membros remunerados	0,00	0,00	0,00
N° de ações	0	0	0
Preço médio ponderado de aquisição	0,00	0,00	0,00
Preço médio ponderado de mercado das ações adquiridas	0,00	0,00	0,00
Multiplicação do total das ações adquiridas pela da diferença entre o preço médio ponderado de aquisição e o preço médio ponderado de mercado das ações adquiridas	0,00	0,00	0,00
Esclarecimento	Não há ações entregues relativas à remuneração baseada em ações do conselho de administração.	Não há ações entregues relativas à remuneração baseada em ações da diretoria estatutária no exercício.	A Companhia não tem Conselho Fiscal instalado.

8.12 Precificação das ações/opções

a. modelo de precificação

Não se aplica, tendo em vista se tratar de um Programa de Incentivo de Longo Prazo por serem ações restritas.

b. dados e premissas utilizadas no modelo de precificação, incluindo o preço médio ponderado das ações, preço de exercício, volatilidade esperada, prazo de vida da opção, dividendos esperados e a taxa de juros livre de risco

Não se aplica, em razão das considerações feitas no item 8.4.

c. método utilizado e as premissas assumidas para incorporar os efeitos esperados de exercício antecipado

Não se aplica, em razão das considerações feitas no item 8.4.

d. forma de determinação da volatilidade esperada

Não se aplica, em razão das considerações feitas no item 8.4.

e. se alguma outra característica da opção foi incorporada na mensuração de seu valor justo

Não se aplica, em razão das considerações feitas no item 8.4.

8.13 Participações detidas por órgão

	Quantidade de ações ordinárias*	%
Acionistas Controladores	227.797.941	67,2%
Conselho de Administração	14.311.305	4,2%
Diretoria Estatutária	27.408.666	8,1%
Ações em Tesouraria	2.819.146	0,8%
Free float	66.662.942	19,7%
Total	**339.000.000**	**100,0%**

* Posição em 31/12/2022.

8.14 Planos de previdência

Não há planos de previdência em vigor conferidos aos membros do conselho de administração e aos diretores estatutários pela Companhia.

8.15 Remuneração mínima, média e máxima

Valores anuais

	Diretoria Estatutária			Conselho de Administração		
	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2020
Nº de membros	8,00	6,00	6,00	7,00	6,00	6.00
Nº de membros remunerados	8,00	6,00	6,00	5,00	4,00	4,00
Valor da maior remuneraçãoReal	6.640.325,03	4.202.363,38	4.868.891,02	979.461,86	933.959,26	814.107,67
Valor da menor remuneraçãoReal	3.603.750,14	2.976.286,54	3.480.470,76	413.161,41	436.464,00	527.699,10
Valor médio da remuneraçãoReal	4.912.983,23	3.497.893,79	3.995.218,10	575.360,68	633.581,82	570.079,02

Observações e esclarecimentos

	Diretoria Estatutária	
	Observação	Esclarecimento
31/12/2022	Nota: (i) A remuneração dos membros da diretoria estatutária que também fazem parte do Conselho de Administração está contemplada na diretoria estatutária; (ii) Os membros da Diretoria Estatutária com a maior e menor remuneração individual exerceram suas funções durante os 12 meses do exercício de 2021; (iii) Considerou-se como remuneração da diretoria estatutária o somatório do pró-labore/salário, benefícios diretos/indiretos, outros e participação nos resultados;	
31/12/2021	Nota: (i) A remuneração dos membros da diretoria estatutária que também fazem parte do Conselho de Administração está contemplada na diretoria estatutária; (ii) Os membros da Diretoria Estatutária com a maior e menor remuneração individual exerceram suas funções durante os 12 meses do exercício de 2021; (iii) Considerou-se como remuneração da diretoria estatutária o somatório do pró-labore/salário, benefícios diretos/indiretos, outros e participação nos resultados;	
31/12/2020	Nota: (i) A remuneração dos membros da diretoria estatutária que também fazem parte do Conselho de Administração está contemplada na diretoria estatutária; (ii) Os membros da Diretoria Estatutária com a maior e menor remuneração individual exerceram suas funções durante os 11 meses do exercício de 2020; (iii) Considerou-se como remuneração da diretoria estatutária o somatório do pró-labore/salário, benefícios diretos/indiretos, outros e participação nos resultados;	

	Conselho de Administração	
	Observação	**Esclarecimento**
31/12/2022	Nota: Para o cálculo do valor médio de remuneração individual do conselho de administração foi considerado o somatório da remuneração dos conselheiros dividido por quatro, que é quantidade média de membros do conselho de administração que foram remunerados e dois dos membros do conselho não obtiveram remuneração por todo o período.	
31/12/2021	Nota: Para o cálculo do valor médio de remuneração individual do conselho de administração foi considerado o somatório da remuneração dos conselheiros dividido por quatro, que é quantidade média de membros do conselho de administração que foram remunerados e dois dos membros do conselho não obtiveram remuneração por todo o período.	
31/12/2020	Nota: Para o cálculo do valor médio de remuneração individual do conselho de administração foi considerado o somatório da remuneração dos conselheiros dividido por quatro, que é quantidade média de membros do conselho de administração que foram remunerados e dois dos membros do conselho não obtiveram remuneração por todo o período.	

8.16 Mecanismos de remuneração/indenização

Não há apólices de seguro contratadas para instrumentos de remuneração ou indenização aos administradores em caso de destituição do cargo ou de aposentadoria.

8.17 Percentual partes relacionadas na remuneração

Exercício de 2023

	Conselho da Administração	Diretoria Estatutária
% Remuneração administradores - partes relacionadas	38,5%	50,9%

Exercício de 2022

	Conselho da Administração	Diretoria Estatutária
% Remuneração administradores - partes relacionadas	34,0%	47,6%

Exercício de 2021

	Conselho da Administração	Diretoria Estatutária
% Remuneração administradores - partes relacionadas	36,9%	62,8%

Exercício de 2020

	Conselho da Administração	Diretoria Estatutária
% Remuneração administradores - partes relacionadas	35,7%	64,0%

Não havia conselho fiscal instalado nos exercícios de 2022, 2021 e 2020.

8.18 Remuneração - Outras funções

Nenhum membro do Conselho da Administração, da Diretoria Estatutária ou do Conselho fiscal recebeu da Companhia remuneração por quaisquer serviços que não estejam relacionados à função que ocupam, seja por prestação de serviço de consultoria, assessoria ou comissões nos últimos três exercícios sociais.

8.19 Remuneração reconhecida do controlador/controlada

Os controladores, diretos ou indiretos, as sociedades sob controle comum e as controladas da Companhia não remuneraram membros do conselho de administração nem a diretoria estatutária e nenhum outro órgão da administração nos últimos três exercícios sociais.

8.20 Outras informações relevantes

Não se aplica, pois todas as informações relevantes já foram apresentadas nos tópicos anteriores.

9.1/9.2 Identificação e Remuneração

Código CVM do Auditor	**004189**	
Razão Social	**Tipo Auditor**	**CPF/CNPJ**
KPMG AUDITORES INDEPENDENTES LTDA	Juridica	57.755.217/0017-96
Data de contratação do serviço	**Data de início da prestação de serviço**	
04/02/2022	04/02/2022	
Descrição dos serviços prestados		
Asseguração do relatório de sustentabilidade		
Montante total da remuneração dos auditores independentes, segregada por serviços, no último exercício social		
Outros serviços de 2022: a) Asseguração limitada do relatório de sustentabilidade (R$ 63 mil).		
Justificativa da substituição		
Não Aplicável		
Razão apresentada pelo auditor em caso da discordância da justificativa		
Não Aplicável		

Código CVM do Auditor	**004189**	
Razão Social	**Tipo Auditor**	**CPF/CNPJ**
KPMG AUDITORES INDEPENDENTES LTDA	Juridica	57.755.217/0017-96
Data de contratação do serviço	**Data de início da prestação de serviço**	
01/04/2022	15/04/2022	
Descrição dos serviços prestados		
Realizar a auditoria e emitir relatório sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da M. Dias Branco S.A. Indústria e Comércio de Alimentos (“a Companhia”) para o exercício findo em 31 de dezembro de 2022.		
Montante total da remuneração dos auditores independentes, segregada por serviços, no último exercício social		
624.139,94		
Justificativa da substituição		
Não aplicável.		
Razão apresentada pelo auditor em caso da discordância da justificativa		
Não aplicável.		

Código CVM do Auditor	004189	
Razão Social	**Tipo Auditor**	**CPF/CNPJ**
KPMG AUDITORES INDEPENDENTES LTDA	Juridica	57.755.217/0017-96
Data de contratação do serviço	**Data de início da prestação de serviço**	
15/04/2022	15/04/2022	
Descrição dos serviços prestados		
Auditoria das Demonstrações financeiras de 2022		
Montante total da remuneração dos auditores independentes, segregada por serviços, no último exercício social		
Auditoria das Demonstrações financeiras de 2022: a) Honorários relativos a serviços de auditoria externa (R$ 560 mil).		
Justificativa da substituição		
Não Aplicável		
Razão apresentada pelo auditor em caso da discordância da justificativa		
Não Aplicável		

Código CVM do Auditor	004189	
Razão Social	**Tipo Auditor**	**CPF/CNPJ**
KPMG AUDITORES INDEPENDENTES LTDA	Juridica	57.755.217/0017-96
Data de contratação do serviço	**Data de início da prestação de serviço**	
01/01/2023	01/01/2023	
Descrição dos serviços prestados		
Asseguração do relatório de sustentabilidade de 2022		
Montante total da remuneração dos auditores independentes, segregada por serviços, no último exercício social		
69.970,85		
Justificativa da substituição		
Não aplicável.		
Razão apresentada pelo auditor em caso da discordância da justificativa		
Não aplicável.		

Código CVM do Auditor	004189	
Razão Social	**Tipo Auditor**	**CPF/CNPJ**
KPMG AUDITORES INDEPENDENTES LTDA	Juridica	57.755.217/0017-96

Data de contratação do serviço	Data de início da prestação de serviço
01/04/2023	19/04/2023

Descrição dos serviços prestados
Realizar a auditoria e emitir relatório sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da M. Dias Branco S.A. Indústria e Comércio de Alimentos ("a Companhia") para o exercício findo em 31 de dezembro de 2023.

Montante total da remuneração dos auditores independentes, segregada por serviços, no último exercício social
672.424,00

Justificativa da substituição
Não aplicável.

Razão apresentada pelo auditor em caso da discordância da justificativa
Não aplicável.

9.3 Independência e conflito de interesses dos auditores

Em 2022, houve a prestação de outros serviços pela empresa de auditoria contratada, KPMG Auditores Independentes, que consistiram na auditoria do relatório anual integrado. A Administração reconhece que os referidos serviços não comprometeram a independência dos auditores.

A Política de Contratação de Serviços Extra Auditoria, disponível no site de Relações com Investidores, estabelece as regras e diretrizes para a contratação de Serviços Extra Auditoria pela Companhia e/ou suas controladas, observada a legislação vigente aplicável, visando garantir que não sejam contratados serviços que possam comprometer a independência da Auditoria Independente da Companhia. Como parte da política interna, todos os serviços prestados pela empresa de auditoria independente devem ser analisados pelo comitê de auditoria antes de sua realização, como forma de garantir que não haja conflito de interesse.

9.4 Outras informações relevantes

Não aplicável.

10.1A Descrição dos recursos humanos

Quantidade de empregados por declaração de gênero

	Feminino	Masculino	Não binário	Outros	Prefere não responder
Liderança	344	1062	0	0	0
Não-liderança	4238	10516	0	0	0
TOTAL = 16.160	**4582**	**11578**	**0**	**0**	**0**

Quantidade de empregados por declaração de cor ou raça

	Amarelo	Branco	Preto	Pardo	Indígena	Outros	Prefere não responder
Liderança	23	573	91	709	4	0	6
Não-liderança	133	3703	1594	9247	46	0	31
TOTAL = 16.160	**156**	**4276**	**1685**	**9956**	**50**	**0**	**37**

Quantidade de empregados por posição e faixa etária

	Abaixo de 30 anos	De 30 a 50 anos	Acima de 50 anos
Liderança	71	1140	195
Não-liderança	3128	9912	1714
TOTAL = 16.160	**3199**	**11052**	**1909**

Quantidade de empregados por posição e localização geográfica

	Norte	Nordeste	Centro-Oeste	Sudeste	Sul	Exterior
Liderança	16	919	12	373	86	0
Não-liderança	50	9867	42	3767	1028	0
TOTAL = 16.160	**66**	**10786**	**54**	**4140**	**1114**	**0**

Quantidade de empregados por localização geográfica e declaração de gênero

	Feminino	Masculino	Não binário	Outros	Prefere não responder
Norte	23	43	0	0	0
Nordeste	2564	8222	0	0	0
Centro-Oeste	9	45	0	0	0
Sudeste	1444	2696	0	0	0
Sul	542	572	0	0	0
Exterior	0	0	0	0	0
TOTAL = 16.160	**4582**	**11578**	**0**	**0**	**0**

Quantidade de empregados por localização geográfica e declaração de cor ou raça

	Amarelo	Branco	Preto	Pardo	Indígena	Outros	Prefere não responder
Norte	1	11	4	50	0	0	0
Nordeste	121	1898	914	7794	35	0	24
Centro-Oeste	0	13	4	36	0	0	1
Sudeste	25	1568	704	1821	10	0	12
Sul	9	786	59	255	5	0	0
Exterior	0	0	0	0	0	0	0
TOTAL = 16.160	**156**	**4276**	**1685**	**9956**	**50**	**0**	**37**

Quantidade de empregados por localização geográfica e faixa etária

	Abaixo de 30 anos	De 30 a 50 anos	Acima de 50 anos
Norte	6	55	5
Nordeste	2223	7425	1138
Centro-Oeste	5	45	4
Sudeste	702	2793	645
Sul	263	734	117
Exterior	0	0	0
TOTAL = 16.160	**3199**	**11052**	**1909**

10.1 Descrição dos recursos humanos

A política de recursos humanos da Companhia está pautada em três premissas fundamentais: alinhamento com a estratégia do negócio, profissionalização e orientação para resultados. Assim, todos os projetos de desenvolvimento dos colaboradores têm forte vinculação com o alcance dos objetivos estratégicos, buscando consolidar práticas corporativas de gestão de pessoas que impulsionem o alto desempenho e favoreçam o clima de trabalho.

Os processos de recrutamento e seleção são realizados com base nos requisitos técnicos e comportamentais em consonância com os valores e a cultura da M. Dias Branco, bem como, no potencial de desenvolvimento dos candidatos dentro da companhia, garantindo uma melhor experiência ao candidato e ao colaborador. A captação de talentos ocorre por meio de uma ferramenta tecnológica que fomenta um processo seletivo assertivo, sem o uso do viés inconsciente, e fluído para os nossos candidatos internos e externos. A utilização da ferramenta aliada a uma política de recrutamento e seleção que estimula a diversidade e inclusão, proporciona aos candidatos um processo seletivo transparente e acessível.

Com a transformação digital do processo seletivo foi possível proporcionar maior assertividade no perfil do candidato contratado e redução nos riscos ligados à LGPD. Além disso, oferecemos ao Gestor e ao time de Recursos Humanos uma experiência automatizada de requisição de pessoal, recrutamento e seleção, admissão e redução do transacional, contando com um processo integrado entre as ferramentas e um banco de talentos com mais de 900 mil pessoas cadastradas e interessadas em nossas oportunidades.

Em 2022, a Universidade Corporativa (UC) Investiu constantemente em ações de treinamento e desenvolvimento (T&D) com o objetivo de capacitar nossos colaboradores para alcançar os objetivos estratégicos. Ao todo, realizamos ações de treinamento que geraram 440 mil horas de aprendizagem no ano, alcançando mais de 16 mil profissionais, entre diretores, gerentes, coordenadores e supervisores, bem como estagiários, aprendizes e demais colaboradores.

Realizamos programas para os diversos públicos como Programa de Desenvolvimento de Dirigentes (PDD), voltado para integrantes do Conselho de Administração, e de seus Comitês de assessoramento, das Diretorias Estatutária e Executiva; o Programa de Desenvolvimento de Líderes (PDL), com foco no aprofundamento dos conhecimentos sobre a estratégia e o negócio, bem como o aprimoramento de competências em liderança e gestão de pessoas; Programa de Desenvolvimento Acelerado (PDA), com ferramentas de coaching e mentoring para lideranças priorizadas; Game of Talents (GoT), com foco no desenvolvimento de competências essenciais da organização e o Programa de Idiomas, com foco na aceleração do aprendizado de inglês para colaboradores elegíveis.

A trilha de capacitação realizada para estagiários e aprendizes contempla cursos técnicos de Excel, Power Bi e comportamentais, com temas que trabalham as competências dos profissionais do futuro, de acordo com o Fórum Econômico Mundial. Em 2022, foram geradas mais de 14 mil horas de treinamentos para estagiários e PILAR SOCIAL 115 mil horas para aprendizes, considerando as horas de formação do aprendiz junto aos programas de aprendizagem.

Realizamos ainda trilha de capacitação customizada para áreas de Logística (mais de 51 mil horas), Suprimentos (mais de 4 mil horas), Vendas (mais de 20 mil horas) e Indústria (mais de 15 mil horas).

Com relação à capacitação de colaboradores em Saúde e Segurança do Trabalho, realizamos treinamentos normativos de acordo com demandas específicas em cada unidade.

Importante ressaltar que, as metas da área de Educação Corporativa são compatíveis com boas práticas do mercado. Os treinamentos são registrados com lista de presença e aplicadas avaliações dereação, eficácia e aprendizagem, de acordo com a carga horária (o tipo de avaliação depende da natureza do treinamento).

10.1 Descrição dos recursos humanos

Para manter uma boa comunicação com o colaborador, temos uma equipe de Comunicação dedicada à divulgação de informações relevantes e alinhadas à estratégia do negócio. Para isso, dispomos de canais de comunicação como Workplace (rede social corporativa), Jornal Mural e WhatsApp (lideranças e influenciadores internos). O primeiro, atua como "hub de comunicação", reunindo todas as iniciativas de comunicação da Companhia. Já os demais funcionam como "satélites", direcionando o público interno à rede social corporativa e reforçando as principais campanhas desenvolvidas.
Além disso, o setor de Comunicação mantém o programa Papo Aberto, que incentiva encontros presenciais/virtuais entre colaboradores de diversos níveis promovendo a comunicação face a face e o engajamento, gerando impacto positivo no clima organizacional.

Com o intuito de desenvolver a carreira dos colaboradores, realizamos o programa Gestão de Desempenho que propicia o alinhamento dos objetivos individuais aos estratégicos, fornece subsídios para promoções, seleções, treinamentos, melhorias de processos de trabalho, consolidação da cultura de meritocracia, fortalecimento da liderança e aprimoramento do clima organizacional.

Em 2022, foram contemplados no Programa de Gestão de Desempenho mais de 1.874 colaboradores, sendo 886 Especialistas e Profissionais, 700 Supervisores e Coordenadores e 288 Gerentes. Por meio desse programa, estimulamos uma cultura de feedback e desenvolvemos os colaboradores de uma forma estruturada, envolvendo a elaboração de Planos de Desenvolvimento Individual (PDI). Foi realizado também a edição do Diálogos de Carreira, com a programação de 6 workshops sobre os diversos temas que envolvem a construção e protagonismo da carreira do colaborador. Contamos com a participação de 1.347 colaboradores.

Na área de Saúde no ano de 2022, foram realizadas 109 ações preventivas nas unidades com foco em temas como: doenças crônicas, ergonomia; prevenção e cuidados contra a covid-19; saúde mental; prevenção e combate à surdez; alimentação saudável; atividade física; setembro amarelo; outubro rosa; novembro azul; e dezembro vermelho.

Também disponibilizamos ginástica laboral nas Unidades Eusébio/CE, Fortaleza/CE (Moinho de trigo e gorduras e margarinas especiais), Maracanaú/CE, Salvador/BA, Jaboatão dos Guararapes/PE, São Caetano do Sul/SP e Lençóis Paulista/SP. E, entre os meses de junho e julho, foi realizada uma campanha de vacinação contra H1N1 em vinte e sete unidades, aplicando, no total, 2.679 doses.

Em agosto/2022 foi inaugurada a Sala de apoio a colaboradora que amamenta da unidade Eusébio/CE com objetivo de prover para a colaboradora mãe, um ambiente acolhedor e adequado à coleta e ao armazenamento do seu leite materno. Realizado o evento da Jornada da Saúde com a temática "Cuidar da saúde e bem-estar também é se amar", onde foi realizado ações de saúde como palestra presencial e online, massoterapia, ginástica laboral, stands educativos, intervenção teatral, entre outros.

O canal de teleatendimento médico permaneceu ativo com objetivo monitorar sintomas gripais ou relatos de contato com infectados por covid-19, sendo realizados o total de 2.926 avaliações médicas, com o registro de 1.510 resultados de exames positivos para covid19.

A área de Cultura e Clima é responsável pelo programa Levemente que é o nome do programa de saúde mental da Cia, que tem como objetivo promover e cuidar da saúde mental dos colaboradores por meio de ações de qualidade de vida, bem-estar e saúde mental aplicadas no dia a dia da companhia e dos times. Dentre essas ações, podemos destacar: os atendimentos psicológicos, disponibilizado gratuitamente para colaboradores nas modalidades on-line (todas as unidades) e presencial (apenas unidades Fábrica Fortaleza, Maracanaú, Madureira, Salvador (GMA), Jaboatão dos Guararapes e Bento Gonçalves) e rodas de conversa través de encontros que acontecem periodicamente com equipes e assuntos específicos voltados para questões de saúde mental. Em 2021 foram mais de 1,2 mil colaboradores sensibilizados sobre o tema e, entre maio e setembro, 540 atendimentos haviam sido

10.1 Descrição dos recursos humanos

realizados no ano. Todos os processos voltados à saúde e segurança seguem a Lei Geral de Proteção de Dados, e cumprem os padrões de conduta previstos no código de ética médica e de enfermagem.

A área também está a frente dos Programas de Reconhecimento da Cia, que visa trabalhar a gestão do engajamento dos colaboradores o que consideramos uma estratégia fundamental para conquistar e reter nossos talentos, além de motivar os colaboradores com foco no alinhamento à nossa cultura organizacional. Para isso, entendemos que reconhecer o trabalho e a entrega dos colaboradores gera impacto nos resultados, na inovação e compromisso com os valores da Companhia! Por isso, temos iniciativas que promovem e incentivam práticas de reconhecimento e engajamento. Os programas administrados pela área são:

Mandou Bem: Iniciativa da M. Dias Branco para reconhecimento de colaboradores que abraçam nossos valores e fazem a diferença, entregando resultados importantes para a Companhia! Essa ação é voltada para a liderança reconhecer suas equipes por entregas que fizeram a diferença!

Líderes que Inspiram: É uma iniciativa que tem como objetivo estimular a cultura de inovação e fortalecer os valores da M. Dias Branco, por meio do reconhecimento de boas práticas da liderança. Esse reconhecimento acontece ao longo de 3 edições ao ano onde, em cada uma delas, os líderes selecionados apresentam práticas quem implementaram em suas áreas e os resultados que elas proporcionaram.

Receita de Sucesso: O Receita de Sucesso é o programa de reconhecimento dos colaboradores por tempo de empresa. Algumas das ações que são realizadas por meio dessa frente de reconhecimentos são:

- **Selo Receita de Sucesso:** Os colaboradores que completarem 05, 10, 15, 20, 25, 30, 35 e 40 anos de empresa, recebem um selo personalizado em seu perfil aqui no Workplace. Os selos são dados aos colaboradores no mês que completam o tempo de casa estipulado.
- **Evento Receita de Sucesso:** Esta ação é voltada para os colaboradores que completam as décadas do programa (10, 20, 30 e 40 anos de empresa). Em parceria com os times de RHs das unidades, é realizado um evento de reconhecimento e celebração pela história dos colaboradores contemplados. Cada homenageado recebe um kit personalizado do programa.

Escutas de times: as escutas dos times acontecem a partir da necessidade de uma área. O formato dessa abordagem é por meio de grupos focais com público definido previamente e parte de pressupostos sobre questões que permeiam as equipes. Esses momentos garantem o anonimato das respostas dos participantes e proporcionam um espaço de acolhimento e escuta especializada.

Programa Porta-vozes: é uma frente muito importante no acompanhamento do termômetro do clima organizacional da Companhia. São grupos de colaboradores que se reúnem mensalmente com a mediação do RH para compartilhar as principais demandas das unidades em busca de soluções que promovam o bem-estar e satisfação de todos os colaboradores. Hoje o programa está presente nas unidades: Eusébio, Jaboatão do Guararapes, São Luís, Teresina, Maracanaú, Queimados, Madureira, GMT, GMP, GME, Lençóis Paulista, Moinho Paraná, Bento Gonçalves, Moinho Dias Branco e Crato.

Mistura para TODOS: é o programa que dar foco no nosso pilar de diversidade e inclusão da M. Dias Branco e tem como objetivo fomentar e acolher a diversidade e realizar a inclusão no dia a dia dos nossos colaboradores. O programa é pensado em um formato FORALL, ou seja, tem como premissa o respeito a TODOS: Não importando a idade, Não importando a cor ou raça, Não importando o gênero, Não importando a orientação sexual, Não importando sua origem.

Além disso, buscamos influenciar a VALORIZAÇÃO DA DIVERSIDADE na empresa através do aumento do quadro de colaboradores que fazem parte de grupos minorizados, que, segundo o ISE, podemos definir como: "grupo de pessoas socialmente ou historicamente excluídas e/ou sub-representados por

10.1 Descrição dos recursos humanos

questões de gênero, cor/raça, idade, deficiências, orientação afetivo-sexual ou identidade de gênero, entre outros."

Avançamos com a publicação da nossa Política de Direitos Humanos, Diversidade e Inclusão, que tem como foco esclarecer e auxiliar os nossos colaboradores em relação ao posicionamento da companhia sobre esses temas, bem como fornecer em toda a cadeia de valor as diretrizes que nos pautam e as práticas que adotamos para proteger os direitos de todas as pessoas.

A Responsabilidade Social implementou o programa corporativo de voluntários da Companhia o "Fábrica de Voluntários" que tem o propósito de inspirar e transformar vidas por meio de nossas ações voluntárias, estimulando a prática cidadã e o espírito de responsabilidade social, por meio do programa nossos voluntários são estimulados a interagir com as comunidades do entorno, doando seu tempo, conhecimentos e habilidades em prol do outro, essa interação ocorre através de diversas frentes de atuação do programa, como participação dos eventos de entrega de doações, ações de limpezas de praias e mangues e trabalho voluntário e consultivo durante o expediente, em instituições parceiras. Ao todo, no ano de 2022, foram realizadas 957 horas de trabalho voluntário, com participação de 153 colaboradores em todo o Brasil.

Engajamos constantemente nossos colaboradores na Agenda Estratégica de Sustentabilidade da Companhia, revisitada em 2021, e divulgada amplamente ao longo de 2022. Nossa agenda de sustentabilidade é composta por temas prioritários, indicadores, metas e uma governança clara, na qual nossos líderes protagonizam o alcance dos resultados. Ao longo de 2022, os principais líderes envolvidos na agenda de sustentabilidade e demais colaboradores envolvidos nos grupos de trabalho foram capacitados nos diversos temas que envolvem ESG e viabilizaram entregas importantes para tornar mais próximo nosso resultado frente às metas até 2030. Como resultado, integramos pela terceira vez consecutiva a carteira de empresas do Índice de Sustentabilidade Empresarial, da B3 e obtivemos avanços em nosso score no reporte ao CDP Clima, do nível B-, para B, dentre outras importantes conquistas, como a evolução do nosso rating ESG para AA na avaliação da MSCI (Morgan Stanley Capital International), reconhecida internacionalmente por publicar índices de desempenho das principais ações e bolsas de valores do mundo.

Todas as áreas de negócio apoiam a governança da Agenda Estratégica de Sustentabilidade por meio de práticas, programas e projetos. Cada tema priorizado é tratado por meio de Grupos de Trabalho

(GTs) multidisciplinares ou faz parte do escopo de atividade de uma área específica. Os resultados das iniciativas são reportados periodicamente ao Comitê de Sustentabilidade e ao nível diretivo nas reuniões mensais de Gerenciamento pelas Diretrizes (GPD). A aprovação e reporte das metas vinculadas aos temas de sustentabilidade perpassam pelo Comitê Executivo de Sustentabilidade (formado por cinco diretores executivos), Comitê de ESG (formado por quatro membros de posições estratégicas da Companhia, sendo um deles independente) e o Conselho de Administração (formado por sete membros, sendo três deles independentes). O Conselho de Administração é a maior instância de governança da Companhia e tem dentre suas responsabilidades o acompanhamento dos desafios nos temas prioritários e das demandas de stakeholders, viabilizando o engajamento junto às principais partes interessadas, seja por meio das metas da nossa agenda de sustentabilidade ou de projetos estratégicos aprovados e discutidos ao longo do ano.

Divulgamos nossa Política de Sustentabilidade para os stakeholders e reforçamos nossos esforços para fazer cumprir os princípios do Pacto Global e os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) da ONU e em 2022, iniciamos a participação no Conselho Empresarial Brasileiro para o Desenvolvimento Sustentável *CEBEDS). Integramos também o Pacto Empresarial pela Integridade e Contra a Corrupção, vinculado ao Instituto Ethos, fortalecendo nosso compromisso para a promoção de um mercado mais íntegro e ético.

10.1 Descrição dos recursos humanos

No mês de março de 2023, foi publicado o Relatório Anual da Companhia referente ao exercício de 2022. Para avançar a agenda sustentável é preciso envolver toda a empresa. Por isso, foram realizadas diversas atividades de engajamento no decorrer do ano. Listamos algumas:

- Programa de Desenvolvimento de Líderes com a temática "Liderança Sustentável;
- Diversas iniciativas de divulgação da Agenda Estratégica de Sustentabilidade na imprensa, redes sociais e veículos internos de comunicação, bem como eventos de capacitação sobre sustentabilidade;
- Realização do Encontro de Sustentabilidade em nossas unidades fabris para disseminação junto aos líderes e colaboradores, inclusive com lançamento de podcasts e game sobre sustentabilidade;
- Realização do Fórum de Sustentabilidade e Desenvolvimento, evento aberto ao público, com o tema "Sustentabilidade: uma agenda estratégica inadiável";
- Realização do I Workshop para Fornecedores para capturar sinergias e abordar o tema ESG.

b. número de terceirizados (total e por grupos, com base na atividade desempenhada e na localização geográfica)

	Norte	Nordeste	Centro-Oeste	Sudeste	Sul	Exterior	**Total**
Produção	0	869	0	167	45	0	1.081
Comercial	90	761	58	548	67	0	1.524
Logística	0	1.011	0	1.388	289	0	2.688
Administrativo	0	86	0	10	0	0	96
Total	**90**	**2.727**	**58**	**2.113**	**401**	**0**	**5.389**

c. índice de rotatividade

	2020	**2021**	**2022**
Indice de Rotatividade	7,86%	8,63%	11,88%
Índice de Rotatividade (Média Mensal)	0,66%	0,72%	0,99%

*Em alinhamento à boa prática de mercado no que tange ao cálculo de rotatividade, a partir de 2022, retiraremos do universo de dados os desligamentos por reestruturação, que consistem em posições que deixaram de existir na Companhia, bem como as novas vagas que foram criadas no ano corrente. Diferente dos anos anteriores, a identificação desses dados foi possível a partir da modernização tecnológica dos recursos utilizados na área de Gestão de Pessoas.

10.2 Alterações relevantes

Não houve alteração relevante com relação aos números divulgados no item 10.1.

10.3 Políticas e práticas de remuneração dos empregados

a. política de salários e remuneração variável

A Companhia adota uma estratégia de remuneração baseada em três pilares: alinhamento com as prioridades estratégicas do negócio, fortalecimento da cultura de resultados e equilíbrio salarial interno/externo (práticas de mercado), de forma a assegurar atratividade na captação e retenção de talentos. Os salários fixos são reajustados, anualmente, conforme acordos ou convenções coletivas das categorias de empregados e a legislação trabalhista.

A Companhia concede, ainda, reajustes salariais, mediante promoção/mérito de colaboradores que se destacam em seu desempenho e contribuem de uma maneira diferenciada para o atendimento das demandas do negócio, em alinhamento com o modelo de Gestão do Desempenho e com a Política de Cargos, Carreiras e Remuneração, as diretrizes são aplicadas independente de gênero, orientação sexual, etnia, raça, deficiência e faixa etária.

A remuneração variável mensal é concedida para a equipe comercial, como forma de impulsionar o alcance dos resultados estabelecidos na Gestão Estratégica e Orçamentária da Companhia. Além disso, adota-se de forma corporativa o programa de Participação nos Lucros ou Resultados (PLR), que contempla todos os colaboradores, vinculado ao alcance de metas setoriais e corporativas, com múltiplos de salários alinhados às práticas de mercado em organizações de porte semelhante, definidos conforme a natureza do cargo. Em 2017 realizamos a implementação do Incentivo de Longo Prazo (ILP) para o nível de diretoria não estatutária, em 2019 realizamos a implementação desse incentivo também para a diretoria estatutária celetista eleita em 2019. Em 2021, o modelo de Incentivo de Longo Prazo (ILP) passou por uma revisão e além da Diretoria Estatutária e Executiva, o programa foi estendido para o nível de Gerência Executiva, potencializando o comprometimento de todos com a sustentabilidade do negócio e o seu desempenho no longo prazo.

b. política de benefícios

O pacote de benefícios concedidos aos empregados da Companhia inclui, assistência médica, assistência odontológica, seguro de vida, custeio de treinamentos técnicos e comportamentais, transporte coletivo ou vale-transporte, refeição ou vale-refeição, cesta básica, auxílio-creche, subsidio de parte do custo em plano mensal que permite acesso a academias e assessorias esportivas por todo o Brasil, licença paternidade estendida para 15 dias e licença não remunerada para colaboradores que se ausentam para desenvolvimento de sua carreira, como um curso no exterior.

c. planos de remuneração baseados em ações dos empregados não-administradores

Não aplicável, pois a Companhia não possui planos de remuneração baseado em ações para empregados não-administradores.

d. razão entre a maior remuneração individual e a mediana da remuneração individual dos empregados do emissor no Brasil, desconsiderando-se a maior remuneração individual

A proporção da remuneração total anual é considerada uma informação confidencial, pois possui cunho estratégico e pode impactar na atração e retenção de talentos, portanto, não é divulgada pela Companhia.

10.4 Relações entre emissor e sindicatos

A companhia mantém diálogo permanente com as entidades sindicais que representam as categorias em que atuamos nas unidades no Brasil, mediante realização de reuniões periódicas em que são tratadas as demandas de salários, benefícios e melhorias nas práticas do trabalho.

As negociações são conduzidas pelas áreas de Recursos Humanos e Jurídico, sempre considerando a conjuntura externa (inflação, Produto Interno Bruto, crescimento do País, nível de desemprego e reajuste do salário-mínimo), bem como o cenário do negócio (desempenho das vendas e cumprimento do orçamento) para subsidiar as decisões da Diretoria Executiva.

Não houve paralisações e greves nos 3 últimos exercícios sociais (2020, 2021 e 2022).

10.5 Outras informações relevantes

Todas as informações relevantes foram evidenciadas nos tópicos anteriores.

11.1 Regras, políticas e práticas

A Política de Contratação de Partes relacionadas foi aprovada pelo Conselho de Administração em 28 de outubro de 2013 e última revisão em 10 de fevereiro de 2023, visando assegurar que todas as decisões envolvendo partes relacionadas sejam tomadas tendo em vista os interesses da Companhia e de seus acionistas, com estrita observância das regras legais contidas na lei nº 6.404/76 e nas normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM). A referida política se aplica a todas as unidades e está baseada no Estatuto Social da Companhia, na Lei das Sociedades por Ações, nas Normas da Comissão de Valores Mobiliários que dispõem sobre o assunto, no Pronunciamento Técnico do Comitê de Pronunciamentos Contábeis- CPC 05, nas regras do Novo Mercado e nas melhores Práticas de Governança Corporativa.

Conforme a referida política, a realização de transação com parte relacionada somente deve ser realizada quando atendidos alguns requisitos mínimos, como a comprovação de que a parte relacionada efetivamente dispõe de condições para comercializar ou prestar o serviço pretendido nas condições de qualidade exigida, quando existir comprovação documental que a parte relacionada cobra preços compatíveis com o mercado e que a operação não gerará prejuízos para a Companhia, dentre outros requisitos.

Quando envolver montante relevante, a transação deverá ser pré-analisada pelo Comitê de Auditoria, que deverá verificar as vantagens da transação para a Companhia. Posteriormente, a análise deverá ser encaminhada ao Conselho de Administração, que se manifestará expressamente sobre sua aprovação. Em regra, a M.Dias Branco não realiza operações de natureza financeira com sociedades sob o mesmo controle. Contudo, no que tange à prestação de garantias, a Presidente do Conselho de Administração da Companhia figura em parte dos contratos financeiros na posição de avalista.

As empresas das quais os Membros Próximos da Família detêm o controle, tem participação societária relevante ou tem influência significativa que apresentaram movimentação com o emissor, são as seguintes: Dias Branco Administração e Participação Ltda., Praia Centro Hotel Viagens e Turismo Ltda., Terminal Portuário Cotegipe S.A., Companhia Industrial de Cimento Apodi, Idibra Participações Ltda., LDB transp de cargas ltda, LDB logística e transportes ltda, THB CE consultoria, gerência de riscos e corretagem de seguros Ltda., WEF engenharia e automação Ltda, Buhler & Scherler S.A, AET engenharia e soluções tecnológicas avançadas S.A, Everest com de prod médicos e odontológicos Ltda. e o Support Administração e serviços S/S Ltda. (Holiday Inn Fortaleza), todas sociedades que apresentam ou apresentaram transações com o emissor.

A Política de Contratação de Partes Relacionadas está disponível na íntegra no site de RI, no tópico Governança Corporativa\ Outras Políticas\Política de Transações com Partes Relacionadas e Demais Situações Envolvendo Conflito de Interesse.

As operações contratadas estão resumidas no item 11.2 deste Formulário de Referência.

11.2 Transações com partes relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido Real	Saldo existente	Montante Real	Duração	Taxa de juros cobrados
AET - Engenharia e Soluções Tecnológicas Avançadas Ltda.	11/01/2022	215.570,16	0,00	0,00	Indeterminado	0,00

Relação com o emissor	Parte Relacionada
Objeto contrato	Prestação de serviço de manutenção e instalação de equipamentos
Garantia e seguros	Não se aplica
Rescisão ou extinção	Não se aplica
Natureza e razão para a operação	Não se aplica
Posição contratual do emissor	Devedor
Especificação Posição Contratual	

Buhler amp; Scherler S.A.	19/12/2022	900.000,00	0,00	0,00	Indeterminado	0,00

Relação com o emissor	Parte Relacionada
Objeto contrato	Compra de ativo imobilizado
Garantia e seguros	Não se aplica
Rescisão ou extinção	Não se aplica
Natureza e razão para a operação	Não se aplica
Posição contratual do emissor	Devedor
Especificação Posição Contratual	

Everest Comércio de Produtos Médicos e Odontológicos Ltda.	06/01/2022	12.525,00	0,00	0,00	Indeterminado	0,00

11.2 Transações com partes relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido Real	Saldo existente	Montante Real	Duração	Taxa de juros cobrados
Relação com o emissor	Parte Relacionada					
Objeto contrato	Prestação de serviços de manutenção e instalação de equipamentos					
Garantia e seguros	Não se aplica					
Rescisão ou extinção	Não se aplica					
Natureza e razão para a operação	Não se aplica					
Posição contratual do emissor	Devedor					
Especificação Posição Contratual						
Idibra Participações S.A.	28/01/2022	7.396,20	0,00	0,00	Indeterminado	0,00
Relação com o emissor	Parte Relacionada					
Objeto contrato	Venda de produtos fabricados pela controladora					
Garantia e seguros	Não se aplica					
Rescisão ou extinção	Não se aplica					
Natureza e razão para a operação	Não se aplica					
Posição contratual do emissor	Credor					
Especificação Posição Contratual						
Idibra Participações S.A.	26/01/2022	5.100,00	0,00	0,00	Indeterminado	0,00
Relação com o emissor	Parte Relacionada					
Objeto contrato	Prestação de Serviços em Construção Civil					

11.2 Transações com partes relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido Real	Saldo existente	Montante Real	Duração	Taxa de juros cobrados
Garantia e seguros	Não se aplica					
Rescisão ou extinção	Não se aplica					
Natureza e razão para a operação	Não se aplica					
Posição contratual do emissor	Devedor					
Especificação Posição Contratual						
LDB Logística e Transporte Ltda.	07/01/2022	1.551,33	0,00	0,00	Indeterminado	0,00
Relação com o emissor	Parte Relacionada					
Objeto contrato	Venda de outras mercadorias					
Garantia e seguros	Não se aplica					
Rescisão ou extinção	Não se aplica					
Natureza e razão para a operação	Não se aplica					
Posição contratual do emissor	Credor					
Especificação Posição Contratual						
LDB Logística e Transporte Ltda.	03/01/2022	1.504.255,47	0,00	0,00	Indeterminado	0,00
Relação com o emissor	Parte Relacionada					
Objeto contrato	Serviços de transporte de carga					
Garantia e seguros	Não se aplica					

11.2 Transações com partes relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido Real	Saldo existente	Montante Real	Duração	Taxa de juros cobrados
Rescisão ou extinção	Não se aplica					
Natureza e razão para a operação	Não se aplica					
Posição contratual do emissor	Devedor					
Especificação Posição Contratual						
LDB Transporte de Cargas Ltda.	05/01/2022	124.825,26	0,00	0,00	Indeterminado	0,00
Relação com o emissor	Parte Relacionada					
Objeto contrato	Venda de outras mercadorias					
Garantia e seguros	Não se aplica					
Rescisão ou extinção	Não se aplica					
Natureza e razão para a operação	Não se aplica					
Posição contratual do emissor	Credor					
Especificação Posição Contratual						
LDB Transporte de Cargas Ltda.	31/01/2022	21.154.194,39	0,00	0,00	Indeterminado	0,00
Relação com o emissor	Parte Relacionada					
Objeto contrato	Serviços de transporte de carga					
Garantia e seguros	Não se aplica					
Rescisão ou extinção	Não se aplica					
Natureza e razão para a operação	Não se aplica					

11.2 Transações com partes relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido Real	Saldo existente	Montante Real	Duração	Taxa de juros cobrados
Posição contratual do emissor	Devedor					
Especificação Posição Contratual						
Maria Consuelo Saraiva Leão Dias Branco	31/12/2022	7.776.840,42	7.776.840,42	0,00	Até 15/01/2024	0,00
Relação com o emissor	Presidente do Conselho de Administração					
Objeto contrato	Prestação de garantias em partes dos contratos financeiros da Companhia					
Garantia e seguros	Não se aplica					
Rescisão ou extinção	Não se aplica					
Natureza e razão para a operação	Não se aplica					
Posição contratual do emissor	Credor					
Especificação Posição Contratual						
Omega Delta 7amp;8 Holding Energia S.A.	11/10/2022	9.839.329,67	0,00	0,00	Indeterminado	0,00
Relação com o emissor	Coligada					
Objeto contrato	Prestação de serviços de energia elétrica					
Garantia e seguros	Não se aplica					
Rescisão ou extinção	Não se aplica					
Natureza e razão para a operação	Não se aplica					
Posição contratual do emissor	Devedor					
Especificação Posição Contratual						

11.2 Transações com partes relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido Real	Saldo existente	Montante Real	Duração	Taxa de juros cobrados
Praia Centro Hotéis, Viagens e Turismo Ltda	14/01/2022	778.805,92	0,00	0,00	Indeterminado	0,00

Relação com o emissor	Parte Relacionada
Objeto contrato	Serviços de hotelaria
Garantia e seguros	Não se aplica
Rescisão ou extinção	Não se aplica
Natureza e razão para a operação	Não se aplica
Posição contratual do emissor	Devedor
Especificação Posição Contratual	

Praia Centro Hotéis, Viagens e Turismo Ltda.	03/01/2022	9.240,22	0,00	0,00	Indeterminado	0,00

Relação com o emissor	Parte Relacionada
Objeto contrato	Venda de produtos fabricados pela controladora
Garantia e seguros	Não se aplica
Rescisão ou extinção	Não se aplica
Natureza e razão para a operação	Não se aplica
Posição contratual do emissor	Credor
Especificação Posição Contratual	

Support Administração e Serviços S/S Ltda.	03/01/2022	280.952,70	0,00	0,00	Indeterminado

11.2 Transações com partes relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido Real	Saldo existente	Montante Real	Duração	Taxa de juros cobrados
Relação com o emissor	Parte Relacionada					
Objeto contrato	Serviços de hotelaria					
Garantia e seguros	Não se aplica					
Rescisão ou extinção	Não se aplica					
Natureza e razão para a operação	Não se aplica					
Posição contratual do emissor	Devedor					
Especificação Posição Contratual						
Tergran - Terminal de Grãos de Fortaleza Ltda.	03/01/2022	9.390.276,81	0,00	0,00	Indeterminado	0,00
Relação com o emissor	Controlada em conjunto					
Objeto contrato	Serviço de Descarga de Trigo					
Garantia e seguros	Não se aplica					
Rescisão ou extinção	Não se aplica					
Natureza e razão para a operação	Não se aplica					
Posição contratual do emissor	Devedor					
Especificação Posição Contratual						
Terminal Portuário Cotegipe S.A.	02/02/2022	12.501,41	0,00	0,00	Indeterminado	0,00
Relação com o emissor	Parte Relacionada					

11.2 Transações com partes relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido Real	Saldo existente	Montante Real	Duração	Taxa de juros cobrados
Objeto contrato	Venda de produtos fabricados pela controladora					
Garantia e seguros	Não se aplica					
Rescisão ou extinção	Não se aplica					
Natureza e razão para a operação	Não se aplica					
Posição contratual do emissor	Credor					
Especificação Posição Contratual						
Terminal Portuário Cotegipe S.A.	03/01/2022	8.611.633,41	0,00	0,00	Indeterminado	0,00
Relação com o emissor	Parte Relacionada					
Objeto contrato	Prestação de serviços na descarga de trigo e outros serviços					
Garantia e seguros	Não se aplica					
Rescisão ou extinção	Não se aplica					
Natureza e razão para a operação	Não se aplica					
Posição contratual do emissor	Devedor					
Especificação Posição Contratual						
THB CE Consultoria, Gerência de Riscos e Corretagem de Seguros Ltda.	27/01/2022	1.796.392,11	0,00	0,00	Indeterminado	0,00
Relação com o emissor	Parte Relacionada					
Objeto contrato	Prestação de serviços de assessoria ou consultoria					
Garantia e seguros	Não se aplica					

11.2 Transações com partes relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido Real	Saldo existente	Montante Real	Duração	Taxa de juros cobrados
Rescisão ou extinção	Não se aplica					
Natureza e razão para a operação	Não se aplica					
Posição contratual do emissor	Devedor					
Especificação Posição Contratual						
WEF Engenharia e Automacao Ltda.	12/01/2022	881.908,85	0,00	0,00	Indeterminado	0,00
Relação com o emissor	Parte Relacionada					
Objeto contrato	Prestação de serviços de manutenção e instalação de equipamentos					
Garantia e seguros	Não se aplica					
Rescisão ou extinção	Não se aplica					
Natureza e razão para a operação	Não se aplica					
Posição contratual do emissor	Devedor					
Especificação Posição Contratual						
WEF Engenharia e Automação Ltda.	19/05/2022	291.454,85	0,00	0,00	Indeterminado	0,00
Relação com o emissor	Parte Relacionada					
Objeto contrato	Compra de ativo imobilizado					
Garantia e seguros	Não se aplica					
Rescisão ou extinção	Não se aplica					

11.2 Transações com partes relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido Real	Saldo existente	Montante Real	Duração	Taxa de juros cobrados
Natureza e razão para a operação	Não se aplica					
Posição contratual do emissor	Devedor					
Especificação Posição Contratual						

11.2 Itens 'n.' e 'o.'

n. Identificar as medidas tomadas para tratar de conflitos de interesses

Todas as operações da Companhia, especialmente aquelas que se deram com partes relacionadas, foram devidamente submetidas à Administração a que estavam subordinadas, em linha com as práticas existentes atualmente na Companhia.

A Companhia realiza, por meio de sua Diretoria, análises prévias das condições das transações com partes relacionadas. Adicionalmente, adota práticas de governança corporativa, do Regulamento do Novo Mercado, e atua em conformidade à Lei das Sociedades por Ações, a qual prevê, dentre outras, que qualquer acionista ou membro do Conselho de Administração está proibido de votar em deliberação acerca da matéria em que tenha interesses conflitantes com os da Companhia.

Para o tratamento de conflito de interesses a companhia dispõe de política específica com o propósito estabelecer regras, diretrizes e métodos a serem observados para assegurar que todas as decisões envolvendo transações com Partes Relacionadas, assim como outras situações com potencial conflito de interesses, sejam tomadas no melhor interesse da Companhia e de seus acionistas. Dessa forma, adotamos as seguintes medidas: (i) instalação de um Comitê de Ética, que é o órgão responsável por assessorar o Comitê de Auditoria na supervisão dos comunicados recebidos através do Canal Ético, o qual deve ser consultado em todos os casos de possíveis conflitos de interesses; (ii) monitoramento de conflitos de interesse em potencial e à observância do Código de Ética da Companhia pelo Comitê de Auditoria, órgão formado apenas por membros independentes; (iii) supervisão pelo Conselho de Administração do relacionamento entre os executivos entre si e com as demais partes interessadas, mediando e solucionando impasses e conflitos; e (iv) solução de conflito de interesses por meio de arbitragem, conforme o capítulo X do Estatuto Social.

o. Demonstrar o caráter estritamente comutativo das condições pactuadas ou o pagamento compensatório adequado

As operações entre as partes relacionadas estão em linha com as praticadas pelo mercado e são realizadas em condições satisfatórias aos interesses da Companhia, levando em consideração análises feitas pela Administração para cada operação. A escolha da empresa a ser contratada também leva em consideração as condições comerciais e/ou qualificações técnicas aplicáveis.

Nos contratos mencionados no item 11.2 não há taxas de juros tendo em vista a natureza de tais contratos.

Os negócios e as operações entre a Companhia e as partes relacionadas, atualmente em vigor até a data de publicação deste documento, estão brevemente resumidos abaixo.

Prestação de serviço de descarga de trigo e outros serviços

A Tergran - Terminais de Grãos de Fortaleza Ltda., empresa com controle compartilhado, presta serviço de descarga de trigo para a Companhia com preços e condições de mercado. Nessas mesmas condições, também ocorre operações de descarga de trigo contratadas entre a Companhia e o Terminal Portuário Cotegipe S.A., empresa não controlada e nem coligada à Companhia, mas da qual Maria Consuelo Saraiva Leão Dias Branco, Francisco Ivens de Sá Dias Branco Júnior, Francisco Marcos Saraiva Leão Dias Branco, Francisco Cláudio Saraiva Leão Dias Branco, Maria das Graças Dias Branco da Escóssia e Maria Regina Saraiva Leão Dias Branco detêm participação relevante, de forma direta ou indireta

Com relação aos montantes envolvidos em 2022 e saldos existentes em 31 de dezembro de 2022, ver item 11.2.

11.2 Itens 'n.' e 'o.'

Fornecimento de produtos fabricados pela controladora

A Companhia vende produtos para as empresas Idibra Participações S.A., Praia Centro Hotéis, Viagens e Turismo Ltda. e Terminal Portuário Cotegipe S.A., a partir de 03 de janeiro de 2022 praticando preços e condições adequados aos de mercado. As empresas não são controladas nem coligadas à Companhia, mas Maria Consuelo Saraiva Leão Dias Branco, Francisco Ivens de Sá Dias Branco Júnior, Francisco Marcos Saraiva Leão Dias Branco, Francisco Cláudio Saraiva Leão Dias Branco, Maria das Graças Dias Branco da Escóssia e Maria Regina Saraiva Leão Dias Branco detêm participação relevante, de forma direta ou indireta.

Com relação aos montantes envolvidos em 2022 e saldos existentes em 31 de dezembro de 2022, ver item 11.2.

Transporte de cargas

A Companhia contrata serviço de transporte de cargas da LDB Transporte de Cargas Ltda. e da LDB Logística e Transporte Ltda., empresas não controladas e nem coligadas à Companhia, mas da qual o Sr. Francisco Ivens de Sá Dias Branco Junior é sócio. Como usual neste tipo de contratação, a Companhia não celebra contratos formais para realizar essas operações, mas as contratam por demanda, formalizada por meio de conhecimentos de frete. O valor das operações é determinado mediante negociação específica com a empresa supracitada e também comparado com preços de transporte do mercado, por meio do Índice Nacional do Custo de Transportes de Lotações – INCTL, que é aceito como uma referência de mercado para este tipo de serviço.

Com relação aos montantes envolvidos em 2022 e saldos existentes em 31 de dezembro de 2022, ver item 11.2.

Compra de produtos e outras mercadorias

A Companhia compra produtos e outras mercadorias da Latinex Importação e Exportação de Alimentos Ltda., a qual é controlada pela Companhia.

Com relação aos montantes envolvidos em 2022 e saldos existentes em 31 de dezembro de 2022, ver item 11.2.

Fornecimento de outras mercadorias

A Companhia vende outras mercadorias para as empresas LDB Transporte de Cargas Ltda. e da LDB Logística e Transporte Ltda., praticando preços e condições adequados aos de mercado. As empresas não são controladas e nem coligadas à Companhia, mas o Sr. Francisco Ivens de Sá Dias Branco Junior é sócio.

Com relação aos montantes envolvidos em 2022 e saldos existentes em 31 de dezembro de 2022, ver item 11.2.

Compra de ativo imobilizado

A Companhia compra ativos imobilizados das empresas WEF Engenharia e Automação Ltda. e Buhler & Scherler S.A. A empresa WEF Engenharia e Automação Ltda. não é controlada e nem coligada à Companhia, mas o Sr. Francisco Cláudio Saraiva Leão Dias Branco é sócio.

11.2 Itens 'n.' e 'o.'

Com relação aos montantes envolvidos em 2022 e saldos existentes em 31 de dezembro de 2022, ver item 11.2.

Venda de imobilizado

A Companhia vende imobilizado às empresas Jasmine Indústria e Comércio de Alimentos Ltda. e Latinex Importação e Exportação de Alimentos Ltda., as quais são controlada pela Companhia.

Com relação aos montantes envolvidos em 2022 e saldos existentes em 31 de dezembro de 2022, ver item 11.2.

Prestação de serviços de assessoria ou consultoria

A Companhia contrata serviços de assessoria e consultoria da THB CE Consultoria, Gerência de Riscos e Corretagem de Seguros Ltda., a qual não é controlada nem coligada à Companhia.

Com relação aos montantes envolvidos em 2022 e saldos existentes em 31 de dezembro de 2022, ver item 11.2.

Prestação de serviços de energia elétrica

A Companhia contrata serviços de energia elétrica à Omega Delta 7&8 Holding Energia S.A., a qual é coligada à Companhia.

Com relação aos montantes envolvidos em 2022 e saldos existentes em 31 de dezembro de 2022, ver item 11.2.

Contratação de serviços de hotelaria

A Companhia contrata serviços de hotelaria para seus colaboradores e prestadores de serviços com a empresa Praia Centro Hotel Viagens e Turismo Ltda. e com a Support Administração e Serviços S/S Ltda. A Praia Centro Hotel Viagens e Turismo Ltda. não é controlada e nem coligada à Companhia, mas Maria Consuelo Saraiva Leão Dias Branco, Francisco Ivens de Sá Dias Branco Júnior, Francisco Marcos Saraiva Leão Dias Branco, Francisco Cláudio Saraiva Leão Dias Branco, Maria das Graças Dias Branco da Escóssia e Maria Regina Saraiva Leão Dias Branco detêm participação relevante, de forma direta ou indireta. A contratação do serviço é feita por agência de turismo independente.

Com relação aos montantes envolvidos em 2022 e saldos existentes em 31 de dezembro de 2022, ver item 11.2.

Prestação de serviço de manutenção e instalação de equipamentos

A Companhia contrata serviços de manutenção e instalação de equipamentos das empresas WEF Engenharia e Automação Ltda., AET – Engenharia e Soluções Tecnológicas Avançadas Ltda. e da Everest Comércio de Produtos Médicos e Odontológicos Ltda. A WEF Engenharia e Automação Ltda. e AET – Engenharia e Soluções Tecnológicas Avançadas Ltda. não são controladas e nem coligadas à Companhia, mas o Sr. Francisco Cláudio Saraiva Leão Dias Branco é sócio. A Everest Comércio de Produtos Médicos e Odontológicos Ltda. não é controlada ou coligada à Companhia.

Com relação aos montantes envolvidos em 2022 e saldos existentes em 31 de dezembro de 2022, ver item 11.2.

11.2 Itens 'n.' e 'o.'

Prestação de serviços para construção civil

A Companhia contrata serviços de construção civil da Idibra Participações Ltda., empresas que não são controladas e nem coligadas à Companhia, mas das quais Maria Consuelo Saraiva Leão Dias Branco, Francisco Ivens de Sá Dias Branco Júnior, Francisco Marcos Saraiva Leão Dias Branco, Francisco Cláudio Saraiva Leão Dias Branco, Maria das Graças Dias Branco da Escóssia e Maria Regina Saraiva Leão Dias Branco detêm participação relevante, de forma direta ou indireta.

Com relação aos montantes envolvidos em 2022 e saldos existentes em 31 de dezembro de 2022, ver item 11.2.

Prestação de garantias

A Sra. Maria Consuelo Saraiva Leão Dias Branco, Presidente do Conselho de Administração, figura como garantidora da maioria de tais contratos. Em parte desses instrumentos, figuram também como garantidores, em conjunto com a Sra. Maria Consuelo, alguns dos diretores estatutários.

Com relação aos montantes envolvidos em 2022 e saldos existentes em 31 de dezembro de 2022, ver item 11.2.

11.3 Outras informações relevantes

Todas as informações relevantes foram evidenciadas nos tópicos anteriores.

12.1 Informações sobre o capital social

Tipo Capital	Capital Integralizado	
Data da autorização ou aprovação	**Prazo de integralização**	**Valor do capital**
26/03/2021		2.597.656.478,44
Quantidade de ações ordinárias	**Quantidade de ações preferenciais**	**Quantidade total de ações**
339.000.000	0	339.000.000

12.2 Emissores estrangeiros - Direitos e regras

Não se aplica, pois a Companhia é uma empresa de origem nacional e todos os valores mobiliários por ela emitidos estão custodiados no mercado brasileiro.

12.3 Outros valores mobiliários emitidos no Brasil

Valor mobiliário	**Debêntures**
Identificação do valor mobiliário	Debêntures objeto de colocação privada, sem intermediação e/ou qualquer esforço de venda.
Data de emissão	15/03/2021
Data de vencimento	13/03/2031
Quantidade	523.024
Valor nominal global R$	523.024.000,00
Saldo Devedor em Aberto	523.024.000,00
Restrição a circulação	Sim
Descrição da restrição	Colocação Privada
Conversibilidade	Não
Possibilidade resgate	Sim
Hipótese e cálculo do valor de resgate	A Emissora poderá, a seu exclusivo critério, realizar, a qualquer momento, oferta de resgate antecipado da totalidade das Debêntures da Primeira Série e/ou Debêntures da Segunda Série, de forma conjunta ou individual, total ou parcial, com o consequente cancelamento das mesmas, que será endereçada à Debenturista, de acordo com os termos e condições previstos na Escritura de Emissão (“Oferta de Resgate Antecipado”). a Emissora realizará a Oferta de Resgate Antecipado por meio de comunicação direcionada à Debenturista e ao Agente Fiduciário dos CRA nos endereços constantes da Cláusula Nona abaixo (“Comunicação de Oferta de Resgate Antecipado das Debêntures”), na qual estarão descritos os termos e condições da Oferta de Resgate Antecipado, incluindo: (a) o valor proposto para o resgate antecipado das Debêntures, o qual obrigatoriamente será equivalente à totalidade do Valor do Nominal Unitário Atualizado, acrescido da Remuneração da respectiva série, calculada pro rata temporis sobre o Valor Nominal Unitário, desde a Data da Primeira Integralização ou da última Data de Pagamento da Remuneração da respectiva série, conforme o caso, até a data do resgate antecipado; (b) o percentual do prêmio de resgate antecipado a ser oferecido, se houver, que não poderá ser negativo; (c) a forma e o prazo de manifestação da Debenturista à Emissora sobre a quantidade de Debêntures que aderirá à Oferta de Resgate Antecipado, prazo esse que deverá ser de, no mínimo, 15 (quinze) dias e, no máximo, 30 (trinta) dias contados da data da Comunicação de Oferta de Resgate Antecipado das Debêntures (“Prazo de Adesão”); (d) a data efetiva para o resgate antecipado e o pagamento das Debêntures, que deverá ocorrer no prazo de, no mínimo, 40 (quarenta) Dias Úteis contados da data da Comunicação de Oferta de Resgate Antecipado das Debêntures; (e) se o efetivo resgate antecipado das Debêntures pela Emissora está condicionado à adesão da totalidade ou de um número mínimo das Debêntures à Oferta de Resgate Antecipado; (f) se a Oferta de Resgate Antecipado será relativa à parte ou totalidade das Debêntures da Primeira Série e/ou das Debêntures da Segunda Série; (g) se a Oferta de Resgate Antecipado será relativa às Debêntures de todas as séries ou apenas de uma ou duas Séries; e (h) demais informações necessárias à tomada de decisão pela Debenturista e à operacionalização do resgate antecipado das Debêntures no âmbito da Oferta de Resgate Antecipado.

12.3 Outros valores mobiliários emitidos no Brasil

Características dos valores mobiliários de dívida	As Debêntures serão objeto de colocação privada, sem a intermediação de instituições integrantes do sistema de distribuição de valores mobiliários e/ou qualquer esforço de venda perante investidores, por meio da assinatura do Boletim de Subscrição, conforme modelo constante no Anexo III a esta Escritura de Emissão ("Boletim de Subscrição"), a ser firmado pela Debenturista. As Debêntures são representativas de direitos creditórios do agronegócio uma vez que: (i) os recursos do Cronograma de Destinação dos Recursos serão integral e exclusivamente destinados à aquisição de Insumos, caracterizados como "produtos agropecuários" para fins do parágrafo primeiro do artigo 23, da Lei 11.076, de 30 de dezembro de 2004, conforme alterada ("Lei 11.076"), pois sua origem é essencialmente o cultivo e a produção agrícola; e (ii) os Insumos serão adquiridos pela Emissora diretamente de pessoas que desenvolvam a atividade de cultivo e produção, ou seja, que se caracterizam como "produtores rurais" nos termos do artigo 165 da Instrução Normativa da Receita Federal do Brasil no 971, de 13 de novembro de 2009 ("IN RFB 971"), conforme verificado pela Emissora e pelo Agente Fiduciário dos CRA e listados no Anexo I da Escritura de Emissão, com base em contratos de fornecimento em vigor.
Condições para alteração dos direitos assegurados por tais valores mobiliários	-
Outras características relevantes	-

Valor mobiliário	**Debêntures**
Identificação do valor mobiliário	Debêntures objeto de colocação privada, sem intermediação e/ou qualquer esforço de venda.
Data de emissão	15/03/2021
Data de vencimento	13/03/2028
Quantidade	288.620
Valor nominal global R$	288.620.000,00
Saldo Devedor em Aberto	288.620.000,00
Restrição a circulação	Sim
Descrição da restrição	Colocação Privada
Conversibilidade	Não
Possibilidade resgate	Sim

12.3 Outros valores mobiliários emitidos no Brasil

Hipótese e cálculo do valor de resgate	A Emissora poderá, a seu exclusivo critério, realizar, a qualquer momento, oferta de resgate antecipado da totalidade das Debêntures da Primeira Série e/ou Debêntures da Segunda Série, de forma conjunta ou individual, total ou parcial, com o consequente cancelamento das mesmas, que será endereçada à Debenturista, de acordo com os termos e condições previstos na Escritura de Emissão ("Oferta de Resgate Antecipado"). a Emissora realizará a Oferta de Resgate Antecipado por meio de comunicação direcionada à Debenturista e ao Agente Fiduciário dos CRA nos endereços constantes da Cláusula Nona abaixo ("Comunicação de Oferta de Resgate Antecipado das Debêntures"), na qual estarão descritos os termos e condições da Oferta de Resgate Antecipado, incluindo: (a) o valor proposto para o resgate antecipado das Debêntures, o qual obrigatoriamente será equivalente à totalidade do Valor do Nominal Unitário Atualizado, acrescido da Remuneração da respectiva série, calculada pro rata temporis sobre o Valor Nominal Unitário, desde a Data da Primeira Integralização ou da última Data de Pagamento da Remuneração da respectiva série, conforme o caso, até a data do resgate antecipado; (b) o percentual do prêmio de resgate antecipado a ser oferecido, se houver, que não poderá ser negativo; (c) a forma e o prazo de manifestação da Debenturista à Emissora sobre a quantidade de Debêntures que aderirá à Oferta de Resgate Antecipado, prazo esse que deverá ser de, no mínimo, 15 (quinze) dias e, no máximo, 30 (trinta) dias contados da data da Comunicação de Oferta de Resgate Antecipado das Debêntures ("Prazo de Adesão"); (d) a data efetiva para o resgate antecipado e o pagamento das Debêntures, que deverá ocorrer no prazo de, no mínimo, 40 (quarenta) Dias Úteis contados da data da Comunicação de Oferta de Resgate Antecipado das Debêntures; (e) se o efetivo resgate antecipado das Debêntures pela Emissora está condicionado à adesão da totalidade ou de um número mínimo das Debêntures à Oferta de Resgate Antecipado; (f) se a Oferta de Resgate Antecipado será relativa à parte ou totalidade das Debêntures da Primeira Série e/ou das Debêntures da Segunda Série; (g) se a Oferta de Resgate Antecipado será relativa às Debêntures de todas as séries ou apenas de uma ou duas Séries; e (h) demais informações necessárias à tomada de decisão pela Debenturista e à operacionalização do resgate antecipado das Debêntures no âmbito da Oferta de Resgate Antecipado.
Características dos valores mobiliários de dívida	As Debêntures serão objeto de colocação privada, sem a intermediação de instituições integrantes do sistema de distribuição de valores mobiliários e/ou qualquer esforço de venda perante investidores, por meio da assinatura do Boletim de Subscrição, conforme modelo constante no Anexo III a esta Escritura de Emissão ("Boletim de Subscrição"), a ser firmado pela Debenturista. As Debêntures são representativas de direitos creditórios do agronegócio uma vez que: (i) os recursos do Cronograma de Destinação dos Recursos serão integral e exclusivamente destinados à aquisição de Insumos, caracterizados como "produtos agropecuários" para fins do parágrafo primeiro do artigo 23, da Lei 11.076, de 30 de dezembro de 2004, conforme alterada ("Lei 11.076"), pois sua origem é essencialmente o cultivo e a produção agrícola; e (ii) os Insumos serão adquiridos pela Emissora diretamente de pessoas que desenvolvam a atividade de cultivo e produção, ou seja, que se caracterizam como "produtores rurais" nos termos do artigo 165 da Instrução Normativa da Receita Federal do Brasil no 971, de 13 de novembro de 2009 ("IN RFB 971"), conforme verificado pela Emissora e pelo Agente Fiduciário dos CRA e listados no Anexo I da Escritura de Emissão, com base em contratos de fornecimento em vigor.
Condições para alteração dos direitos assegurados por tais valores mobiliários	-
Outras características relevantes	-

12.4 Número de titulares de valores mobiliários

Valor Mobiliário	Pessoas Físicas	Pessoas Jurídicas	Investidores Institucionais
Debêntures	0	0	1
Nota Comercial	0	0	1

12.5 Mercados de negociação no Brasil

As ações ordinárias da Companhia são admitidas à negociação no Novo Mercado da B3 S.A. - Brasil, Bolsa, Balcão ("B3") sob o código “MDIA3” desde outubro de 2006.

12.6 Negociação em mercados estrangeiros

Justificativa para o não preenchimento do quadro:

A Companhia não possui ações negociadas em mercados estrangeiros. Todas as suas ações são negociadas na B3 S.A. - Brasil, Bolsa, Balcão ("B3").

12.7 Títulos emitidos no exterior

Justificativa para o não preenchimento do quadro:

A Companhia não possui valores mobiliários emitidos no exterior.

12.8 Destinação de recursos de ofertas públicas

Não se aplica, pois a Companhia, suas controladas e o acionista controlador não realizaram nenhuma oferta pública nos três últimos exercícios sociais.

12.9 Outras informações relevantes

Todas as informações relevantes relativas a este item foram citadas anteriormente.

13.1 Identificação dos Responsáveis pelo Conteúdo do FRE

Nome do responsável pelo conteúdo do formulário	Cargo do responsável	Status	Justificativa
Francisco Ivens de Sá Dias Branco Júnior	Diretor Presidente	Registrado	
Gustavo Lopes Theodozio	Diretor de Relações com Investidores	Registrado	

13.1 Declaração do diretor presidente

Francisco Ivens de Sá Dias Branco Júnior, Diretor Presidente da M. Dias Branco S.A. Ind. e Com. de Alimentos, declara que:

a) reviu o Formulário de Referência;

b) todas as informações contidas no formulário atendem ao disposto na Resolução CVM nº 80, em especial aos arts. 15 a 20;

c) as informações nele contidas retratam de modo verdadeiro, preciso e completo as atividades do emissor e dos riscos inerentes às suas atividades.

Francisco Ivens de Sá Dias Branco Júnior

Diretor Presidente

M. Dias Branco S.A. Ind. e Com. De Alimentos

HPBR

Henrico Perseu Benício Rodrigues

Jurídico - M. Dias Branco

13.1 Declaração do diretor de relações com investidores

Gustavo Lopes Theodozio, Diretor de Relações com Investidores da M. Dias Branco S.A. Ind. e Com. de Alimentos, declara que:

a) reviu o Formulário de Referência;

b) todas as informações contidas no formulário atendem ao disposto na Resolução CVM nº 80, em especial aos arts. 15 a 20;

c) as informações nele contidas retratam de modo verdadeiro, preciso e completo as atividades do emissor e dos riscos inerentes às suas atividades.

Gustavo Lopes Theodozio
Diretor de Relações com Investidores
M. Dias Branco S.A. Ind. e Com. De Alimentos

DIRETORIA JURÍDICA M. DIAS BRANCO